

Marly de Almeida Gomes Vianna

O Município de **Campina Grande** 1840-1905



Estrutura de Distribuição de Terras, Economia e Sociedade



Provavelmente este é o trabalho mais completo escrito sobre Campina Grande. Partindo da distribuição de terras no antigo município, a autora aborda a estrutura fundiária, buscando identificar o processo de distribuição de terras na região, assim como as condições históricas de sua ocupação. Trata a seguir da produção: da cultura do algodão, da mandioca e da pecuária ressaltando as técnicas agrícolas, o número de escravos que cada proprietário possuía, as relações escravistas e as formas de trabalho livre. Faz também um levantamento do processo de introdução das primeiras bolandeiras no município e de formas de produção e comercialização já capitalistas.

Baseadas no censo de 1872, recompõe-se a estrutura de classes do município, destacando-se o processo de urbanização e, finalmente, a sociedade campinense da época, salientando-se o processo final da abolição e a forma pela qual ela se deu no município.

A autora parte da premissa de que o Nordeste não ficou imune às transformações que ocorreram no país na segunda metade do século XIX, e afirma que as mudanças ocorridas, capitaneadas pelo Sudeste, não criaram "dois brasis", um Sudeste capitalista e um Nordeste paralelamente pré-capitalista: as mudanças atingiram o país em sua totalidade, e o papel do Nordeste - e de Campina Grande - não pode ser minimizado.

ISBN 978-858001101-2



MARLY DE ALMEIDA GOMES VIANNA

O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840 – 1905:

ESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS, ECONOMIA E SOCIEDADE

CAMPINA GRANDE-PB



2013

© reservados à autora Marly de Almeida Gomes Vianna

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFCCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCCG

V617m Vianna, Marly de Almeida Gomes.

O município de Campina Grande 1840 – 1905 : estrutura de distribuição de terras, economia e sociedade / Marly de Almeida Gomes Vianna. — Campina Grande: EDUFCCG, 2013.

264 p.

ISBN 978-85-8001-101-2

1. Campina Grande – História. 2. Distribuição de Terras.
3. Economia. I. Título.

CDU 94(813.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCCG
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCCG
editora@ufccg.edu.br

Prof. Dr. José Edilson Amorim
Reitor

Prof. Vicemário Simões
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFCCG

Yasmine L. F. de Lima
Editoração Eletrônica/Capa

CONSELHO EDITORIAL

Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Consuelo Padilha Vilar (CCBS)
Erivaldo Moreira Barboza (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Leandro Cavalcanti de Araújo (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Onaldo Guedes Rodrigues (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

*A Ramón, Tanya, Marcus e Gisela
A Fábio Gutemberg e a Ciro Flamarion
Santana Cardoso,
in memoriam*

AGRADECIMENTOS

De diversas maneiras, várias pessoas colaboraram para a realização deste trabalho, desde que comecei a pensar o tema.

Quero agradecer à professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo pelo incentivo que me deu, e ao professor Arno Wehling, que discutiu comigo o primeiro projeto da dissertação. À professora Yedda Linhares, pelo interesse com que acompanhou a escolha do tema e a elaboração do projeto, e pelas preciosas sugestões feitas ao trabalho.

Meu agradecimento especial a todos que, em Campina Grande apesar de mal ter chegado à cidade, colaboraram com interesse, entusiasmo e carinho em meu trabalho.

À dona Neide Braga e ao senhor José Magalhães Braga, que foram os primeiros a discutir a possibilidade de realização do projeto, que me cederam bibliografia sobre o município e colocaram-se à disposição para qualquer ajuda necessária.

Aos funcionários do 1º Cartório, que me acolheram diariamente, por quase todo um ano de pesquisa. À Fátima Francinete de Almeida, ao Raul Lacerda Pessoa, o “Primo”, que entusiasmado com a pesquisa descobriu material que pensava haver desaparecido. Ao Dr. João Cunha Lima Filho, que tantas vezes deixou seu trabalho para vir discutir comigo dúvidas e dificuldades. À dona Marta Cunha Lima de Oliveira, que não só me proporcionou todas as facilidades para consulta nos antigos Livros de Nota existentes e permitiu que procurasse nos arquivos qualquer material que me interessasse, como pela atenção e carinho com que sempre me recebeu.

Aos funcionários do 3º Cartório, Lindalva Barbosa, Ricardo de Aragão, Amaiza Moreira, que durante dois anos me acolheram, colocando uma sala à minha disposição, facilitando o acesso a todos os inventários do século passado que me interessassem. Sem a ajuda deles

teria sido impossível realizar o trabalho. E, muito mais que ajuda, recebi deles o incentivo de seu entusiasmo e o carinho com que, durante todo o tempo, me receberam.

A funcionários do Fórum de Campina Grande, de quem nem mesmo sei os nomes, e que ao saberem que pesquisava sobre o município, vinham oferecer sua colaboração.

À dona Esmeraldina Agra, “dona Passinha”, que colocou seu arquivo à minha disposição e perdeu comigo tardes inteiras, contando da história passada do município, de alguns de seus principais protagonistas e que preencheu, com seu agudo sentido da História, muitas lacunas na documentação existente.

Ao amigo Fernando Porto, que não só leu e discutiu comigo os originais, corrigindo inúmeras falhas, como ajudou na fase final do trabalho, para que pudesse ser terminado a tempo.

Ao Miguel Barreto Neto e à Maria Auxiliadora Lemos, sem cuja colaboração amiga o trabalho não teria ficado pronto agora.

À Maria Sá Braga, por seu incentivo para a realização da pesquisa nas fases em que trabalhei no Rio de Janeiro.

Ao Marcus, meu filho, pelo carinho com que colaborou para a reprodução de todo material de pesquisa coletado no Rio.

À Eliete de Queiroz Gurjão Silva, pela inestimável ajuda na revisão do material.

Meu agradecimento especial ao professor Ciro Flamarion Santana Cardoso, cuja orientação foi indispensável para a realização do trabalho. Como profundo conhecedor do assunto tratado, sua orientação, permanente, apesar da distância, cobriu todos os aspectos da dissertação. Meu agradecimento a ele também, como colega dos primeiros anos na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, por tudo que representou para nossa geração de universitários do início dos anos 60, e pelo que representa hoje para toda a intelectualidade brasileira, não só por sua

extraordinária cultura, como pelo modelo de profissional, que vive com a máxima dignidade o seu ofício.

Um agradecimento muito especial ao Ramón, que me ajudou a cada dia, desde a colaboração para facilitar a pesquisa à discussão permanente do texto. Por seu profundo conhecimento de teoria econômica e da agricultura nordestina, sua ajuda foi imprescindível na discussão de conceituações teóricas, na crítica a autores contemporâneos, na sugestão de bibliografia, além de ter resolvido todos os problemas práticos da etapa final do trabalho.

Ao professor Antônio Clarindo ex Diretor Administrativo da EDUFCEG. pelo interesse na publicação do livro.

À Yasmine Lima, pela competência e gentileza com que fez a diagramação e correções do livro.

E a Luciano Mendonça, aluno dos meus primeiros anos em Campina Grande, que sempre acreditou nesse trabalho e que tornou-se hoje dos mais sérios especialistas na história da cidade.

Marly de Almeida Gomes Vianna

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 -DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA ATÉ 1822	27
MAPA 02 -DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA ATÉ 1889	27
MAPA 03 -DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA 1920.....	28
MAPA 04- ÁREA DO ANTIGO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE	29
MAPA 05 - MICRO REGIÕES DO ANTIGO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.....	31
MAPA 06- MAPA GEOMORFOLÓGICO DA PARAÍBA	34
MAPA 07- DIVISÃO DO MUNICÍPIO EM CINCO ÁREAS POR CONCENTRAÇÃO DAS PROPRIEDADES SEGUNDO SEU VALOR - 1840 - 1905.....	67
MAPA 08 - REDE RODOVIÁRIA DA PARAÍBA - SÉCULO XIX	141

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - TENDÊNCIA DA EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA (BRAÇA) MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905	65
GRÁFICO 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS INVENTARIADOS (%), SEGUNDO O VALOR DE SUAS PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS - 1840-1905.....	66
GRÁFICO 3 - PORCENTAGEM DE CULTIVADORES DE ALGODÃO - COM E SEM TERRA - NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1845 - 1905.....	98
GRÁFICO 4 - POPULÇÃO LIVRE E ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1872(%).....	193
GRÁFICO 5 - POPULÇÃO LIVRE E ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1872 (% SEGUNDO A COR)	194
GRÁFICO 6 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA 1872	196
GRÁFICO 7 - ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO TOTAL (%).....	197
GRÁFICO 8 - ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO LIVRE (%).....	197
GRÁFICO 9 - ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO ESCRAVA (%)	197
GRÁFICO 10 - PORCENTAGEM PEA SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL	198
GRÁFICO 11 - PORCENTAGEM DA CONDIÇÃO DA PEA (LIVRE E ESCRAVA)	199
GRÁFICO 12 - PORCENTAGEM DA PEA POR SETOR DE ATIVIDADES	199
GRÁFICO 13 - PORCENTAGEM DA PEA SEGUNDO O TRABALHO PRODUTIVO OU IMPRODUTIVO	201
GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO A OCUPAÇÃO POR SEXO (%).....	202
GRÁFICO 15 - TRABALHADORES LIVRES ESCRAVOS OCUPADOS NA AGROPECUÁRIA DAS GRANDES E MÉDIAS FAZENDAS - 1861.....	203
GRÁFICO 16 - TRABALHADORES LIVRES E ESCRAVOS OCUPADOS EM TODA AGROPECUÁRIA - 1872	203
GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS ATIVIDADES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.....	212

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MICRORREGIÕES DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE	31
QUADRO 2 - DIVISÃO POR SEXO DOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905.....	60
QUADRO 3 - DIVISÃO SEGUNDO O ESTADO CIVIL DOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1905.....	60
QUADRO 4 - NÚMERO DE HERDEIROS DEIXADOS PELOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840 -1905.....	61
QUADRO 5 - FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905.....	62
QUADRO 6 - RELAÇÕES JURÍDICAS NA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE –MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905	63
QUADRO 7 - PORCENTAGEM DO VALOR DA TERRA NO PATRIMÔNIO TOTAL – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1850-1905 (PORCENTAGEM APROXIMATIVA).....	69
QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES SEGUNDO SEU VALOR MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905	69
QUADRO 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905 – POR ÁREA DO MUNICÍPIO(PORCENTAGEM SEGUNDO SEU VALOR).....	70
QUADRO 10 - LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905.....	71
QUADRO 11 - NÚMERO E PORCENTAGEM DOS POSSUIDORES DE ESCRAVOS SOBRE OS INVENTÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1888	73
QUADRO 12 - PREÇO DO ESCRAVO, POR PERÍODOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1905.....	74
QUADRO 13 - PREÇOS COMPARATIVOS DOS ESCRAVOS EM CAMPINA GRANDE, RECIFE E RIO CLARO (SÃO PAULO)– 1840-1888	74
QUADRO 14 - EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO VALOR DA TERRA E DOS ESCRAVOS SOBRE O TOTAL DOS BENS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1888.....	75
QUADRO 15 - GANHO RECEBIDO PELOS ESCRAVOS ALUGADOS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NOS DE 1854, 1858, 1859 E 1862	76
QUADRO 16 - CLASSIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS INVENTARIADOS (%), SEGUNDO O VALOR DE SUAS PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS – 1840-1905	82
QUADRO 17- PREÇO DO ESCRAVO EM CAMPINA GRANDE – 1840-1888 (ES CRAVO HOMEM, ENTRE 18 E 25 ANOS).....	82
QUADRO 18 - PORCENTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS COM ESCRAVOS, DOS NÚMEROS ABSOLUTOS E MÉDIOS DOS ESCRAVOS E EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO VALOR DA TERRA E DOS ESCRAVOS, LEVANDO EM CONTA OS INVENTARIADOS POSSUIDORES OU DE TERRA E SEGUNDO OS PERÍODOS DE VARIAÇÃO DO PREÇO DOS ESCRAVOS. MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1840-1888	84

QUADRO 19 - PORCENTAGEM EM QUE SE PLANTOU O ALGODÃO SOZINHO OU CONSORCIADO, CONSIDERANDO O TOTAL DOS PLANTADORES INVENTARIADOS, POSSUÍSSEM OU NÃO TERRAS PRÓPRIAS. MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1840 - 1905	99
QUADRO 20 - CULTURA DO ALGODÃO CONSORCIADO ENTRE OS INVENTARIADOS POSSUIDORES OU NÃO DE TERRAS (EM PORCENTAGEM). CAMPINA GRANDE, 1840 - 1905	100
QUADRO 21 - CULTIVADORES DE ALGODÃO E PECUARISTAS (PORCENTAGEM EM RELAÇÃO A CADA GRUPO) MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905	100
QUADRO 22 - PROPORÇÃO EM QUE APARECEM OUTRAS CULTURAS CONSORCIADAS COM O ALGODÃO, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1840-1905	101
QUADRO 23 - ATIVIDADE DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840 - 1905.....	101
QUADRO 24 - NÚMERO E PORCENTAGEM DOS AGRICULTORES PROPRIETÁRIOS DE TERRA INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, DE 1840 A 1905, SEGUNDO O TIPO DE SUAS LAVOURAS.....	102
QUADRO 25 - PORCENTAGEM DOS CRIADORES DE GADO (SOBRE O TOTAL DOS INVENTARIADOS) NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905	106
QUADRO 26 - QUANTIDADE DE CABEÇAS DE GADO INVENTARIADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1849-1905	107
QUADRO 27 - PORCENTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS DE GADO SEGUNDO O NÚMERO DE CABEÇAS POSSUÍDAS - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840 - 1905	108
QUADRO 28 - POSSUIDORES DE MÁQUINAS DE BENEFICIAR ALGODÃO, INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1861-1888.....	119
QUADRO 29 - POSSUIDORES DE MÁQUINAS DE BENEFICIAR ALGODÃO, INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1889 - 1905	120
QUADRO 30 - ESTIMATIVA DO DESTINO DA PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1905.....	143
QUADRO 31 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA PARAÍBA - 1866	145
QUADRO 32 - PREÇOS DE EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO DA PARAÍBA, POR QUILO - 1875-1878	147
QUADRO 33 - PORCENTAGEM DOS INVENTARIADOS QUE DEIXARAM DINHEIRO EM ESPÉCIE MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905	158
QUADRO 34 - OCUPAÇÃO DOS CREDORES DAS DÍVIDAS DE 1:000\$000 OU MAIS - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905	159
QUADRO 35 - OCUPAÇÃO DOS DEVEDORES DE 1:000\$000 OU MAIS - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905.....	159
QUADRO 36 - OCUPAÇÃO DOS INVENTARIADOS CREDORES DE DÍVIDAS DE 1:000\$000 OU MAIS - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905.....	160
QUADRO 37 - HIPOTECAS REGISTRADAS EM CAMPINA GRANDE - 1860-1869	161
QUADRO 38 - HIPOTECAS REGISTRADAS EM CAMPINA GRANDE - 1870-1876	161
QUADRO 39 - PRINCIPAL OCUPAÇÃO DOS HIPOTECANTES - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1876-1900 (% SOBRE OS 180 CASOS ENCONTRADOS).....	162
QUADRO 40 - ÍNDICE DE PREÇO DO GADO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1839-1903 (1839-100).....	163

QUADRO 41 - ÍNDICES DE PREÇOS DE ALGUNS PRODUTOS DE ALIMENTAÇÃO – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.....	164
QUADRO 42 - PREÇOS DE ALGUNS INSTRUMENTOS DE TRABALHO INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.....	165
QUADRO 43 - PREÇO DO ALGODÃO EM CAMPINA GRANDE - 1840–1903 (PREÇO POR QUILO).....	183
QUADRO 44- PRINCIPAIS EMPRESTADORES DE DINHEIRO AO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.....	184
QUADRO 45- INSCRIÇÃO ESPECIAL DO REGISTRO GERAL DE HIPOTECAS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1876-1877.....	186
QUADRO 46 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE -1850-1900.....	191
QUADRO 47 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1850-1900.....	192
QUADRO 48 - POPULAÇÃO ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1850 – 1887.....	192
QUADRO 49 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1872... ..	195
QUADRO 50 - ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO, EM NÚMEROS ABSOLUTOS.....	198
QUADRO 51 - PORCENTAGEM DA PEA MASCULINA, POR SETOR DE ATIVIDADES.....	200
QUADRO 52- PORCENTAGEM DA PEA FEMININA, POR SETOR DE ATIVIDADES.....	200
QUADRO 53 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ESCRAVA SEGUNDO O SEXO E A COR (EM PORCENTAGEM).....	201
QUADRO 54 - OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS HOMENS E MULHERES, SEPARADAMENTE (EM PORCENTAGEM).....	202
QUADRO 55 - PORCENTAGEM, SOBRE O TOTAL DOS PROPRIETÁRIOS, DOS POSSUIDORES DE TERRAS NO VALOR DE ATÉ 500\$000 MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE. 1840-1905.....	205
QUADRO 56 - PORCENTAGEM DOS INVENTARIADOS SEGUNDO O MONTANTE DE SEUS BENS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905.....	216
QUADRO 57 - OCUPAÇÃO DOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905 (EM PORCENTAGEM).....	217
QUADRO 58 - TIPOS DE CARTAS DE ALFORRIA PARTICULARES, PASSADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, DE 1858 A 1882.....	227
QUADRO 59 - ESCRAVOS ALFORRIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SEGUNDO O SEXO 1858–1882.....	228
QUADRO 60 - ESCRAVOS ALFORRIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SEGUNDO A COR 1858-1882.....	228
QUADRO 61- ESCRAVOS ALFORRIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SEGUNDO A IDADE 1858 - 1882.....	228
QUADRO 62 - ESCRAVOS LIBERTADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SEGUNDO TIPO DE ALFORRIA E O AO DE SUA LIBERTAÇÃO.....	229
QUADRO 63 - ESCRAVOS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE LIBERTADOS PELO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO.....	230
QUADRO 64 - CONFLITOS NO NORDESTE BRASILEIRO - 1850-1888.....	234

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
APRESENTAÇÃO.....	00
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO I.....	25
A ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	25
O QUADRO NATURAL.....	25
LIMITES DA ÁREA ESTUDADA.....	25
DIVISÃO REGIONAL.....	28
RELEVO E GEOMORFOLOGIA.....	32
HIDROGRAFIA.....	35
O CLIMA.....	36
SOLO E VEGETAÇÃO.....	38
A SECA.....	40
AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA.....	44
ESBOÇO DA CONQUISTA TERRITORIAL.....	45
AS SESMARIAS.....	47
A LEI DE TERRAS.....	52
OS HOMENS.....	57
A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS.....	59
DADOS GERAIS.....	60
FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO SOLO.....	61
RELAÇÕES JURÍDICAS.....	63
O VALOR DAS PROPRIEDADES.....	64
RELAÇÃO VALOR/TAMANHO/LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS.....	66
LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS.....	71
RELAÇÕES DE TRABALHO — A MÃO-DE-OBRA ESCRAVA.....	72
DADOS GERAIS.....	73
INVENTARIADOS SEM TERRA E SEM ESCRAVOS.....	77
CONCLUSÃO.....	78
ANEXO 1.....	81
ANEXO 2.....	82
ANEXO 3.....	82
ANEXO 4.....	84
CAPÍTULO II.....	85
A ECONOMIA AGRÁRIA.....	85
INTRODUÇÃO.....	85
ELEMENTOS DA ECONOMIA AGRÍCOLA.....	90
A ESFERA DA PRODUÇÃO.....	90
O ALGODÃO.....	91
O GADÓ.....	105
TÉCNICAS AGRÍCOLAS.....	111

PARA A FARINHA	115
PARA O ALGODÃO	116
A MÃO-DE-OBRA.....	125
Os VAQUEIROS	137
ARRENDATÁRIOS E FOREIROS	137
COMERCIALIZAÇÃO E FINANÇAS	139
A PRODUÇÃO	142
AUTOCONSUMO	144
EXPORTAÇÃO	146
O MERCADO INTERNO	151
OS PREÇOS	163
A ESFERA POLÍTICO-ECONÔMICA - O ESTADO	167
CONCLUSÃO.....	172
ANEXO I	183
ANEXO II	184
ANEXO III.....	186

CAPÍTULO III..... 189

AS RELAÇÕES SOCIAIS 189

INTRODUÇÃO..... 189

DEMOGRAFIA 191 |

O CENSO DE 1872 193 |

ORIGEM E CONDIÇÃO..... 193 |

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO 194 |

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE..... 195 |

ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO 196 |

A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) 198 |

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ESCRAVA 201 |

AS CLASSES SOCIAIS 208 |

URBANIZAÇÃO..... 220 |

A SOCIEDADE 223 |

CONCLUSÃO 241 |

ANEXO I..... 243 |

ANEXO II 244 |

CONCLUSÃO GERAL 247 |

BIBLIOGRAFIA 251 |

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS 251 |

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO - FÓRUM DE CAMPINA GRANDE 251 |

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CAMPINA GRANDE 251 |

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS..... 251 |

RELATÓRIOS DE MINISTROS DA AGRICULTURA 254 |

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO - ARQUIVO MENSAGENS DE PRESIDENTES DO ESTADO DA PARAÍBA 255 |

LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL 255 |

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS 255 |

FONTES ESTATÍSTICAS 256 |

BIBLIOGRAFIA GERAL 257 |

PREFÁCIO

Entre os anos setenta e início dos oitenta do século passado o sistema de ensino universitário sofreu duas grandes modificações: a emergência de um sistema de pós-graduação solidamente estruturada e a influência sistemática em nossa historiografia da escola do Annales. No bojo desse movimento acadêmico ocorreu talvez o mais importante, a emergência de um campo analítico até então fragmentário na histórica da historiografia brasileira; refiro-me à emergência de um campo específico de conhecimento: a história social da agricultura. Capitaneada inicialmente pela professora Dr^a Maria Yedda Linhares em sua breve passagem pelo Ministério da Agricultura fundando o Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrário da Fundação Getúlio Vargas e, em 1980, quando reiniciou suas atividades após exílio retornando às suas atividades como professora nos cursos de graduação e pós-graduação nas Universidades Federal do Rio de Janeiro e Federal Fluminense deslanchou um programa estruturado de pesquisa voltado para a questão da terra. Problema já eternizado nas obras dos grandes mestres.

Este trabalho que ora se edita veio à luz neste contexto de renovação acadêmica. Orientado pelo professor Dr. Ciro Flamarion Santos Cardoso, também coparticipante da empreitada idealizada pela professora Yedda, possibilitou à autora Marly Vianna a utilização dos métodos quantitativos da demografia histórica, dos índices das exportações comerciais, resgatando fontes até então pouco usuais em nossas pesquisas universitárias; refiro-me aos processos cíveis, notadamente os testamentos e os inventários; possuidora ainda de uma peculiar destreza em inquirir os Relatórios de Província e, com competência franciscana, reelaborar os registros provenientes dos clássicos da crônica colonial e imperial, tais como João Daniel, João Antonil, Henry Koster, Daniel Kindder passando pelos clássicos da história contemporânea como Celso Furtado, Ester Boserup, Sérgio Buarque de Holanda, Alice Canabralva, Eulália Maria Lobo Lahmeyer, dentre outros. Esses registros lhe autorizaram a analisar o seu tema imerso na periodização do século

XIX sem deixar de vinculá-lo à longa duração, sobretudo quando analisa a produção de milho, mandioca e cana de açúcar como uma produção consorciada.

No que toca à análise especificidade da Lei de Terras de 1850, legalizada em 1854, pensada prioritariamente para organizar a porção fundiária produtora do café no sudeste, a autora não se esquece de saltar do geral pra o particular. Põe em cena o caso da Paraíba onde o registro da terra segundo os preceitos da Lei não sofreu fiscalização aguerrida por parte do governo provincial. Registrava-se a terra, mas o perímetro, a demarcação da terra continuava imprecisa. Tal lei só teve sua efetivação relativa a partir de 1870, quando de maneira tímida foi aos poucos sendo registrada com maior precisão; assim mesmo, foram nos registros de hipoteca afixados nos livros de Notas, que a autora conseguiu dimensionar o tamanho da propriedade. E pasmem, ainda assim, nos registros notariais somente 13% deles mencionam com precisão relativa a medição das terras. Em sua análise sobre a estrutura da propriedade da terra e o produto daí advindo a autora não incorre em separa economia de subsistência com produção comercializada, ambas podem ser conjugada; daí a inteligência da análise para o caso de Campina Grande.

Seus capítulos obedecem a uma orientação clássica das teses francesas: primeiro o meio, suas variações climáticas, seus rios e sua população, os processos de posse de terra e seu uso e toda uma rede de avanços e recuos perpetrados pelo homem sobre o meio cavando o seu ganha-pão do dia a dia. Enfim, os elementos necessários para forjar uma estrutura social e econômica para depois inaugurar a análise das relações de poder, natureza do trabalho e as consequências das desigualdades e injustiças perpetuadas pelo Estado. No que toca às técnicas, aos instrumentos utilizados na produção da farinha, do açúcar a autora descreve toda uma etnografia dos instrumentos de produção, dando o leitor a perfeita imagem de presenciar o fabrico da farinha, do melaço, da rapadura. Sobre a produção do algodão, seu arguto raciocínio soube perceber a presença de uma produção de tecidos para populações empobrecidas, fosse livres ou escrava; uma vez que nos registros dos in-

ventários apenas registravam fazendas e vestuários importados, ou seja, produtos para o consumo dos proprietários. A presença de bolandeiras de descaroçar algodão, varas de panos e redes e a presença das roças de algodão por si só justificaria a presença de uma indústria doméstica de tecidos. Esse rigor analítico com as fontes e a criatividade expositiva da autora é que faz deste texto uma leitura agradável e edificante.

No tocante à questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, tema caro à historiografia dos anos oitenta, a autora sabiamente não cai nas armadilhas em utilizar pré-definições como: economia camponesa, economia de subsistência, sistema de colonato. Não, enveredou sua pesquisa pelas oportunidades que o seu campo analítico lhe possibilitava. Em Campina Grande a transição ocorreu de maneira diversa do sudeste onde a opção mais tangível foi a concessão da alforria e de suas variantes. Lá no nordeste, devida à escassez da mão de obra escrava utilizou-se a mão de obra livre despossuída de terra para complementar os trabalhos na lavoura e na lida com o gado; autorizando-lhes a moradia e a pequenas roças nas terras dos proprietários, e em troca dois ou três dias de trabalhos nas culturas da fazenda. Os filhos dos libertos foram chamados ao trabalho pelo sistema de soldada ou tutoria, maneira convincente de atrelá-los ao trabalho compulsório muito próximo à natureza do trabalho de seus antepassados. Um e outro vislumbrando uma forma de trabalho parcialmente assalariada. E por último, recurso muito utilizado pelos fazendeiros para amenizar a falta de mão de obra; o sistema de trabalho em mutirão ou “trabalho adjunto”, recurso case sempre utilizado em épocas de extrema necessidade por braços para a lavoura e agricultura.

Por essas conclusões inteligentes, produtos de filigranas de um sistema analítico maduro é que dão ao trabalho de Marly Vianna a projeção que o tempo lhe consagra. Que seja bem-vindo ao universo dos leitores!

Jorge Prata de Souza

Doutor em História; Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Salgado de Oliveira

APRESENTAÇÃO

O livro que o leitor tem em mãos originalmente foi a dissertação de mestrado apresentada por Marly de Almeida Gomes Vianna em 1985, junto ao hoje extinto Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, campus II, da Universidade Federal da Paraíba, com o título *A estrutura de distribuição de terras no município de Campina Grande. (1840-1905)*, tendo como orientador o recém falecido historiador Ciro Flamarion Santana Cardoso.

Quando de sua defesa em meados dos anos 1980 ainda circulava com ares de verdade nos meios intelectuais locais uma versão segunda a qual não haveria fontes para a reconstituição da história de Campina Grande, especialmente quando se tratava de período anterior ao século XX. Na raiz dessa impossibilidade histórica (segundo boa parte dos historiadores locais) estava a “sanha” destruidora dos populares em 1874 quando da eclosão da sedição do Quebra-Quilos no município, que supostamente teriam incinerado pilhas e pilhas de documentos. Essa reacionária lenda histórica seria desmontada pelo minucioso e exaustivo esforço de pesquisa desenvolvido pela autora junto aos arquivos locais, ao resgatar da poeira do tempo e da incúria dos homens importantes séries documentais, tais como Inventários *post mortem*, Livros de Notas, Registro Geral de Hipotecas etc. Estas, junto com outras fontes como Relatórios, Censos, Leis, se constituíram na base empírica de um trabalho de fôlego sobre importantes aspectos da história de Campina Grande entre a segunda metade do século XIX e início do século XX.

Esse fato por si só seria mais do que suficiente para recebermos com bom grado a publicação deste livro. Contudo, ele tem outros méritos tão ou mais importantes quanto ao mencionado inicialmente. Vejamos por que.

Em termos teórico-metodológicos, esse trabalho foi fortemente inspirado pelo debate travado nos anos de 1970 e 1980, dentro da tradição marxista e do melhor da herança da *escola dos Annales*, em torno da teoria dos modos de produção, da formação histórica e pela discussão correlata sobre a natureza da agricultura brasileira, inquietação essa que tinha na obra da saudosa professora Maria Yedda Linhares sua

melhor expressão. Subjacente a tudo isso, a crítica aos esquemas explicativos usuais que tendiam a transformar o passado agrário brasileiro numa grande *plantation*, com o seu caráter muitas vezes generalizante.

Cabia aos estudiosos partirem de premissas renovadas que visassem dar conta das complexas e dinâmicas relações entre as economias escravistas de exportação, a produção para o mercado interno e sua variação no tempo e no espaço, no sentido de que os esquemas teóricos gerais pudessem ser mais bem testados. Daí a necessidade de alargamento das investigações, não só nas áreas mais dinâmicas do sistema, mas também em sua periferia, através de estudos mais circunstanciados. O trabalho de Vianna se insere nessa problemática. Ele começa com uma detalhada descrição da natureza do agreste, micro-região da Paraíba em que está situado o município de Campina Grande; em seguida a autora vai discutir as condições históricas que propiciaram a ocupação do espaço pelos homens, em especial as disputas em torno da terra e, num segundo momento, a utilização e implantação de relações sociais de produção na economia de base agrária que vão se constituindo na região ao longo do tempo.

O trabalho da autora busca lançar uma nova luz sobre a história econômica e demográfica do município. Aqui cabe chamar a atenção para o destaque dado à escravidão para a compreensão da formação histórica de Campina Grande, numa época em que ao tema era dado pouco mais ou pouco menos que uma nota de pé de página pelos estudiosos clássicos da história da “Rainha da Borborema”. Nesse sentido, a autora acerta em cheio ao demonstrar que a exploração do trabalho dos escravos era um dos principais parâmetros da riqueza e do poder da sociedade campinense, estando a sua posse presente no espólio de pequenos, médios e grandes proprietários. Os dados coligidos mostram, por exemplo, que o trabalho escravo foi largamente empregado, quer na pecuária, na cultura de alimentos e, em especial, na cultura algodoeira, a base de produção da região local ao longo do século XIX. Essa hipótese foi cada vez mais se consolidando e hoje podemos afirmar que se encontra definitivamente incorporada ao horizonte de pesquisa da nossa historiografia.

Claro está que embora tenha muitos méritos o trabalho padece de alguns problemas pontuais, especialmente se vistos na ótica da produção historiográfica posterior. No desejo de comprovar a hipótese segundo a

qual a “lógica intrínseca do desenvolvimento do capitalismo” na região teria sido responsável pela recriação de certas sobrevivências do passado escravista (a famosa tese marxista do desenvolvimento desigual e combinado), a autora termina priorizando o peso das estruturas econômicas e sociais, obliterando assim o momento do agenciar humano na configuração dos processos históricos investigados. Daí certo obscurecimento do papel dos escravos, por exemplo, como sujeitos políticos e sociais na dinâmica do escravismo local ao longo do período estudado.

Entre o momento de sua produção como exigência acadêmica para obtenção de título acadêmico e sua transformação e publicação em formato de livro muito coisa aconteceu com a autora, com a cidade, com o país e com a produção historiográfica. Contudo, o presente livro mantém sua atualidade histórica, teórica e metodológica, em que pese os modismos que contaminaram a historiografia brasileira nesse meio tempo.

Por fim, essa apresentação não poderia deixar de vir acompanhada de um reconhecimento por parte do autor dessas linhas. É que, como muitos historiadores de minha geração, tive o privilégio de ter Marly Vianna como professora e como tal usufruir de seus muitos ensinamentos, algo que só os verdadeiros mestres podem oferecer a aprendizes sedentos de saber nos anos 1980, tempos cheios de incertezas e esperanças. No meu caso pessoal, tenho uma razão a mais para agradecer. É que foi através de suas generosas mãos que dei os primeiros e tateantes passos no mundo da pesquisa histórica, quando por volta do ano de 1986 ela disponibilizou uma série de documentos não utilizados em sua dissertação e que serviram de base para a minha monografia de final de curso de graduação alguns anos depois, em 1989. Sem essa experiência fundante dificilmente eu teria me transformado no pesquisador que com o tempo me transformei, especialmente da temática da escravidão e da resistência negra no antigo município de Campina Grande, problemática esse que me acompanha ainda hoje.

Por tudo isso é que tenho a grata satisfação de convidar o leitor para a partilha deste exemplar trabalho de história.

Luciano Mendonça de Lima

(UAHis/CH/UFCG)

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi minha dissertação de mestrado, apresentada no curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, hoje Universidade Federal de Campina Grande, (Defendida ainda no século XX, as referências ao “século passado” referem-se ao XIX) sob a orientação do professor Dr. Ciro Flamarion Santana Cardoso.

Escolher como tema da dissertação a estrutura de distribuição de terras no município de Campina Grande, na segunda metade do século passado, chegou a parecer estranho a algumas pessoas. Um município do interior nordestino ainda poder-se-ia compreender, mas por que o século passado?

A escolha do tema prendeu-se intimamente à necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a agricultura brasileira e à visão que tenho do que seja aprofundar tais conhecimentos. Foi decisiva também a influência das pesquisas coordenadas pelos professores Maria Yedda Linhares e Ciro Flamarion Cardoso sobre a agricultura.

Já há algum tempo, em busca de explicações para o subdesenvolvimento, muitos estudiosos brasileiros se voltaram para a agricultura. É grande a contribuição de inúmeros autores que se vêm dedicando ao assunto, embora suas abordagens sejam bastante diversas. A polêmica prende-se muito à complexidade do tema e ao relativamente curto período que têm estes estudos, mas também a uma certa fragilidade dos conhecimentos sobre a tão decantada realidade brasileira, a começar por suas bases coloniais. ... A necessidade de reorientar as pesquisas, sobretudo para estudos locais, mais aprofundados, capazes de revelar a ‘face oculta’ de uma sociedade fundamentalmente agrária até um passado bem recente, e por demais retratada a partir da ‘casa grande’ e ‘senzala’¹ foi o que decidiu a escolha do tema.

1 LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C. T. da *História da Agricultura Brasileira*, São Paulo. Brasiliense, 1981, p. 13, 14.

Na tentativa de compreender melhor a atualidade do problema agrário no Brasil, voltar os olhos para o passado, sobretudo para a segunda metade do século XIX, é, a meu ver, imprescindível. Como disse Marc Bloch, tentar entender o presente como se fosse autointeligível não tem ajudado a explicá-lo.

A escolha do antigo município de Campina Grande não se deveu apenas ao fato de estar vivendo na cidade. Dentro da ideia inicial de realizar estudos locais, que se juntassem para permitir uma visão global da complexa e diversificada realidade agrária do país, o antigo município de Campina Grande pareceu-me suficientemente representativo para o que desejava: sair dos modelos agrários do Sudeste cafeeiro e das áreas açucareiras do Nordeste, tomando para estudo uma área do Agreste, importante por sua ligação comercial com o Sertão e o Litoral e, além do mais, pouco estudada.

Os limites temporais do trabalho foram marcados por ser a segunda metade do século passado um dos períodos mais importantes para o país, período de transição da economia colonial escravista para o capitalismo dependente.

Já em 1840, o “Golpe da Maioridade” consolidara a unidade nacional sob a hegemonia da economia cafeeira. Reformularam-se naquele período as concepções sobre a posse da terra, o trabalho escravo foi sendo gradualmente abolido, houve mudanças fundamentais nos sistemas financeiro, fiscal, creditício e também no administrativo e no político.

Estou convencida de que para entender a atual estrutura agrária do Brasil é necessário estudar o processo de desenvolvimento e implantação do capitalismo como modo de produção dominante, nas diversas regiões do país. Meu trabalho tem a pretensão, nem tanto de ser uma considerável contribuição ao estudo da realidade agrária, mas de chamar a atenção para a importância de pesquisas que permitam integrar articuladamente as especificações locais numa síntese globalizante da agricultura brasileira.

Considero imprescindível começar pela estrutura de distribuição de terras, formas de apropriação do solo e formação do grande latifúndio; buscar o papel da pequena produção dentro de um sistema escravista, as formas de trabalho livre que aparecem ou se consolidam com a gradual abolição do trabalho escravo e a estrutura de classes daí decorrentes.

Desde o início tive algumas indagações básicas: se Campina Grande era sede de importante comércio regional, por que forma se fazia, e quem era responsável pelo abastecimento desse mercado interno, por mais acanhado que fosse? Qual a amplitude deste mercado? Com estruturas escravistas desde o início da colonização, como se configuraram e se afirmaram as relações de produção não escravistas? De que forma tais relações foram se transformando ou se adaptando à transformação das estruturas coloniais de produção?

Parti de duas premissas teóricas básicas. Em primeiro lugar, a de que o Nordeste não ficou imune às transformações por que passou o país na segunda metade do século passado. As mudanças que ocorrem, capitaneadas pelo Sudeste, não criaram “dois brasis”: um Sudeste capitalista e um Nordeste paralelamente pré-capitalista. As mudanças atingiram o país em sua totalidade.

Em segundo lugar, de que é preciso buscar nos fatores internos a base das transformações ocorridas. Examinar, portanto, as mudanças ocorridas na produção (sem deixar de lado, evidentemente, os fatores externos).

Julgo necessária a análise das formas de acesso ao solo e aos outros meios de produção por serem “a base das relações de produção na agricultura e da estrutura de classes no campo. Sem referência a um sistema social definido, termos como ‘propriedade da terra’, ‘arrendamento’, ‘parceria’, ‘camponeses’, etc. tornam-se abstrações sem conteúdo e sentido precisos”².

2 CÁRDOSO, Ciro Flamarion S., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979, p.39. Ver ainda VILAR, Pierre, *Crecimiento y Desarrollo*, Barcelona, Ariel, 1964, e Id., *Iniciacion al Vocabulário del Analisis Histórico*, Barcelona, Grijalbo, 1980; MARX, Karl, *Contribucion a la Critica de la Economia Política*, La Habana, Política, 1966.

Quanto ao problema das fontes, a documentação referente à estrutura fundiária do Brasil, no século passado, é extremamente precária. Conta-se somente com os Registros Paroquiais de Terras, realizados a partir da regulamentação da Lei de Terras, em 1854. Tais registros são bastante completos para alguns estados, como Bahia e Rio de Janeiro, mas imprecisos e sem uniformidade para outras regiões. No caso da Paraíba, praticamente não há informações sobre a extensão e o limite das terras. Além do mais, dos registros paraibanos só restou a compilação feita por João Lira para alguns municípios, porque, infelizmente, tais registros estão desaparecidos.

Trabalhei então, principalmente, com fontes cartoriais. Nos inventários post mortem acha-se o arrolamento de todas as terras possuídas pelo falecido. São raríssimos os dados precisos sobre medição de terras, mas encontram-se sua localização, valor, identificação de formas de apropriação do solo e das relações jurídicas. Esta foi minha principal fonte.

Trabalhei também com as Contas de Tutoria anexas aos inventários, onde se tem indicação da administração dos bens dos órfãos. Foi por esta fonte que colhi dados sobre arrendamentos, ocupação dos escravos, gastos com educação e alimentação, e efeitos da seca na reprodução do gado e no arrendamento das terras. Pelas Contas de Tutoria foi possível também acompanhar a educação dos órfãos e sua ocupação. No entanto, é também uma fonte precária, pela irregularidade das informações. Há dados permanentes sobre o gado, as terras, os escravos e demais bens que ficaram sob a guarda do tutor, mas somente em dois casos achei contas com despesas de alimentação. Ao contrário, aquelas realizadas com vestuário são sempre bem detalhadas.

Outra fonte cartorial da qual me servi foram os Livros de Nota. Neles encontram-se informações sobre compra, venda, hipoteca, escrituras de doação, alforrias e procurações.

O material encontrado nos cartórios mostrou-se riquíssima fonte de pesquisa, não só da realidade econômica como de todos os aspectos da vida da época.

Ao iniciar o trabalho tive um momento de desânimo. Era corrente o rumor de que em Campina Grande não havia material a ser pesquisado. O movimento dos Quebra-quilo, queimando os cartórios, teria destruído todo o acervo do passado. Muita coisa desapareceu, é verdade (e nem tudo por responsabilidade dos Quebra-quilo), mas existem documentos preciosos arquivados que permitem reconstruir boa parte da história econômica do município.

Utilizei também os Relatórios de Presidentes da Província, de 1840 a 1889, e os existentes da Presidência do Estado, de 1889 a 1905, além dos Relatórios de Ministros da Agricultura da época.

No primeiro capítulo do trabalho abordo a estrutura fundiária, buscando identificar o processo de distribuição de terras na região, assim como de sua ocupação. Começo pelo quadro natural, o que não só é lógico, em se tratando de estudo sobre a questão agrária, como fundamental, quando se fala de uma região tão notoriamente marcada por fenômenos climáticos. Além do mais, a localização geográfica de Campina Grande, para seu desenvolvimento comercial, foi da maior importância. Passei depois às condições históricas de ocupação da terra. O estudo da instituição das sesmarias e da Lei de Terras é base sem a qual se torna impossível entender a estrutura fundiária da região. Na terceira parte do capítulo considero as formas de apropriação do solo, as relações jurídicas, o valor das propriedades, seu tamanho e localização, assim como as relações de trabalho, principalmente as escravistas.

No segundo capítulo trato da economia agrária, procurando relacionar a estrutura de distribuição e ocupação da terra com a estrutura agrária do município. Na primeira parte, entre os elementos da economia agrária, destaco, na esfera da produção, a cultura do algodão, da mandioca e a pecuária. Trato a seguir das técnicas agrícolas e da mão-de-obra, ressaltando a desagregação das relações escravistas e as formas de trabalho livre. Na segunda parte do capítulo abordo questões relativas à comercialização e às finanças do município, procurando detectar a formação e ampliação do mercado interno, a partir da estimati-

va da porcentagem da produção voltada para ele. Por último, menciono a esfera políticoadministrativa do Estado. Na conclusão do capítulo, achei pertinente tratar do papel comercial e da questão da pequena produção.

O terceiro capítulo é dedicado às relações sociais. Começo por analisar a estrutura da população, baseados no censo de 1872, para esboçar a estrutura de classes do município. Destaco ainda o processo de urbanização e, finalmente, a sociedade campinense da época, salientando o processo final da abolição e a forma pela qual ela se deu no município.

Esperamos que, apesar de minhas limitações – e são muitas – o trabalho tenha, pelo menos, a utilidade de suscitar discussões.

CAPÍTULO I

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O QUADRO NATURAL

LIMITES DA ÁREA ESTUDADA

O Estado da Paraíba, situado na região Nordeste do Brasil, é dividido pelo IBGE em onze microrregiões, que compreendem 171 municípios. Campina Grande, que por sua importância econômica já chegou a ser o mais importante município do estado, tem hoje 250 mil habitantes e uma área de 970 km².³

Na segunda metade do século passado, no entanto, sua área era muito mais extensa, abrangendo os atuais municípios de Campina Grande, Pocinhos, Puxinanã, Lagoa Seca, Areal, São Sebastião de La-

3 IBGE e FIPLAN, Estado da Paraíba – Anuário Estatístico, João Pessoa, 1980; Id. IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980 vol I, T.3, nº. 9; Id., Censo Demográfico – Dados Distritais – PB – 1982.

goa da Roça, Montadas, Massaranduba, Fagundes, Queimadas, além de parte de Cabaceiras, Boqueirão, Serra Redonda, Ingá e Alagoa Nova⁴, cujos limites com Campina Grande eram bastante imprecisos. O mapa organizado pela Universidade Federal da Paraíba inclui no município de Campina Grande, em 1889, Itatuba, Natuba, Aroeira e Umbuzeiro⁵, quando, na realidade, estas localidades já pertenciam a Cabaceiras ou ao Ingá⁶. É difícil, portanto, precisar os limites do que era o município de Campina Grande por volta de 1850. Em 1843, nem bem delimitadas estavam as fronteiras da própria Província da Paraíba:

Não existe nenhuma carta corográfica, ainda aproximadamente; ignora-se não só o que diz respeito ao território, sua verdadeira extensão, seus limites com suas províncias vizinhas, divisão natural de suas partes, etc., mas todos os outros ramos da estatística geral, e nem existe mesmo recenseamento da população, que é o mais importante de conhecer, quer considerado absolutamente, quer em relação à extensão e partes do território.⁷

Em 1855 e 1861, os limites do município foram dados oficialmente. Em 1855, estabelecia-se que Campina Grande confinava:

... ao norte, e pelo nascente, com o Ingá, conforme Lei Provincial n.º 6, de 3 de novembro de 1840, e Alagoa Nova, conforme Lei Provincial n.º 10, de 5 de setembro de 1850; ao sul, com Cabaceiras e Ingá, conforme decreto de 4 de junho de 1835; pelo norte, com São João do Cariri e Alagoa Nova.⁸

Os limites continuavam os mesmos, em 1861: Alagoa Nova e São João do Cariri pelo norte; pelo sul, Cabaceiras e Ingá; pelo leste, Ingá

4 *Relatório do Presidente da Província Dr. Gomes Jardim*, 1843, p. 21 e *Relatório do Presidente Dr. Paes Barreto*, 1855, p. 29. rolo VI/233/s, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Microfilmagem.

5 Atlas Geográfico da Paraíba, João Pessoa, UFPB, 1965.

6 R. P. P., Id. Ibid.

7 Atlas Geográfico da Paraíba, João Pessoa, UFPB, 1965.

8 R. P. P. Paes Barreto, op. cit. p. 29.

e Alagoa Nova e pelo oeste, Cabaceiras e São João do Cariri⁹. Como não existia uma demarcação rigorosa de divisas, a imprecisão quanto às áreas municipais continuava grande.



MAPA 01 - Divisão Administrativa da Paraíba até 1822



MAPA 02 - Divisão Administrativa da Paraíba até 1889

9 R. P. P. Silva Nunes, 1861, p. 41.



Ao demarcar os limites espaciais do trabalho, levo em conta não só as áreas pertencentes, à época, à jurisdição de Campina Grande, mas também aquelas que, mesmo já oficialmente separadas de Campina, estavam inteiramente integradas na vida do município. É o caso, por exemplo, de quase toda a parte sul de Alagoa Nova. Os limites com Cabaceiras (e Boqueirão, que então pertencia a Cabaceiras) se confundiam quase sempre: ora certas regiões eram dadas como pertencentes a Cabaceiras, ora como a Campina Grande.

Levando em conta todos estes aspectos, somei as áreas que formavam o município de Campina grande e cheguei a que este possuía, na segunda metade do século XIX, uma área de aproximadamente 3.000 km².¹⁰ (Ver mapas 1, 2, 3 e 4)

DIVISÃO REGIONAL

Tradicionalmente, o território do Paraíba (como de todo o Nordeste) é dividido em três grandes zonas: Mata, Agreste e Sertão.

10 Além das áreas dos municípios que pertenciam a Campina Grande, acrescentamos Alagoa Nova, deixando de lado outras áreas de influência direta de Campina, como Boqueirão, Cabaceiras, Serra Redonda e parte do Ingá. Deve-se levar em conta que o cálculo é bastante aproximativo, pois os limites dos atuais municípios não correspondem exatamente aos de então.

A Zona da Mata, situada entre o Atlântico e o meridiano da cidade de Campina Grande, ocupa cerca de um quinto do território do estado. Esta zona, outrora coberta por florestas, possui clima tropical-úmido subatlântico e dedicou-se, desde o início da colonização, ao cultivo da cana-de-açúcar.

O Sertão localiza-se da cidade de Campina Grande para o oeste, abrangendo cerca de quatro quintos do território do estado. É uma região semiárida, com estação seca de seis a sete meses por ano, um índice xerotérmico de 150 dias/ano ecologicamente secos e uma pluviometria anual de 500 a 900 mm; a região sertaneja é recoberta pela caatinga, floresta seca, de solos rochosos ou pedregosos, muito pobres em matéria orgânica.



MAPA 04- Área do antigo Município de Campina Grande

O Agreste fica situado entre uma e outra dessas duas grandes regiões; é uma zona típica de transição entre a Mata e o Sertão¹¹, e é nela que se encontra a área que estudo. A essa classificação corresponde, grosso modo, a tradicional divisão entre as áreas da cana-de-açúcar (Zona da Mata) e da pecuária (Sertão), áreas estas que são frequentemente contrapostas política e socialmente¹². São indiscutíveis as diferenças entre a área canavieira da Zona da Mata e o Sertão pastoril, tanto do ponto de vista da exploração econômica quanto dos tipos sociais gerados por estas economias específicas. No entanto, muito mais do que zonas contrapostas, Mata e Sertão representam um todo complementar e integrado, e nesta ligação, o papel de Campina Grande sempre foi de enorme importância.

Por estar numa área de transição, o município de Campina Grande¹³ compreendia várias microrregiões bastante diferenciadas do ponto de vista geográfico, que se uniam numa mesma área econômica, social e política, sob a influência da Vila (1790) e depois cidade de Campina Grande (1864).

Na divisão da área em microrregiões não adotamos a classificação do IBGE¹⁴ mas a encontrada em estudos recentes que, baseados em características geomorfológicas, são mais precisos no detalhamento das microrregiões existentes¹⁵. Tal classificação permite entender melhor as possibilidades agrícolas da região, ao mesmo tempo que seus contrastes. Tínhamos, então, na grande área abarcada por Campina Grande, sete microrregiões. (Ver mapa 5)

11 COELHO, Modesto Siebra (coord.), *Geographie et Ecologie de la Paraíba – (Brésil)*, Brasília/Paris, C.N.Pq. e C.N.R.S.; UFPB e *Centre d'Études de Géographie Tropicale du C.N.R.S Paris*, 1979, mimeo. P.10.

12 ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963, p.6 e 7.

13 De agora em diante, sempre que falamos de Campina Grande, estaremos nos referindo aos limites da época estudada.

14 IBGE, IX *Recenseamento Geral do Brasil – 1980*

15 PROST, Gerard, “O Cariri semiárido transformado pelo agave”, in *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, nº. 2, ano 30, abril/junho de 1968. AGUIAR, GRABOIS, DUQUÊ, PENA CASTRO MARIN. *O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba – O Cariri Paraibano*, Campina Grande, UFPB, 1983; GRABOIS, VALVERDE AGUIAR, *Estudo Regional do Seridó. Curimataú e Agreste de Esperança*. Campina Grande, 1981. mimeo.

MICRORREGIÕES	ÁREAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE
Brejo	Parte sul de Alagoa Nova.
Seridó	Faixa sul de Pocinhos.
Agreste Campinense	Alagoa Seca, Massaranduba, parte de Campina Grande e de Queimadas.
Agreste Baixo ¹⁶	Fagundes.
Carií	Parte de Pocinhos, de Campina Grande e quase todo Queimadas.

FONTE: GRABOIS; José, VALVERDE, Orlando, AGUIAR, Maria José. Estudo Regional do Seridó, Curimataú e Agreste de Esperança. Campina Grande, 1981, mimeo.

RELEVO E GEOMORFOLOGIA

Para Maria Gelza de Carvalho, a Paraíba pode ser dividida em dois grandes grupos geomofológicos, na combinação de formas de relevo com geologia e clima: um Setor Oriental úmido e subúmido e um Setor Ocidental subúmido e semiárido. A linha divisória entre estes dois setores é a parte oriental do Maciço da Borborema, “desde a calha do rio Paraíba do Norte até as primeiras curvas de nível que, ao norte, evidentemente o vale do Curimataú”¹⁷.

Nessa classificação interessa-nos o Setor Ocidental. O município de Campina Grande tinha seus limites orientais coincidentes, do sul até Alagoa Nova, ao norte, com a linha divisória entre os dois setores (ver mapa n.º. 6). Esta área é de estrutura cristalina, de origem pré-cambriana¹⁸.

A sudeste, na região leste de Aroeiras, Itatuba e Fagundes, encontra-se pequena parte da depressão sublitorânea. A Serra do Urucu evidencia os primeiros esporões do Maciço da Borborema, a partir do nordeste de Fagundes. Daí, em direção ao norte, temos uma área elevada aplainada e os esporões se afastam bem para leste (serras do Boqueirão,

16 A classificação é do geógrafo, professor José Graboís.

17 CARVALHO, Maria Gelza de, Estado da Paraíba – classificação geomorfológica, João pessoa, UFPB-FUNAPE-Editora Universitária, 1982, p.15.

18 Id. Ibid., p.45

Quirino e Raiz). Na altura de Alagoa Seca voltam a surgir, quase que abruptamente, as escarpas orientais do maciço, que sobem pela região do Brejo¹⁹. As serras da Raiz, do Espinho, da Onça, do Surrão, do Bodopitá, do Fagundes e a Serra Verde formam o contraforte oriental da Borborema.

As altitudes medias de 100 metros, comum na depressão subli-torânea, aumentam para 200/300 metros na altura da serra do Uruçu, chegando a atingir entre 600 e 700 metros na escarpa oriental²⁰.

Para oeste da escarpa oriental surge a superfície elevada aplainada do Planalto da Borborema, onde se localiza quase toda a área em estudo. O nível altimétrico entre 600/750 metros da escarpa vai diminuindo de altitude, na direção do vale do Paraíba, para 400/500 metros à altura de Campina Grande²¹. Esses dois níveis são classificados, geomorfológicamente, como Superfície da Borborema, o mais alto, e Superfície dos Cariris, o mais baixo²².

O Agreste paraibano, em contato tanto com clima úmidos como com os climas semiáridos, tem uma superfície aplainada mais preservada no setor sul, “dissecada, em seu conjunto por talvegues rasos e abertos, que separam colinas de formas arredondadas e suaves. Esta feição morfológica é bem caracterizada na altura de Pocinhos/Remígio e ao norte de Campina Grande”²³.

Nesta região aplainada há poucas serras: a do Monte (500/600 m), nos limites atuais de Campina Grande, Boqueirão e Cabaceiras; a do Bodopitá (500 m) e a da Catuama (500 m), que cortam Queimadas e Fagundes, ao norte; e a serra do Uruçu esporão oriental da Borborema), em Aroeiras.

19 Id. *Ibid.*, p.38.

20 Id. *Ibid.*, p.11

21 Id. *Ibid.*, p.46

22 d. *Ibid.*, p.11

23 Id. *Ibid.*, p.11

HIDROGRAFIA

O Maciço da Borborema atua como distribuidor da rede hidrográfica da Paraíba, em todas as direções. O estado conta com algumas bacias hidrográficas, sendo a maior delas a do rio Piranhas, que domina quase toda a metade ocidental do estado. A leste, o litoral é todo recortado por rios que descem da vertente oriental da Borborema.

Os diversos rios que grosseiramente demandam diretamente o litoral recortam a encosta, festonaram-na e desmantelaram os patamares intermediários que a precedem. Por este motivo, alguns destes vales tiveram grande penetração no estabelecimento dos caminhos coloniais e desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de várias aglomerações, Campina Grande sendo a mais importante delas.²⁴

Por essa área passam dois rios considerados, depois do Piranhas, os mais importantes do estado, apesar de não serem rios perenes: o Paraíba e o Mamanguape. O Paraíba, formado pelos rios Sucuru, Meio e Serra, ao sul de São João do Cariri, corre para o litoral, tendo como afluentes importantes, à margem esquerda, o Taperoá, o Bodocongó, o Paraibinha, o Guarinhém e o Gargaú. À margem direita recebe vários riachos, como o São Miguel, o Santo Antônio, o Natuba, o Una, etc. O Mamanguape, considerado o terceiro rio do estado, nasce em Pocinhos, na Lagoa Salgada, e corre daí para o litoral norte do estado. Na área estudada, corta Pocinhos, Areal, Alagoa Seca, Lagoa da Roça e Alagoa Nova.

Apesar de tanto o Paraíba, pelo Sul, quanto o Mamanguape, pelo Norte, cortarem a região, sua influência parece não ter sido grande, pois as áreas banhadas por eles são pequenas. A maior parte da região é coberta por pequenos rios e riachos intermitentes: Floriano, Catolé, São Pedro e Cordeiro, em Pocinhos; afluentes do Mamanguape em Areal, Lagoa da Roça, Alagoa Nova, Montadas e Puxinaná; Riachão, Tigre

24 SSEC, Campina Grande, um cetro comercial do Nordeste, Campina Grande, coordenação de José Artur Rios, mimeo (década de 70).

e Marinho em Massaranduba; Cedro, Camaraú e Muquém em Fagundes; Muquém, Pereio e Bodocongó em Queimadas; Floriano, São Pedro, Catolé, Bodocongó, Tatu, Marinho, Camararé, Surrão e Piabas em Campina Grande.

Mesmo estando quase toda fora das áreas mais duramente atingidas pela seca, nota-se toponímia local a importância da água. É imensa a quantidade de nomes que se referem a lagoas, alagoinhas, cachoeiras, olhos d'água, várzeas, riachos, riachões, açudes, açudinhos, tanques, águas doces, águas pretas, águas salgadas, etc.

O CLIMA

“No Nordeste, é o clima o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e o que preocupa o homem”²⁵.

É a partir do clima que se divide o Nordeste nas três grandes regiões de Mata, Agreste e Sertão.

Enquanto que no Litoral (Zona da Mata) o clima é quente e úmido, com um nível pluviométrico anual entre 1.000 e 2.000 mm, o Setor Ocidental da Borborema é caracterizado, predominantemente, “pelo clima BSh de Köppen, ou seja, semiárido²⁶”. A região de Campina Grande encontra-se justamente na passagem da Zona da Mata à Diagonal da Seca. “Seu máximo pluviométrico vai de abril a junho, como no litoral, enquanto que a estação seca se situa em fevereiro, como em vários pontos do Cariri²⁷”.

Temos, em nossa área, dois tipos de clima bastante destacados, o do Brejo (úmido) e o do Cariri (semiárido) e, entre eles, vários micro-

25 ANDRADE, Manuel Correia de, op. cit. p.25.

26 CARVALHO, Maria Gelza, op. cit., p. 42.

27 COELHO, M. Siebra, op. cit., p. 9

climas. A região do Brejo (e quase todo o Agreste de Esperança) está situada na escarpa oriental do Maciço da Borborema e volta-se para o Atlântico, recebendo os ventos úmidos dos alíneos de SE. Possui um índice pluviométrico anual de 1.300- mm, com nove meses de estação chuvosa, nuvens e nevoeiro ²⁸.

A área do Brejo, essencialmente favorável à agricultura, é “uma zona de vales acentuados, de encostas íngremes de fundos estreitos, entre chãs interfluviais que representam o topo do antigo planalto²⁹”.

Em contraste com o Brejo, a região do Cariri, em pleno semiárido, é das mais secas. A estação seca começa em maio e vai até janeiro-fevereiro. Nos setores mais rigorosos, “os índices xerotérmicos podem conter 300 dias/ano ecologicamente secos. O Planalto dos Cariris tem, em Cabaceiras, o recorde da seca em todo o Brasil, com menos de 250 mm de precipitações anuais ³⁰”.

Ao Cariri juntam-se áreas do Seridó e do Curimataú, formando uma sub-região semiárida e mesmo árida, nos pontos onde o relevo local cria barreiras aos ventos do SE³¹. A região do Agreste, trecho norte da superfície aplainada do Maciço da Borborema, possui um clima semelhante ao do Brejo, com índices pluviométricos entre 800 e 1.000 mm/ano. Em Campina Grande, a pressão atmosférica do ar (mb) é em torno de 950,0 mb (949,8 em janeiro e 955,0 em julho), com uma temperatura máxima média de 30,6 °C e mínima de 17,6 °C ³².

Para o nordestino clima é sinônimo de regime de chuvas e aqueles que estão ligados à terra só distinguem duas estações – inverno, a época das chuvas, que vão de maio a junho, e verão o resto do ano. Se não chove, não há inverno.

28 Id. *Ibid.*, p. 9

29 VALVERDE, Orlando, “O uso da terra no Leste da Paraíba”, in *Revista Brasileira Geográfica*, XVIII, 01/03/1955, p. 49.

30 COELHO, M. Siebra, op. cit. p. 9 e 58.

31 CARVALHO, Maria Gelza, op. cit. p. 43.

32 Dados do Instituto Nacional de Meteorologia e da Sudene, citados no *Anuário Estatístico...*

SOLO E VEGETAÇÃO

Nas microrregiões semiáridas (Cariri, Seridó e Curimataú) encontramos dois tipos de solo. Nos locais mais áridos – com índices pluviométricos inferiores a 400 mm/ano – há o domínio dos solos litóficos, onde prevalece a caatinga herbácea. Nas áreas de índice pluviométrico entre 400 e 800 mm/ano, encontram-se os solos Brunos não cálcicos, com a caatinga arbustiva. Na região subúmida (800 a 1.000 mm/ano) predominam os latos solos e podzólicos, com mata caducifólica e subcaducifólica de transição das regiões de serra às de caatinga³³.

O solo pode compensar ou agravar a aridez do clima. Nas regiões semiáridas, os solos arenosos empobrecidos pela lixívia quando há chuvas fortes, tornam-se pobres para a agricultura, pois a violência das chuvas empurra as partes finas do terreno, deixando na superfície forte concentração pedregosa – são os litosolos. Já onde não chove muito, este tipo de solo retém a água como reserva para a estação seca.

Os solos argilosos, com maior potencialidade química, são pouco aproveitáveis em climas secos. Neste caso, há uma hidrólise insuficiente dos minerais, pouco permeáveis que são, porque a água absorvida é rapidamente bloqueada perto da superfície, pela elevada capacidade de retenção que este solo possui. Na estação seca, então, a textura fina do solo favorece a subida capilar da água e sua evaporação rápida. Na estação úmida, a água fica bloqueada, e quando as chuvas param o solo seca e endurece. Pode ser um solo bom em climas úmidos, mas não favorece o desenvolvimento da vegetação e da agricultura nos climas secos³⁴.

Nas microrregiões úmidas ou subúmidas (Brejo, Agreste de Esperança e Agreste Campinense), em especial no Brejo, os solos são ricos em húmus, por serem antiga floresta. São solos arenosos (os chamados regosolos), a maior parte embranquecida pelo gnaisse e pelo granito,

33 CARVALHO, Maria Gelza, op. cit. p. 43 45

34 COELHO, M. Siebra, op. cit. p. 101.

com ocorrência de afloramentos dispersos de granito, sob a forma de matações³⁵.

A região do Agreste, como um todo, é bastante marcada por uma vegetação primitiva, de floresta densa, seca, caducifólica e subcaducifólica, próxima da caatinga, enquanto que no Brejo a vegetação é semelhante à da Zona da Mata.

No Curimataú, em seu limite com as áreas do Agreste de Esperança e do Brejo, a vegetação mostra-se característica do contato entre zonas secas e subúmidas: nas partes mais áridas, aparece como um prolongamento do Cariri, mas quando as chuvas aumentam surge uma paisagem típica do Agreste³⁶. Tal característica, como veremos adiante, permitiu que em 1850 o travessão agrícola chegasse a essa zona.

A caatinga, vegetação típica do Cariri é uma vegetação esparsa, espinhosa, destacando-se nela a macambira, o caroá, o xiquexique e o facheiro³⁷. Possui tapete herbáceo formado de espécies animais de pouca importância e cuja produtividade depende estreitamente do regime de chuvas³⁸. As áreas do Cariri foram sempre, preferencialmente, usadas como pastagens - dados atuais calculam uma cabeça de gado grosso para cada 15 ou 20 ha. A mesma fonte considera que o gado exerce um triplo efeito nesse meio: ao procurar melhores espécies, impõe à flora uma seleção negativa, com a rarefação ou desaparecimento das boas espécies forrageiras; como consequência, germinam espécies lenhosas, que comprometem a regeneração de estratos arbustivos e arbóreos da vegetação; em terceiro lugar, a super-pastagem, suprimindo o tapete vegetal, pode provocar erosões importantes. Estes três fatores agem com maior intensidade quando se trata de rebanhos caprinos³⁹.

35 GRABOIS, VALVERDE, AGUIAR, op. cit. p. 59.

36 COELHO, M. Siebra, op. cit. p. 96.

37 CARVALHO, Maria Gelza, op. cit. p. 56.

38 COELHO, op. cit. p. 106

39 Id. *Ibid.* p. 107.

A SECA

O fenômeno da seca, quase sinônimo de Nordeste, e as providências oficiais para resolvê-lo, acompanham toda a história da Paraíba. A região que estudo sofria tanto seus efeitos diretos como indiretos, porque era principalmente nas regiões do Agreste e do Brejo que se refugiavam os flagelados.

Estudos das causas da seca – conjugações de fenômenos climáticos (temperatura, pressão, regime de chuvas), de relevo, solo, hidrografia e altitudes – foram motivo de especulações, comissões especiais, viagens, providências governamentais, clamores públicos na região e campanha beneméritos no Sul do país. Por detrás do fenômeno, os interesses políticos e as consequências sociais por demais conhecidas.

As secas do extremo Norte delatam impressionadoramente, a nossa imprevidência, embora sejam o único fato de toda a nossa vida nacional, ao qual se possa aplicar o princípio da previsão ⁴⁰.

A primeira seca de que se teve notícias oficiais foi a de 1692. Segundo Irineu Joffily⁴¹ a Paraíba sofreu pouco com ela, pois com apenas 40 anos de colonização, sua “população civilizada” (sic) era pequena. Mesmo assim, há notícias de perda do gado já que espalhado pela capitania. A partir daí as notícias da tragédia se repetem da mesma forma, até os dias de hoje.

Nos limites temporais deste trabalho, a região foi atingida por três grandes secas – 1844/46, 1877 e 1888/89. Antes disso tem-se notícias das secas de 1711, 1721, 1723/27, 1736/37, 1744/46, 1790/93 – a Seca Grande, quando “até os bichos do mato morreram de fome” – e a de 1824/25⁴².

40 CUNHA, Euclides, *Contrastes & Confrontos*, Rio Record, 1975, p. 97.

41 JOFFILY, Irineu, in ALMEIDA, José Américo de, *A Paraíba e seus Problemas*, João Pessoa, A União Cia. Editora, 1980, p. 168.

42 Sobre o assunto ver ALMEIDA, J. Américo, op. cit. e PINTO, Irineu, *Datas e Notas para a História da Paraíba*, Paraíba do Norte, Imprensa Oficial, 1908, vol. I.

A seca de 1844/46 foi uma das maiores, a ela só se comparando a grande calamidade que voltou a se abater em 1877. Há notícias, em 1846, de que só na freguesia de Sousa morriam diariamente de 10 a 20 pessoas. O gado acabou-se quase todo, “pois a seca aniquilou tudo neste ramo da indústria da Província”. O Relatório do Presidente Carneiro de Campos dá conta de que ele pretendia:

ir até a Vila de Campina grande, a fim de providenciar pessoalmente a respeito do grande número de pessoas que, por causa da seca, havia descido do sertão e ali estava vivendo, no último estado de miséria. ... Logo que cheguei a Campina Grande, conheci, que eram, infelizmente, muito verdadeiras as informações que me haviam dado⁴³

Em 1878, o Relatório do Presidente Pereira Vianna falava das consequências da calamidade e nos dá interessante ilustração do que se pensava dela:

... O estado do solo, queimando as lavouras, tem produzido as mais graves preocupações na economia rural, a mais abundante, senão a única fonte das rendas públicas, pelo que tem afetado profundamente as finanças da Província, anteriormente já em mau estado... É um horroroso flagelo (cuja), extinção completa depende da regularidade das estações e da ação providencial...⁴⁴

Mal a população se ia restabelecendo do flagelo que, para José Américo, marcou o povo da Paraíba como “a era de 77”⁴⁵, outra seca ocorreu no estado, a de 1888-1889.

O sertão da Paraíba é uma ruína! Os desastres ocasionados pelas secas de 1877 e 1878 reduziram esta fértil província a um estado de calamidade tão medonho, que o

43 R.P.P. Carneiro de Campos, 1846, p. 51.

44 R.P.P. Pereira Vianna, 1878, “A Seca”, p. 49 a 59.

45 ALMEIDA, J. Américo, op. cit. p 214 e seguintes.

período de 11 anos, de 1879 a 1889 não foi bastante para restaurar sua economia⁴⁶.

O fenômeno da seca reflete-se frequentemente nos inventários, pois muitas vezes a apresentação dos bens teve que ser adiada porque a seca impedia a contagem dos gados; também na prestação de contas de tutoria lê-se com regularidade que “os gados se acabaram por causa da seca”, ou que “a terra não se arrenda, por ser de sertão”.

Não se trata aqui de discutir a questão da seca, mas queremos chamar a atenção, em especial, para as de 1844-1846, de 1877-1878 e 1888-1889, que ocorreram na época estudada.

Qualquer estudo sobre o Nordeste, em qualquer época, tem necessariamente que referir-se à seca, ao fenômeno e às suas consequências. E, sem dúvida, às causas de sua não resolução:

É que o fenômeno climático, tão prejudicial a um quinto do Brasil, só nos impressiona quando aparece; é uma eterna e monótona novidade; estudamo-lo sempre nas aperturas e nos sobressaltos dos períodos certos em que ele se desencadeia. Então, a alma nacional, de chofre comovida, ostenta o seu velho sentimentalismo incorrigível desentranhando-se em subscrições e em sonetos, em manifestos liricamente gongóricos e em telegramas alarmantes; os poderes públicos compram sacos de farinha e organizam comissões, e os cientistas apressados – os nossos adoráveis sábios à la minute – ansiando por salvarem também um pouco a pobre terra, imaginam hipóteses... Sob duplo aspecto nós devemos, em parte, à sua miséria um pouco de nossa opulência relativa, e às suas desgraças a melhor parte de nossa glória. E esta dívida tem mais de 400 anos ⁴⁷.

O Nordeste é visto, tradicionalmente, como uma região problema por sua própria natureza. Com exceção da estreita faixa litorânea, seria

46 Id. Ibid.

47 CUNHA, Euclides, op. cit. p. 99

a aridez, a seca, a inviabilidade econômica. A Paraíba é, no Nordeste, dos estados mais pobres, e a região que estudo abarca, em quase 50%, o semiárido, uma região seca. São inegáveis as dificuldades que este meio natural traz às atividades humanas: solos, pobres, uma rede hidrográfica também pobre, e a seca. Por outro lado, encontram-se regiões muito favoráveis às atividades agrícolas e nas áreas semiáridas o algodão foi cultivado com sucesso. O relevo não criou maiores dificuldades para a penetração do território e, no final do século XVIII, os caminhos estavam abertos por toda a capitania.

A pobreza crônica da região, também inegável, é comumente atribuída às condições físicas adversas, mais uma vez a seca servindo de argumento para encobrir outras situações. Pensa-se, em geral, que no século passado, com exceção do algodão, só a região do Brejo teria sido aproveitada para a agricultura, sendo o Agreste considerado por muito tempo uma área essencialmente de pecuária, onde a pequena produção só apareceria recentemente. No entanto, verificamos no Agreste da segunda metade do século passado, não só grandes propriedades agrícolas, como um espaço relativamente grande ocupado por pequenas e médias propriedades com atividades agrícolas.

Muito mais do que aos elementos físicos, a pobreza da região sempre se deveu a fatores econômicos, políticos e sociais. Dir-se-ia mesmo, ao contrário, que este conjunto de fatores é que agrava a dureza dos elementos físicos. Fatores econômicos (dependência do mercado externo e dificuldades de desenvolvimento do mercado interno), políticos – nos privilégios dados a outras regiões, em detrimento do Nordeste (transferência de mão-de-obra, política fiscal), e sociais – o peso da escravidão (e a forma pela qual se passou aqui do trabalho escravo ao trabalho livre), são suficientes para explicar, sem necessidade de recorrer à seca, a pobreza da região.

Um dos principais motivos da escolha da época estudada foi estar segura de que, justamente na segunda metade do século passado, quando o Brasil passou das “estruturas coloniais ao capitalismo depen-

dente⁴⁸”, é que se constituíram pela combinação de todos os fatores citados, onde os físicos são os de menor importância – as bases para a atual situação de atraso relativo (em relação ao Centro-Sul do país) e absoluto (níveis de vida subumanos) em que vive, até hoje a região.

AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE OCUPAÇÃO DA TERRA

O estudo da estrutura de distribuição de terras, assim como dos regimes agrários, formas de propriedade e, de modo geral, dos sistemas de produção agrícola, não pode dispensar a história da ocupação da terra.

...é exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível, que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. A estrutura agrária – ou seja, a maneira como a terra está distribuída – torna-se assim “pano de fundo” sobre o qual se desenrola o processo produtivo no campo ⁴⁹

A exploração colonial - que se iniciou com a Revolução Comercial e as transformações que na época ocorreram na Europa - organizou-se para oferecer produtos tropicais (e no Brasil, mais tarde, metais preciosos) ao mercado europeu. Em função deste objetivo foi montada a estrutura produtiva do sistema colonial escravista no Brasil, com a hipertrofia dos setores ligados aos produtos de exportação. A empresa colonial teve suas bases assentadas na monocultura (no caso, da cana-de-açúcar), no trabalho escravo e em grandes extensões de terra.

As estruturas produtivas do sistema colonial escravista persistiram ainda por algum tempo, mesmo depois da quebra do “Pacto Colonial” e da independência política. Foi a partir de 1850 que as transformações

48 CARDOSO, Ciro Flamarion S., *Agricultura. Escravidão...*

49 SILVA, José Graziano da, *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, São Paulo, Hucitec, 1981, p. 57.

começaram a ocorrer, consolidando-se por toda a segunda metade do século. O problema da mão-de-obra, que se colocou com a proibição do tráfico negreiro, teria que ser resolvido, e no bojo do processo de sua solução está a Lei de Terras, que marcou o fim da possibilidade de se apossar da terra por outro meio senão o da compra. Estas transformações formam um todo estreitamente interligado. Não por acaso a Lei de Terras foi decretada no mesmo ano em que, por pressão inglesa, cessou o tráfico dos escravos.

A solução do problema da mão-de-obra encaminhou-se no sentido da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. No caso da terra, com a Lei de 1850, as transformações ocorridas consolidaram, por um lado, a estrutura colonial de ocupação da terra, ao mesmo tempo em que a concepção de propriedade mudou radicalmente: a terra passou a ser cabalmente uma mercadoria.

A ocupação da terra e, mais tarde, a Lei de Terras, foram elementos fundamentais para impedir a formação, no Nordeste, de uma "economia camponesa" independente. Em 1850, quase todas as terras já estavam ocupadas, imensas extensões das melhores delas distribuídas entre poucos grandes proprietários. A transformação da terra em mercadoria só fez reforçar o monopólio existente, uma vez que o mercado nascia monopolizado.

ESBOÇO DA CONQUISTA TERRITORIAL

Estabelecidas por D. João III, em 1532, 14 Capitanias Hereditárias, não se mencionava a Paraíba. O atual território do estado estava compreendido nas capitanias de Itamaracá e do Rio Grande.

Ainda no século XVI, procurando assegurar as terras onde a conquista não estava efetivada, foram criadas Capitanias Reais (pertencentes à Coroa), entre elas a Capitania Real da Paraíba, situada entre Itamaracá e a então também Capitania Real do rio Grande.

Em 1580 (ano da união das Monarquias Ibéricas), a povoação de Goiana era, na região, o último ponto da ocupação portuguesa no Brasil. Para o norte, os índios potiguaras do litoral defendiam seus territórios, aliados aos franceses. Portugueses e espanhóis, unidos aos tabajaras, conseguiram, no final dos anos 80 do século XVI, dominar o território, expulsar os franceses, massacrar ou empurrar os índios para o interior e iniciar o cultivo da cana e o preparo do açúcar. Por quase um século a ocupação do território paraibano ficou restrita à faixa costeira.

A ocupação do Sertão só ocorreu na segunda metade do século XVII, por volta dos anos 70. Por aquela época a pecuária já adquirira grande importância. Economia subsidiária em relação ao açúcar, fora por ele expulsada do litoral e obrigada a se interiorizar pelos sertões adentro, apesar das terras não serem as melhores para o pasto.

A conquista do Sertão paraibano deu-se a partir de dois grandes movimentos. O primeiro, efetuado pela Casa da Torre, atingiu principalmente o Baixo Sertão, subindo o rio Piancó a partir do vale do São Francisco. O segundo foi levado a efeito pela subida do rio Paraíba e seus formadores, e do rio Pajeú.

O Planalto da Borborema foi a última região do estado a ser ocupada. Os Cariris Velhos foram alcançados tanto pelo Sertão, seguindo pelas cabeceiras do rio Paraíba para o norte, como por Pernambuco, pelo rio Taperoá, caminho este seguido pelos Oliveira Ledo.

Esta família expandiu-se pelo gado, ganhando grande preeminência em todo o interior, tanto no Sertão como no Agreste, no comando da luta contra os índios. Temos notícias de sesmarias concedidas aos Oliveira Ledo, na parte central do Planalto da Borborema, a partir de 1665⁵⁰. Neste ano, a primeira sesmaria no Planalto foi requerida em comum, por oito membros da família Ledo – 30 léguas⁵¹ pelo rio Paraíba acima, por 12 de largura – dando origem ao povoado de Boquei-

50 ALMEIDA, Elpidio, História de Campina Grande. 2ª edição, João Pessoa, Editora Universitária?UFPB, 1979 p. 15

51 A légua de sesmaria tem 2.400 braças, cerca de 5 km.

ção, na opinião de Celso Mariz o mais antigo curraleiro dos sertões da Paraíba⁵².

Daí por diante a região foi sendo progressivamente ocupada, sucedendo-se os pedidos de sesmarias para colocar o gado, como pagamento pela guerra contra os gentios⁵³. Campina Grande surgiu como aldeamento de índios ariús (cariris), estabelecidos no local, em 1697, por Teodózio de Oliveira Ledo.

Com o povoamento do Planalto da Borborema foi sendo feita a ligação direta com o vale médio do rio Paraíba, através do vale Ingá, evitando-se assim o longo caminho pelo sertão do alto Paraíba. Campina Grande foi ganhando importância, acabando por desmembrar-se de São João do Cariri (nossa Senhora dos Milagres), que ficava na rota do alto Paraíba. O processo do povoamento foi lento. Campina Grande esperou mais de um século para passar a Freguesia (1769); em 1790 foi elevada à Vila (Vila Nova da Rainha) e em 1798 era criado o Município de Campina Grande, que contava então com 3.004 habitantes: 971 brancos, 692 pretos e 1.341 mulatos. Os índios não são mencionados⁵⁴.

AS SESMARIAS

O estudo da instituição das sesmarias no Brasil é ainda bastante incipiente tanto pela dificuldade da pesquisa quanto pela precariedade das informações encontradas. Acham-se dados sobre pedidos de datas de sesmarias e concessão das terras, mas as demarcações são absolutamente imprecisas, o registro muitas vezes não está organizado e a coincidência de doações dificulta o estudo sobre a posse e a ocupação da terra.

52 MARIZ, Celso, *Apanhados Históricos da Paraíba*. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 1980.

53 "Teodózio de Oliveira Ledo aprendera bem a lição de Domingos Jorge Velho, a ponto de exercer sua fúria sanguinária contra os indefesos ariús amalocados em Campina Grande. Uma Carta Régia de 1699 estranha sua violência, matando a sangue frio vários índios desta tribo..." *Documentos Históricos*, vol. 10, p. 379. Citado por PINTO, Irineu Ferreira, op. cit. p. 93 (vol. I).

54 ALMEIDA, Elpidio, op. cit. p. 62.

Em Portugal, a Lei das Sesmarias, legislação de D. Fernando, é de 1375. Numa Europa que vivia a crise do século XVI, a Lei visava principalmente garantir a produção agrícola para o abastecimento da população. A Lei tinha os seguintes pontos principais: a cultura do solo passou a ser obrigatória; caso o senhorio não pudesse explorar todas as terras, deveria dar em arrendamento as que não pudesse cultivar; e a terra não cultivada seria tirada do senhor⁵⁵.

As Ordenações Filipinas definem que “Sesmarias são propriamente as dadas de terra... que foram ou são de algum senhorio e que já em outros tempos foram lavradas e aproveitadas e que agora o não são”⁵⁶.

A Lei das Sesmarias foi incorporada às Ordenações Afonsinas, às Ordenações Manuelinas de 1521, às Ordenações Filipinas de 1603, e mantida depois por D. João IV. Deste modo, em 1534, com a instituição das capitânicas no Brasil, as sesmarias que já eram prática antiga em Portugal, foram para aqui transplantadas e vigoraram até julho de 1822, com o objetivo explícito de garantir a ocupação produtiva da terra.

Durante todo o período em que vigorou, a Lei das Sesmarias quase não apresentou restrições legais para sua concessão: era necessário ser católico e poder produzir nelas. O donatário recebia terras da Coroa, mas não podia doar sesmarias “para si, nem para sua mulher nem para seu filho herdeiro da donatária”⁵⁷. Os reis portugueses procuravam, desta forma, impedir a formação, na colônia, de uma poderosa nobreza territorial, que já haviam subjugado na metrópole desde a Revolução do Mestre de Aviz.

Para os colonos não havia maiores restrições legais, como pode ser comprovado pela distribuição das datas⁵⁸ e os imensos latifúndios

55 RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Proença, 1982.

56 In PORTO, Costa, *O Sistema Sesmarial no Brasil*, Brasília, UB, s/d, p.30. Ver ainda CORREIA FILHO, Virgílio, *Evolução dos Processos de Aquisição de Terras no Brasil*, separata da Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, RJ, Biblioteca do IHGB.

57 Foral de Duarte Coelho, In Fonseca, C. Freire, *A Economia Europeia e a colonização do Brasil*, IHGB/RJ, 1978.

58 JOFFILY, Irineu, *Synopse das Sesmarias da Parahyba*, compreendendo todo o Território do Estado do Mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte, Campina Grande, 1894.

formados pelas Casa da Torre, da Ponte, do Sobrado e por famílias como os Oliveira Ledo.

Havia uma série de condições para a conservação das datas de sesmaria, condições que foram sendo acrescidas, com o passar do tempo e o aumento da povoação. As terras deveriam ser aproveitadas, registradas, confirmadas, pagar o dízimo e mais tarde o foro à Coroa, deveriam ser medidas e demarcadas. Pela Lei, descumprida alguma destas cláusulas, as terras poderiam reverter à Coroa como devolutas.

Evidentemente, os abusos existiram, havendo especulações com as terras recebidas por pedido ou por herança. Para coibir tais abusos seria necessária uma fiscalização impossível de manter em terras tão distantes.

Costa Porto vê em tais abusos a causa dos latifúndios no Brasil;

Fácil assim compreender porque houve tanto latifúndio no Brasil, sobretudo no Nordeste: áreas imensas dadas em sesmarias ao mesmo morador; sucessivas doações, usuais, ao menos nos séculos XVI e XVII; a possibilidade de alargar os domínios por aquisição derivada: doação, compra, herança etc.⁵⁹

Já Antônio de Barros Castro é de opinião que foi o trabalho escravo o gerador do latifúndio. Afirmo Castro que:

... a história mostra e a análise esclarece (sic) que, partindo-se ou não da grande exploração, a ela se chega a partir da implantação do trabalho escravo. O escravismo, portanto, gera a grande exploração.⁶⁰

Discordamos de uma e outra posição. Nem Costa Porto nem Barros Castro parecem colocar a questão de por que foram necessários tanto grandes extensões de terra como o recurso ao trabalho escravo.

59 PORTO, Costa, op. cit, p. 53.

60 CASTRO, Antônio Barros de, "As mãos e os pés do senhor de engenho": *Dinâmica do Escravismo Colonial*", in. PINHEIRO, Paulo Sérgio (coordenador), *Trabalho Escravo. Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p. 50.

Latifúndio e mão-de-obra escrava foram exigências, e, portanto consequências, do tipo de produção implantada pela empresa colonial, pela monocultura da cana, voltada ao abastecimento do mercado externo europeu.

Evidentemente que a legislação de terras permitiu a formação de grandes latifúndios, e que a mão-de-obra escrava só fazia sentido na exploração extensiva da terra. É verdade também que os três elementos – latifúndio, mão-de-obra escrava e monocultura para exportação – estão estreitamente vinculados, sendo o tipo de produção o determinante dos outros dois fatores. A monocultura para exportação implantada na colônia, para compensar economicamente, para ser rentável, precisaria produzir muito, num quadro em que a agricultura intensiva não se colocava. A terra aqui era abundante e a agricultura, necessariamente extensiva, precisava de grandes espaços. O latifúndio se impôs porque foi exigido pela própria estrutura produtiva aqui montada⁶¹, e só a mão-de-obra escrava fazia sentido neste tipo de exploração.

Ester Boserup afirma com justeza que os sistemas de utilização do solo são determinantes da propriedade territorial⁶² e para Manuel Correia de Andrade “... o processo de produção do espaço está naturalmente ligado, determinado pelas razões econômicas que motivaram a ocupação⁶³”.

Inicialmente, a legislação das sesmarias não limitava o tamanho delas. Na maior parte das vezes era apenas mencionado o local e o número de léguas pedidas, e a imprecisão dos limites torna quase impossível o cálculo da verdadeira extensão das datas. Algumas vezes, o próprio colono não sabia o que pedia, solicitando terras de modo genérico e vago: “... na parte onde está o poço chamado Couro das Antas até a parte onde está um ribeiro grande, chamado de Araras”⁶⁴.

61 “As terras são toda a substância dos engenhos”, reconhecia o próprio Conselho Ultramarino, na concessão das mesmas. In VERNHAGEN, Adolfo, *História Geral*, São Paulo, Melhoramentos, 10ª edição, 1978. vol. 3. p. 285.

62 BOSERUP, Ester, *Las condiciones Del desarrollo em la agricultura*, Madrid, Tecnos, 1967.

63 ANDRADE, Manuel Correia de, *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981, p. 14.

64 Documentos Históricos, In PORTO, Costa, op. cit. p. 110 a 113.

Adiantava que não sabia “as léguas que há do dito poço até o dito ribeiro”; ou solicitando “todas as terras que se acharem devolutas e sem dono”; ou “toda terra e sobra que estiverem dentro das ditas confrontações”; ou “ toda a mais que se achar de situação de gados”; ou ainda “todas as terras que nesses meios se acharem”⁶⁵.

Depois de pedidas e concedidas às datas era preciso registrá-las. Alguns colonos deixavam de fazê-lo, ou adiavam-no para fugir ao pagamento do foro, mesmo correndo o risco das terras serem doadas a terceiros.

Pela Carta Régia de 20 de janeiro de 1699, a distribuição das sesmarias ficou melhor organizada. Resolveu-se que as pessoas que tivessem muitas léguas, se as tivessem ocupadas continuariam com elas; caso contrário, quem denunciasse o abandono poderia requerê-las para si; ficava limitada a área das sesmarias em no máximo três léguas de comprimento por uma de largo, ou légua e meia em quadro. Obrigava-se à confirmação da data pelo rei, dentro de um ano e um dia, e ao pagamento de um foro à Coroa, além do dízimo.

De certo modo, a exigência de confirmação dificultava a legalização das terras, mas, como dizia Brandônio nos DIÁLOGOS, não havia morador tão desamparado que não tivesse no Reino algum parente ou amigo a quem pudesse mandar seus papéis.

Antes da Carta Régia de 1699, as terras eram dadas sem foros, a não ser que tivessem senhorio; como as terras do Brasil eram “de nenhum senhorio”, apenas pagava-se o dízimo à Ordem de Cristo, recebido pela própria Coroa. Pela Carta:

... as terras que se derem de sesmaria se principiará a pagar o foro delas, do dia em que for passada a carta de sesmaria em diante, à razão de 4 mil réis por légua nas datas de sertão e 6 mil réis por légua nas que são chegadas à Marinha⁶⁶.

65 Id. *Ibid.*

66 Id. *Ibid.* p. 110 a 113.

Mas só a partir de 1777 as cobranças seriam efetivadas. O sistema das sesmarias foi abolido em 1822. Daí até 1850 passou a vigorar o princípio da ocupação efetiva do solo. Vígorando praticamente por três séculos, o sistema das sesmarias está à base da formação de toda a nossa estrutura fundiária. Julio le Riverend Brusone mostra, ao analisar o regime de apropriação da terra na América, que toda a legislação sobre a terra, na América Colonial, não fez mais do que consagrar o “fato consumado” do apossar-se livremente da terra⁶⁷.

A LEI DE TERRAS

A Lei Nº. 601, de 18 de setembro de 1850, estabeleceu em seu artigo primeiro: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”⁶⁸.

Para os que já possuíam a terra foram fixados três pontos básicos: 1) os sesmeiros que satisfizessem as exigências da Lei, ou seja, as dos registros de terras seriam considerados legítimos;

2) os que não o fizessem, ilegítimos;

3) aqueles que simplesmente tivessem se apossado de terras, em solos ocupados por uma situação de fato, seriam considerados simples posseiros.

Os sesmeiros irregulares, que tendo recebido sesmarias não cumpriram as exigências legais, podiam pedir sua revalidação. Diz o artigo 4º da Lei: “Serão revalidadas as sesmarias e outras concessões... que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura morada habitual do respectivo sesmeiro”.

Quanto aos simples posseiros, quantidade bastante considerável: “Serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupa-

67 LE RIVEREND BRUSONE, Julio, *Problemas del régimen de apropiación de la tierra*, in GARCIA MARTINEZ, Bernardo et alii, *Historia y Sociedad em el mundo de habla española*, México, El Colégio de México, 1970

68 *Coleção das Leis do Império do Brasil*, 1850. T. II, parte 1ª, seção 44ª, Biblioteca do IHGB/RJ.

ção primária ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual”.

A Lei marcou prazos, dentro dos quais deveriam:

... ser medidas as terras adquiridas por posse ou por sesmarias ou outras concessões... Aqueles que deixarem de proceder à medição nos prazos marcados serão reputados caídos em comisso e perderão, por isso, o direito que tenham, ... conservando-o somente para serem mantidos na posse da terra que ocuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.

Sem a medição o morador não obteria o título, e com isso perderia o direito de poder hipotecar as terras e, mais tarde de receber qualquer crédito por ela. Passava a ser obrigatório medir e demarcar as terras. A 30 de janeiro de 1854, a Lei foi regulamentada, tendo início o registro de terras, efetuado nas respectivas paróquias.

O registro de terras, em geral, foi realizado. Mas na região de Campina Grande a demarcação e à prévia medição das terras, não ocorreu.

Vários autores têm destacado a importância da Lei de Terras para as transformações ocorridas na economia brasileira na segunda metade do século passado. As análises mais completas sobre o assunto ligam a questão da terra à resolução do problema da mão-de-obra⁶⁹. José de Souza Martins considera a necessidade do “cativeiro da terra” para que o trabalho se tornasse livre. Graziano concorda com esta análise: a Lei de Terras, vedando o acesso à propriedade territorial, obrigou a mão-de-obra livre nacional a vender sua força de trabalho.

Ciro Flamarion aprofunda a análise, mostrando a estreita ligação das questões mão-de-obra/acesso à terra, não só em 1850, mas por toda

69 Sobre o assunto ver, em especial: CARDOSO, CIRO F.S., *Agricultura...*; com BRIGNOLI, Hector Perez, *História Econômica da América Latina*, RJ, Graal, 1983; *Progresso Técnico...*, MARTINS, José de Souza, *O Cativeiro da Terra*, SP, LECH, 1979; COSTA, Emília Viotti, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, SP, Grijalbo, 1977; Cardoso, Ciro F. “The problem of land in the transition to capitalism in Latin America and Caribbean (nineteenth century)”, *In Agrarian Reforms: Comparative Studies*. Eighth International History Congress, Budapest, 1982.

a segunda metade do século. O estabelecimento do novo sistema, pelo qual a terra tornou-se mercadoria “corrente”, coincidiu, quase que exatamente, com a crise da escravidão no Brasil, já que a Lei, definindo o acesso à terra, é de 1850, o mesmo ano em que foi abolido o tráfico de escravos. Também a Lei, que tornou mais fácil e efetivo o confisco das propriedades dos senhores de terra falidos, foi regulamentada em 1886, dois anos antes da Lei que, em 1888, acabara com a escravidão⁷⁰.

Visando principalmente organizar a questão de terras em benefício dos grandes proprietários, a Lei consolidou a oligarquia territorial por duas formas: vedou o acesso à terra àqueles que não possuísem meios para adquiri-la por compra, e não só possibilitou a continuidade dos latifúndios existentes como ampliou esta possibilidade. Somente os grandes latifundiários tinham condições de registrar suas terras, não só pelo dinheiro a ser pago, como pela facilidade em dirigir-se aos locais para fazê-lo. Havia ainda a possibilidade de registrar como suas terras que lhes interessassem e que estivessem em mãos de pequenos posseiros. A antiga falta de demarcação criou também condições para que o latifúndio avançasse sobre terras que, mesmo legalmente adquiridas como sesmarias, não tinham suas fronteiras bem demarcadas. Fechou-se assim o grupo da oligarquia latifundiária. “A política agrária oficial, que sempre se articulou funcionalmente aos interesses dos proprietários de terras e dos comerciantes, tem necessidade de um ordenamento legal, para uma situação onde predominava a ocupação de fato do solo”⁷¹. Este ordenamento foi a Lei de Terras.

Organizado visando, num primeiro momento, as terras do café, o controle do registro de terras foi bem menor no Nordeste, em especial nas regiões mais afetadas do litoral. No Sudeste, principalmente depois de 1860, com a criação do Crédito Agrícola (que beneficiava em especial os fazendeiros do café), tornou-se obrigatória a demarcação e o registro de terras para a obtenção dos benefícios legais.

70 CARDOSO, Ciro F. S., *The problem of land...*

71 CARDOSO, Ciro F. Santana. Op. cit.

No Nordeste, se a lei não permaneceu letra morta – na Paraíba os registros começaram a ser feitos a partir da regulamentação da Lei, em 1854 – foi muito menos controlado, em especial no que se refere à demarcação. A Lei visava, principalmente, garantir o monopólio da terra nas áreas onde este ainda não estava assegurado, como era o caso da região cafeeira paulista. No Nordeste, onde o monopólio já era efetivo, não havia necessidade de controlar a aplicação da Lei.

Irineu Joffily fez um levantamento das sesmarias concedidas na Paraíba e em parte do Rio Grande do Norte⁷². É um levantamento de 345 sesmarias: 10 concedidas no século XVII, 11 no século XIX e as restantes no século XVIII. Mas pouco nos esclarecem sobre a posse da terra em Campina Grande. Das 345 sesmarias arroladas, menos da metade das que foram concedidas no período colonial, a imensa maioria diz respeito a terras do sertão ou parte do Cariri, que não são abrangidas em meu trabalho. Não foi possível identificar, também, a região onde algumas das sesmarias eram concedidas. Além da imprecisão dos limites, vários nomes indígenas da época foram mudados e muitos se repetem com frequência.

João Lira⁷³ relacionou os registros de terras feitos a partir de 1854, conforme a regulamentação da Lei. Mas tais registros foram efetuados com os mesmos limites imprecisos encontrados nos inventários e livros de nota, sendo que a maioria esmagadora das terras não estava demarcada. Veja-se um exemplo:

Aos 26 dias do mês de maio de 1856, nesta povoação de Taquara, em Casa de minha residência me foi apresentada nota do teor seguinte: Eu, João de Sá Cavalcanti e Albuquerque, declaro que possuo na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campina Grande, uma parte ou sorte de terras, no lugar chamado Bodopitá, ficando elas

72 Joffily, Irineu, *Synopsis das Sesmarias...*

73 Os Registros Paróquias de Terra, copiados por João Lira no Arquivo Público do Estado da Paraíba, desapareceram. Só resta hoje, no Arquivo de João Pessoa, a foto do autor, junto à pilha dos registros encadernados que quase lhe chegava aos ombros.

de um e outro lado do rio do nome do falado lugar, e confinando pelo norte com a fazenda chamada CAISSARA; pelo sul com a BAIXA VERDE, pelo nascente com a PITOMBEIRA e pelo poente com a de PAUS BRANCOS; ignoro a extensão da referida terra..." (Ass.) O Vigário Manoel Vicente de Araújo.⁷⁴

João Lira pôde apenas compilar os registros efetuados na capital da Província, em Mamanguape e outros povoados, municípios e vilas do litoral, não chegando a publicar os registros do interior. A medição e demarcação de terras no município de Campina Grande e, acreditamos, em grande parte do Nordeste, foi ocorrendo aos poucos, no transcorrer do século. Somente a partir de 1870 começam a ser feitas com maior precisão, e assim mesmo em quantidade muito pequena, no Registro de Hipotecas.

É fácil imaginar que a confusão existente desde o início da concessão de sesmarias persistiu por muito tempo, possibilitando a vigência da lei do mais forte e do mais poderoso: ganhava a terra quem tivesse maiores recursos para ocupá-la, defende-la, tomar a posse do vizinho e recorrer à justiça.

Sendo os representantes da justiça os próprios grandes proprietários, ou pessoas estreitamente ligadas a eles, os pequenos posseiros sequer podiam pensar em recorrer a ela. De maneira quase absoluta a questão era resolvida pela força. Diz Irineu Joffily:

Poucos dispõem de recursos para pagar quantia superior a 100 mil réis, custo de uma certidão de sesmaria na secretária do governo, e assim permanecem intermináveis quase todas as questões de terra, dando lugar frequentemente a sangrentos conflitos e, algumas vezes, a verdadeiras hecatombes.⁷⁵

74 LIRA, João. *Apointamentos para a História Territorial da Paraíba*, Cidade da Paraíba, Imprensa Oficial, 1911, vol.2, p. 43.

75 JOFFILY, Irineu, op. cit. p. XI. Só encontramos um documento sobre disputa de terras (ver anexo 1)

Ao fazer um rápido histórico da apropriação da terra, não se pode deixar de mencionar os homens que a ocuparam.

A América Latina é um legado da dominação colonial. Nossa fisionomia particular provém de um cadinho de culturas e civilizações que se amalgamaram através do caos de uma destruição gigantesca, na América Indígena e na África Negra, sob o domínio político, econômico e ideológico da Europa Ocidental.⁷⁶

Foi expulsando e exterminando os índios e recorrendo à mão-de-obra escrava negra que os portugueses ocuparam a terra. A influência das duas etnias vencidas, nos regimes agrários, ainda está por ser melhor esclarecida⁷⁷. Quanto à ocupação do solo, seu papel, onde e quando existiu, parece ter sido pequeno e não foi registrado⁷⁸. Os próprios cálculos sobre a população indígena são pouco confiáveis.

O litoral norte da Paraíba era ocupado por duas nações Tupi: a Tabajara, ao norte do rio Paraíba, e a Potiguara, ao sul. Todo o interior, do Planalto da Borberema para o Sertão, era domínio da nação Cariri: curemas, ariús, pegas, icós, sucurus, panatis, goiacus, paiacus, etc⁷⁹. Dos índios que ocupavam o território brasileiro à época da descoberta e da conquista, os cariris estão entre os menos conhecidos. Nem mesmo sua língua foi de todo traduzida. Para muitos autores isso se deveu ao fato dos cariris terem sido, em algumas regiões (entre elas a estudada), inteiramente dizimados. Mas para o Sertão, onde sobreviveram, os que restaram ter-se-iam aculturado rapidamente, o que seria comprovado pelo próprio tipo dos homens da região.

76 CARDOSO e BRIGNOLI, op. cit., p. 60.

77 Id. Ibid. Em especial as páginas 37 a 42, "Agricultura e sistemas agrários na América Pré-Colombiana em vésperas da conquista"

78 JOFFILY, Irinei, Notas sobre a Parahyba, Brasília, Thesaurus, 1977

79 SIQUEIRA, Batista, *Os Cariris do Nordeste*, Rio, Cátedra, 1978; SOUSA, Gabriel Soares de *Tratado Descritivo do Brasil*, em 1587, São Paulo, CEN/USP, 1971, Brasileira, vol. 117. 77

Além de precárias – e por isso mesmo - as notícias sobre os cariris são bastante controvertidas. A única notícia efetiva que temos sobre os índios na região, à época estudada, é a menção de algumas áreas do município dadas como patrimônio dos índios; mas não há sinal de qualquer agrupamento deles. No entanto,

... Mesmo nas regiões onde o índio foi dizimado ou expulso, sua influência fez-se sentir na tecnologia, no consumo de plantas domésticas da América, etc. De maneira análoga, as comunidades indígenas adotaram plantas e técnicas de cultivo oriundas da Europa e igualmente animais que antes desconheciam. No plano das concepções sobre a propriedade e o uso da terra houve, porém consideráveis intercruzamentos.”⁸⁰

Seria preciso um estudo mais cuidadoso, em cada região, destas influências, para termos um quadro mais complexo de nossa história agrária. O mesmo ocorre em relação ao elemento negro. Já não se discute tanto, hoje, a importância da mão-de-obra escrava na região, mas o grau de sua influência nos regimes agrários ainda está por ser determinado. Por exemplo, não existe um levantamento sobre os quilombos, no sentido de sua duração e influência na estrutura agrária. Falta também identificar a participação dos negros na pequena produção.

Em algumas regiões da América espanhola esta questão está bem estudada⁸¹. Em relação ao Brasil, sabe-se alguma coisa sobre a Bahia, mas, em geral, os tradicionais esquemas latifúndio-minifúndio têm impedido maior pesquisa sobre nossa realidade agrária, sobre a “face oculta” da agricultura brasileira⁸².

Foi o elemento europeu, o português, que ocupou a terra e decidiu de sua exploração. Suas tradições foram para cá transplantadas, passando por decisivos processos de adaptação a uma situação nova, muito diferente da europeia (como a abundância de terras e a monocultura) e fortemente influenciadas pelas tradições negra e indígena.

80 CARDOSO e BRIGNOLI, op. cit., p. 60.

81 Id Ibid

82 LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C. Teixeira da, op. cit.

Alguns portugueses que chegaram ao Planalto da Borborema eram oriundos de grupos mais abastados da Europa e com foros de nobreza adquiridos, geralmente, em serviços prestados ao rei em outras terras; chegaram também colonos portugueses de origem mais modesta, geralmente vindos de Pernambuco ou de outras regiões vizinhas da Paraíba.

Do processo histórico de ocupação da terra há três pontos a salientar: a formação do grande latifúndio, como consequência do regime colonial escravista de produção aqui implantado, uma vez que a monocultura voltada para a exportação levou, necessariamente à ocupação de grandes extensões de terra. A abundância de terras e a necessidade de ocupar o interior, assim como a pecuária extensiva, subsidiária da economia açucareira, foram outros fatores que propiciaram a formação de grandes latifúndios pecuaristas.

Os colonos sem maiores recursos, população que crescia com a efetivação da conquista (não tanto pela chegada de novos contingentes portugueses ao Brasil, mas pelo crescimento interno da população), ocuparam pequenas áreas mais próximas dos centros urbanos. Pela simples posse, por compra ou por herança, abriu-se o espaço para pequenas e médias propriedades.

Finalmente, dos elementos humanos que ocuparam o solo, índios e negros forneceram o contingente de mão-de-obra. Escrava, no caso dos negros, escrava num primeiro momento, mas principalmente livre, no caso dos índios (vaqueiros, feitores, etc.). Raramente negros ou índios aparecem como posseiros, antes de 1888, e muito menos como proprietários legalizados. A terra foi ocupada pelo elemento europeu, português, e seus descendentes.

A DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS

Os dados sobre a distribuição de terras no município de Campina Grande, na segunda metade do século passado, foram obtidos através

da análise de 853 inventários, 303 escrituras de compra, venda, hipoteca e doação, realizadas por pessoas que não figuravam nos inventários, e 30 cartas precatórias. Só em alguns momentos, no entanto, trabalhamos com todos estes dados, porque as escrituras e as cartas precatórias apresentam dados referentes apenas às transações efetuadas.

DADOS GERAIS

Dos 853 inventariados, 700 (82% do total) possuíam terras. Como em dois inventários aparece apenas a indicação de posse da terra, contamos um total de 851.

Era a seguinte a composição por sexo, estado civil e número de herdeiros deixados, dos inventariados.

QUADRO 2 - DIVISÃO POR SEXO DOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905

INVENTARIADOS	NÚMERO	PORCENTAGEM
Homens	440	51,5
Mulheres	407	48
Sem indicação	4	0,5
TOTAL	851	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

QUADRO 3 - DIVISÃO SEGUNDO O ESTADO CIVIL DOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1905

INVENTARIADOS	NÚMERO	PORCENTAGEM
Casados	710	84
Solteiros	27	3
Viuvos	103	12
Sem indicação	11	1
TOTAL	851	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

QUADRO 4 - NÚMERO DE HERDEIROS DEIXADOS PELOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840 -1905

INVENTARIADOS	NÚMERO	PORCENTAGEM
Sem herdeiros	4	0,5
1 a 2 herdeiros	88	10,5
3 a 5 herdeiros	221	26
6 a 9 herdeiros	308	36
10 a 14 herdeiros	200	23,5
Mais de 15 herdeiros	21	2,5
Sem indicação	9	1
TOTAL	851	100,0

FONTE:GRABOIS; inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Só foram contados os herdeiros diretos, filhos, ou irmãos no caso daqueles não existirem. A maioria dos inventariados deixou muitos herdeiros: 62% mais de cinco, 26% mais de 10. Este dado é bastante significativo quanto ao fracionamento da propriedade na região, ainda mais se levarmos em conta que, em muitos casos, já tendo falecido herdeiros diretos, seu quinhão hereditários era repartido entre os filhos deles (netos do inventariado), o que dividia ainda mais a propriedade.

Os índices relativamente altos de mortalidade feminina, que quase iguala à masculina, eram devido a mortes por ocasião do parto ou em consequência dele.

O casamento entre a população livre ocorria muito cedo, havendo também forte tendência às segundas e terceiras núpcias.

FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO SOLO

Nesta parte, trabalhei com todos os dados. São 700 inventariados possuidores de 2.736 propriedades; 503 transações de 513 propriedades; e 28 residentes fora do município que tinham 50 propriedades em Campina Grande.

As propriedades distinguem-se quanto às formas de apropriação do solo, em *partes, sítios e propriedades*.

As chamadas *partes de terra* tanto podem ser pequenas porções, utilizadas na produção de subsistência, como maiores extensões de terra sem qualquer benfeitoria. É comum serem classificadas como partes de terra léguas de sesmarias, geralmente utilizadas na pecuária hiperextensiva.

Entre *sítio e propriedade* existe tanto uma diferença de tamanho quanto de utilização. O *sítio* é quase sempre menor que a *propriedade*. Geralmente possui benfeitorias e é utilizado numa economia de subsistência, com boa parte da produção comercializada.

A *propriedade* pressupõe, com raras exceções, exploração comercial, possuindo uma incipiente indústria de beneficiamento de produtos. O termo é quase sempre utilizado como sinônimo de fazenda ou de engenho – engenho, no caso local, refere-se fundamentalmente à lavoura e beneficiamento do algodão, apenas de existirem também engenhos de açúcar.

Quanto às formas de apropriação do solo temos o seguinte quadro:

QUADRO 5 - FORMAS DE APROPRIAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905

FORMAS DE APROPRIAÇÃO	Nº DE PROPRIEDADES	PORCENTAGEM
Partes	2841	86
Sítios	184	5,5
Propriedades	271	8,5
Sem indicação	3	0
TOTAL	3229	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande; Livros de Nota, Cartório do 1º ofício de Campina Grande.

Para os 28 moradores fora de Campina Grande, a porcentagem de propriedades é bem maior. Em 47 (para 3 não há indicação) temos 22 partes de terra, 7 sítios e 18 propriedades, respectivamente 47%, 15% e 38%. Nota-se, em todos os casos, entretanto, a predominância das partes de terra, geralmente pequenas parcelas dedicadas à economia de subsistência.

RELAÇÕES JURÍDICAS

Havia, à época, muito poucas datas sem desmembramento, mas era frequente a menção às antigas sesmarias, que se mantinham como pontos de referência. Por exemplo, as datas do Bravo, Caiçara, Capivara, Catolé, Desterro, Gravatá, Jardim, Jacaré, Ligeiro, Lucas, Marinho, Manuel Pereira da Costa, da Pedra, etc.

A maioria das propriedades tinha sua origem em heranças. O trabalho comum, de vários herdeiros na mesma propriedade, não apareceu com frequência. Quando a propriedade era dos herdeiros, em comum, não havia cerca entre elas, somente um marco. Todos punham gado, morador, etc, mas havia que ser em número igual.⁸³

A compra, como era de se esperar, foi muito mais frequente entre os grandes e médios proprietários.

Encontramos várias propriedades sem indicação de origem, mas é fácil identificar quando não foram adquiridas por compra, pois, neste caso, a nomeação do antigo dono era obrigatória. Pode-se também perceber a origem na herança pela forma de expressão do valor fracionado da terra, como, por exemplo, 12\$319. Outras vezes, propriedades sem indicação de origem nos inventários, aparecem em transações de compra e venda, ou de hipotecas, como antigas posses mansas e pacíficas. A partir destes dados, montamos o seguinte quadro:

QUADRO 6 - RELAÇÕES JURÍDICAS NA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE -
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905

(continua)

FORMAS DE APROPRIAÇÃO	Nº DE PROPRIEDADES	PORCENTAGEM
Herança	1501	55
Compra	831	30,5
Antiga posse	3	0,1
Hipoteca	7	0,25

83 Informação prestada por D. Esmeraldina Agra

FORMAS DE APROPRIAÇÃO	Nº DE PROPRIEDADES	PORCENTAGEM
Outros	4	0,13
Sem indicação	354	12,7
Sesmarias	38	1,32

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

O VALOR DAS PROPRIEDADES

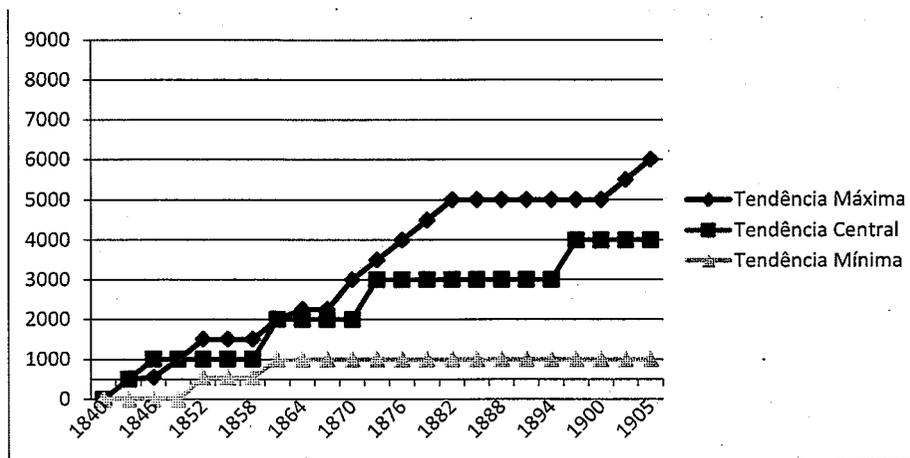
Tomei o valor como base para a classificação das propriedades por não existirem dados que permitiam dividi-las por dimensão. Os dados sobre o tamanho das terras são poucos, e mesmo aparecendo desde 1840, para quase todas as regiões do município, não foi possível estabelecer uma relação segura entre tamanho-valor-localização. Por isso é impossível trabalhar com eles. Por exemplo, no mesmo ano, às mesmas quantidades de terra, situadas numa mesma região, são atribuídos valores diferentes, o que significa, seguramente, diferenças na qualidade da terra (terras altas ou baixas na serra, etc.). Mas a precariedade dos dados não nos permite generalizar.

Numa tentativa de acompanhar a evolução do preço da terra no período, tomei como base o preço médio de terra numa determinada época, a partir da maior quantidade de terra com tal valor (o que está indicado no gráfico com a cor rosa); e uma braça de terra (as cores azul e amarela). (Ver gráfico 1)

Outro fator que me impossibilitou trabalhar com a dimensão da terra foi que somente 13% dos inventários indicam a medição de todas as terras possuídas por um proprietário (a porcentagem é aproximadamente a mesma nos inventários, nas escrituras e nas cartas precatórias); 2% aparecem com quase todas as terras demarcadas; 11% com cerca da metade; 2% com apenas uma ou duas indicações dentre várias propriedades, e 72% sem qualquer indicação. Note-se que estas porcentagens mudam muito pouco nas diversas épocas, sendo praticamente as mesmas para todo o período. Isso quer dizer que tanto na década de

40 como no final do século, foram muito poucas as terras medidas e demarcadas.

GRÁFICO 1 - TENDÊNCIA DA EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA (BRAÇA)
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905



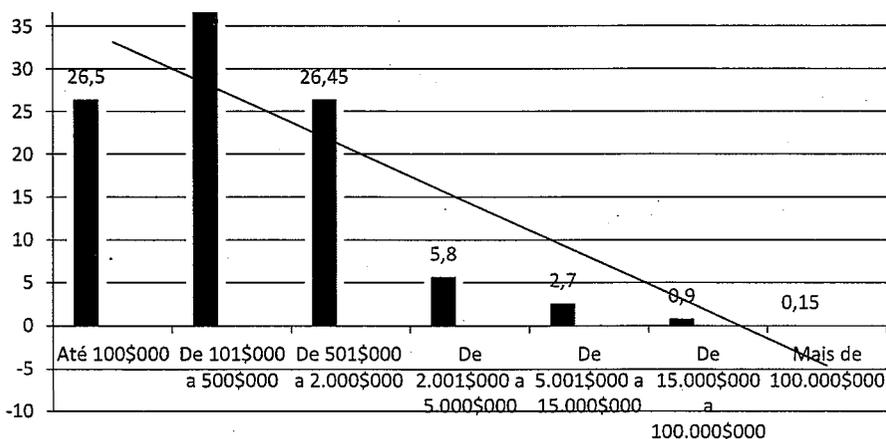
FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Para aumentar a dificuldade, dos 13% que indicam demarcação, menos da metade nos dá uma indicação completa. A maioria declara apenas a testada. É comum ler-se: “tantas braças de testada pelos fundos que se encontrar”.

Só foi possível, portanto, trabalhar com a distribuição de terras tomando como base o seu valor. Resolvi seguir este caminho por ser a única possibilidade de estudar a distribuição de terras no município, no século passado.

Fiz um primeiro levantamento, dividindo os proprietários segundo o valor das terras que cada um possuía. Foi o seguinte quadro, para os 700 donos de terra inventariados:

GRÁFICO 2 - CLASSIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS INVENTARIADOS (%), SEGUNDO O VALOR DE SUAS PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS - 1840-1905



FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande (Ver anexo 2).

O maior grupo de proprietários era o que possuía de 11\$000 a 50\$000 de terra (ver anexo nº. 2). Pouco mais de 25% dos proprietários possuía até 100\$000; até 500\$000 e 77,5% até 1000\$000.

RELAÇÃO VALOR/TAMANHO/LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS

Para estabelecer a relação entre os dados permanentes de que disponho (valor e localização das terras) e os esporádicos (dimensão das terras), dividi o município em cinco áreas, levando em conta, grosso modo, a qualidade da terra (ver mapa nº 7):

ÁREA I: Compreende quase todo o atual município de Pocinhos, (com exceção de sua parte sul e da parte leste da cidade) e a parte ocidental de Areal.

ÁREA II: Abrange o sul de Pocinhos e o extremo-oeste de Campina Grande, fundamentalmente o distrito de Boa Vista.

ÁREA III: Abarca a região de Campina Grande entre Olho d'Água, Riacho Fundo e São Pedro (mais para oeste) e Monte Alegre e

Catolé (mais para leste); a parte ocidental de Queimadas; a parte leste da cidade de Pocinhos e as partes mais ocidentais de Montadas e Puxinanã.

ÁREA IV: As partes orientais de Areal e Montadas; os atuais municípios de Puxinanã, Alagoa Seca, Lagoa da Roça e Massaranduba, além da parte sul de Alagoa Nova.

ÁREA V: Toda a metade leste de Campina Grande, todo o atual município de Fagundes, e quase todo o de Queimadas.



MAPA 07:
Divisão do município em cinco áreas por concentração das propriedades segundo seu valor - 1840 - 1905

Para estabelecer esta divisão, parti, em primeiro lugar, dos limites do travessão agrícola da região. O antigo travessão, que em 1837 passava por Oiti, Alagoa Seca e Lagoa da Roça, foi se estendendo por Cuités, Covão e Açudinho, atingindo Pocinhos em 1850 (Lagoa Salgada, Mares Prestos e Bravo⁸⁴). Mantive, para a melhor região agrícola do município (área IV), os limites de 1837. São as áreas próximas ao Brejo e do Agreste de Esperança.

O Agreste Campinense e o Agreste Baixo (grupo V) são também áreas relativamente homogêneas, além da proximidade do centro comercial da cidade.

O grupo III marca a transição entre o Agreste Campinense e o Cariri de Campina Grande, sendo a parte norte campinense desta área a região por onde se estendeu o travessão agrícola em 1850.

O grupo II, quase todo situado no Cariri campinense, concentrou as propriedades de menor valor encontradas.

A área I, Curimataú e Seridó de Pocinhos, apareceu com uma menor concentração de propriedades e possuía maior número de propriedades de médio valor.

Separando as propriedades por áreas e por épocas foi possível analisar melhor as modificações no preço da terra. Levando em conta as datas limite do trabalho (1850-1905), a desvalorização do mil réis e a subida do preço da terra, conclui que, para qualquer área, a terra nua teve uma variação de preço muito pouco sensível. O valor da terra parece ter sido sempre considerado no conjunto terra/benfeitorias/produção. Penso que isto se explica porque, apesar da dependência quase absoluta da terra em que vivia a população do município, quanto maior o patrimônio global de um proprietário, maior a parte proporcional correspondente à terra, neste total. Dito de outra forma, quanto mais aumenta o patrimônio, maior o peso da terra neste patrimônio.

84 Ver CÂMARA, Epaminondas, Os alicerces de Campina Grande – Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697-1864); Campina Grande, Livraria Moderna, 1943.

QUADRO 7 - PORCENTAGEM DO VALOR DA TERRA NO PATRIMÔNIO TOTAL –
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1850-1905 (PORCENTAGEM APROXIMATIVA).

PROPRIETÁRIOS COM ATÉ:	PORCENTAGEM DO VALOR DA TERRA SOBRE O PATRIMÔNIO GLOBAL
10\$000	0,89
De 11\$000 a 50\$000	2,6
De 51\$000 a 100\$000	6,7
De 101\$000 a 200\$000	10
De 201\$000 a 700\$000	20
De 1.000\$000 a 5.000\$000	25
De 5.000\$000 a 10.000\$000	38
Mais de 10.000\$000	50

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

É preciso notar que quando as benfeitorias são numerosas seu preço aparece separado do valor da terra, o mesmo acontecendo com as culturas mais importantes (ver capítulo II).

Trabalhei até aqui com o total de terras de cada proprietário. Veremos agora o valor de cada propriedade. Encontrei, em todo o período, 3231 propriedades: 2736 inventariadas, 456 constantes de escrituras de compra, venda e hipoteca e 39 em cartas precatórias. Tomando agora as propriedades pelo seu valor, independentemente de a quem pertenciam, montei o seguinte quadro (como 68 das propriedades que aparecem nas escrituras de compra e venda e nas cartas precatórias não especificam o valor do imóvel, não trabalhei com elas):

QUADRO 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES SEGUNDO SEU VALOR
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905 (continua)

VALOR DAS PROPRIEDADES	NÚMERO DE PROPRIEDADES	PORCENTAGEM DO GRUPO DE VALOR SOBRE O TO- TAL DAS PROPRIEDADES
Até 100\$000	1.919	59,6
De 101\$000 a 500\$000	865	26,7
De 501\$000 a 1.000\$000	243	7,5
De 101.000\$000 a 5.000\$000	184	5,6

VALOR DAS PROPRIEDADES	NÚMERO DE PROPRIEDADES	PORCENTAGEM DO GRUPO DE VALOR SOBRE O TOTAL DAS PROPRIEDADES
De 5.000\$000 a 15.000\$000	18	0,5
Mais de 15.000\$000	2	0,1
TOTAL	3.231	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande; Livros de Nota, Cartório do 1º ofício de Campina Grande.

As 3.231 propriedades encontradas localizam-se, fundamentalmente, no próprio município de Campina Grande. Sua localização é a seguinte:

No município de Campina Grande	3.001	93%
Em outros municípios de estado	174	5,4%
Em outros estados	54	1,6%
Sem indicação	2	...

QUADRO 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES EXISTENTES NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905 - POR ÁREA DO MUNICÍPIO (PORCENTAGEM SEGUNDO SEU VALOR)

VALOR DAS PROPRIEDADES	ÁREA I	ÁREA II	ÁREA III	ÁREA IV	ÁREA V
Até 100\$000	1,7	8	8,2	13,8	27,8
De 101\$000 a 500\$000	1,1	1,5	3,8	7,1	13,4
De 501\$000 a 1.000\$000	0,3	0,6	0,8	2,2	3,5
De 1.000\$000 a 5.000\$000	0,1	0,55	0,65	1,2	3,05
De 5.000\$000 a 15.000\$000	0,1	0,05	0,05	0,15	0,2
Mais de 15.000\$000	0,05	0,05
TOTAL	3,3	10,7	13,5	24,5	48,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande; Livros de Nota, Cartório do 1º ofício de Campina Grande.

A esmagadora maioria dos proprietários residentes em Campina Grande possuía terras no próprio município.

As áreas I, II e parte da III eram as de maior concentração da pecuária. O fato destas áreas aparecerem mais vazias, quanto ao número

de propriedades, não significava a existência nelas de terras devolutas. São áreas que possuíam propriedades seguramente maiores que as mesmas do mesmo valor, nas áreas IV e V.

As áreas II e III têm grande número de propriedades até 100\$000 e, em especial, até 50\$000.

É interessante notar que as maiores propriedades do município situam-se nas melhores regiões agrícolas (áreas IV e VI), o que indica a importância da agricultura para a região. Nota-se também a monopolização das melhores terras do município.

LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS

Os 700 proprietários inventariados tinham o seguinte local de residência:

QUADRO 10 - LOCAL DE RESIDÊNCIA DOS PROPRIETÁRIOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905

LOCAL DE RESIDÊNCIA	NÚMERO	%
Morando em sua propriedade:		
Na única	183	
Na principal	294	
TOTAL	447	
Morando no povoado ou centro urbanizado mais próximo da propriedade	139	20
Morando fora da propriedade, na cidade de Campina Grande	36	5,2
Morando mais afastados de suas terras, mas no município (não na cidade)	29	4,1
Residentes no município e só possuindo terras em outro município paraibano	9	1,2
Residente no município e só possuindo terras em outro estado	1	0,1
Sem indicação de moradia	9	1,2
TOTAL	700	0,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Os proprietários campinenses não eram absenteístas. Quase 70% moravam em suas propriedades e cerca de 90% ou em sua propriedade ou bem próximo dela.

Os dados dos Livros de Nota confirmam esta situação. Dos 303 proprietários que aparecem em transações de compra, venda e hipotecas e doações, 278 eram residentes no município, e destes, cerca de 85% em suas fazendas; 12 moravam na Paraíba e 13 em Pernambuco⁸⁵.

Dos 29 proprietários que aparecem nas cartas precatórias, 20 residiam na Paraíba, sete em Pernambuco e para dois não temos especificação⁸⁶.

O fato de na região, o proprietário de terra ser ele mesmo o dirigente do processo produtivo vai fazer, como veremos adiante, que seja o responsável pela introdução de máquinas em suas fazendas, transformando o caráter de sua exploração. Não veremos surgir, no município, uma classe de arrendatários capitalistas, uma vez que será o próprio proprietário da terra a comandar o processo das transformações ocorridas no campo.

RELAÇÕES DE TRABALHO — A MÃO-DE-OBRA ESCRAVA

Darei aqui apenas alguns dados referentes à mão-de-obra escrava, uma vez que a estrutura social será tratada no capítulo terceiro.

É preciso levar em conta que os dados sobre o número de escravos são bastante reduzidos, porque grande parte dos maiores proprietários de escravos foi inventariada depois de 1888. É o caso do Cel. Honorato da Costa Agra, de Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque,

85 Na Paraíba: Areia (1), Pilar (1), Ingá (1), na capital (2), Soledade (1), Mamanguape (1). As hipotecas foram feitas a favor de três comerciantes residentes na capital. Três são de Goiana e 10 de Recife.

86 As cartas precatórias foram enviadas das seguintes localidades: da Paraíba – São João do Cariri (2), Areia (2), Lagoa Grande (2), Cabaceiras (3), Ingá (2), Paraíba (1), Independência (1), Alagoa Nova (6), Vila da Borborema (1), Natuba (1). De Pernambuco: Goiana (2), Limoeiro (1), Recife (1), Itambé (2) e Timbaúba (1).

dos Lourenço Porto e outros. No capítulo III trabalhei com dados sobre seus escravos, obtidos a partir das transações de compra, venda e hipoteca realizadas por aqueles proprietários.

DADOS GERAIS

QUADRO 11 - NÚMERO E PORCENTAGEM DOS POSSUIDORES DE ESCRAVOS SOBRE OS INVENTÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1888

PROPRIETÁRIOS	COM ESCRAVOS		SEM ESCRAVOS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Com terra	275	46,8	205	35	480	82
Sem terra	58	9,9	49	8,3	107	18
TOTAL	333	56,7	254	43,3	587	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Se tomarmos separadamente o total dos possuidores de terra (480) veremos que 57,2% deles possuíam escravos. Dos que não possuíam terra (107), 54,2% possuíam escravos. Neste sentido, a porcentagem não difere muito. O que vai diferir é a quantidade escravos que cada um destes grupos possuía.

A porcentagem do valor dos escravos sobre o patrimônio total nos dá uma noção mais precisa do peso do escravo na economia local. Diferentemente da terra, é preciso agora levar em conta a variação de seu preço no período, que, ao contrário do preço da terra, foi sensível.

De 1840 até 1852 (não encontrei um só inventário de 1853), o preço do escravo manteve-se estável. Nos períodos de 1854-1857 e 1858-1871 aumentou sensivelmente, e a partir de 1872 os preços começaram a cair. O declínio foi lento entre 1871-1884 e bastante acentuado a partir de 1885. Em 1887, início de 1888, o escravo praticamente perdera seu valor de mercado. A partir de 1885 é comum os herdeiros não quererem receber escravos em seu quinhão hereditário e, quando isto acontecia, providenciarem rapidamente para que fossem vendidos.

No cálculo da variação do preço do escravo tomei como base o preço de um escravo homem, entre 18 e 25 anos – o preço mais alto dos escravos (ver anexo 3).

QUADRO 12 - PREÇO DO ESCRAVO, POR PERÍODOS, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1905

1840-1852	1854-1857	1858-1871	1872-1884	1885	MARÇO DE 1888
500\$000	800\$000	1.000\$000 a 1.500\$000	800\$000 a 1.000\$000	600\$000	100\$000

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Foi pequena a diferença do preço do escravo em Campina Grande e Recife. A grande distância de preços, como se sabe, foi entre os escravos do Nordeste e os do Sudeste.

QUADRO 13 - PREÇOS COMPARATIVOS DOS ESCRAVOS EM CAMPINA GRANDE, RECIFE E RIO CLARO (SÃO PAULO) – 1840-1888

ANOS	CAMPINA GRANDE	RECIFE	RIO CLARO
1840-1852	500\$000	450\$000 – 500\$000	550\$000 – 650\$000
1854-1857	800\$000	700\$000 – 1.400\$000	1.177\$000
1858-1871	1.000\$000 – 1.500\$000	880\$000 – 1.500\$000	1.800\$000
1872-1884	800\$000 – 1.000\$000	400\$000 – 886\$000	2.000\$000 – 1.800\$000
1885	600\$000	283\$000	900\$000
1887	400\$000	-	-
1888	100\$000	-	-

FONTE: Para Campina Grande: Inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício; Para Recife: EISENBERG, Peter, *Modernização sem Mudança*, RJ/SP, Paz e Terra/Unicamp, 1977; Para Rio Claro: DEAN, Warren, Rio Claro, *Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura – 1820-1920*, Rio, Paz e Terra, 1977. Os preços de Recife correspondem, respectivamente, ao primeiro e ao último ano do período.

Para avaliar melhor o peso da mão-de-obra escrava na região, organizei quadros com os seguintes dados, pelos períodos de variação do preço do escravo: segundo o valor da terra, número de proprietários no período, porcentagem de proprietários com escravos, número de esca-

vos, média de escravos por proprietário, total dos bens inventariados, porcentagem do peso dos escravos e da terra sobre o patrimônio. Para não sobrecarregar o texto, os quadros foram simplificados e resumidos no quadro XIV e no anexo de número 04.

Para os que possuíam até 500\$000 de terra, excluído o último período, os escravos representavam mais de 50% dos bens. Para aqueles que possuíam terras no valor de 501\$000 a 10.000\$000, os escravos representaram de 30 a 50% de seus bens. Entre os maiores proprietários, até 1885, os escravos representaram menos de 20% de seus bens; a porcentagem aumenta justamente no último período, porque são eles os que podem manter seus escravos até o último ano do cativeiro.

QUADRO 14 - EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO VALOR DA TERRA E DOS ESCRAVOS SOBRE O TOTAL DOS BENS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1888

VALOR DA TERRA	%SOBRE O TOTAL	1840-1852	1854-1857	1858-1871	1872-1884	1885-1888
Até 100\$000	Terra	3,8	2,3	2,3	1,3	0,1
	Escravos	65	52,8	56,5	58,6	14
De 101\$000 a 500\$000	Terra	10,6	8,2	9	11	14
	Escravos	54,6	63,5	50	53,3	38
De 501\$000 a 500.000\$000	Terra	19	12	12,7	19,5	27
	Escravos	47,5	30	46,7	33	37,8
De 1.501\$000 a 5.000\$000	Terra	20	26	19	20,5
	Escravos	34,6	50	40,7	21,5
De 5.001\$000 a 10.000\$000	Terra	35	40,5	37	34
	Escravos	47,3	30,5	44	10
Mais de 10.000\$000	Terra	33	61,5	15,5
	Escravos	18,5	15,6	33

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

A importância da mão-de-obra escrava na região mostra, na mesma proporção, a importância da agricultura, pois era fundamentalmente no campo que os escravos estavam empregados. Mesmo entre os que possuíam pouco valor em terras e poucos bens, ou entre aqueles que não possuíam terras, o peso do escravo foi grande, no total de seu patrimônio.

Como constatei pelas contas de tutoria, e em parte dos próprios inventários (do que trato no capítulo III), a grande maioria dos escravos de proprietários de médios e grandes valores de terra (os que possuíam maior quantidade de escravos) estava ocupada na agricultura. Entre os que tinham pouco valor em terras – e poucos bens, em geral – o escravo, na maioria das vezes trabalhava com o dono, no campo; quando o dono estava ocupado com seu próprio gado ou era vaqueiro de terceiros, o escravo costumava cuidar sozinho dos trabalhos agrícolas. No caso de escravas mulheres, dividiam os trabalhos domésticos e do campo com seus donos, em especial se a proprietária fosse mulher viuva. É curioso notar que, sendo mulheres a proprietária e a escrava, elas trabalhavam juntas no campo, mas o trabalho doméstico ficava sempre por conta da escrava.

As prestações de conta de tutorias, informando das atividades dos escravos, mostram vários deles trabalhando de aluguel. Mas o relativamente reduzido número de contas, em relação aos inventários, não nos permite generalizar. Mesmo considerando a pequena amostragem, montei o quadro que se segue:

QUADRO 15 - GANHO RECEBIDO PELOS ESCRAVOS ALUGADOS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NOS DE 1854, 1858, 1859 E 1862

ANO	IDADE DO ESCRAVO	OCUPAÇÃO	GANHO DIÁRIO	GANHO MENSAL	GANHO ANUAL
1854	17 anos	Agrícola	0\$400
	14 anos	Agrícola	0\$320		
1858	Adulto	Agrícola	0\$528	193\$000
1859	7 anos	?	0\$037	13\$6000
1862	34 anos	doméstica	0\$100	3\$000

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Entre os que não possuíam terras, mas eram donos de escravos, havia 41 foreiros, dois negociantes e 15 pessoas sem especificação de atividade (não possuíam gado nem lavouras). São, no total, 58 inven-

tariados, com 161 escravos. Sobre a atividade destes 161 escravos, tem-se dados seguros para 137, e presumíveis em relação a 24; 128 escravos (79,5%) trabalhavam na agricultura, 118 eram escravos de foreiros, 10 estavam alugados para serviços agrícolas e nove estavam fora do processo produtivo (5,6%)⁸⁷. Dos 24 restantes, considerei 17 (10,5%) presumidamente domésticos e sete (4,4%) presumivelmente de pequenos foreiros ou alugados. Penso poder considerar como escravos em atividades domésticas aqueles cujos donos não estão ligados a terra (não têm lavoura nem gado) e que, pelo total de seus bens e residência na cidade podem ser considerados abastados. Ao contrário, considerei presumivelmente alugados ou de pequenos foreiros os escravos cujos donos tinham muito poucos bens, não possuíam gado e nem lavouras inventariadas. Mas, evidentemente, parte desses escravos poderia estar sendo utilizados no trabalho doméstico.

INVENTARIADOS SEM TERRA E SEM ESCRAVOS

Inicialmente, pensei encontrar neste grupo indicações de formas de trabalho livre, o que praticamente não ocorreu. São apenas 49 as pessoas inventariadas (1840-1888) que não possuíam terras e nem escravos. Entre ela, há indicação de profissão para seis: 2 foreiros, 2 negociantes, um mascate e um vendedor ambulante, ex-escravo. Este foi o único inventário encontrado de um liberto.

Dos 43 restantes, 32 são presumivelmente foreiros ou filhos de grandes proprietários que trabalhavam nas terras do pai, com os escravos deste. A conclusão não é difícil, seja pelos nomes de família, seja pelo número de cabeças de gado que possuíam (mais de 10), além de casas, ouro, móveis, e todos com um montante inventariado entre 1.500\$000 e 7.000\$000.

Quatro deles possuíam entre 4 a 5 cabeças de gado, e os considerei, por isso, pequenos foreiros ou vaqueiros; e seis deveriam ser

87 Sete eram menores de 5 anos; um comprou a liberdade e um estava fisicamente inutilizado.

funcionários públicos ou pequenos comerciantes: não tinham terra, nem escravos, nem gado, mas eram possuidores de móveis, joias e de um cavalo cada um, meio de transporte que denotava certa abastança. (Para um não temos qualquer indicação.)

Por estes dados cheguei à conclusão, que foi confirmada no decorrer da pesquisa, de que nem um só morador (trabalhador sem terra agregado às grandes propriedades) foi inventariado durante todo o período. No capítulo II volto ao assunto.

CONCLUSÃO

Os dados sobre o valor das terras, sua localização, número de propriedades, sobre a qualidade da terra (parte, sítio ou propriedade), assim como o número de escravos, são critérios importantes para a classificação em pequenos, médios e grandes proprietários da região. No entanto, esta classificação só poderá ser tentada no capítulo II, quando se juntar a estes dados os relativos a benfeitorias, uso de máquinas, quantidade de gado e produção agrícola.

Neste ponto, a conclusão a que, grosso modo, pode-se chegar, é a de que a grande maioria dos possuidores de até 100\$000 de terras era de pequenos proprietários – cerca de 25% do total dos inventariados.

Dos 185 proprietários que estão nesta faixa, só encontrei indicação do tamanho da propriedade em 16 (8,5%), e assim mesmo, para a maioria, a indicação é parcial. Onze destes proprietários só declararam as testadas de suas terras: em braças, respectivamente, 180, 100, 100, 100, 50, 30, 29, 20, 15, 10 e um com três partes de terra com 20, 10 e 04 braças respectivamente.

Os cinco que dão a demarcação completa possuíam:

- 20 braças por uma légua: 19,2 ha
- 50 braças por uma légua: 48 ha

- 25 braças por 580 braças: 5,6 ha
- 100 braças por 300 braças: 12 ha
- 15 braças por uma légua: 14,5 há

O fracionamento da terra, como vimos, era muito grande. Indicação deste fracionamento eram as terras com testadas muito pequenas e longo comprimento: 10, 12, 24, 30 ou 40 metros de largura por quase 5 km de comprimento. A propriedade assim dividida garantia aos herdeiros o acesso a aguadas ou a vias de comunicação mais próximas.

Só as grandes famílias mantiveram entre os herdeiros, e apesar da divisão da herança, imensas extensões de terra. Foi o caso de famílias como os Pereira de Araújo, os Alves Vianna, os Agra, os Vaz Ribeiro e outras que, além do mais, estavam muito entrelaçadas através de casamentos. Mas mesmo entre as grandes famílias nota-se uma divisão da propriedade.

Uma das características da região, que se percebe já com os dados vistos até aqui, foi a da existência, ao lado dos tradicionais e facilmente identificáveis grandes proprietários, de uma grande quantidade não só de pequenas, mas de propriedades de médio valor.

Outra conclusão a que se chega é a da concentração das propriedades de menor valor nas áreas mais usadas para a pecuária (região I e II), mesmo levando-se em conta que nestas áreas o preço da terra era menor.

As propriedades de maior valor estavam quase todas, nas áreas IV e V, as melhores terras agrícolas. Este dado tem um interesse especial. Se é verdade que a quase totalidade dos proprietários campinenses possuía gado (como veremos a seguir), este fato não se opõe, de nenhum modo, à primordial importância que a atividade agrícola teve para a região — o que é confirmado pelo peso da mão-de-obra escrava no período.

ANEXO 1

DISPUTA DE TERRAS

Processo que vem de Cuités, Bananeiras, para Campina Grande, a 22 de junho de 1860.

“Requerimento de Francisco Damário Correia Lima e sua mulher, contra Félix Ferreira Guimarães e sua mulher, Joana Maria dos Santos; João Sebastião Guimarães; Quirino de tal e sua mulher, Maria do Amor Divino e Nicolau Tavares e Florença Maria de Albuquerque, sua mulher, moradores em Campos.

Justificativa:

1º - A propriedade “Barra do Amparo”, deste termo (de Campina Grande – M.V.) foi sempre ocupada por seus pais e sogros, antes possuidores, por mais de 20 e 30 anos, à vista e face dos mais consenhores e heréus confinantes, sem oposição de pessoa alguma;

2º - Que esta propriedade e demais vizinhas nunca foram divididas ou demarcadas e por isso, em comum entre os consenhores da mesma propriedade e as outras já ditas vizinhas;

3º - Que sucedendo os justificantes a seus pais e sogros em parte deste terreno da propriedade “Barra do Amparo”, apossaram-se em dias do ano passado no lugar Pedra d’Água das Varzinhas, levando uma morada de casas e trabalhando em outras benfeitorias para receio de seus gados;

4º - Que assim ocupado aquele terreno Pedra d’Água das Varzinhas pelos justificantes, neste mesmo terreno nunca antes possuído por outro algum consenhor ou heréu civil ou corporal, foram (sic) essa casa derrubada, tomando-se este terreno à força e sem ordem da Justiça, em princípios de novembro do ano passado de 1859, por José Sebastião Guimarães, Nicolau Tavares e Quirino de Tal, de ordem de FÉLIX FERREIRA, todos heréus e consenhores na propriedade vizinha, como se vê dos documentos, anexados...”⁸⁸

88 Documento arquivado no Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

ANEXO 2

QUADRO 16 - CLASSIFICAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS INVENTARIADOS (%),
SEGUNDO O VALOR DE SUAS PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS – 1840-1905

VALOR DA TERRA	NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS	% SOBRE O TOTAL DOS PROPRIETÁRIOS
Até 10\$000	22	3,0
De 11\$000 a 50\$000	87	12,5
De 51\$000 a 100\$000	76	11
De 101\$000 a 150\$000	53	7,5
De 151\$000 a 200\$000	49	7
De 201\$000 a 300\$000	72	10
De 301\$000 a 400\$000	50	7
De 401\$000 a 500\$000	40	6
De 501\$000 a 700\$000	50	7
De 701\$000 a 1.000\$000	44	6,45
De 1.001\$000 a 1.500\$000	59	8,5
De 1.501\$000 a 2.000\$000	31	4,5
De 2.001\$000 a 3.000\$000	23	3,3
De 3.001\$000 a 4.000\$000	12	1,7
De 4.001\$000 a 5.000\$000	6	0,8
De 5.001\$000 a 7.000\$000	11	1,6
De 7.001\$000 a 10.000\$000	4	0,6
De 10.001\$000 a 15.000\$000	4	0,6
De 15.001\$000 a 20.000\$000	4	0,6
De 20.001\$000 a 50.000\$000	1	0,15
De 50.001\$000 a 100.000\$000	1	0,15
Mais de 100.000\$000	1	0,15
TOTAL	700	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

ANEXO 3

QUADRO 17- PREÇO DO ESCRAVO EM CAMPINA GRANDE – 1840-1888
(ES CRAVO HOMEM, ENTRE 18 E 25 ANOS)

(continua)

ANO	PREÇO MÍNIMO ENCONTRADO	PREÇO MÁXIMO ENCONTRADO
1840	360\$000	500\$000
1841	400\$000	540\$000

ANO	PREÇO MÍNIMO ENCONTRADO	PREÇO MÁXIMO ENCONTRADO
1842	400\$000	400\$000
1843	400\$000	450\$000
1844	350\$000	500\$000
1845	450\$000	450\$000
1846	350\$000	400\$000
1847	350\$000	450\$000
1848	450\$000	450\$000
1849	400\$000	450\$000
1850	400\$000	450\$000
1851	400\$000	500\$000
1852	400\$000	500\$000
1854	550\$000	500\$000
1855	450\$000	600\$000
1856	600\$000	800\$000
1857	750\$000	800\$000
1858	700\$000	900\$000
1859	1.000\$000	1.500\$000
1860	1.100\$000	1.400\$000
1861	1.100\$000	1.200\$000
1862	800\$000	1.200\$000
1863	700\$000	1.200\$000
1864	900\$000	1.000\$000
1865	1.000\$000	1.500\$000
1866	1.000\$000	1.000\$000
1867	800\$000	1.000\$000
1868	800\$000	1.000\$000
1869	800\$000	1.000\$000
1870	1.000\$000	1.800\$000
1871	700\$000	1.000\$000
1872	600\$000	1.200\$000
1876	800\$000	1.000\$000
1877	700\$000	1.100\$000
1878	700\$000	900\$000
1879	800\$000	800\$000
1880	600\$000	800\$000
1881	800\$000	1.000\$000
1882	800\$000	1.000\$000
1883	500\$000	1.000\$000
1884	400\$000	500\$000
1885	600\$000	600\$000
1886	400\$000	400\$000
1887	400\$000	400\$000
1888	100\$000	100\$000

FONTE: inventários *post mortem*. Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

ANEXO 4

QUADRO 18 - PORCENTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS COM ESCRAVOS, DOS NÚMEROS ABSOLUTOS E MÉDIOS DOS ESCRAVOS E EVOLUÇÃO DA PORCENTAGEM DO VALOR DA TERRA E DOS ESCRAVOS, LEVANDO EM CONTA OS INVENTARIADOS POSSUIDORES OU DE TERRA E SEGUNDO OS PERÍODOS DE VARIAÇÃO DO PREÇO DOS ESCRAVOS. MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1840-1888

	1840-1852		1854-1857		1858-1871		1872-1884		1885-1888	
	Com terra	Sem terra								
% de proprietários com escravos	75,5%	80%	57,3%	83,3%	57,3%	50%	47%	13,3%	31%	0,0%
Nº absoluto de escravos	613	51	228	35	377	70	256	5	13	...
Nº médio de escravos	8,8	2,5	5,8	3,5	3,8	2,7	4	2,5	2,6	...
% da terra sobre os bens	22,7%	...	18,7%	...	13,5%	...	33%	...	15,5%	...
% dos escravos sobre os bens	37,2%	81%	48%	89%	47%	51,6%	25%	60,5%	33%	0,0%

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

CAPÍTULO II

A ECONOMIA AGRÁRIA

INTRODUÇÃO

As mudanças econômicas que ocorreram no Brasil, na segunda metade do século XIX, transformando as estruturas coloniais de produção no sentido capitalista, deram-se em ritmos diferentes no Sudeste e no Nordeste. O movimento destas transformações, muito mais acelerado no Sudeste, expressou-se em formas diferentes de organização da produção em cada uma das regiões.

A expansão e preeminência do café nas exportações viabilizaram uma intensa acumulação no setor cafeeiro e a reorganização da sua produção em bases capitalistas.

A atuação governamental voltou-se para o café, injetando recursos estatais (subsídios, empréstimos para financiamentos, políticas de

recrutamento de mão-de-obra, etc.) no setor. O dinheiro acumulado pelos maiores cafeicultores, em boa parte pela ajuda obtida de um Estado no qual conquistavam cada vez maior influência, permitiu melhorar as técnicas de produção (introdução de máquinas, maior racionalização na atividade econômica), a construção de infraestruturas de transporte ferroviário (o que liberou a cada vez mais escassa mão-de-obra escrava ocupada no transporte arcaico para a lavoura) e, mais tarde, a promoção da imigração de trabalhadores estrangeiros. Tudo isso levou ao aumento da produtividade da economia cafeeira (mesmo permanecendo baseada o trabalho escravo)¹ e, conseqüentemente, ao aumento da acumulação nos centros cafeicultores mais avançados.

A economia nordestina não ficou alheia às transformações ocorridas. Com reduzidas possibilidades de acompanhar, com o mesmo dinamismo, as mudanças que se davam no Sudeste, o ritmo das transformações em sua estrutura agrária foi muito mais lento e as formas de manifestação de tais transformações nem sempre foram as mesmas do Sudeste. Não que o Nordeste tivesse mantido um pré-capitalismo paralelo ao Sudeste que se industrializava. O processo de acumulação na lavoura cafeeira e o surgimento do capitalismo na região Sudeste subordinou as áreas de desenvolvimento mais lento, mantendo e acirrando as diferenças regionais². O desenvolvimento do Nordeste, também no sentido capitalista, deu-se duplamente subordinado.³

Se aceitarmos qualificar o capitalismo brasileiro, desde seu surgimento, como subordinado, dependente dos centros avançados do capitalismo mundial,⁴ o Nordeste, dependente como todo o país do exterior,

1 Ver, sobre o assunto, CARDOSO, Ciro Flamaron, *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1979. COSTA, Emília Viotti da, *Da Senzala à Colônia*, São Paulo, LECH, 1982; SPINDEL, Cheywa, *Homens e Máquinas na transição de uma Economia Cafeeira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

2 Ver SILVA, Sérgio S., *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil SP*, Alfa Omega, 1976; MARTINS, José de Souza, *O Cativo da terra*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976; LINHARES, Maria Yedda e Silva, Francisco T. da, *História da Agricultura Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

3 Ver CHALOUT, Yves, *Estado, Acumulação e Colonialismo Interno*, Petrópolis, Vozes, 1978.

4 CARDOSO, Ciro Flamaron, *Agricultura, Escravidão e capitalismo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1979. CARDOSO, Ciro Flamaron e BRIGNOLLE, H. Perez, *História Econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.

pela mesma lógica do desenvolvimento desigual, inerente ao capitalismo, subordina-se também aos centros do capitalismo mais desenvolvido (ou que se desenvolve com maior rapidez) dentro do próprio país.

A passagem das relações coloniais-escravistas de produção às relações de produção capitalistas foi, em todo o país, um processo lento e mediatizado pelos grupos de interesses estabelecidos, estando muito longe de constituir uma revolução burguesa, no sentido de brusca mudança de classes no poder.⁵

Se compararmos, à época, Sudeste e Nordeste, iremos verificar que o Nordeste não só não ficou imune às transformações que ocorriam, como, ao contrário, participou delas, tanto adaptando suas próprias estruturas como fornecendo ao Sudeste elementos para seu desenvolvimento, em primeiro lugar contingentes de mão-de-obra.

Enquanto o café obtinha boa colocação no mercado internacional, os produtos de exportação do Nordeste, açúcar e algodão, estavam sujeitos a maiores flutuações, decorrentes de sua posição naquele mercado. Ocupavam nele uma posição secundária, conseguindo melhores colocações quando a conjuntura dos principais países fornecedores retirava temporariamente do mercado internacional aqueles produtos. O açúcar há muito que não podia fazer face à concorrência antilhana e o algodão também não enfrentava a concorrência do Sul dos Estados Unidos. O governo brasileiro, com poucos recursos, destinou-os quase todos à lavoura cafeeira e praticamente desamparou o Nordeste. A mão-de-obra escrava, fundamental à lavoura de todo o país, que escasseou e encareceu muito depois do fim do tráfico, pôde ser comprada pelos senhores do café, enquanto que no Nordeste era cada vez mais difícil pagar por ela.

Esgotadas as possibilidades lucrativas da escravidão – e só aí os grandes senhores de terra abriram mão dela -, a acumulação no setor cafeeiro permitiu a contratação de trabalhadores livres estrangeiros. Esta expansão do mercado de trabalho livre é o principal indicador das

5 FERNANDES, Florestan, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975

transformações que estavam ocorrendo no Sudeste. Não tendo sido inicialmente um assalariamento puro, mas parcial, o colonato, no Sudeste, devido ao conjunto das mudanças por que passava a região, transformou-se, em muitos casos, mais ou menos rapidamente, em trabalho assalariado.

O Nordeste foi perdendo a mão-de-obra escrava muito antes que o Sudeste, e teve que resolver o problema de sua substituição sem condições de tentar com êxito a alternativa do colonato. O ritmo muito mais lento em que se processou a substituição do trabalho escravo pelo livre (assalariado) cristalizou, no Nordeste, formas incompletas de trabalho assalariado, mais persistentes e resistentes à mudança.

A modernização no setor agrário nordestino não se limitou à área litorânea açucareira. Ocorreu também no Agreste algodoeiro, marcada pela introdução de novas máquinas e pela exploração de diferentes formas de trabalho.

O mercado interno, que cresceu com a desagregação da escravidão e o aumento da população livre (tanto por seu crescimento vegetativo como pelo desaparecimento do escravo), não pressionou muito no sentido de uma rápida diversificação da produção. Apesar de ser um mercado interno potencialmente bastante amplo, os setores proprietários, que tinham os meios para iniciar um processo de industrialização, estavam relativamente contidos pelos comerciantes estrangeiros (de quem dependiam para a compra de seus produtos exportáveis), interessados em preservar o mercado interno para as mercadorias que importavam e distribuíam. Essa limitação tornava-se mais forte na medida em que muitos dos grandes proprietários estavam, eles mesmos, ligados ao comércio. Por outro lado, as opções de trabalho para o mercado interno potencial eram muito reduzidas: as possibilidades de trabalho assalariado na indústria urbana eram mínimas, e o pagamento parcial de salário, no campo, não dava margem para a ampliação do consumo.

O monopólio da terra, desde 1850 cabalmente transformada em mercadoria, dificultava a posse de novas pequenas propriedades como

alternativa de trabalho. A mão-de-obra livre tinha, praticamente, três saídas: colocar-se na dependência dos grandes proprietários, que lhe permitiam, sem qualquer segurança, trabalhar em suas terras; deslocar-se para a capital ou centros urbanos mais desenvolvidos da Província, aceitando o subemprego ou a mendicância, ou buscar outras regiões (na época a Amazônia e o Sudeste), onde passava a desempenhar importante papel no processo de desenvolvimento capitalista, como imenso contingente de trabalhadores recebendo baixíssimos salários, ou como reserva de mão-de-obra.

No Nordeste, a Paraíba é das regiões mais pobres. Numa economia agrária voltada para a exportação, a acumulação estava em estreita dependência do preço de seus produtos no mercado internacional e esses preços caíram constantemente no decorrer da segunda metade do século passado. Como quase todo o Nordeste, a Paraíba exportava algodão, açúcar e couros, principalmente. Os couros, que estavam em terceiro lugar na pauta de exportações da Província, guardavam grande distância para os dois primeiros produtos, tanto no que diz respeito ao volume quanto ao valor da exportação.

A economia do açúcar, que pouco representava para a região estudada, enfrentava os mesmos problemas que vinham do século XVII, e não estava preparada para fazer frente à concorrência estrangeira e, inclusive, à nacional, quando o açúcar produzido no Rio de Janeiro e depois em São Paulo começou a abastecer os mercados do Sul.

A economia algodoeira, de grande importância para o antigo município de Campina Grande, esteve, desde o início, sujeita aos mesmos problemas do açúcar: dependência do mercado externo, falta de capitais, etc., não tendo sido também capaz de enfrentar a concorrência estrangeira.

O gado, que (juntamente com o algodão) foi o principal produto da região, era criado extensivamente, sem qualquer cuidado especial. Abastecia um mercado interno pobre, era exportado para as áreas açucareiras da Província e tinha parte de seus produtos destinados à exportação de couros.

Apesar das dificuldades, a introdução de máquinas de beneficiamento do algodão, o fim do trabalho escravo, a ampliação do mercado interno e dos circuitos de comercialização permitem falar de desenvolvimento do município, na segunda metade do século passado. O ritmo das mudanças na economia agrária, na região de Campina Grande, na segunda metade do século passado foi, no entanto, bastante lento e difícil de detectar. É justamente o que tentarei fazer, nesta parte do trabalho.

ELEMENTOS DA ECONOMIA AGRÍCOLA

A ESFERA DA PRODUÇÃO

Na primeira parte do trabalho tratei de alguns elementos que participam da esfera da produção: estrutura de propriedade da terra, meio ambiente e alguns dados relativos à mão-de-obra escrava. Nesta parte procurarei analisar o uso da terra e dos meios de produção agrícolas, voltando, necessariamente, à questão da mão-de-obra e das relações de produção no setor.

Uma primeira característica que destaco na região é que seria mais correto falar de uma economia agropecuária do que somente agrícola, uma vez que eram muito poucos os proprietários de qualquer quantidade de terra, ou os que trabalhavam a terra sem possuí-la, que não tinham gado. Para simplificar a exposição trato do gado separadamente, mas ao falar da agricultura é preciso levar em conta que 84% do total dos inventariados possuíam gado (87% dos que tinham terra e 72% dos que não a possuíam).

A produção agrária da região constava de algodão (principalmente para exportação) e de culturas alimentícias, com destaque para mandioca, milho e feijão; árvores frutíferas, embora não na mesma proporção dos anteriores, aparecem com bastante frequência. A cana, para o fabrico do açúcar, aguardente e melão, era cultivada em pequena proporção, sendo mais comum o fabrico de rapaduras. Algumas vezes

aparecem criações de abelhas de urucu para a extração do mel; o café, em pequena quantidade, só surge a partir de 1889. Capim e outros tipos de forragem só aparecem vez por outra. O algodão, que vemos praticamente com a mesma frequência da mandioca, do milho e do feijão, era plantado consorciado com estes produtos (no mesmo espaço), ou sozinho⁶.

De 1840 a 1852, o cultivo do algodão, consorciado ou sozinho, apareceu na mesma proporção. De 1854 a 1888 foi mais frequente encontrá-lo sozinho (especialmente no auge da produção algodoeira, durante a Guerra de Secessão norte-americana); de 1889 a 1905, a proporção em que apareceu sozinho foi pouco maior que a do consórcio.

É preciso levar em conta que apenas 72% dos inventários especificaram o tipo de lavoura que cultivavam e foram estes os dados com que trabalhei. Os outros 28% qualificam o inventariado como agricultor ou suas terras como boas para a agricultura, mas não dizem do tipo de lavoura praticada.

O ALGODÃO

O algodão (*Gossypium brasiliense*), em suas variedades MOCÓ (*Gossypium purpurascens* Poit) e SANGUE DE BOI (*Gossypium brasiliense* MACF) é natural do Brasil. Algodão de fibra longa era conhecido e utilizado pelos da terra, quando aqui chegaram os portugueses.

MANIIM chamam os índios o algodão, cujas árvores parecem marmeleiros arruados em pomares... Quando o algodão está de vez, que é de agosto em diante, abrem-se as folhas, mostrando o algodão que têm dentro, e se não o apanham logo cai no chão. ...As árvores destes algodoeiros duram sete a oito anos ou mais, quebrando-lhe cada

6 Quando falo de algodão consorciado refiro-me às indicações de roçados de milho e algodão, ou de mandioca e algodão, etc. Outras vezes, quando falo só de algodão, é porque o roçado é só deste produto. Mas não acredito que, em qualquer época, algum agricultor tenha deixado de plantar culturas alimentícias, mesmo que estas não sejam mencionadas.

ano as pontas grandes à mão, porque se secam, para que lancem filhos novos, em que tomam mais novidade, os quais algodões se limpam à enxada, duas ou três vezes cada ano, para que a erva os não acanhe.⁷

Em meados de 1549, o padre Mestre Simão “encarecia a Nóbrega a necessidade de virem pessoas que saibam tecer o algodão, ‘que cá há muito’”⁸. Durante todo o período colonial, e por todo o país, plantou-se o algodão. O de melhor qualidade era usado na tecelagem, enquanto que o inferior servia para o fabrico de pavios de vela, rede de pescar, fios de sapateiro, franjas e varandas de redes.⁹ Em São Paulo, quase todos os sítios de roça tinham seu algodão para necessidades caseiras, mas a expansão da lavoura do algodão deu-se no Maranhão e no interior do Nordeste.

Na Paraíba, o algodão, segundo Celso Mariz, deve ter surgido na segunda metade do século XVIII, o que o autor deduz de denominações encontradas por volta de 1760, como “Riacho do Algodão”, no Cariri e no Rio do Peixe, e “Lagoa dos Algodões” pouco mais para o Sul, em terras de Francisco de Arruda Câmara.¹⁰ No final do século, ainda segundo o mesmo autor, já havia notícias de plantações mais regulares e de algumas elementares bolandeiras, usadas para o descaroçamento.

Tendo sido o algodão utilizado pelos índios e pelos colonos desde o início da colonização, em todo o país, podemos supor, com segurança, que o mesmo ocorreu na Paraíba. O que os autores como Celso Mariz chamam de surgimento nos parece significar muito mais ganho de importância comercial. A grande importância do algodão para a Europa, a partir de 1776, acenou com bons lucros para aqueles que, dispendo de terra e de escravos, se voltassem para a lavoura e o comércio do algodão.

7 SOUZA, Gabriel Soares, *Tratado Descritivo do Brasil*, em 1587, São Paulo, CEN/USP, 1971, Brasília-na, vol. 117, p. 207

8 HOLANDA, Sérgio Buarque, *Caminhos e Fronteiras*, Rio, José Olympio, 1957, p.253

9 Id. *Ibid.*, p. 256

10 MARIZ, Celso, “*O surto Algodoeiro*”, In: JOSÉ OTÁVIO, (Org.), *A Paraíba. das Origens à urbanização*, João Pessoa, UFPB/FUNAPE, 1983 p.105

Só examinei um inventário anterior a 1840, mas nesta época já encontrei, em Campina Grande, grandes proprietários de lavouras algodoeiras. Tudo nos leva a crer que, desde pelo menos o último decênio do século XVIII, o algodão começou a ganhar a importância que, na região, manteve por todo o século XIX.

Tal vantagem não é principalmente relacionada com o descaroador de serra, mas à necessidade de atender às novas possibilidades que o incremento da produção abria ao consumo. As variedades herbáceas, embora produzindo só uma vez, produzem mais, às vezes cinco ou seis vezes mais do que as arbóreas, que dão o produto de fibra longa.¹¹

Apesar dos esforços envidados, o algodão herbáceo não foi introduzido àquela época. As tentativas de produzi-lo na região fracassaram.

“A planta cresceu até palmo e meio, pouco mais ou menos e imediatamente que dá o capulho seca, ficando inútil para outra produção, o que assim não acontece com o algodoeiro deste país, cujo arbusto cresce até grande altura, continuando a dar frutos, com o benefício somente de serem cortadas as vergonetas antigas”, diz informação da época.¹²

Somente com a Guerra de Secessão dos Estados Unidos (1865-1870), quando se abriu novo espaço para a exportação brasileira, começou a ser plantado o algodão herbáceo, ao mesmo tempo em que foram importadas novas máquinas de serra, apropriadas para as fibras curtas. Mesmo assim, o peso da tradição fez com que muitos agricultores tratassem a nova variedade como se fosse a da terra, procurando prolongar o tempo de sua produção.

No período de 1821 a 1823, o algodão esteve no primeiro lugar das exportações brasileiras, representando 25,8% delas. Cinquenta anos

11 HOLANDA, Sérgio B. *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p.283

12 Id. *Ibid.*, p.285

mais tarde, o algodão e o açúcar, juntos representavam apenas 28,9% das exportações.

A concorrência norte-americana, que o Brasil não teve condições de enfrentar, e a redução dos preços mundiais em um terço, pela metade do século,¹³ segundo Celso Furtado, tornou a rentabilidade do negócio algodoeiro extremamente baixa e, com exceção do período da Guerra de Secessão – ainda segundo Celso Furtado - sua produção foi complementar à economia de subsistência. Esta afirmação só se confirma para o município de Campina Grande em relação aos menores proprietários.

Durante todo o século passado, o plantio do algodão foi aumentando na Província. Na segunda década do século, passou para o segundo lugar nas exportações da Paraíba e em 1850 superou o açúcar na pauta das exportações provinciais, assim se mantendo até o final do século, salvo breve período, de 1857 a 1860.

Apesar de excelentes períodos de safra do algodão, como os de 1851-1856 e 1861-1868, e do aumento do volume das exportações, os problemas que a economia algodoeira enfrentou foram sempre os mesmos, devido, principalmente, à sua subordinação ao mercado externo. A safra de 1850-1851 foi considerada excelente:

29.667 sacas entraram no mercado desta cidade, fora o que foi para Pernambuco e o que ainda está armazenado no centro da Província. ... (mas) os preços deste gênero, o mais importante de nossa agricultura, têm sido tão baixos, de janeiro para cá, que os negociantes têm tido prejuízos nas compras feitas e os plantadores não querem vender o resto de suas safras.¹⁴

Segundo o mesmo Relatório, “algodão e açúcar constituem quase todo o objetivo da agricultura da Província.” Em 1885, a colheita do

13 FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, CEN, 1968, pp 123 e 132

14 Relatório do Presidente da Província Sá e Albuquerque, 1851, p.18

algodão excedeu a de todos os anos. Mas, outra vez, “os preços muito baixos destroem as esperanças dos produtores”.¹⁵

A queda do preço do algodão, de 1859 a 1861, e a alta do preço do açúcar, no mesmo período, teve grande significado para o tipo de organização produtiva da lavoura algodoeira. Com a subida do preço do açúcar, muitos dos maiores proprietários deslocaram-se exclusivamente para ele. “O algodão foi abandonado a pequenos proprietários, os que só contavam com o vigor de seus braços. Pode-se chamar o algodão de pequena cultura.”¹⁶

Para Leitão da Cunha foi por este motivo que, apesar da baixa dos preços do algodão e da exiguidade de sua produção, “o algarismo de sua exportação não tenha decrescido”. O presidente da Província nota ainda que “pela facilidade e barateza de sua cultura, deve-se dar a maior atenção à cultura algodoeira, pois sendo cultura isolada e mais adaptada a braços livres, sofrerá pouco com a diminuição do braço escravo.”¹⁷

Se isso é verdade, não quer dizer que, na região, o algodão tenha se tornado complementar à agricultura de subsistência, pois continuou a ser plantado pelos grandes proprietários, com mão-de-obra escrava.

O preparo do terreno para o plantio do algodão era feito da mesma forma que para toda a lavoura do Brasil, desde os primeiros tempos da colônia: derrubada da mata, queima e limpa do terreno do resto do mato mal queimado. A cultura do algodão arbóreo é relativamente simples: depois de semeado, só necessita de duas ou três limpas por ano, feitas à enxada.¹⁸ A cultura do algodoeiro, além de fácil e pouco dispendiosa, não tem maiores exigências quanto ao solo. A distribuição das chuvas sim, é da maior importância para cultivo, e a região de Campina Grande oferecia excelentes condições físicas para a cultura do algodão.

15 Relatório do Presidente da Província Paes Barreto, 1855, p.24

16 Id. Ibid., pp. 25-26

17 Id. Ibid.

18 GAIOS, citado por CANABRAVA, Alice, “A Grande Propriedade Rural” In: HOLANDA, Sergio B. Org.), *Historia Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, DEL, 1960, T. I, Brasil Colônia, Livro 2, p. 203

A planta vegeta admiravelmente sob temperaturas médias, de 20 a 21°C, em altitudes médias, e para o amadurecimento das cápsulas é ideal a temperatura de 26°C. São particularmente fecundas as chuvas moderadas que tombam mansamente, em intervalos, para proporcionar a umidade necessária na época da seca lhe é propícia no período da florada, e a ausência da pluviosidade condição fundamental para a boa colheita.¹⁹

O algodão começou a ser cultivado em terras virgens, mas é cultura que em pouco tempo esgota o solo. Por isso, em 1861, o Presidente da Província, Luiz Antonio Nunes dizia que:

Poucas são as matas virgens em bom estado, na Província. Não sendo da mais abundante de matas, com o plantio do algodão, que antes se fazia em grande escala, estragaram-se as matas, pois os agricultores enquanto encontravam terrenos virgens, e portanto, de admirável produção, não cultivaram outro terreno.²⁰

Além da destruição das matas, a queimada do solo era combatida sem êxito pela presidência da Província. Em 1847, o Presidente Carneiro de Campos enviou o engenheiro Francisco Pereira da Silva para fazer um levantamento da situação econômica da Província, logo depois da grande seca de 1844-1845. Em sua Memória, Pereira da Silva fala com destaque das matas destruídas pelo fogo dos roçados em Campina Grande. “Grande parte dos males que sofre esta Província deve ser atribuída às queimadas e corte de matas e árvores, feitos pelos senhores agricultores, nas margens de rios e açudes”²¹.

As principais regiões de cultivo do algodão, no município, em todo o período, foram: Fagundes, com destaque; a seguir, áreas de Cam-

19 Id. *A Grande Lavoura*, In: Id. *Ibid.*, T. II Livro 4, p.111.

20 Relatório do Presidente da Província, Silva Nunes, 1884, p. 11

21 Memória da Viagem que em cumprimento da ordem do Ilmo. E Exmo. Sr. Frederico Carneiro de Campos, Tenente-Coronel Francisco Pereira da Silva, desde esta cidade até o Município de São João, em 1847. No R.P.P. Carneiro de Campos, 1847, p.17 e seguintes

pina Grande próximas a Fagundes e Massaranduba, e o atual município de Alagoa Seca, tanto em direção ao Brejo como a Pocinhos.

Agrupamos os dados sobre o algodão de acordo com os períodos de sua maior ou menor exportação pela Província: de 1840 a 1857 - época de contínuo Ascenso: 1858 a 1860 - queda da exportação (e dos preços); 1861 a 1888 - recuperação e manutenção do primeiro lugar nas exportações, apesar da crise dos anos 70. A partir de 1889, a situação manteve-se a mesma; fizemos o corte escolhendo como critério a abolição.

No período de 1840 a 1857, o algodão esteve mais concentrado. Só o encontramos em Fagundes e regiões mais próximas a este município (Quati, serra João Gonçalves, Tanques, Jacu, Salgadão, Pau Ferro, por exemplo), nos limites com a Vila de Campina Grande e o atual Massaranduba; no atual município de Campina Grande, em Candeias, Volta Grande e Logradouro; em Alagoa Seca, na direção do Brejo: Campinotes, Pedra d'Água, Imbira, Malungu, Guararem e Canoas. São as melhores terras do Agreste.

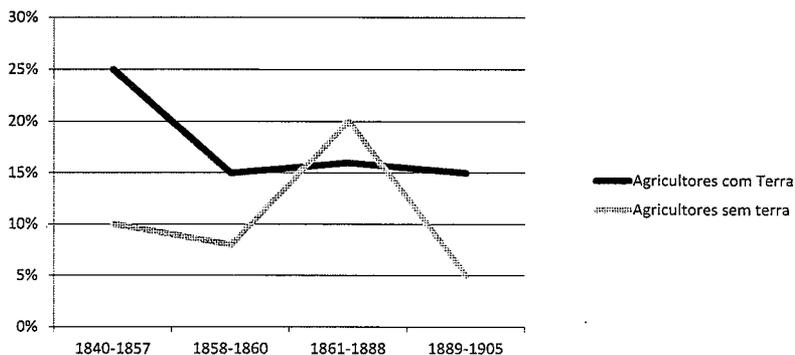
No período da queda do algodão, as indicações de localização que encontramos se restringem às áreas de Fagundes, Cardoso e Marinho. A partir da crise de 1858-1860, o cultivo do algodão se espalhou, atingindo terras de menor fertilidade, como as do Cariri, onde, de preferência, encontramos as propriedades agrícolas de menor valor. Cresceu também o número dos que cultivavam o algodão, mesmo daqueles que não tinham terra. (ver gráfico 3)

De 1848 a 1857, o cultivo do algodão esteve bastante concentrado nas mãos dos grandes proprietários, cuja maioria tinha mais de um conto de réis de bens: 70% mais de 1:500\$000 e, o que é mais expressivo, 25% mais de 10:000\$000, uma fortuna para a época. Depois de 1858, a cultura se “democratizou”, em termos de estender-se entre pequenos e médios agricultores, mas o principal da produção continuou concentrado nas mãos dos maiores proprietários. Ao mesmo tempo em que a cultura do algodoeiro se espalhou, foi aumentando a dependência

dos menores cultivadores para com os grandes proprietários. Estes não só tinham as maiores plantações e grande número de escravos, como foram os únicos a poder introduzir aperfeiçoamentos técnicos e máquinas de beneficiar o algodão, sendo possuidores ainda de armazéns e casas de comércio do produto. Diminuiu também, à medida em que se ampliou a cultura algodoeira, o número de agricultores que trabalhavam com escravos. De 1840 a 1857, 85% dos cultivadores de algodão possuíam escravos; a porcentagem cai para 67% entre 1858-1860, e para 48% entre 1861 e 1888. Para os que cultivavam algodão em terra alheia, no período de 1840 e 1857, todos tinham escravos; de 1861 a 1888, somente 46%.

Este fato se deu principalmente pela redução e encarecimento da mão-de-obra escrava, mas os grandes produtores não parecem ter sido afetados, pois o número de seus escravos não diminuiu.

GRÁFICO 3 - PORCENTAGEM DE CULTIVADORES DE ALGODÃO – COM E SEM TERRA - NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1845 – 1905



FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Não encontramos nenhum proprietário cuja atividade fosse exclusivamente o cultivo do algodão. Ele parece sempre com outra lavoura ou com o gado. Para Alice Canabrava,

o algodão herbáceo oferece a vantagem de compartilhar com as culturas de subsistência os terrenos que vinha

a ocupar. Os grande proprietários de fazendas de gado sentiam-se logo atraídos pela renda adicional que o novo plantio lhes vinha proporcionar, e contavam ainda com a rama para alimentar o gado.²²

No entanto encontramos, já em 1840, grandes plantadores de algodão que, mesmo que sua atividade principal fosse o gado, não tinham o algodão apenas como um adicional e a quantidade de escravos existentes nesta lavoura mostra isso. Mesmo tendo sido adotado por aqueles que já eram grandes criadores, o algodão passou a ser atividade pelo menos tão importante quanto a pecuária.

Em relação ao cultivo, o arbóreo também era cultivado com outras plantas. O Padre João Daniel, escrevendo em 1754, sobre a agricultura no Amazonas, dizia que “por entre a mandioca planta-se o milho graúdo e o algodão.”²³ Em Campina Grande, antes da introdução do herbáceo, que só se deu na década de 60, isto também ocorreu.

Levando em conta somente as atividades agrícolas, foi mais ou menos a mesma a proporção em que se plantou o algodão, sozinho ou consorciado (com exceção do período de retração do cultivo, de 1858 a 1860).

QUADRO 19 - PORCENTAGEM EM QUE SE PLANTOU O ALGODÃO SOZINHO OU CONSORCIADO, CONSIDERANDO O TOTAL DOS PLANTADORES INVENTARIADOS, POSSUÍSSEM OU NÃO TERRAS PRÓPRIAS. MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1840 - 1905

ANOS	SÓ ALGODÃO	ALGODÃO CONSORCIADO
1840 - 1857	47	53
1858 - 1860	83,5	16,5
1861 - 1888	57	43
1889 - 1905	50	50

FONTE:inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

22 CANABRAVA, A. "A Grande Propriedade Rural" In: HOLANDA, Sergio B. Org.), *Historia Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, DEL, 1960, T. I, Brasil Colônia, Livro 2, pp. 213 e 214

23 DANIEL, João. *Tesouro descoberto no Amazonas*, 2 v, Rio de Janeiro, Separata dos anais da Biblioteca Nacional, 1976, 2º vol. , p. 10.

Para os que trabalhavam a terra alheia, o plantio do algodão em consórcio foi crescendo, até tornar-se total, ao contrário do que aconteceu com os que trabalhavam em terra própria.

QUADRO 20 - CULTURA DO ALGODÃO CONSORCIADO ENTRE OS INVENTARIADOS POSSUIDORES OU NÃO DE TERRAS (EM PORCENTAGEM). CAMPINA GRANDE, 1840 - 1905

ANOS	EM TERRA PRÓPRIA	EM TERRA ALHEIA
1840 - 1857	75	25
1858 - 1860	100,0 (b)
1861 - 1888	36,5	63,5
1889 - 1905 (a)	100,0

(a) Todos os inventariados donos de terras que cultivavam o algodão neste período, dedicavam-se somente a ele, não tendo aparecido nenhum caso de consórcio.

(b) Não foi no período, inventariado nenhum cultivador de algodão em terra alheia.

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

O quadro confirma a importância que adquiriu a cultura do algodão para os proprietários de terra.

Em relação ao gado, o consórcio com o algodão era praticamente total, tanto para os proprietários de terra quanto para os que não a possuíam.

QUADRO 21 - CULTIVADORES DE ALGODÃO E PECUARISTAS (PORCENTAGEM EM RELAÇÃO A CADA GRUPO) MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905

ANOS	PROPRIETÁRIOS DE TERRA	CULTIVADORES SEM TERRA
1840 - 1857	97	100,0
1858 - 1860	83,5
1861 - 1888	93	91
1889 - 1905	96	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

As culturas consorciadas com o algodão foram praticamente as mesmas, independentemente do período ou do valor das terras e dos bens totais:

QUADRO 22 - PROPORÇÃO EM QUE APARECEM OUTRAS CULTURAS CONSORCIA-
DAS COM O ALGODÃO, NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, 1840-1905

PRODUTOS	PORCENTAGEM
Mandioca	56
Mandioca e milho	9,5
Mandioca, milho e feijão	8
Milho	5,5
Frutas	5,5
Milho e feijão	4
Mandioca e cana	4
Milho e fumo	1,5
Café	1,5
Mandioca e café	1,5
Cana	1,5
Arroz	1,5

FONTE:inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Em relação aos produtos alimentares, voltamos a trabalhar com a periodização estabelecida anteriormente (1840-1852, 1854-1888, 1889-1905), uma vez que tais produtos, votados para o mercado interno, não passaram pelas alterações de preço, de retração ou ampliação de cultivos por que passou o algodão. Quanto aos produtos básicos de subsistência, as modificações sofridas foram o aumento do cultivo de árvores frutíferas e a introdução do café, este em pequena escala e somente no final do período. A esmagadora maioria dos inventariados possuidores de terra estava ligada à agricultura e era a seguinte a atividade deles:

QUADRO 23 - ATIVIDADE DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA INVENTARIADOS NO
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840 - 1905

ATIVIDADE	Nº. DE PROPRIETÁRIOS	PORCENTAGEM
Agricultura e criação	557	79,5
Só agricultura	121	17
Só criação	21	3
Só comércio	2	0,5
TOTAL	701	100,0

FONTE:inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

96,5% dos proprietários de terra estavam ligados à agricultura. Mas, como já assinalamos anteriormente, se há indicação de que são agricultores, o mesmo não ocorre em relação ao tipo de lavoura a que se dedicavam. Só temos indicação do que era produzido para 72% do total dos agricultores: no período de 1840 a 1852, temos especificação para 57,5% das lavouras; entre 1854 e 1888, para 72,5%, e de 1889 a 1905, para 76% delas.

Considerando os dados percentuais que possuímos para cada período, montamos o quadro nº XXIV.

QUADRO 24 - NÚMERO E PORCENTAGEM DOS AGRICULTORES PROPRIETÁRIOS DE TERRA INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, DE 1840 A 1905, SEGUNDO O TIPO DE SUAS LAVOURAS

PRODUTOS CULTIVADOS	1840-1852		1854-1888		1889-1905		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Milho, feijão, mandioca e frutas	16	18,5	127	32,5	72	32,5	215	30,5
Algodão consorciado	9	10,5	30	7,5	12	5,5	51	7,5
Mandioca para farinha	11	12,5	75	19	55	25	141	20
Só algodão	9	10,5	43	11	15	7	67	9,5
Cana	3	3,5	10	2,5	4	2	17	2,5
Fumo	2	2	1	0,5	2	1	5	0,8
Café	--	--	--	--	7	3	7	1
Sem indicação	37	42,5	108	27	53	24	198	28,2
TOTAL	87	100	394	100	220	100	701	100

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Levando em conta que a mandioca está presente na cultura de alimentos em cerca de 95% dos casos, e no consórcio com o algodão em cerca de 80%, vemos que o peso desta cultura na região foi enorme. Da mesma forma que o algodão, a mandioca era conhecida pelos índios, que a cultivavam muito antes do descobrimento. Os portugueses habituaram-se a seu consumo, “o pão da terra”, no dizer de vários cronistas dos primeiros tempos da colonização. Os índios a chamavam CARIMÃ

e a usavam de diferentes formas, conhecidas até hoje na região. A principal delas era a farinha, chamada pelos nativos de “farinha de guerra”.

Farinha de guerra se diz porque o gentio do Brasil costuma chamar-lhe assim pela sua língua, porque quando jornadas fora de suas casas, se provém desta farinha, que levam às costas ensacada. ...Desta farinha usam os portugueses que não têm roça e os que estão fora dela, na cidade, e nos engenhos se provém dela, para sustentarem a gente em tempo de necessidade, e os navios que vêm ao Brasil, para estes reinos não têm outro remédio de matalotagem para se sustentar a gente até Portugal, senão as farinhas de guerra.²⁴

Tanto o plantio da mandioca como a fabricação da farinha sofreram muito poucas transformações no século XIX. Plantava-se a raiz em montículos, depois da capina do terreno. A colheita se fazia no fim de um ano, sem que a lavoura exigisse muitos cuidados. Para a fabricação da farinha, depois de descascada a raiz, esta era ralada, por meio de uma roda com duas manivelas, espremida com a prensa tosca (de madeira, geralmente), o pó era peneirado e aquecido ao forno.²⁵

As áreas de cultura de subsistência foram ganhando terreno na economia local através do cultivo da mandioca. Esse tipo de agricultura, desde o início, não teve só a função de garantir o autoconsumo dos primeiros criadores que ocuparam o território. Pela localização geográfica de Campina Grande, esta tornou-se, desde cedo, ponto de parada dos que para aqui traziam seu gado, vindos do sertão do Cariri e às vezes mesmo do interior do Ceará, do Piauí e do Maranhão, fazendo a ligação destas regiões com o Brejo e o litoral paraibano. Isto criou condições para o surgimento de um pequeno comércio de rapadura e principalmente de farinha, que abastecia tropeiros e boiadeiros do interior.

24 SOUZA, Gabriel Soares, op. Cit. p. 178

25 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira*, 1808-1889 – Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Fundação Getúlio Vargas, s/d. Ver ainda LINHARES, Maria Yedda e SILVA, F.T.da, op.cit.

O cultivo da mandioca para a comercialização era feito tanto em terras de grandes proprietários, como por possuidores de pequenas parcelas de terra, e foi este cultivo que ampliou o espaço agrícola da região.

Segundo Epaminondas Câmara, o travessão agrícola (limite de áreas agrícolas e de criação) estava inicialmente localizado entre Campina Grande e Fagundes (ao Sul), sendo as terras do Agreste Baixo de Fagundes destinadas à agricultura e das do Agreste campinense à criação. Ao Norte, o travessão agrícola, que antes de 1850 limitava a agricultura às terras de Oiti, Alagoa Seca e Lagoa da Roça, foi sendo deslocado para Oeste, até atingir Pocinhos, por volta de 1850 – Lagoa Salgada, Mares Pretos e Bravo. Para o mesmo autor, a agricultura, através do cultivo da mandioca para o comércio da farinha, empurrou as fazendas de gado mais para oeste.

Aparentemente, a lavoura vence a criação. Mas não foi por preferência pela agricultura que ocorreu. Os moradores não iam abandonar o curral, que dava menos trabalho e mais lucro, pelo roçado, a não ser pelas condições geográficas e de clima. A lavoura não venceu a criação, o homem é que foi vencido pelas circunstâncias ambientais. O Agreste não tem água, o terreno é silicoso e de grande infiltração; impróprio para conservar forragens para o rebanho, presta-se bem para o cultivo de euforbiáceas e solanáceas. Daí o plantio da mandioca e do tabaco – principal fonte de receita da zona.²⁶

É verdade que algumas das maiores fazendas de gado de proprietários campinenses estavam localizadas no Cariri, mas toda a região do município possuía propriedades, de diferentes valores, para criação de gado. A explicação a partir do meio ambiente não me parece correta, pois não há nada que comprove ser a vegetação do Cariri melhor para o gado do que a do Agreste. Levanto como hipótese que a ocupação de maior espaço agrícola ocorreu pelas possibilidades de comercialização

26 CÂMARA, Epaminondas, Os Alicerces de Campina Grande, Esboço Histórico Social do Povoado e da Vila (1697-1864), Campina Grande, Livraria Moderna, 1943, p. 20

da farinha, possibilidades que se abriram, desde o início, para médios e pequenos proprietários.

Não encontramos dados sobre o volume da produção do município. Nos Relatórios da Presidência da Província, poucas vezes a produção dos municípios do interior é detalhada. Sobre Campina Grande, o único dado encontrado é de 1861, quando Silva Nunes arrolou os principais produtos do município: gado, algodão, mandioca e cana. Deu também a indicação de dois engenhos de açúcar, movidos por animais (sem indicação de localização, área ou nome dos proprietários):

ATIVIDADE	ENGENHO A	ENGENHO B
Escravos	14	10
Trabalhadores livres	16	18
Bois	20	12
Bestas	40	21
Produção	1.000 pães	400 pães
Valor	8:000\$000	3:000\$000 ²⁷

Dois aspectos chamam nossa atenção. O primeiro é a importância dos animais de tração (sendo praticamente igual o número de trabalhadores), e o segundo, a maior quantidade de trabalhadores livres do que escravos, já em 1861.

O GADO

Dos 853 inventariados, 84% possuíam gado (717), sendo 87% dos proprietários de terra e 72% dos sem terra. Estes dados cobrem todo o período pesquisado. Nota-se, entretanto, que no período posterior à Abolição, a porcentagem dos criadores de gado caiu em pouco mais de 10%. É interessante observar que esta queda se deu exclusivamente entre os proprietários de terra, mantendo-se a mesma proporção para os que não a possuíam. Este dado, a que voltarei mais tarde, é indicativo do desaparecimento de inúmeros pequenos proprietários. O quadro 25 ilustra a questão:

²⁷ Relatório do Presidente da Província Silva Nunes, 1861, p. 12. Silva Nunes apenas explicita que são "dois pequenos engenhos."

QUADRO 25 - PORCENTAGEM DOS CRIADORES DE GADO (SOBRE O TOTAL DOS INVENTARIADOS) NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905

ANOS	COM TERRA	SEM TERRA	TOTAL
1840 - 1852	74	13,5	87,5
1854- 1888	74,5	12,5	87
1889 - 1905	64	13	77

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

É por demais conhecida a importância do gado para a região, cujo povoamento se deveu justamente à instalação dos chamados “curraieiros”. Sendo inicialmente uma economia subsidiária à do açúcar, no fornecimento de carne e animais de tiro para a área canavieira, as fazendas de gado foram se interiorizando, obrigadas a isso, por um lado, pelas Cartas Régias que determinavam seu afastamento do litoral e, por outro, pela subida do gado pelo sertão baiano adentro, graças à abundância de terras e facilidades em ocupá-las.

No Nordeste, com a retração da economia açucareira, a pecuária se intensificou, pois permitiu que para ela se votasse a população que não tinha alternativas de trabalho na área açucareira. Como aponta Celso Furtado, foi a pecuária que permitiu que ocorresse, em épocas de crise do açúcar, um aumento populacional na região.²⁸

A pecuária ganha uma importância ainda maior se levarmos em conta seu papel no abastecimento do mercado interno e o espaço que abriu para relações de trabalho não escravistas,²⁹ Além de ter ocupado o terceiro lugar na pauta das exportações da Província, como de sua importância para toda a economia do Nordeste.

Para que se faça justo conceito das boiadas que se tirão cada anno dos curraes do Brasil, basta advertir que todos os rolos de tabaco que se embarcão para qualquer parte, vão encourados. E sendo cada hum de oito arrobas, e os

28 FURTADO, Celso, op. cit. P.153

29 A questão, hoje, é discutida por vários autores

da Bahia, com vimos em seu lugar, ordinariamente cada anno pelo menos, vinte e cinco mil arrobas, e os das Alagoas de Pernambuco, duas mil e quinhentas arrobas; bem se vê quantas rezes são necessárias para encourar vinte e sete mil e quinhentos rolos.³⁰

A carne, o leite e o queijo eram produtos básicos na alimentação da região, e o couro muito usado para o vestuário e outras utilidades. A importância dos animais de tração para os engenhos, lavradores de cana, de fumo e de mandioca já foi bastante destacada por diversos autores.

Para a região de Campina Grande o gado teve uma dupla importância. Além de terem sido poucos os que não estavam ligados à pecuária, o comércio desenvolvido no município esteve em função tanto do trânsito das boiadas do sertão, como da feira de gado que aqui se realizava semanalmente.

O gado da região era principalmente vacum. Foram inventariadas, no período, 33.982 cabeças de gado: 68% de gado vacum, 15% de gado muar e cavalari e 17% de gado ovino e caprino. Os possuidores de terra detinham, respectivamente, 96%, 93,5% e 92% do total de cada espécie.

QUADRO 26 - QUANTIDADE DE CABEÇAS DE GADO INVENTARIADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1849-1905

TIPO DE GADO	PROPRIETÁRIOS DE GADO COM TERRA		PROPRIETÁRIOS DE GADO SOM TERRA		TOTAL	
	Nº DE CABEÇAS	%	Nº DE CABEÇAS	%	Nº DE CABEÇAS	%
Vacum	22.111	96	988	4	23.099	68
Cavalari	4.718	93,5	327	6,5	5.045	15
Ovino/caprino	5.389	92	449	8	5.838	17
TOTAL	32.218	95	1.764	5	33.982	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

30 ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do BRASIL por suas drogas e Minas*. Rio de Janeiro, IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963, p. 96

Mais de 50% dos possuidores de gado que não tinham terra não chegavam a ter 10 cabeças de gado e somente 6,5% possuíam de 30 a 100 cabeças. Nenhum deles mais de 100.

QUADRO 27 - PORCENTAGEM DOS PROPRIETÁRIOS DE GADO SEGUNDO O NÚMERO DE CABEÇAS POSSUÍDAS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840 – 1905

Nº DE CABEÇAS DE GADO	PROPRIETÁRIOS DE TERRA	CRIADORES SEM TERRA
1 cabeça	7	11
de 2 a 5	16,5	27,5
de 6 a 10	16,5	17,5
de 11 a 20	19,5	23,5
de 21 a 30	12	13
de 31 a 50	11	3,5
de 51 a 100	8,5	3
de 101 a 200	4
de 201 a 300	1,5
de 301 a 400	1
de 401 a 500	0,1
de 501 a 750	0,2
de 751 a 1000	0,5
mais de 1000	0,2
só ovinos e caprinos	1,5	1

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

É bastante expressiva a concentração do gado: 82,5% dos proprietários de terra possuíam até 50 cabeças de gado, enquanto que 0,9% eram donos dos maiores rebanhos (mais de 500 cabeças). Estes mesmos 0,9% detinham 20% de todo o gado da região, sendo que 0,5% deles, 9% do gado do município. A grande dispersão do gado expressa nos pequenos rebanhos confirma a concentração. Não só, como já vimos, 82,5% dos proprietários não possuíam mais de 50 cabeças de gado, como 40% deles tinham até 10 cabeças apenas.

O gado era usado, em boa proporção, para corte. Consideramos que só aqueles que possuíam uma cabeça de gado – 7% dos proprietários

de terra – a tinham para autoabastecimento de leite ou para transporte.³¹ A partir de duas cabeças já se pode supor a venda de seus produtos e, a partir de seis, dá-la como certa. Assim, pelo menos de 78% a 80 % dos possuidores de gado o tinham para alguma forma de comercialização.

Os dados dos inventários não nos permitem saber o tipo de comercialização, e tivemos que recorrer a dados indiretos e a informações de atuais descendentes de grandes criadores da época.

Sabe-se que as exportações de couros tiveram uma importância bem maior do que a expressa nos relatórios provinciais, pois boa parte dos couros saía da província sem passar pelos controles oficiais. Havia, por exemplo, curtumes em Campina Grande, mas os inventários não falam deles. Exportavam-se couros (solas, camurças, antas, pelicas), solas de atanado (curtidas e mais firmes), e principalmente o couro em cabelo, o couro bruto já salgado. Nos Relatórios de Presidentes da Província temos dados sobre a exportação de couros da Paraíba, mas sem especificação da quota de cada município.

Não há qualquer indício de comercialização de leite, manteiga ou queijo. Estes produtos parecem ter sido fabricados em pequenas indústrias domésticas, exclusivamente para autoconsumo. Nas épocas de boas pastagens, “no inverno”, quando a produção do leite era maior, procedia-se ao fabrico do queijo-coalho ou manteiga – que era armazenado para os períodos mais secos, de menor produção leiteira. Também se fabricava a “manteiga da terra” (conhecida hoje como “de garrafa” ou “de gado”), assim chamada para diferenciá-la da manteiga “do reino”, importada. Como o número de possuidores de gado era grande, e a indústria doméstica do queijo e da manteiga bastante simples, parece não ter havido mercado para tais produtos.³²

31 Não levei em conta os que não tinham terra. O número de suas cabeças de gado era muito pequeno – 5% do total – além de haver entre elas muito gado miúdo. Os que tinham maiores rebanhos eram tão poucos, que seu número torna-se desprezível, na porcentagem geral

32 Informação dada pelo Professor Dr. Antonio Silveira.

Para alguns períodos encontramos, nos Relatórios de Presidentes da Província, dados referentes a Campina Grande sobre o dízimo do gado e sobre o imposto cobrado por cabeça de gado abatida para consumo. Mas, por serem poucos, tais dados não permitem a montagem de um quadro geral. Além do mais, não são dados confiáveis, pois escondia-se muito gado para fugir ao pagamento dos impostos. Nas estatísticas oficiais de que dispomos, tanto em termos absolutos quanto relativos, era mínima a contribuição de Campina Grande nos impostos do gado, o que está em absoluta discordância com o tamanho do rebanho da região.³³ Geralmente o criador

tem seu gado solto nos campos, perdido nos bosques, sem poder afirmar coisa alguma sobre o número de cabeças que possui nem o lugar onde estão. Em tempo favorável, internam-se os vaqueiros pelos bosques, juntam em comum todo o gado que encontram, separam pelo ferro ou sinal; marcam as crias e novamente se abrem os cercados.³⁴

Se o dizimeiro não pudesse estar presente à marcação, a informação não podia ser confiável.

A pouca quantidade dos animais de tração não era peculiaridade de Campina Grande. “O gado, na Província, come e bebe quando o céu lhe manda o que, e a degeneração dos cavalos é palpável.”³⁵

Em alguns municípios do interior, notavelmente a Ocidente da Serra de Bororema, consiste a riqueza na criação de gado vacum e cavalar. O alto preço a que têm chegado estas espécies prova que a produção não está em proporção ao consumo. Cabras, vacas, porcos, ovelhas e aves, muito pouco. Alguns fazendeiros começam a criação de

33 No dízimo do gado Campina Grande contribuiu nos rendimentos provinciais com 1,3%, em 1859; 8,3%, em 1861; voltando a 1,3% em 1869. No imposto de 2\$000 por cabeça de gado abatida para consumo, a contribuição foi de 2% em 1859; 2,8% em 1861; 3,2% em 1861 e de 6,7% em 1869. Fizemos as porcentagens baseados nos R.P.P. Leitão da Cunha (1859), Araújo Lima (1861 e 1862) e Oliveira Lisboa (1869).

34 Relatório do Presidente da Província Leitão da Cunha, 1859, p. 38/39

35 Relatório do Presidente da Província Araújo Lima, 1861, p. 31

gado luar. Seria de desejar que esta indústria tomasse, desde já, maior desenvolvimento, e que os senhores fazendeiros fossem animados por todos os meios ao alcance da Província.³⁶

Apesar da preocupação, a situação não mudou, e somente poucos dos grandes criadores dedicaram-se a criar cavalos e mulas.

TÉCNICAS AGRÍCOLAS

Nas técnicas de produção, mesmo na segunda metade do século passado, encontramos ainda forte influência dos usos indígenas. O sistema de coivaras era praticamente o único usado para o preparo do terreno. Tal sistema consiste em,

feita a limpeza do terreno, trabalho insano, prende-se fogo e depois passa-se a encoivara, o que chamam lá, depois do incêndio apagado, e deixando o campo atrapalhado de paus, ... ajuntar os montes de paus mais pequenos e novamente lançar-lhes fogo.³⁷

Também as ferramentas introduzidas pelos europeus não alteraram muito o uso da terra, e foram os recém-chegados que acabaram por adotar os sistemas indígenas de trabalho,³⁸ “porque, sendo a terra abundante, e nas condições do regime Colonial (alto preço dos insumos de metal importados, tributação, etc.), qualquer outra opção não seria racional.”³⁹

Durante todo o período estudado, com ênfase na época do Império, os Presidentes da Província reclamavam do nível técnico primitivo usado na agricultura. O engenheiro Pereira da Silva, em sua Memória, anteriormente citada, chamava a atenção para as queimadas à margem

36 Relatório do Presidente da Província Beaurapaire Rohan, 1857, p.8

37 DANIEL, João, Op. cit. p. 13; ver também LINHARES e SILVA, op. cit.

38 HOLANDA, Sergio B., *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p. 39.

39 CARDOSO, Ciro F. S., notas de aula.

dos rios e açudes e para a total falta de preocupação no cuidado dos pastos. Em 1853, Bandeira de Mello afirmava:

Nossas tradições são rotineiras e viciosas, herdadas dos antepassados. Faltam ciência e instrumentos agrícolas. É preciso irrigar, plantar melhores pastagens, substituir a mandioca/milho/feijão pelo trigo, que se conserva muito melhor. O desmatamento feito pelo plantio do algodão acabou com os terrenos virgens existentes.⁴⁰

Os instrumentos de trabalho a que se referem os Presidentes da Província são o chuço, cavadeira de pau com ponta de ferro (aqui chamada de ferro de semear), a enxada, a pá e a foice. Não encontramos um só arado na região, em todo o período, apesar dos esforços da presidência da Província para introduzir seu uso. É verdade que, dependendo do terreno, o arado pode não representar um avanço. Pierre Gourou chamou a atenção para que não se proceda a uma análise mecanicamente técnica dos instrumentos de trabalho, mostrando que as técnicas europeias podiam ser, em muitos casos, “uma violência infligida à natureza tropical.”⁴¹

Trabalhadores alemães, estabelecidos em 1887 no Paraguai ... chegaram à convicção de que o solo florestal pode ser destruído não só pelo uso do fogo, mas ainda pelo abuso do arado. ...a relha, penetrando profundamente o solo, tende a sepultar a camada tênue de micro-organismos e, em geral, de substâncias orgânicas indispensáveis para o desenvolvimento das plantas cultivada.⁴²

Para Ester Boserup, o uso da terra e de técnicas agrárias não podem ser considerados separadamente. Com o sistema de coivara, por exemplo, o terreno fica coberto de tocos, raízes, cinzas e algum mato, e a sementeira é feita nas cinzas, sem separação do terreno. Por isso, o

40 R.P.P. Bandeira de Mello, 1853, p. 24.

41 In. HOLANDA, Sérgio B. de, op. cit. P. 41.

42 Id. Ibid. p. 41.

instrumento agrícola mais usado, comumente, é o ferro de semear. Em tal sistema é impossível usar o arado. Animais e arados exigem superfície limpa de obstáculos.⁴³

Estabeleceu-se entre as populações rurais do interior a crença de que o arado “envenenava a terra”. Segundo Sérgio Buarque de Holanda isto ocorreu, provavelmente, em virtude do mau resultado no Brasil do uso inicialmente de máquinas muito pesadas, puxadas por 10 ou mais bois, que raspavam o fundo do solo. A prevenção contra o arado só começou a diminuir, no país, quando imigrantes norte-americanos, que para aqui vieram no período da Guerra de Secessão, trouxeram o arado usado na lavoura algodoeira do sul dos Estados Unidos, arado leve, que precisava apenas de um homem ou de um animal para todas as suas operações.⁴⁴ Mas isso ocorreu no Sul. No Nordeste o arado começou a ser utilizado nas plantações de cana de Pernambuco. Em 1852, Sá e Albuquerque mandou vir de lá um arado e um prático, mas também para a área da cana, na Província. A experiência não deu bom resultado:

A tentativa de vulgarizar o arado não teve aceitação, pela qualidade da terra ou por hábitos formados; não se procura substituir pelo arado o braço escravo. Quando estes faltarem, ou estiverem mais escassos, então a necessidade determinará o progresso, que um bom cálculo já agora aconselharia.⁴⁵

Mas, como diz Ester Boserrup, não é a ignorância a principal causa do emprego de métodos extensivos: há, da parte do produtor, uma comparação bastante racional entre o trabalho adicional necessário e a respectiva melhoria da produção.⁴⁶

Em 1858, Beurapaire Rohan organizou um questionário, para a Serra do Teixeira, onde pretendia introduzir o cultivo do trigo, e a ques-

43 BOSERUP. Ester, op. cit. p. 40/41

44 HOLANDA, Sérgio B., op. cit. p. 44.

45 R.P.P. Bandeira de Mello, 1854, p. 28.

46 BOSERUP. Ester. op. cit. P. 49.

tão: “de que instrumento se servem os lavradores?” obteve a seguinte resposta: “O único instrumento de que aqui há conhecimento, em toda e qualquer plantação, é a enxada; o arado seria aqui tão apreciado como a estrada de ferro em Pernambuco, sua introdução de imensa utilidade.”⁴⁷

Para saber do nível técnico empregado na economia agropecuária do município de Campina Grande, no que diz respeito aos instrumentos de trabalho, tomamos como indicadores a quantidade de propriedades com benfeitorias, os instrumentos de trabalho inventariados, as casas de farinha e os estabelecimentos rurais existentes.

Não consegui indicações concretas sobre os sistemas de pousio. Parece ser que até 1850, a quantidade de terra disponível permitiu a expansão das áreas cultivadas, e é possível que até então se usasse o pousio longo. Em 1850, Epaminondas Câmara dizia, confirmando os Relatórios da Presidência da Província, que “uma nova organização agrária aproveitou todos os terrenos e as matas desapareceram, empobrecendo muito o lavrador.”⁴⁸ Seguramente, porque acabaram-se então as possibilidades do uso de terras comunais, complementares à pequena economia agropecuária, em especial para a soltura do gado.

O Adubo que se usava era o natural, do gado que quase todos possuíam. Sobre a seleção de plantas, cruzamentos, enxertos e novas sementes, só temos notícia da introdução do algodão herbáceo, na década de 60.

Como benfeitorias, encontramos arrolados açudes, tanques, poços, cercados, currais e raramente estrebarias. Somente 49,5% dos inventários indicam benfeitorias, que se referem, principalmente, a açudes, tanques e poços. Como era de se esperar, o número dos que construíram benfeitorias em terra alheia foi desprezível – três, em todo o período. As benfeitorias ficariam pertencendo ao dono da terra, por contrato, e este era feito, em geral, por três anos, período bastante curto.

47 R.P.P. Beaurapaire Rohan, 1858, p. 8 a 12

48 CÂMARA, Epaminondas, op. cit. p. 18.

Quanto aos moradores, não tinham qualquer condição de fazer melhorias nas terras em que trabalhavam.

Para os instrumentos de trabalho encontramos indicação nos ferros inventariados, entre os quais eram contados os instrumentos agrícolas: enxadas e pás (na quase totalidade), poucos machados e marcas de ferrar gado. Usavam-se também pedras de moer, instrumentos para o fabrico da farinha e bolandeiras simples de descaroçar algodão. Foi muito raro encontrar carros.

Só 24,5% do total dos proprietários de terra apresentaram ferros inventariados. Além da porcentagem ser bastante pequena - e inverossímil -, chama a atenção que tal porcentagem tenha caído sensivelmente durante o período. De 1840 a 1852, foram inventariados ferros em 67% dos casos; de 1854 a 1888, somente 25,5% e de 1889 a 1905, apenas 5,5%. A única explicação que tenho para o fato é que, com o passar do tempo, os instrumentos mais simples foram perdendo seu valor inventariável. O mesmo ocorre para os que não possuíam terra: 48% de ferros inventariados no primeiro período, 11% no segundo e 2% no terceiro.

Encontramos apenas 14 pedras de moer e seis carros, quantidades muito pequenas para o número de proprietários, mas acreditamos que estes dados estejam próximos da realidade.

As indicações para os instrumentos de fabricar farinha e para o trato do algodão são muito completas, o que indica, mais uma vez, a importância econômica destes dois produtos para a região.

PARA A FARINHA

Os que possuíam apenas instrumentos de fabricar farinha, sem a casa completa é, principalmente, sem o forno, eram muito poucos, 2,5% do total. Bem maior era o número dos que possuíam casas de farinha, em média 17,5%. A porcentagem aumentou durante o período, mostrando o crescimento do comércio interno.

- de 1840 a 1852 - 10,5%
- de 1854 a 1888 - 16%
- de 1889 a 1905 - 23%

PARA O ALGODÃO

Os inventários expressam bem o desenvolvimento da lavoura algodoeira no município e o aperfeiçoamento dos instrumentos usados no beneficiamento do produto. As bolandeiras, instrumentos simples de descarregar, têm uma porcentagem constante de seus possuidores – 6,5%. Isso indica que os pequenos proprietários, durante todo o período, não conseguiram qualquer melhoria no nível técnico do beneficiamento ao algodão. Ao compararmos estes dados, mais adiante, com o uso de máquinas de beneficiar mais aperfeiçoadas, veremos que o número destas, embora pequeno, cresceu e depois se concentrou, estabelecendo uma clara diferenciação entre os plantadores de algodão:

a) grande quantidade de pequenos lavradores que vendiam sua produção sem beneficiamento;

b) lavradores que utilizavam instrumentos rústicos de descarregar: as bolandeiras mais simples (os 6,5% a que nos referimos);

c) grandes proprietários que, além da lavoura, possuíam prensas de ensacar (3,5%), máquinas com serras (4%) e estabelecimentos completos de algodão - casas com bolandeiras mais aperfeiçoadas, prensas, máquinas de ensacar, armazéns -, que eram 3,3% do total dos inventariados.

A bolandeira é o descarregador de algodão originário da Índia, a churka, que deve ter chegado ao Brasil através dos portugueses, uma vez que, na Península Ibérica os processos de tratamento do algodão eram os usados no Oriente, para lá levados pelos árabes.⁴⁹ Antes disso o descarregamento era feito à mão, o que demandava trabalho insano. Mas,

49 HOLANDA, Sérgio B. , op. cit. p. 260.

a necessidade, mestra de todas as artes, sugeriu o meio de descarçar entre dois pequenos cilindros dando a cada um deles um movimento oposto; (a) máquina é bem simples, ...o banquinho em que se assentam as pessoas que descarçam; ...duas virgens, fixas no mesmo banco; ...dois cilindros horizontais, que se devem tocar em toda a sua extensão ...(e que) devem ter de cumprimento um pé ou mais alguma coisa, e de diâmetro meia polegada mais ou menos; porém, quanto menos o diâmetro tem, com mais facilidade mói ou engole o algodão; eles estão sustentados nas suas extremidades, e cada um tem sua manivela em uma das extremidades, que é por onde se lhes comunica o movimento; é necessário duas pessoas para fazer trabalhar esta máquina: cada uma move um cilindro em sentido contrário, e uma das ditas pessoas aplica o algodão aos cilindros, que engolem a lã, e o caroço cai limpo ao mesmo lado; (há) dois parafusos que servem de chegar os cilindros um ao outro, como a necessidade o exigir, por meio de uma almofadinhas, ou cunhas de pau, que sempre ali estão.⁵⁰

Bradônio, em seus *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, refere-se especificamente a Pernambuco e à Paraíba, onde o algodão foi desde cedo usado no fabrico de tecidos rústicos, para vestimenta dos escravos. É aí que encontramos as primeiras referências a bolandeiras no Brasil

Fazendo a limpeza do algodão manualmente, uma pessoa descarçava uma libra por dia (453 g.). Com a bolandeira, duas pessoas chegavam a limpar duas arrobas 30 kg.).⁵¹ A limpeza com a bolandeira não era perfeita, deixando muitas vezes passar a semente, que se misturava com a lã. O hábito de bater o algodão já descarçado com longas varas, para acabar a limpeza, danificava muito as fibras, diminuindo

50 CÂMARA, Manoel Arruda da, Memória sobre a Cultura dos Algodoeiros oferecida Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Negócios Ultramarinos no ano de 1797. In. Id. Obras Reunidas, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, p. 150.

51 Com a *saw-gin*, descarçavam-se 453 kg. No mesmo temo em que um escravo levaria para limpar pouco mais de dois kilos. Ver HOLANDA. S. B., op. cit., p. 270

seu valor comercial. Segundo Alice Canabrava, as bolandeiras tiveram um primeiro aperfeiçoamento quanto foram adaptadas a rodas de mão, ligadas ao aparelho por dois cordões de couro ou de matéria vegetal. No Maranhão, as grandes lavouras de algodão usaram bolandeiras puxadas por animais, à qual adaptavam vários descaroadores.⁵²

No município de Campina Grande as bolandeiras mais aperfeiçoadas distinguem-se pelo preço. Num mesmo ano, temos bolandeiras avaliadas em 6\$000 e outras em 200\$000.

Tanto as prensas de ensacar como as máquinas são poucas, e encontradas em mãos dos maiores proprietários. Já temos referências a máquinas em 1850, mas até 1852 sua proporção foi bem pequena – 2%. Nos períodos subsequentes, a proporção aumentou: para 4% e 5% respectivamente.

Se as novas máquinas custaram a se impor, isso não se deveu a hábitos conservadores dos proprietários que poderiam pagar por elas. Até que o algodão herbáceo fosse introduzido, na década de 60, os métodos tradicionais do uso das bolandeiras predominaram porque o sistema de serras circulares das novas máquinas estragava o algodão de fibra longa (o arbóreo). É que tais máquinas haviam sido planejadas para o algodão herbáceo, de fibra curta. Mesmo assim nota-se, da parte dos maiores proprietários, sensíveis aperfeiçoamentos nas bolandeiras.

No primeiro período do auge do algodão, de 1840 a 1857⁵³, encontramos 32 proprietários de terra ligados a seu cultivo. Destes, a única indicação precisa de máquinas é de 1852, no inventário de João Pereira de Araújo, que possuía casa com bolandeira e máquina de descaroar, avaliada em 600\$000.

Seguramente existem bolandeiras bem mais aperfeiçoadas do que as rústicas tradicionais, pois para a indicação “bolandeira” temos preços que variam de 6\$000 (em 1842), a de 8\$000 a 14\$000 em (1856),

52 CANABRAVA, Alice, op. cit. P. 213-214.

53 Lembro que minha referência a períodos de auge do algodão diz respeito ao volume das exportações da Paraíba e não aos preços internacionais.

ao mesmo tempo em que sob a mesma rubrica de “bolandeira”, a da viuva de José Nunes Vianna foi avaliada em 200\$00, em 1852. Tenho dúvidas, por isso, de identificar a “máquina de descaroçar algodão”, no inventário de Francisco de Mendonça Furtado, avaliada em 70\$000, em 1840, como máquina mesmo ou bolandeira mais aperfeiçoada.

Neste primeiro período, seis proprietários possuíam casas para beneficiar o algodão. Além do citado João Pereira de Araújo, Francisco de Mendonça Furtado, José André Pereira de Albuquerque (1855) e João de Deus de Souza (1856) possuíam casas com bolandeiras, avaliadas em 1000\$000 e 200\$000 respectivamente. Luiz José de Menezes (1856) e Francisco Regis (1857) tiveram suas casas com prensas de algodão avaliadas em 50.\$000 e 55\$000 cada uma.

De 1858 a 1860 não encontramos nenhuma indicação de máquina. Apesar de ser um período de tempo muito curto e pouco expressivo, coincidiu com a grande queda dos preços internacionais do algodão e com a subida dos preços do açúcar.

De 1861 a 1888 aparecem 13 indicações precisas de máquinas.

QUADRO 28 - POSSUIDORES DE MÁQUINAS DE BENEFICIAR ALGODÃO, INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1861-1888

(continua)

ANOS	NOME DO PROPRIETÁRIO	MÁQUINAS	PREÇO
1868	Joaquim Pereira da Cunha	maq;	80\$000
1869	João de Souza Oliveira	maq. 18 serras	100\$000
1870	Vicente Ferreira de Souza	maq. e casa	300\$000
1870	Antonio Banderia de Mello Cavalcanti	maq.	140\$000
1870	João Correia de Araújo	maq. 18 serras	200\$000
1871	Manoel Gomes Taveira de Mello	maq. e casa	800\$000
1873	José Francisco da Costa Agra	maq. e armazém	(a)
1874	Luiz José de França	maq. e casa	200\$000
1876	José Severino do Rego Pequeno	maq. 18 serras	80\$000
1877	Eufrásio de Arruda Câmara	maq. 18 serras	(b)
1878	Manuel Luiz de Farias	maq. 16 serras	(c)
1880	Vicente Correia de Quiroga	maq. 30 serras	200\$000
1888	Domingos José Rodrigues	maq. velha e casa	100\$00

- a) No valor da propriedade avaliada em 7:000\$000
- b) Eufrásio de Arruda Câmara, que é também senhor engenho “Serra das Cabaças”, entre as suas 17 propriedades possui o “Sítio Imbirá”, avaliado em 12:000\$000, em cuja avaliação conjunta estão uma bolandeira, uma prensa e a máquina com 18 serras. (O engenho, para fabrico de rapadura e açúcar, possuía uma floresta de Ana e foi avaliado em 25:000\$000).
- c) A máquina de Manoel Luiz de Farias também foi avaliada no conjunto de sua propriedade (tinha duas), que recebeu o preço de 700\$000.

FONTE:inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Vale lembrar que, em se tratando de inventários *post mortem*, as máquinas foram avaliadas na época indicada, mas, evidentemente, sua aquisição é sempre anterior.

Além dos acima mencionados, possuíam casas com bolandeiras: Francisco Martins de Oliveira (1877, avaliada em 200\$000); Bento Gonçalves Pereira Luna (1879, avaliada em 525\$000); e o padre Santino Maciel Atayde (1882, avaliada em 1:000\$000). Na época, o maior proprietário de algodão inventariado foi José Francisco da Costa Agra. Uma de suas propriedades, “Pau Fino”, avaliada em 7:000\$000, possuía armazém para algodão e máquina de prensar. De 1889 a 1905, encontramos 10 máquinas inventariadas:

QUADRO 29 - POSSUIDORES DE MÁQUINAS DE BENEFICIAR ALGODÃO, INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1889 – 1905_(continua)

ANOS	NOME DO PROPRIETÁRIO	MÁQUINAS	PREÇO
1889	Antonio Joaquim Amorim	maq. e bolandeira	250\$000
1889	Manoel Casemiro Pereira	maq. e prensa	(a)
1890	Jerônimo Paz Barbosa	maq.	(b)
1890	Felipe Nery dos Santos	maq. 16 serras	100\$000
1893	Honorato da Costa Agra	maq.	(c)
1896	Matias Joça Ribeiro da Cunha	maq. 14 serras	(d)
1900	João Caval. Menezes de Albuquerque	maq. 20 serras e casa	1:500\$000
1900	Manoel Alves de Oliveira	maq. e casa	100\$000
1901	Joaquim Gonzaga de Araújo	maq.	80\$000
1905	João Muniz da Silva	maq; 14 serras, casa e bolandeira	600\$000

- a) No total da propriedade avaliada em 1:000\$000.
- b) No total da propriedade avaliada em 5:000\$000.
- c) O Cel. Honorato da Costa Agra, ligado ao gado e ao algodão, foi o maior proprietário da época. Seu espólio foi avaliado em 226:950\$000.
- d) No total da propriedade avaliada em 4:000\$000

FONTE:inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Ainda José Antonio da Silva (1891), José André de Albuquerque e Silva (1895), Manoel Pereira do Amaral e Silva (1901), Antonio Cavalcanti de Albuquerque (1901), João Lourenço da Silva Porto (1903) e Manoel Antonio Alves Rodrigues (1903) possuíam casas com bolandeiras, a de Antonio Cavalcanti de Albuquerque avaliada em 2:500\$000.

Dois dos maiores proprietários de terras em Campina Grande, ligados à lavoura algodoeira, possuidores de máquinas e estabelecimentos de comércio do algodão foram Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque e Firmino Henriques da Silva. Mas seus inventários não foram encontrados. Ambos, de que temos notícias, além da literatura local, pelas transações de compra, venda e hipotecas, através dos Livros de Nota, eram também grandes proprietários de gado e escravos. Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque possuía, por compra ou hipotecas não resgatadas, várias casas com bolandeiras, prensas e máquinas, tendo sido o maior comerciante de algodão de Campina Grande. Firmino Henriques da Silva teve, em 1890, uma de suas propriedades (levantamos 33), em Bonsucesso, Fagundes, avaliada em 11:200\$000. Eram cerca de 1.700 ha, dos quais, um terço em terras virgens, avaliadas em 9:500\$000. Na propriedade havia: uma bolandeira, prensa de madeira e máquina com 24 serras. As terras foram consideradas excelentes para o algodão.

Chama a atenção nos inventários o fato de não haver menção a nenhum tear, em todo o período. Encontramos, entretanto, proprietários que possuíam varas de pano de algodão e lã. É impossível deixar de supor a existência de teares numa região grande produtora de algodão, com considerável número de escravos para vestir, local de intenso co-

mércio, onde as redes eram oferecidas nas feiras – além da tradição local de seu uso. Não são mencionados nem os teares verticais, de rede, nem os horizontais, para tecer panos.

Uma explicação dada hoje, seria a concentração da indústria artesanal de redes no atual município do Boqueirão, mas achamos impossível, de qualquer forma, que em todo o então município de Campina Grande não se fabricassem panos.

Sergio Buarque de Holanda, analisando inventários paulistas, só encontrou menção expressa aos teares de rede depois de 1729, e considerou pouco provável, “pouco verossímil”, que até então se ficasse na dependência da indústria indígena. E acrescenta: “Os teares de tecer pano existem, seguramente, em São Paulo, desde o século XVI”.⁵⁴ O mesmo autor nota ainda que o despreço pelos que trabalhavam no tear vinha de Lisboa, com raízes num passado remoto, tanto entre os romanos quanto entre os árabes. Diz um ditado árabe que: “Três espécies de ocupações só se recrutam entre indivíduos da ralé: os tecelões, os sarjadores e os cultivadores”. Algumas tribos muçulmanas consideravam altamente injurioso o termo de tecelão e, em outras, a tecelagem estava de tal forma associada à escravidão que se tornou sinônimo dela.⁵⁵

A tradição, e o fato de no Brasil os panos de algodão terem servido para vestir escravos e índios, cabendo a eles, por muito tempo, o seu fabrico, não podem, entretanto, explicar a ausência de teares em Campina Grande, na segunda metade do século passado. Poder-se-ia imaginar que os panos rústicos fossem fabricados em pequenas indústrias caseiras, por pessoas tão pobres que não chegaram a ser inventariadas. Haveria alguma lógica no raciocínio, uma vez que pelas listas de despesas com fazendas e vestuário de que dispomos, verificamos que quase todos os panos eram importados. Mais provavelmente, os teares eram de fabricação caseira e bastante rústicos, não se considerando necessário arrolá-los nos inventários (da mesma forma, como vimos, que

54 HOLANDA, Sérgio, B., op. cit. p.254.

55 Id. Ibid., op. cit. p. 260.

muitos instrumentos de trabalho também não o foram). De outro modo, não se explica que pessoas possuíssem roças de algodão, bolandeiras de descarçar, varas de pano e redes sem que tivessem como tecê-los.

Relatórios de Presidentes da Província mencionam, para a capital, uma série de teares situados fora dos limites da cidade, mas para Campina Grande não encontramos qualquer indicação.

As queixas dos Presidentes da Província, durante todo o período, do baixo nível técnico da agricultura e da pecuária foram grandes. Falam das práticas rotineiras e da falta de educação profissional. Em 1861 Araújo Lima sugeriu que os proprietários agrícolas abastados da Província se unissem e concorressem com seus capitais para melhorar a situação. “Haveria então recursos para criar fazendas modelo onde fosse familiar o uso de instrumentos aratórios aperfeiçoados, para a melhoria das raças animais, em especial vacum e cavalariço, que fazem falta à lavoura.”⁵⁶

Muitas vezes o desânimo e mesmo a irritação, aparecem nos Relatórios da Presidência: “Que devemos esperar de nossos rudes e pouco ativos agricultores, sem instrumentos agrícolas que facilitem o trabalho, inativos ou sem o verdadeiro gosto da força de vontade pelo mesmo trabalho e, sobretudo, baldos de capitais?”⁵⁷.

E em 1873, Teixeira de Sá afirmava: “Nossa agricultura não fez qualquer progresso, em qualquer sentido: inércia, preguiça, crassa ignorância dos mais comecinhos princípios da ciência agrícola.”⁵⁸

Para alguns autores, como Peter Eisenberg, as causas do baixo nível técnico da produção eram especialmente devidas a três fatores: abundância de terras, mão-de-obra escrava também abundante e relativamente barata e falta de educação profissional.⁵⁹

56 R.P.P. Araújo Lima, 1861, p. 10.

57 R.P.P. Cruz Gouveia, 1871, p.2.

58 R.P.P. Teixeira de Sá, 1873, p. 4

59 EISENBERG, Peter, *Modernização sem mudança - A Indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 64/65.

Na segunda metade do século XIX, entretanto, o segundo fator não tem mais muita força. É verdade que a facilidade havida até 1850 para adquirir mão-de-obra contribuiu para a rotina e a não necessidade de buscar melhores técnicas – se bem que discordemos da afirmação de que a mão-de-obra escrava fosse relativamente barata. (Vimos a altíssima proporção do valor do escravo sobre os bens totais dos inventariados.) Mas, a partir de 1850 a situação mudou. A abundância de terras foi mantida para os grandes proprietários. A Lei de Terras, ao mesmo tempo que tornou a terra uma mercadoria, fechou seu mercado, já monopolizado, nas mãos dos grandes proprietários. Mas, em relação à mão-de-obra, a situação é inteiramente outra: os escravos escasseiam e encarecem. O recurso à mão-de-obra livre nacional foi aumentando aos poucos, não sendo ela considerada de imediato como substitutiva do trabalho escravo. Uma saída possível para resolver o problema da falta de mão-de-obra seria a introdução de melhorias técnicas, e tais melhorias foram introduzidas, mas apenas no setor de beneficiamento. A nível propriamente agrícola não houve modificações, o que pode ser explicado “através da lógica dos gastos dos grandes proprietários – os únicos, em tese, capazes de optar por um maior nível técnico - com insumos diversos, inclusive escravos, num contexto de abundância de terras.”⁶⁰

As máquinas de beneficiar o algodão foram introduzidas, principalmente, nos momentos de grande aceitação do produto brasileiro no mercado externo, e se transformaram num meio de pressionar e sujeitar os pequenos agricultores. Evidentemente, só os grandes proprietários podiam enfrentar as despesas da compra de máquinas, todas importadas. Dentro de suas possibilidades, enfrentaram a falta de mão-de-obra comprando a produção de pequenos agricultores e introduzindo máquinas para o beneficiamento do algodão. A modernização foi limitada não só, mas principalmente, pelo pouco dinheiro disponível. Além da circulação monetária ser pequena (inexistiam créditos oficiais), os ju-

60 CARDOSO, Ciro Flamarion S., notas de aula.

ros eram altos, os impostos considerados pesados, e a precariedade dos transportes encarecia muito os produtos, principalmente os do interior, como o algodão. Por último, mas não menos importante, parte do lucros ia parar nas mãos dos comerciantes da Paraíba (capital) ou do Recife. Os próprios presidentes da Província reconheciam, através de vários de seus relatórios: os impostos eram pesados, as péssimas estradas obrigavam a enormes despesas com os transportes, faltavam braços, era elevado o “preço do trabalho”, faltavam capitais, o mercado era estreito, porque monopolizado e, além do mais, havia as secas.

Uma das maiores dificuldades para a introdução de máquinas eram os custos de importação. Além do preço das máquinas havia os fretes, o pagamento dos comissários encarregado da compra, direitos de patente pagos à fábrica produtora, impostos alfandegários e ainda a falta de assistência técnica, pois eram poucos os que mantinham filiais no Brasil.⁶¹ Observando a longa lista de concessões de patentes e prêmios a invenções, de 1850 a 1889, concedidos pelo Governo Imperial, notamos que não há uma só invenção nacional contemplada, sendo que a maioria das invenções refere-se ao café.⁶²

A MÃO-DE-OBRA

O problema da mão-de-obra, que se colocou para todo o país, com a extinção do tráfico, foi sentido com muito maior gravidade no Nordeste. Já vimos que a mão-de-obra escrava era de grande importância para o Município de Campina Grande. Nele, a extinção do tráfico coincidiu com um grande auge do algodão, num momento em que ele era cultivado principalmente por grandes proprietários, que utilizavam a mão-de-obra escrava. Por outro lado, o declínio dos preços internacionais do algodão coincidiu também com o período em que o preço dos escravos começou a subir sensivelmente (1854), pela demanda de

61 CARDOSO, Ciro Flamarion S., notas de aula.

62 Id.Ibid., p. 81 a 177.

mão-de-obra para as fazendas de café. Muitos proprietários foram obrigados a vender para o Sudeste seus escravos, ou boa parte deles. Os elevados preços pagos pela região cafeeira compensavam em muito a taxa de 100\$000 cobrada pela saída de cada escravo da província, além de ser habitual o contrabando.

A partir de 1854, os Relatórios da Presidência da Província refletem a situação de dificuldades em relação à mão-de-obra e apontam a saída através da colonização. Esta, entretanto, nunca chegou a ser realizada com êxito no Nordeste. “É grande a falta de braços, e sem a colonização, a produção agrícola não pode manter-se. É necessário aproveitar a regulamentação da Lei de Terras para deslindar as terras públicas das particulares e atrair a população estrangeira”.⁶³ E ainda:

Faltam braços, pela quantidade de escravos exportados para o sul. Imposta taxa de 100\$000 sobre cada escravo despachado para fora da Província. ... muitos são exportados sob o pretexto de acompanharem os seus senhores, ou o alto preço do Sul cobre a taxa com vantagens. A colonização, que bem regulada substituiria com grande vantagem a importação de escravos, tem sido quase nula nesta Província, que assim se acha privada deste benefício com que outras, nomeadamente a de São Paulo, têm se adiantado e vão prosperando.⁶⁴

A falta de braço escravo foi, acredito, o pano de fundo da insurreição que se alastrou na região, no início de 1852, conhecida com o nome de Ronco da Abelha. O Governo Imperial, numa tentativa de obrigar os registros de casamento, regulamentou, em 1851, a Lei que passava para o Registro Civil, nos cartórios, os registros de batizados e óbitos, até então feitos nas igrejas. Confiando na Igreja e temerosa do poder civil, a população pobre da região viu nos artigos da nova Lei a vontade do governo de, através de fraudes, registrar como escravas crianças pobres, nascidas livres. Dizia o artigo 7:

63 R.P.P. Bandeira de Mello, 1854, p. 27.

64 R.P.P. Paes Barreto, 1855, p. 25 e 26.

§ 8 – São obrigados a fazer a participação do nascimento: o Senhor do escravo recém-nascido, ou o administrador da casa, fazenda ou qualquer estabelecimento rural, ou pessoa por ele autorizada.

art. 8, §2 – Se for escravo o recém-nascido, será declarado o nome do Senhor ⁶⁵

Não importa aqui discutir o papel que a Igreja possa ter desempenhado, incutindo a desconfiança entre a massa dos “matutos”, por não querer perder os privilégios que a nova lei lhe tirava. O fato da população pobre ter temido esta possibilidade, chegando a se revoltar, indica que, com a cessação do tráfico e a falta de mão-de-obra, foi antevista a possibilidade da escravização de homens livres.

Segundo Horácio de Almeida⁶⁶, Irineu Joffily⁶⁷ e Geraldo Irinêo Joffily⁶⁸ alguns fazendeiros da região da Borborema dedicavam-se à criação de escravos. Horácio de Almeida cita, em seu livro, o português Jorge Torres, morador em Areia, como um deles:

Sua obra mais caprichada foi, sem dúvida, a fazenda Tanque do Jorge, a poucas léguas do povoado. ...Nesta fazenda exercia o português grandes atividades, entre as quais a criação de gado e de gente. Possuindo vasta escravaria, mandava para lá as negas de barriga para descansarem⁶⁹ e cuidarem dos filhos enquanto durava o período da mama. Havia na fazenda mucamas encarregadas da criação dos moleques, que só eram chamados ao Brejo quando crescidos, em condições de prestar serviços. ⁷⁰

Geraldo Irinêo Joffily, que reproduz a citação em seu livro, reforça-a com o argumento – que não nos parece convincente –, de que “a

65 JOFFILY, Geraldo Irinêo, *O “Quebra-Quilo”. a Revolta dos matutos contra os doutores – 1874*, Brasília, Thesaurus, 1977, p. 21.

66 ALMEIDA, Horácio, *Brejo de Areia. Memórias de um Município*, 2ª edição, João Pessoa, UFPB, 1980

67 JOFFILY, Irinêu, *Notas sobre a Paraíba*, Brasília, Theraurus, 1977, v. 2

68 ALMEIDA, Horácio, op.cit., p.15

69 “Descansar”, no Nordeste, é dar à luz

70 ALMEIDA, Horácio, op. cit., p. 15

forte incidência de escravos mulatos e pardos” mostraria a escravização de homens livres. Sabemos que os filhos de mulheres escravas, não importando a condição do pai, eram também considerados escravos. Foram inúmeros os casos em que o senhor, engravidando uma sua escrava, manteve o filho no cativeiro.

Para a região de Campina Grande não obtivemos nenhum dado que indicasse ter havido fazendas de criação de escravos - o que não quer dizer que a possibilidade de registrar recém-nascidos livres como escravos não fosse viável.⁷¹

Em 1856, uma terrível epidemia de cólera dizimou as populações de Campina Grande e regiões próximas. Só de escravos, no município, morreram neste ano mais de 150. A epidemia repetiu-se em 1862 e a febre amarela também fez grandes estragos por esta ocasião. A população escrava, evidentemente, era sempre a mais atingida. A seca de 1877-1879 foi outro fenômeno que atingiu a mão-de-obra.

A desorganização da vida econômica obriga a muitos proprietários a reduzir ou desfazer-se de seus escravos, que eram adquiridos por agentes especiais e vendidos para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os portos de Mossoró e Aracati ficaram conhecidos na saída de tal mercadoria.⁷²

Em 1876, foram classificados em Campina Grande, no Livro de Registro de Escravos, 1.206 escravos, o que correspondia a cerca de um terço dos existentes em 1850.⁷³ A grande escassez de mão-de-obra, a impossibilidade de poder contar com soluções baseadas na colonização e o avanço técnico mais limitado que no Sudeste fizeram surgir no Nordeste formas de trabalho livres não assalariado ou parcialmente assalariado bastante específicas.

71 Pesquisas posteriores a este trabalho, realizadas pelo professor Dr. Luciano Mendonça de Lima, mostram que essa prática foi bastante usual. Ver LIMA, Luciano Mendonça de. *Derramando sustos: os escravos e o Quebra Quilo em Campina Grande*. Campina Grande, Ed. UFCG, 2006.

72 In ALMEIDA, Elpidio, *História de Campina Grande*, 2ª edição, João Pessoa, UFPB, 1979, p. 205

73 Id. *Ibid.* p. 205.

A partir de 1861, encontra-se na região uma forma de assalariamento parcial de menores, conhecida como “tutela e soldada”. Não é possível precisar até que ponto esta mão-de-obra foi empregada na agricultura, ou se serviu mais ao comércio e serviços caseiros. São poucos os casos em que o menor presta serviços sem soldo, em troca do aprendizado de um ofício. A esmagadora maioria dos tutores que assoldavam menores era de agricultores. As idades dos menores, que variavam entre 4 e 20 anos, indicam, seguramente, o tipo de trabalho que faziam - os menores de 10 ou 12 anos ficariam em trabalhos domésticos, serviços urbanos ou serviços agrícolas menos pesados, e os maiores trabalhariam na lavoura. Grosso modo, as idades estão igualmente repartidas, em todos os casos que encontramos.

Qualquer menor órfão encontrado na região estava em condições de ser assoldado, desde que fosse considerado menor abandonado: órfão de pai e mãe; órfão de mãe livre, sendo o pai escravo; órfão de pai, sendo a mãe considerada muito pobre para sustentá-lo, mulher da vida ou “viuva de conduta irregular” – tais foram os casos mais comuns alegados para os pedidos de tutela.

O tutor ficava obrigado a fornecer casa, comida, vestuário, “educação religiosa compatível” e a depositar, anualmente, o soldo estabelecido pelo juiz de órfãos. O soldo variava, conforme a idade do menor: de 5\$000 a 36\$000 por ano para as idades de 6 a 20 anos (na década de 60). Até o final do século os soldos subiram para de 10\$000 a 50\$000, correspondentes às mesmas idades. Ao atingir a maioridade, de que tinha que fazer prova, o menor requeria o soldo depositado, com os juros correspondentes que, para todo o período, foram de 5% ao ano.

Encontramos também pedidos de tutela para menores de seis anos. Nestes casos, não recebiam soldo, pois só podiam prestar pequenos serviços, como se dizia nos pedidos deste tipo de tutela. Os menores libertados pela Lei do Ventre Livre eram também passíveis de soldada e, a partir de 1888, o mais comum era assoldar filhos menores de ex-escravos.

Muitas vezes estes menores foram requisitados pelo Governo Imperial para o Depósito de aprendizes de Artilharia, no Rio de Janeiro e foi grande a briga dos tutores para impedir que fossem levados.

Esse tipo de mão-de-obra era intensamente disputado. Quase todos os pedidos de tutela e soldada estão acompanhados de processos movidos por terceiros, na tentativa de desviar para si a tutoria. Era comum acusar-se o primeiro tutor de maus tratos ao menor, oferecer maior soldo e requisitar a tutela. Ao mesmo tempo, o primeiro tutor acusava o requerente de aliciamento, pressão sobre o menor para que fugisse para sua companhia, etc.

Encontramos, de 1861 a 1902, 371 pedidos de tutela com soldada. Estiveram mais concentrados nos anos entre 1863 e 1877. Neste período acham-se 75,5% dos pedidos encontrados (280 casos). Os pedidos de tutoria eram semelhantes, salvo caso em que se especificava a conduta “moral” da mãe.

Os juízes sempre despachavam favoravelmente todos os pedidos. Eis um exemplo:

Portaria Nº. 42, 27/10/1866

Juízo de Órfãos de Campina Grande

Chegando a meu conhecimento que Alexandra de Tal, morara no Jacu, deste Termo, tem um filho menor, de nome João, idade de 12 anos pouco mais ou menos, em condições de ser assoldadado, nomeio a Balduino Gomes da Silveira, morador no Jacu, tutor do menor, pagando a soldada de 25\$000, de que tudo assinará o competente termo, com juramento, no qual prometerá, com sã consciência, cumprir a obrigação de bom tutor, dando-se-lhe provisão. O que cumpra-se.

(Ass.) Januário Montenegro ⁷⁴

74 Processo do Juizado de Órfãos, arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

A figura da tutela e soldada pareceu-me uma forma de realizar o trabalho compulsório desejado por muitos proprietários de terra. Como em outros países, tentou-se aqui também estabelecer leis contra a “vadiagem”, que obrigassem os considerados desocupados a trabalhar. Quando o problema da mão-de-obra tornou-se mais premente, ficou notória a dificuldade em fazer trabalhar na lavoura, ao lado do escravo, uma população livre, por mais pobre que fosse. A condição jurídica da liberdade era a única coisa que restava para manter o sentimento de dignidade humana nas populações miseráveis do campo e da cidade. Além do mais, os baixíssimos salários pagos faziam com que, para muitos, fosse mais vantajoso não trabalhar. E era preciso obrigar essa população a entrar no mercado de trabalho.

No início da década de 50 houve tentativas de legislar sobre o trabalho compulsório⁷⁵, e o movimento do “Ronco da Abelha” não esteve desligado delas. Em 1870, falou-se muito da necessidade do Governo criar leis que reprimissem a vagabundagem e, em 1874, em “obrigar as pessoas livres ao trabalho gratuito”⁷⁶, através de leis que tornassem o trabalho obrigatório. Tais posições são reafirmadas nos trabalhos do Congresso Agrícola realizado em Recife, em 1878.

Respondendo à questão: “Qual o modo mais eficiente e eficaz de suprir a falta de braços?”, muitos delegados advogaram o trabalho compulsório. Aos dirigentes do Império dever-se-ia pedir

...a criação de leis repressivas à vagabundagem e à ociosidade; que seja imposto um regime policial severo, a que deverão estar sujeitos os indivíduos sem arte, sem ofício; e ficai certos de que correrão estes braços inativos aos doces prazeres da colheita, para obterem a posição de alguma confortabilidade.⁷⁷

75 EINSENBURG, Peter, op. cit. P. 212-213.

76 Id. Ibid. p. 212-213.

77 Memória apresentada por Joaquim Álvares dos Santos Souza, no Congresso Agrícola do Recife. In. Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife – Outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco, Recife, Typografia de Manoel Figueiroa Faria & Filhos – 1879. Edição Facsimilar, da Fun-

Nem todos, entretanto, eram favoráveis à repressão pura e simples:

A população livre nacional oferece-nos fonte suficiente, amplo viveiro de trabalho braçal; o que é mister é fazê-la convergir para Grande Lavoura, quer na qualidade de parceira, quer na de assalariada. Obrigar diretamente não é admissível, e deve-se recorrer a medidas indiretas.⁷⁸

A preocupação em obter mão-de-obra não era só voltada para a lavoura, mas também para a indústria, através do aprendizado de ofícios. Ao mesmo tempo em que se procurava criar um mercado de mão-de-obra livre nacional, procurava-se também qualificá-la, tanto para o campo como para o trabalho urbano-industrial.

No Congresso Agrícola do Recife, em 1878, houve muitas sugestões a este respeito. A falta de mão-de-obra no campo poderia ter sido suprida há muito tempo,

... há mais de 16 anos, ... se tivesse reunido, na escola de agricultura projetada, os filhos de lavradores moradores no engenhos, povoações e vilas do interior da província, ... que depois da aprendizagem de três anos viriam a sair perfeitos lavradores de arados grandes e outros aparelhos e instrumentos agrícolas aperfeiçoados, com o uso dos quais 10 ou 15 trabalhadores da escola poderiam dar mais trabalho útil em um ano do que costuma dar 40 a 60 negros de enxada no mesmo tempo. ... os ingênuos, filhos das escravas, tendo agora sete anos, sendo recolhidos em fazendas agrícolas, ... tornar-se-ão excelentes auxiliares da grande lavoura, se forem bem dirigidos desde agora.⁷⁹

Expressando a preocupação com a formação de mão-de-obra, foi regulamentada, em 1865, na Paraíba, a criação do Colégio de Educandos Artífices. Criado pela Lei N^o6, de 1^o de setembro de 1859, o Colé-

dação Estadual do Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. Prefácio e comentários de Gadiel Perruci, p. 291 (o grifo é meu).

78 Memória apresentada por Henrique Augusto Milet, op. cit. P. 315.

79 Memória apresentada por Francisco Maria Duprat, op. cit. P. 225.

gio tinha por finalidade “recolher, educar e instruir os meninos pobres e desvalidos da Província.”⁸⁰ Os motivos que permitiam recolher os menores ao Colégio eram os mesmos que os tornavam passíveis de tutela e soldada:

1º. – Os órfãos que por não terem quem se incumba de sua educação estiverem no caso e ser dados à soldada pelos respectivos juízes;

2º. – Os filhos naturais das mulheres desvalidas;

3º. – Os que tiverem pai, não podendo este, por sua pobreza, dar-lhes educação e instrução conveniente.”⁸¹

Os que estivessem no primeiro caso seriam recolhidos a pedido dos padres ou juízes locais. No segundo e no terceiro casos deveria ser pedido o consentimento dos pais, mas era determinado que:

o juiz de órfãos ... e a autoridade policial poderão ... fazer recolher ao Colégio, independentemente da vontade dos pais, meninos maiores de 7 anos e menores de 12, por levarem vida notoriamente descurada pelas mesmas mães ou pais, andarem a vagar pelas ruas, deste modo viciando-se⁸²

Sobre os objetivos do Colégio, diziam os artigos 6º e 7º:

Art. 6º. – Estas oficinas têm por fim não só o ensino e o aperfeiçoamento dos educandos, como também o aumento dos recursos do estabelecimento, por meio da venda de seus produtos;

Art. 7º. – Os educandos que por seus respectivos mestres forem considerados prontos no ofício a que se tiverem aplicado, ficarão ainda no Colégio pelo tempo de três anos,... trabalhando nas oficinas e recebendo um terço do produto legítimo de seu trabalho, que só lhe será entregue no momento de sua despedida.”⁸³

80 Regulamento No. 7, para o Colégio de Educandos Artífices, Anexo No. 5 do R.P.P. Toscano de Brito, 1865. p. 1 a 11.

81 Id. Ibid. p. 1

82 Id. Ibid. p. 1

83 Id. Ibid. p. 2

Ficaria dispensado desta obrigação aquele que pagasse ao estabelecimento 150\$000 por cada um dos três anos.

As formas de trabalho livre que, embora em pequena escala, sempre conviveram com a escravidão, aumentaram e se diversificaram no decorrer da segunda metade do século XIX. Começaram a se configurar, no Nordeste, formas de trabalho parcialmente assalariadas, mas o crescimento da população livre e a coexistência com o trabalho escravo fez com que a parte recebida em dinheiro pelo trabalhador fosse mínima.

Tais formas de trabalho, que durante muito tempo predominaram na região (e que até hoje podem ser encontradas), retardaram o surgimento do assalariado típico e impediram a formação de uma economia de pequenos proprietários independentes.

Uma lei de 1879 passou a exigir escritura pública para alocação de serviços simples, para a parceria agrícola e para a pecuária, sendo a parceria definida como “contrato pelo qual uma pessoa entregava a outra algum prédio rústico para ser cultivado, com a condição de partirem entre si os frutos, pelo modo que acordassem.”⁸⁴

Apesar da exigência legal de escritura de contrato, não encontrei e nem tive notícia de qualquer contrato escrito de parceria na região. Todas as formas de trabalho com pagamento em espécie e/ou serviços continuaram a depender dos favores dos donos da terra.

Evidentemente, não há nestas formas de trabalho qualquer resquício feudal, e em primeiro lugar porque não pode haver resquícios do que não existiu. Foram consequência do monopólio da terra e das relações de trabalho escravistas predominantes. Ao contrário do servo da gleba, o morador, parceiro ou agregado não tinha qualquer vínculo estável com a terra. Pagava pelo seu uso através de diferentes formas que, em muitos casos, diferiam também das formas clássicas de rendas pré-capitalistas do solo. O morador, por exemplo, que pagava em trabalho a ocupação da terra, obrigado a prestar serviços ao proprietário, recebia dele por estes serviços, um salário, por pequeno que fosse.

84 Artigo 43 da referida Lei. Citado por LOBO, Eulália Maria L., op. cit. P. 134

As tentativas dos presidentes da Província de imitar o Sudeste, substituindo o trabalho escravo por formas de colonato, estavam fadadas ao fracasso – especialmente quando se falam delas nas décadas de 1850 e 1860, onde também no Sul a experiência fracassara. O monopólio da terra, na região, era absoluto, e não havia terras devolutas para instalação de colônias. O Presidente Silva Nunes reconhecia, desgostoso, em 1861:

Não há colonização estrangeira. Muito poucos terrenos devolutos existem na Província, cujas terras têm, em quase sua totalidade, possuidores certos. ... Também não há aldeias. Os poucos índios que existem, em diferentes localidades, acham-se confundidos com a massa geral da população.⁸⁵

Recorrer ao trabalho puramente assalariado teria sido impossível. Relação típica do capitalismo, não tinha ainda condições de se impor: o progresso técnico desenvolvia-se com lentidão, a produtividade do trabalho era baixa e o excedente limitado, a falta de liquidez era grande, as dívidas aos comerciantes frequentes, os preços dos produtos de exportação baixavam, não havia crédito e os juros eram altos, além de haver ainda muito dinheiro imobilizado em escravos. E além do mais, o grau de mercantilização da economia era bastante pequeno. Tais fatores dificultavam a acumulação e impediam o surgimento de um mercado de mão-de-obra assalariada. O trabalhador, que não tinha mais acesso à terra como pequeno proprietário, e nem a opção do trabalho fora dela, foi obrigado a agregar-se às grandes propriedades, sem qualquer garantia de estabilidade.

O morador, além de ajudar a ocupar a terra que não era utilizada pelo proprietário, ficava devedor de favores políticos, em caso de necessidade. Recebia com a terra – quase sempre as piores da fazenda – uma pequena casa de telha e taipa para morar. Além da casinha de telha e taipa, tinha direito a botar roça, podia usar água e lenha da propriedade. Só podia ter pequenos animais e um cavalo (o que era muito raro). Gado

85 R.P.P. Silva Nunes, 1861, p. 11.

maior, só com consentimento especial do dono da terra.⁸⁶ Plantava para sua própria sobrevivência. Podia ser responsável por parte do consumo da fazenda, pagando em produtos (a meação) a ocupação da terra ou ser “de condição”, obrigado a trabalhar três dias – pagos – para o fazendeiro.

O morador ficava obrigado, pelo ajuste verbal que fazia a vez de contrato, a prestar serviços ao patrão. Geralmente dois dias por semana, e mais nos períodos de colheita, mas esse trabalho não era gratuito. Normalmente recebia um pagamento diário – que variou, no período, de 0\$500 a 2\$000 -, mais a comida. O pagamento variava também conforme a necessidade de mão-de-obra, tendendo a aumentar nos períodos de auge das colheitas.

A necessidade de mão-de-obra nestes períodos era grande, e levava, geralmente, os patrões a se queixarem dos moradores:

Eles têm consciência de seu valor de ocasião e fazem-nos pagar bem caro, às vezes mesmo regateando. Háveis de dar-lhes casa e sítio para morarem, quase sempre de graça, terras para cultivarem, de quando em quando algumas festas, e uma vez por outra, alguma inspetoria de quartelão, ou qualquer outro emprego, embora mesquinho e gratuito, ou mal retribuído. ... Se o senhorio desgosta-o, o vizinho está sempre pronto a acolhê-lo de braços abertos⁸⁷.

Em casos de necessidade, os patrões costumavam também convocar grande número de trabalhadores para algum trabalho em mutirão; como os outros, era também remunerado e com fornecimento de comida. Até hoje esta forma de trabalho se mantém em algumas regiões do estado, conhecidas como “trabalho adjunto”⁸⁸.

Não encontramos um só morador que tivesse sido inventariado. Eles são bastante mencionados nos processos que acompanham os inventários, geralmente quando se trata de cobrança de dívidas dos finados. Comparecem também frequentemente como testemunhas dos

86 Informações prestadas por dona Esmeraldina Agra.

87 Discurso pronunciado por Antonio Coelho Rodrigues, no Congresso Agrícola do Recife. Op. cit. p. 91.

88 Informação prestada pelo Professor Dr. Antonio Silveira.

donos das terras onde moram, para qualquer caso judicial. Outra referência que encontramos sobre um morador foi de 1898. No inventário de Bento Antonio de Araújo cita-se a João Raimundo, morador do inventariado em terras do Gado Bravo, que devia ao proprietário inventariado 8\$000 e mais 250 covas de roça de farinha, no valor de 50\$000.

OS VAQUEIROS

Moradores e vaqueiros constituíam a grande massa dos trabalhadores livres do campo. Pela natureza de sua relação de trabalho (foram os primeiros trabalhadores livres, desde o início da colonização), os vaqueiros representavam como que uma camada superior de trabalhadores.⁸⁹ Muitas vezes têm sua própria terra e ser vaqueiro era considerado profissão digna para muitos filhos e netos de famílias antes abastadas que empobreceram pela grande repartição da herança. Nota-se muito esta situação nas contas de tutoria, quando se menciona a ocupação dos órfãos.

Os contratos de trabalho com os vaqueiros são por demais conhecidos: recebiam parte da produção pecuária e, às vezes, remuneração em dinheiro. São bastante mencionados nos inventários, em especial nas cartas precatórias, pois, em se tratando de proprietários que residiam em outro município, tinham suas fazendas de gado geralmente administradas pelos vaqueiros.

Em 1864, no inventário de José Alves Pequeno (proprietário local), indica-se a dívida do falecido para com seu vaqueiro da fazenda "São João", na Boa Vista: 7\$500 de pagamento mensal e mais dois quartos de um poldro.

ARRENDATÁRIOS E FOREIROS

O arrendamento de terras com pagamento de foro exclusivamente em dinheiro foi bastante comum na região, em especial a partir do final

89 Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, trata magistralmente do assunto.

dos anos 60. Encontrei tanto arrendatários ricos, como grande quantidade de bens em escravos, gado, lavouras e imóveis na cidade, como arrendatários mais modestos. O dono da terra possuía quase sempre várias propriedades e arrendava algumas, sem deixar de dirigir o trabalho agrícola e/ou pecuário nas terras que continuava a administrar. Não encontrei um só proprietário que vivesse apenas ou principalmente de rendas.⁹⁰

O primeiro contrato de arrendamento que achei foi de 27 de junho de 1868. Os proprietários, Manoel Mariano da Silva Bastos, mãe, irmã e titulados do Sítio Bálamo, arrendam-no a Antonio Soares da Silva Beja. O sítio possuía uma casa velha e algumas fruteiras. O contrato foi feito por três anos, no valor de 80\$000 por ano, a serem pagos da seguinte forma: metade da primeira anuidade (que ocorria de janeiro a janeiro), à vista, e a outra metade no final do ano. As outras duas anuidades, no final de cada ano. Eram condições do contrato: o sítio não podia ser sublocado (“não pode botar foreiro”); deviam ser conservadas as benfeitorias existentes e qualquer outra que fosse feita passaria a pertencer aos donos da terra; podia colher as safras pendentes, mas “não pode fazer novas plantas sem novo arrendamento”; não podia despejar os foreiros existentes enquanto estes não colhessem suas safras.⁹¹

Por este contrato percebemos uma outra categoria de foreiros, que pagava pelo uso da terra, tinha garantias quanto à colheita da safra que plantasse, mas não o contrato escrito que determinasse o tempo de uso da terra. Esse tipo de aforamento era comumente usado para arrendar partes de terras dentro de uma mesma propriedade. Transcrevemos, a seguir, um contrato completo de arrendamento, de 1895:

90 Somente viviam por algum tempo das rendas de suas terras os menores órfãos. Seus bens ficavam sob administração do tutor até a maioridade, e geralmente só recebiam o foro pago por seus arrendatários. Mas era uma situação temporária. Uma vez atingida a maioridade, mesmo mantendo alguns arrendamentos, entravam na posse e administração direta de suas terras. Foi o caso, por exemplo, das filhas de Santino Maciel de Atayde. O foro que recebiam por suas terras arrendadas – as de Campina Grande – variava de 8\$000 a 20\$000 por ano.

91 Contrato existente nos Livros de Nota do Cartório do 1º Ofício de Campina Grande.

Digo eu, abaixo assinado, João da Costa Agra, que sendo senhor e possuidor de um sítio no lugar denominado Várzea Grande do Marinho, Data da Pedra Grande, termo e comarca da Cidade de Campina Grande; e como seja dito terreno próprio para agricultura e criação, arrendo o referido sítio, anualmente, ao senhor Manoel João de Oliveira, pelo preço de vinte mil réis (20\$000), ficando ele arrendatário obrigado a fazer dito pagamento no mês de janeiro de cada ano, ao qual ele, arrendatário, sujeita até as próprias lavouras pelo seu dito valor; e como sejam todas estas cláusulas aceitas por nós ambos, arrendante e arrendatário, com pleno conhecimento, assinamos este papel de renda, ficando cada um de nós com um do mesmo teor em seu poder, por ser passado em duplicata; e assim findará este contrato até quando nos convier.

Tanques, 28 de dezembro de 1895.

(Ass.) João da Costa Agra e, a rogo de Manoel João de Oliveira, João Rodrigues de Souza Campos.⁹²

COMERCIALIZAÇÃO E FINANÇAS

O comércio sempre teve especial importância para o Município de Campina Grande. Até meados do século XIX, Areia e Mamanguape estiveram à frente do comércio com o interior, e só o Sul do Cariri e parte da caatinga buscaram sempre a feira de Campina. Em 1845, quando a população da Província era de cerca de 150 mil habitantes, 25 mil (mais ou menos 17%), dependiam da feira de Campina Grande.⁹³ Para Epaminondas Câmara, mesmo à época em que o comércio pendia mais para Areia e Mamanguape, o mercado campinense conseguiu manter-

92 Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

93 CÂMARA, Epaminondas, op. cit.

se, sem redução de volume, por três fatores: aumento da população, caminhos acessíveis e meio ambiente.⁹⁴

Sem dúvida, o meio natural de Campina Grande é muito mais favorável à agricultura e à criação do que o do Sertão. Quanto às estradas, eram apenas “mais acessíveis”. As deficiências de transporte custaram muito a ser superadas. Campina Grande contava com quatro estradas (ver mapa no. 8), permanentemente em mau estado: as estradas dos Espinharas (a “dos Sertões”) e a do Seridó vinham do Sertão e, reunindo-se dentro da Vila, seguiam para a capital da Província; a estrada para Alagoa Nova (a do “Brejo”); e a das Queimadas, que levava à povoação de Fagundes e daí seguia para a Vila do Ingá. Esta última era a estrada mais movimentada, não só pelas atividades agropastoris da região, como por seu terreno plano e reto.⁹⁵

Em 1857, levantamento feito pela Presidência da Província constatou que todas as quatro estradas precisavam de melhoramentos.⁹⁶

A estrada de ferro custou a chegar à Paraíba. A Conde d’Eu Railway, que serviu à Província, “foi incorporada em Londres, em 1875, comprou a garantia de juros de 7% que havia sido outorgada, em 1971, a uma companhia brasileira”.⁹⁷

Em 1876, os Relatórios da Presidência da Província deixavam transparecer todas as esperanças depositadas na companhia, para a vida comercial da Província. Inaugurada em setembro de 1880, a estrada de ferro ia da capital a Pilar, com 121 Km 984 m em tráfico: ⁹⁸

Paraíba - Independência (passando por Mulungu) 97 Km e 700 m

Ramal para Pilar 23 Km e 284 m

94 Id. Ibid

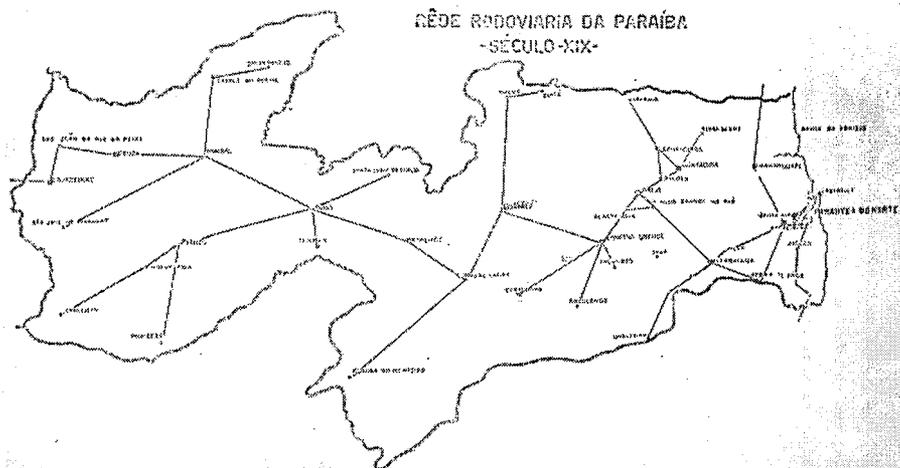
95 Id. Ibid.

96 Mapa da situação das estradas da Paraíba, R.P.P. Carneiro da Cunha, 1857, p.20.

97 LOBO, Eulália Maria L., op. cit, p.66.

98 R.P.P. Ayres do Nascimento, 1884, p. 23.

MAPA 08 -- REDE RODOVIÁRIA DA PARAÍBA -- SÉCULO XIX



FONTE: *Atlas Geográfico da Paraíba*, João Pessoa, UFPB, 1965.

Apesar da insistência dos Presidentes da Província em levá-la até Campina Grande, “empório de comércio da região”, a estrada de ferro só chegou ao município em 1907. Até então, o transporte era feito em más estradas, no lombo de burros, o que encarecia sobremaneira o produto – além dos animais de carga não serem suficientes. Por outro lado, esta forma de transporte estimulava a produção de milho e outras forragens para os muares e o sistema de vendas junto aos pousos de tropa. Os maiores proprietários eram, geralmente, os donos destes pousos, às vezes de vários “telheiros para tropas”, como foi o caso do Cel. Honorato da Costa Agra.

O serviço de comunicação postal chegou mais cedo a Campina. No mesmo ano de sua criação, no Império (1829), foi inaugurado na Paraíba, tendo contado Campina Grande com uma das primeiras agências postais na Província. Mas a precariedade dos serviços era muito grande. Antes de ser oficialmente inaugurado o serviço postal, Henry Koster, em suas Viagens ao Nordeste do Brasil, de 1810, observara o transporte de malas feito nos ombros dos índios que,

pelo hábito que os faz resistir às grandes fadigas, são capazes de andar, dia após dia, quase um mês, com pequeno repouso. ... mesmo que um cavalo possa adiantar-se sobre esses homens nos primeiros dias, se a viagem prolongada o indígena, no fim, chegará primeiro.⁹⁹

Trinta anos mais tarde, Daniel Kidder observaria: “A mala oficial era uma espécie de canastra de couro, da com correias às costas de um índio a pé.”¹⁰⁰

O número de condutores aumentou, durante o século, e seus salários também, mas até o advento da estrada de ferro foram estes os únicos melhoramentos nos serviços postais. Em 1888, o número de malas era o mesmo que em 1829 – três por mês -, e o transporte continuava a ser feito às costas dos estafetas.

A Câmara Municipal de Campina Grande solicitou, em 1888, o aumento do número de viagens postais:

Com efeito, colocada esta cidade em lugar que se comunica com todo o Sertão da Província, já por suas relações comerciais com particulares, a correspondência por cartas ... já atinge proporções dignas de nota, ... e é inteiramente insuficiente o número de três viagens mensais que atualmente se faz entre a capital e esta cidade.¹⁰¹

Já o telégrafo, inaugurado na capital da Província em 1874, demorou 20 anos para alcançar o interior.

A PRODUÇÃO

Não encontrei dados sobre o volume da produção do município, e a tentativa de deduzi-lo dos impostos pagos não permite precisão. Os

99 In. ALMEIDA, Elpidio, op. cit. p. 301.

100 Id. Ibid. p. 302.

101 Id. Ibid. p. 304.

Relatórios de Presidentes da Província dão os volumes das exportações provinciais sem detalhar o que corresponde a cada região. Os impostos sobre o gado, vez por outra com especificação de municípios, estão, seguramente, tão abaixo da realidade, que é impossível trabalhar com eles. E os Arquivos Municipais estão desaparecidos.

Apesar das dificuldades, tentei estimar, a partir dos dados dos inventários, a porcentagem da produção destinada à exportação, a parte comercializada no mercado interno da Província e a parte destinada ao autoconsumo. Para isso trabalhei com os dados relativos ao número de proprietários e ao tipo de sua produção. Para a produção agrícola, temos indicação do que era produzida por 520 pessoas, (503 em terras próprias e 17 em terra alheia). Isso permitiu montar o seguinte quadro:

QUADRO 30 - ESTIMATIVA DO DESTINO DA PRODUÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1840-1905

TIPO DE PRODUÇÃO	PROPRIETÁRIOS						DESTINO DA PRODUÇÃO		
	COM TERRA		SEM TERRA		TOTAL		EXPOR- TAÇÃO	MERCADO INTERNO	AUTO- CONSUMO
	Nº	%	Nº	%	Nº	%			
Mandioca/ milho/feijão/ frutas	41,5	215	1,5	9	43,0	224	-	15	28,0
Algodão conсорciado	10,0	51	-	-	10,0	51	5	1,5	3,5
Mandioca p/ Farinha	28,0	141	-	-	28,0	141	-	28,0	-
Só Algodão	12,0	67	1,5	8	13,5	75	13,5	-	-
Cana	3,5	17	-	-	3,5	17	2,5	1,0	-
Fumo	1	5	-	-	1	5	1	-	-
Café	1	7	-	-	1	7	1	-	-
Total	97	503	3	17	100	520	23	45,5	31,5

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

AUTOCONSUMO

Considere para exportação o algodão, o fumo e o café; para o algodão consorciado com produtos de subsistência, arbitrei a metade (correspondente ao algodão) para a exportação, e a outra metade, dividida entre o mercado interno e o autoconsumo (os produtos de subsistência); da mesma forma, considere, grosso modo, 2,5% da produção de cana para exportação e 1% para o mercado interno: produção de aguardente, melão e rapaduras.

Fiz a divisão entre mercado interno e autoconsumo baseada nos dados gerais dos inventários: quando o total dos bens era muito baixo, assinalo a produção para autoconsumo; total de médio para alto, para comercialização.

Na produção de alimentos trabalhei apenas com os 43% que especificam o tipo do produto: 5% correspondentes a frutas, que são produtos comercializáveis; cerca de 5% dos produtores de mandioca (que possuem instrumentos de fazer farinha); os outros 5% que completam os 15% que destinamos ao mercado interno foram arbitrados por mim para o milho, feijão, arroz, legumes, etc. Temos então:

Produção para o mercado externo: 23 %

Produção para o mercado interno: 45,5 %

Produção para autoconsumo: 31,5 %

Evidentemente, é bom ressaltar que tal tipo de avaliação está sujeito a erro relativamente grande. É preciso destacar também que a relação mercado interno/autoconsumo, que poderia parecer inflada, dada a época, só leva em conta, praticamente, os proprietários de terra. A maior parte da produção para autoconsumo estava por conta de moradores e agregados, que não aparecem nos inventários.

O único dado que temos sobre o volume da produção e seu valor estimado é de 1866, e para toda a Província. Os dados, além do mais, tratam apenas da produção comercializada (ver quadro XIII). No caso dos produtos agrícolas, 87% destinam-se à exportação e 13% ao merca-

do interno. Considerando os dados sobre o gado (sem especificação de mercado), o quadro muda:

Produção agrícola para exportação:	21
Produção agrícola para o mercado interno:	3 %
Produção pecuária, em geral:	76 %

É de se notar, pelo quadro XII, que 17,5% dos proprietários eram responsáveis por 87% do valor da produção agrícola da Província, enquanto que 82% dos proprietários pelo valor de 13% da produção.

Em relação ao município, fumo, café e cana eram produzidos apenas por grandes proprietários. No cultivo do algodão, onde encontramos muitos pequenos e médios produtores, os grandes proprietários dominavam também, através da compra da produção dos pequenos e médios lavradores, que dependiam cada vez mais dos processos de beneficiamento do algodão. Tal dependência é confirmada pela quantidade de hipotecas feitas por pequenos e médios produtores – de escravos, lavouras, terras, gado e bolandeiras – aos grandes fazendeiros e comerciantes de algodão assim como pelas dívidas que tinham para com eles, em letras particulares.

Dos que produziam farinha pra o mercado, 88% possuíam casas de farinha e 12% trabalhavam com pequenos instrumentos, tendo que utilizar o forno de terceiros. A maioria era composta de médios proprietários (tomados pelo valor da terra).

QUADRO 31 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA PARAÍBA - 1866

(continua)

	PRODUÇÃO	VALOR ESTIMADO	
53 Fazendas de Produtos Tropicais	Algodão	150.00 arrobas	
	Açúcar	143.00 arrobas	
	aguardente	3.200 canadas	342:000\$000
	café	60 arrobas	
	milho	230 alqueires	
	arroz	150 alqueires	

		PRODUÇÃO	VALOR ESTIMADO
250 Fazenda de Cereais	Farinha	2.200 alqueires	51:000\$000
	Feijão e Outros	480 alqueires	
Gado	Bovino	4.930 cabeças	1:231:000\$000
	Cavalar	3.900 cabeças	
	Muar	700 cabeças	
	Lanífero	3.900 cabeças	
	Suíno	1.050 cabeças	
Total			1:624:000\$000

FONTE:relatório do Ministério da Agricultura Souza Dantas, em 1866: Mapa da Produção agrícola de algumas localidades do Império do Brasil, conforme os dados estatísticos relativos ao ano de 1866. (Parte sobre a Paraíba.)

12% possuíam terras que valiam menos de 100\$000, 12% terras que valiam mais de 1:500\$000 e 76% terras que valiam entre 101\$000 e 1:499\$000.

Vimos como aumentou, no período, o número de possuidores de casas de farinha. Do total de proprietários, possuíam casas e farinha:

- de 1840 a 1852 - 10%
- de 1854 a 1888 - 16%
- de 1889 a 1905 - 23%

Da mesma forma que para a agricultura, trabalhamos para a pecuária. Dos inventariados que possuíam gado, 11% tinham só uma cabeça; 27,5% de duas a seis e 61,5% mais de seis. Podemos considerar, então, que pelo menos 65% dos possuidores de gado destinavam sua produção para o mercado externo ou interno. Como a proporção da exportação de couros era pequena, a maior parte da produção pecuária da região abastecia o mercado do município ou da província, mas não temos dados para calcular a parte comercializada em Campina Grande.

EXPORTAÇÃO

O principal produto de exportação do município era o algodão. A primeira grande dificuldade que encontravam os produtores eram seus

preços internacionais, que oscilaram muito durante o período, com nítida queda de preços. Como ocorria com todos os produtos voltados para a exportação que não conseguiam enfrentar a concorrência internacional, era preciso produzir cada vez mais algodão e aumentar o volume das exportações para manter o mesmo nível de receita.

Depois do auge dos anos 1860, os preços do algodão começam a cair muito no final da década, provocando mesmo uma situação de crise, nos anos de 1870.

O preço do algodão, no momento em que escrevo, achasse reduzido a uma cifra tal que já não pode sofrer a mais insignificante redução, sob pena ou de ser abandonada a sua cultura, ou de reduzir o pobre e já arruinado agricultor ao mais triste estado de penúria e comprometimento. Em janeiro o algodão valia 0\$960 o quilo, e no final do ano, 0\$474.¹⁰²

A baixa dos preços foi tal que, em 1872, Cruz Gouveia chegou a propor que os direitos de exportação fossem cobrados sobre o peso, e não sobre o valor do algodão exportado.¹⁰³ Durante o decênio de 70, os preços continuaram a cair, tendo mínima recuperação em 1878.

QUADRO 32 - PREÇOS DE EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO DA PARAÍBA, POR QUILO - 1875-1878

ANOS	PREÇOS
1875 - 1876	0\$435 a 0\$333
1876 - 1877	0\$407 a 0\$300
1877 - 1878	0\$411 a 0\$380

FONTE: R.P.P. Pereira Vianna, 1979, p. 80 e seguintes (Ver anexo 1)

Mesmo mantendo o primeiro lugar nas exportações da Província, desde os anos de 1860, o algodão não recebeu qualquer ajuda do Gover-

102 R.P.P. Cruz Gouveia, 1871, p. 2.

103 R.P.P. Cruz Gouveia, 1872, p. 4.

no central. O governo provincial reclamava, ciente do papel fundamental desempenhado pela ajuda do Estado para a economia do país. Nem mesmo exigia a mesma sustentação que era dada ao café, mas, pelo menos, a que se dava ao açúcar.

O açúcar tem auxílios – empréstimos a juros baixos e engenhos centrais. O algodão não. A lavoura do algodão é a mais pobre, a mais generalizada, a que mais concorre para os cofres públicos. O Estado ajuda o açúcar, pelos grandes capitais nele empregados e que, sem esta ajuda, não enfrentaria a concorrência da beterraba. Para o algodão, que também enfrenta a concorrência dos Estados Unidos e Índia, nenhum auxílio.¹⁰⁴

As dificuldades acumuladas propiciaram o aparecimento de fraudes na comercialização. O algodão paraibano que, segundo Leitão da Cunha, foi o primeiro algodão brasileiro a ser exportado,

tinha grande reputação por sua contextura fina e delicadeza, e pelo brilho como de seda que o caracterizava. (mas) a faveira foi se tornando grosseira e desfavorável ao processo de carda: o brilho que constituía sua excelência foi também desaparecendo; e no fim do século passado já ele não se distinguia dos algodões de má qualidade que eram importados na Europa.¹⁰⁵

O Governo central, percebendo a decadência da qualidade do algodoeiro, atribuiu-a à má fé dos agricultores, quando, para Leitão da Cunha, a verdadeira causa dela estava “na degeneração natural da semente e na confusão das diversas espécies dela, nos processos de colheita e nos de descaroçamento.”¹⁰⁶

Acreditando na desonestidade dos produtores, o Governo criou, no início do século, Mesas de Inspeção, com o intuito de restabelecer

104 R.P.P. Carneiro da Cunha, 1875. p. ¾.

105 R.P.P. Leitão da Cunha, 1859. p.50.

106 Id. IBID. p. 50.

a qualidade do produto. Sem alcançar o fim para que foram criadas, as Mesas de Inspeção foram abolidas em 1827. Dez anos depois, no entanto, pela Lei Nº. 3, de 3/2/1837, a Assembleia Provincial restabeleceu-as, apesar do Conselho de Estado (1843) haver declarado não ser atribuição das Assembleias Provinciais providenciar sobre a indústria.

A Inspeção do Algodão, par ao Presidente da Província, só produziu um bom resultado:

...assegurar o peso de cada fardo, para garantir os cálculos dos direitos de exportação, o que por si só não justifica as despesas que se tem com a Inspeção. ... ela traz um mal muito sensível, não só aos interesses dos agricultores, como aos da Fazenda: é essa classificação de sortes que ela dá ao gênero, sem vantagem alguma para o desejado restabelecimento de suas qualidades e que oferece ao agricultor decepções às vezes cruéis, e com prejuízos par seu cofre.¹⁰⁷

O algodão classificado na Paraíba como de 3ª sorte era, muitas vezes, levado para Pernambuco e lá vendido como de 1ª. Nesta transação o agricultor perdia 1\$000 por arroba, elem de perder também a Fazenda Provincial, pois o carregamento saía por Recife ou, outras vezes, pelo Rio Grande do Norte. Esse tipo de operação, muito comum, dava grandes lucros aos comerciantes, em prejuízo do agricultor. A Casa de Inspeção do Algodão era o mercado público do gênero, na Província. Lá eram reunidas todas as sacas que entravam a cada dia, e os compradores que para lá se dirigiam aguardavam a classificação de cada fardo. Concluído o trabalho de inspeção, era escrita em cada fardo a sorte segundo a qual fora classificado. Então,

Um dos compradores declara o preço do dia e, todos acordes, fazem entre si a partilha das sacas que existem. O agricultor é mudo expectador de tudo isso; apenas sabe quem que ficou com as suas sacas, para ir receber o di-

107 Id. *Ibid.*, p. 50 a 59.

nheiro, conforme o preço, estabelecido daquele modo e a sorte que lhe deu.¹⁰⁸

Segundo uso antigo que era adotado como regra, a diferença do preço, entre as três sortes em que era qualificado o algodão era de 0\$500 de uma para outra. Em 1866 passou a ser de 2\$000. Em 1877 foi criada a Inspeção e Peso Oficial do Algodão, considerada pelos Presidentes da Província da época um novo e pesado imposto que a lavoura algodoeira já não poderia suportar.

Uma fraude generalizada, desde os anos 1860 era o roubo puro e simples, nos armazéns, do algodão dos sacos já pesados, formando-se com ele novas sacas. De tal forma o roubo era comum, que tais sacas passaram a ser conhecidas pela designação especial de “sacas crioulas”. Levantamento feito por Toscano de Brito, em 1866, concluiu que não menos de 300 fardos “crioulos” tinham sido exportados, em 1865. As reclamações da Inglaterra eram constantes, em relação ao peso do algodão, e os lucros obtidos pelos comerciantes nacionais, por esta forma, eram altíssimos. Pelos cálculos de Toscano de Brito, em 1865 os comerciantes que roubavam o algodão tiveram um lucro de, no mínimo, L 80.000. E acrescentava “Este cálculo é realmente muito baixo.” Tanto a exportação fora maior do que a por ele calculada, como “a subtração deve ter recaído num número muito maior de sacas”¹⁰⁹.

As queixas contra os comerciantes eram constantes, mas recaíam sempre sobre os nacionais e, em especial, no caso da Paraíba, sobre os comerciantes de Recife. A vizinhança do grande mercado que era Recife prejudicava muito os negócios da Paraíba. Para José da Costa Machado, Inspetor da Tesouraria da Província, três causas principais corriam para o fraco comércio paraibano: falta de transportes, a rotina dos processos agrícolas e a proximidade do mercado pernambucano. Acreditava ele que, com a ajuda do Governo central para a resolução das duas primeiras causas, abrindo estradas, mandando vir máquinas,

108 Id. *Ibid.*, p. 50 a 59.

109 R.P.P. Toscano de Brito, 1866, p. 50 a 55.

“a serem vendidas aos agricultores que oferecessem maiores garantias de uso, facilitando sua introdução por meio de prêmios ou isenção para os que usassem”¹¹⁰, a terceira causa já não pesaria. A grande quantidade de gêneros que desta forma afluiria ao mercado, provocaria o surgimento de casas estrangeiras e estas, fazendo “o carregamento de gêneros coloniais em direitura, para a Europa, trariam em retorno mercadorias, que hoje recebemos de Pernambuco por cabotagem, e estabelecido ficaria o comércio com o estrangeiro.”¹¹¹

Para nosso inspetor, isto “poria em brios” os comerciantes nacionais e os faria “sair do quietismo em que vivem, sem ambições de enriquecerem e sem o receio de quebrarem” e os forçaria “a atirarem-se em empresas aventurosas e arriscadas, nas quais, a par dos lucros prováveis, sentirão as emoções que acompanham os sentimentos vivos!”¹¹²

O MERCADO INTERNO

As proporções a que cheguei sobre o destino da produção agropecuária, embora aproximadas, não deixam dúvidas sobre um importante setor da produção voltado para o mercado interno. Dentro de uma economia ainda baseada, fundamentalmente, no trabalho escravo, que definia as relações de produção, havia espaço para pequenos e médios proprietários que, utilizando mão-de-obra escrava e familiar, produziam para o mercado interno. A própria existência das feiras, em Campina Grande, indicava, desde o início da pesquisa, a importância desta produção. A feira de gado realizava-se a cada quinta-feira, reunindo o gado da região e do Sertão. A de gêneros ocorria a cada sábado, e sua importância não era apenas para o município, como vimos.

Era grande o movimento comercial em Campina Grande. Mesmo antes de suplantarem Areia como principal ponto de comércio com o in-

110 In. R.P.P. Carneiro da Cunha, 1857, p. 10 a 14.

111 Id. Ibid. p. 11.

112 Id. Ibid. p. 11.

terior, Campina Grande já abastecia, por sua feira, 17% da população da Província. A importância da feira foi sempre crescendo, no decorrer do século. A briga entre os comerciantes da cidade para que a feira se localizasse próxima às suas casas comerciais fala também sobre a importância dela.¹¹³ Entretanto, não encontrei notícia de escravos que comercializassem sua produção, como ocorreu em outras províncias e mesmo na Paraíba.¹¹⁴

A importância do mercado local para os produtores da região levou a que a Câmara Municipal tomasse, frequentemente, medidas para proteger o produtor dos intermediários. O código de Posturas do Município, elaborado em 1851 e várias vezes refeito, manteve sempre a preocupação de proteger o pequeno produtor:

É proibido nesta Vila e povoações de seu termo, vender-se por atacado os gêneros de primeira necessidade que entrem para a sustentação de seus habitantes, antes da hora do meio-dia, e nos lugares onde houver feira, antes das duas da tarde conforme o costume. Os infratores, vendedores e compradores, pagarão a multa de 2\$000.¹¹⁵

Em 1884, as modificações foram pequenas, mostrando que, passados mais de 30 anos, a situação basicamente não mudara: “Fica proibido comprar e vender por atacado, antes das quatro da tarde, gêneros alimentícios expostos a feira desta cidade e do município.”¹¹⁶ A multa foi aumentada, para 4\$000. O artigo 04, que tratava do comércio ambulante, estabelecia que ninguém podia exercê-lo, em todo o município,

113 Ficou célebre a briga entre Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque e Baltazar Pereira Luna pela localização da feira, briga que durou de 1869 a 1892.

114 Sobre o assunto, ver LINHARES, Maria Yedda e Silva, F.C.T., op. cit.; CARDOSO, Ciro F.S., *Agricultura, escravidão e capitalismo. Rio de Janeiro. Vozes*, 1979; sobre a Paraíba, Diana Soares de Galliza diz que “Num processo criminal existente no 1º Cartório de Areia, constatamos que o réu, o escravo Benedito, associado a um seu amigo livre, tinha algodão e comerciava com o produto (em 1871 – M.V.) In GALIZA, Diana Soares de, *O Declínio da Escravidão na Paraíba – 1850-1888*, João Pessoa, UFPB, 1979, p. 148.

115 In ALMEIDA, Elpidio. Op. cit. p. 134.

116 Id. Ibid. p. 134

“sem pagar imposto anual de 2\$000 para o nacional e 15\$000 para o estrangeiro.”¹¹⁷

Em 1883, Irineu Joffily notou a existência, na cidade, de 40 casas de comércio (entre elas 14 de fazendas, uma farmácia e duas boticas). A mais importante, que tinha sido recentemente aberta, era a casa comercial de Cristiano Lauritzen, “que tem avultados capitais.”¹¹⁸

Apesar do peso importante que tinha o comércio interno em Campina Grande, não podemos minimizar as dificuldades enfrentadas para sua ampliação. Elas eram devidas não só ao número de escravos excluídos do mercado, que era grande, como também à capacidade de se autoabastecer das grandes fazendas, justamente o maior mercado potencialmente consumidor de produtos locais. As dificuldades de transporte também impediam que boa parte da produção que poderia ser comercializada na cidade fosse levada de regiões mais distantes do próprio município à feira central.

Não havia qualquer tipo de crédito e os impostos recaíam sobre grande parte da produção. O comércio tendia a ser monopolizado, não só o do algodão como também o de gêneros alimentícios, através da compra por atacado ao pequeno produtor.

O mercado interno campinense era pouco diversificado, apesar de seu volume: carnes, farinha, rapadura, milho, feijão; frutas e arroz, em menor quantidade, e atendia principalmente à população menos favorecida da região e do interior. O consumo daqueles mais abastados era ou produzido em suas próprias fazendas ou atendido pelos produtos importados.

Os gêneros estrangeiros, livres de direitos de consumo a partir de 1860, chegavam quase todos através de Recife. Importava-se azeite de oliva, bacalhau, banha de porco, bebidas espirituosas, bolachas, chá, cerveja, farinha de trigo, genebra (gim), manteiga, vinagres e vinhos;

117 Id. *Ibid.* p. 135

118 Id. *Ibid.* p. 186.

quase todo tipo de tecidos; calçados e vestuários em grande quantidade. De outras províncias, em especial de Pernambuco (cerca de 95%) e, a seguir, do Rio Grande do Norte, do Rio de Janeiro, do Maranhão, da Bahia e das Alagoas, chegavam arroz, açúcar refinado, bolachas, café em grão, carnes secas, doces diversos, farinhas diversas, fumo, licores, louro, peixões secos e salgados, sal etc. Nas listas de compras que encontramos – contas de livros de armazéns -, ou nos inventários de negociantes de secos e molhados, constavam sempre produtos estrangeiros, especialmente azeite de oliva, bacalhau, manteiga, queijos e vinhos.

Os limites à expansão do mercado interno foram outro fator a impedir o surgimento de uma economia de pequenos e médios produtores independentes.

O crescimento do mercado interno não pode ser analisado separadamente do grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho e da propriedade privada, fundamentos basilares do capitalismo. Sua ampliação e seus limites nos indicam em que ritmo se desenvolve o capitalismo, e o mercado da força de trabalho é um indicador seguro desse desenvolvimento. Só quando a força de trabalho se tornasse, ela também, uma mercadoria, poderia haver sensível e constante ampliação do mercado interno na região. A cristalização de formas de trabalho só em pequena medida assalariado, e a lentidão com que foi sendo aumentada a proporção em dinheiro paga ao trabalhador retardaram a constituição do mercado interno para o capitalismo.

A formação do mercado interno na região coincidiu com o processo de desagregação da economia escravista e da subordinação dos pequenos e médios produtores aos grandes proprietários que se transformavam, muitos deles, numa burguesia agrária e comercial, iniciando algumas pequenas indústrias urbanas.

As dificuldades para acumular levaram a que esta incipiente burguesia agrária buscasse manter formas de trabalho em que o salário monetário constituísse apenas pequena parcela. Mas a manutenção de tais formas, se por um lado facilitava a acumulação, por outro lado, ao

frear a ampliação do mercado interno, limitava o desenvolvimento do capitalismo e, portanto, da própria burguesia. Este processo contribuiu também para maior atrelamento do capitalismo brasileiro ao exterior, uma vez que parte da produção era voltada para o mercado externo.

Os impostos incidiam sobre quase todo tipo de produção, ou atividade comercial. A maior parte deles era de impostos provinciais, os mais importantes recaindo sobre a produção pecuária. O dízimo do gado vacum e cavalariço, com origem nas Bulas Pontifícias, manteve-se sem alteração durante o século XIX. Em 1833 entrou a fazer parte da arrecadação provincial. Em 1837, foi determinado que se cobrassem também os pontos de avaliação, quando fosse menor de 10 “o número de indivíduos produzidos.”¹¹⁹ Cobravam-se ainda 2\$000 por cabeça de gado abatido para consumo, imposto este que representava o terceiro item das rendas provinciais. O imposto sobre gado miúdo era de arrecadação municipal.

Havia também a meia-siza de escravos, imposto que foi baixando depois da extinção do tráfico. Fôra de 5% até 1850; neste ano baixou para 3% e logo, em 1852, para 2%.¹²⁰ Ao mesmo tempo, aumentaram os impostos sobre a saída de escravos da Província. Este imposto apareceu pela primeira vez em 1840, sendo de 10\$000 por escravo despachado. Entre 1842 e 1846, o imposto caiu para 5\$000. Em 1850, passou para 100\$000 e para 200\$000 de 1857¹²¹ a outubro de 1861. Neste ano caiu de 200\$000 para 25\$000.¹²²

Os produtores de exportação eram onerados não só pelos impostos. Era preciso levar o produto às repartições do Governo, para inspeção, além das fraudes que, como vimos, não eram de se desprezar. O imposto do algodão, até a década de 1870, ficou em torno de 4%, passando a seguir para 5%; o de couros secos e salgados, que era de 3%

119 R.P.P. Carneiro da Cunha, parte referente ao Relatório do Inspetor do Tesouro, 1857, p.7 a 9.

120 Id. Ibid.

121 R.P.P. Araújo Lima, Anexo E — “Consulado Provincial”, 1861, p. 1.

122 R.P.P. Araújo Lima, “Fazenda Provincial”, 182, p. 3.

em 1856, já havia subido para 8% em 1877 e chegou a 10% no final do século. Os demais gêneros pagavam em torno de 5%.

A principal renda provincial vinha das exportações e, logo a seguir, do dízimo do gado e do imposto cobrado pelo consumo interno da carne. Em 1850, Campina Grande figurava no 3º lugar da lista de impostos arrecadados pela Província, contribuindo com 13% de seu total. Em primeiro lugar estava a capital (21%) e em segundo, Areia (17%).¹²³

A porcentagem paga por Campina Grande por cabeça de gado abatida para consumo era bem mais alta do que a paga pelo dízimo do gado. Alguns exemplos mostram a diferença:¹²⁴

ANO	DÍZIMO DO GADO EM PÉ	IMPOSTO DE CARNES
1868	800\$000	2.500\$000
1869	307\$000	2.600\$000

Apesar dos dados, não é bastante seguro extrapolar deles que o gado campinense fosse principalmente destinado ao consumo. Já vimos como se lesava o fisco no dízimo do gado e, certamente, o controle sobre o consumo da carne podia ser bem maior.

Dos impostos que pesavam sobre a população, o “imposto do chão” era dos mais detestados, tendo sido um dos motivos da rebelião dos Quebra-Quilo. O exemplo a seguir foi dado pelo próprio Comandante das Forças Imperiais da Paraíba:

123 Na arrecadação de impostos provinciais de 1850, foi a seguinte a participação de Campina Grande (em porcentagem sobre o total arrecadado em toda a província):

meia siza de escravos	5,2
selo de heranças e legados	41,8
décima de prédios urbanos	8,41
imposto de carnes	9,14
imposto de tavernas	3,8
imposto de tendas e oficinas	28,5
imposto de engenhos e engenhocas	9
rendas não classificadas	7
total nos rendimentos provinciais	13

Porcentagem tirada com base nos dados constantes do R.P.P. Sá e Albuquerque, 1851

124 R.P.P. Venâncio José de Oliveira Lisboa, 1869, p. 21.

Um pobre homem trazia às vezes para a feira uma certa quantidade de farinha, no valor de 2\$000; logo que pousasse no chão o saco que trazia, pegava imediatamente uma certa quantia, porém se por qualquer circunstância ele mudava de lugar, tinha que pagar novamente o imposto, e pagaria quantas vezes mudasse de lugar; de modo que muitas vezes, sem ter ainda vendido o que trazia, já tinha pago ao exigente arrematador o dobro do valor do que trazia para vender. ... Em Pedras de Fogo, o arrematante vendo que um homem que trazia uma pequena quantidade de frutas, no valor de 160 réis, não lhe dava lugar a cobrar o imposto do chão, por não querer descansar o cesto, usou o artifício de entreter com ele conversação e oferecer-lhe um cigarro, e assim que o homem, para acender o cigarro, descansou o cesto, o arrematante cobra-lhe 200 réis que aquele lhe era devedor.¹²⁵

Não existia crédito oficial para a região. A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, criada em 1860 (e que exigiu o registro e a medição de terras para a concessão de empréstimos), só atendeu aos plantadores de café. Na década de 70, foi estendido aos senhores de engenho que investissem nos engenhos centrais, mas para o algodão não houve qualquer benefício oficial. O crédito era obtido através de empréstimos particulares, em parte fornecido pelos maiores comerciantes que, através deles, apoderavam-se da parte dos lucros da produção. Os juros destes empréstimos eram bastante altos: 1,5% ao mês na década de 50, de 2 a 2,5% ao mês entre 1860 e 1890, e de 3%, no final do século.

A circulação monetária era pequena, pelo que se pôde constatar dos inventários, pois muito poucos deixaram dinheiro vivo. Foi grande também, durante todo o período, a falta de moedas de pequeno valor, dificultando o comércio a varejo. Em 1857, ao passar o governo da Província a Beaurapaire Rohan, Carneiro da Cunha expôs o assunto e acrescentou:

125 In. MONTEIRO, Hamilton de Matos, *Crise Agrária e Luta de Classes (O nordeste Brasileiro entre 1850 e 1889)*, Brasília, Horizonte, 1980, p. 132/133

Aproveitam-se da situação os usuários, para exigirem altos ágios pelo troco da moeda. Alguns negociantes de crédito firmados nesta praça, no propósito de remover dificuldades ocasionadas pela falta de troco, se reuniram e resolveram emitir, sob sua fiança e responsabilidade, bilhetes no valor de 0\$500, 1\$000 e 2\$000. ... O assunto é grave e não me foi possível resolvê-lo.¹²⁶

A situação perdurou por toda a segunda metade do século, com os maiores comerciantes emitindo suas cédulas de pequeno valor. E, 1895, o movimento dos “Rasga-Vale”, em Campina Grande, provocado por divergências políticas locais, mostrou que grandes comerciantes da cidade emitiam seu próprio papel-moeda.

Poucos inventariados deixaram dinheiro em espécie. Apenas 2,5% do total e, assim mesmo, na maioria, muito pouca quantidade:

QUADRO 33 - PORCENTAGEM DOS INVENTARIADOS QUE DEIXARAM DINHEIRO EM ESPÉCIE MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905

PORCENTAGEM DOS INVENTARIADOS SOBRE O TOTAL	QUANTIDADE DO DINHEIRO DEIXADO
16	até 10\$000
16	de 51\$000 a 100\$000
39	de 101\$000 a 500\$000
16	de 501\$000 a 1:000\$000
13	de 1:000\$000 a 2:700\$000

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

A máxima quantia deixada foi a de 2:700\$000, com a única exceção do coronel Honorato da Costa Agra, que deixou 30:000\$000. Mas era dinheiro de gado que acabara de vender.

Dos inventariados, 28,5% deixaram dívidas, sendo que 6,5% destas dívidas bastante altas, de mais de 1:000\$000. Consideramos, no quadro abaixo, somente as dívidas maiores de um conto de réis (a partir dos que deixaram dívidas passivas).

126 R.P.P. Carneiro da Cunha, 1857, p. 4.

QUADRO 34 - OCUPAÇÃO DOS CREDORES DAS DÍVIDAS DE 1:000\$000 OU MAIS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905

OCUPAÇÃO DOS CREDORES PORCENTAGEM DELES SOBRE O TOTAL DOS INVENTÁRIOS	
Agricultores e criadores locais	40
Negociantes de Campina Grande	29
Negociantes de Recife	24
Negociantes da Paraíba	7

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Vemos que 60% das dívidas eram a negociantes, e que 69% delas a negociantes e proprietários locais. Isto nos mostra a dependência da pequena produção para com o mercado local, intermediário, direta ou indiretamente, das grandes casas comerciais da Paraíba ou de Recife. (ver anexo 2)

No quadro XVII examinamos a ocupação dos devedores. Note-se que aqueles que não têm indicação de lavouras nos inventários são, de modo geral, pequenos e médios produtores, que constituíam a maioria dos endividados.

O número de inventariados que deixaram dívidas ativas foi bem maior: 17,3% do total; e aqueles que contavam com dívidas ativas maiores de 1:000\$000 eram apenas 3%. O quadro XVIII mostra sua ocupação.

QUADRO 35 - OCUPAÇÃO DOS DEVEDORES DE 1:000\$000 OU MAIS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1840-1905

OCUPAÇÃO DOS DEVEDORES PORCENTAGEM DELES SOBRE O TOTAL DOS DEVEDORES	
Negociantes e criador	2
Agricultor de cana	2
Criador, agricultor e negociante de algodão	3,5
Agricultor de algodão e cana	3,5
Agricultor de algodão	3,5
Só negociante (fazendas, miudezas, secos e molhados)	9,5
Agricultor, criador e negociante (a)	13
Agricultor (a)	13
Criador e negociante de algodão	15
Criador e agricultor (a)	35

(a) Agricultores sem indicação de lavoura

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

QUADRO 36 - OCUPAÇÃO DOS INVENTARIADOS CREDORES DE DÍVIDAS DE
1:000\$000 OU MAIS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905

DE DÍVIDAS ATIVAS	
Grande proprietário de terra, gado, escravos e possuidor de máquinas de beneficiar algodão (entre eles um dos maiores senhores de engenho de açúcar local	31
Grande proprietário de terra e gado	15,5
Médio proprietário de terra e gado	15,5
Grande criador, agricultor e negociante de algodão	11,5
Grande negociante e criador	8
Grande proprietário de terra, com algodão e gado	8
Só negociante (fazendas, miudezas, secos e molhados) (°.)	3,5
Somente negociante de algodão	3,5
Grande proprietário com casas de farinha	3,5

(°.) Este tipo de dívida é, na grande maioria, de contas de livros.

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Vemos que a maioria dos emprestadores de dinheiro (62%) estava ligada ao beneficiamento e ao comércio do algodão. Esta indicação nos mostra um deslocamento do poder baseado apenas na posse da terra para um grupo de grandes proprietários ligados ao comércio e beneficiamento do produto. Foi ligando-se ao comércio, e por serem também, na maioria, grandes criadores, que os grandes proprietários sobreviveram às sucessivas crises por que passou a lavoura algodoeira no período. Não só investiram em máquinas, como se beneficiaram das novas condições que favoreceram o crédito, especialmente o hipotecário.

Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque e o coronel Honorato da Costa Agra são, entre outros, dois exemplos das transformações por que passava a economia local. Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, negociante chegado do Recife na década de 1850, tornou-se, a partir de negócios com algodão e empréstimos, também um dos maiores senhores de terras, gado e escravos do município. O coronel Honorato da Costa Agra, com raízes na grande propriedade territorial desde a fundação de Campina Grande, foi o primeiro a introduzir um motor para o beneficiamento do algodão em suas propriedades – 46, ao todo.

Tornou-se, além de grande fazendeiro de algodão, gado e farinha, um dos representantes da burguesia agrária local.¹²⁷

Encontrei o registro de hipotecas em Campina Grande a partir de 1876, mas desde 1858 (o mais antigo Livro de Notas que achei), as hipotecas são frequentes. Entre 1858-1859 há seis escrituras de hipotecas: quatro de terras; uma de terra e gado e uma de terra e escravos. Para as décadas de 60 e 70 os dados são muito mais completos.

QUADRO 37 - HIPOTECAS REGISTRADAS EM CAMPINA GRANDE - 1860-1869

TIPO DE BEM HIPOTECADO	NÚMEROS ABSOLUTOS
Terra	9
Escravos	14
Terra e escravos	1
Estabelecimentos de algodão	2
Terra, escravos e gado	3
Gado	1
Casas na zona urbana	6
TOTAL	36

FONTE: Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande

QUADRO 38 - HIPOTECAS REGISTRADAS EM CAMPINA GRANDE - 1870-1876

TIPO DE BEM HIPOTECADO	NÚMEROS ABSOLUTOS
Terra	14
Terra e escravos	1
Terra, escravos e gado	1
Terra e gado	1
Casas na zona urbana	3
TOTAL	20

FONTE: Livro de Notas, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande

127 Fato aparentemente curioso, os grandes negociantes que se ligaram à terra, com Alexandrino C. de Albuquerque, tornaram-se chefes locais do Partido Conservador, enquanto que os grandes senhores de terra que se modernizavam, como o Cel. Honorato da C. Agra, chefiavam o Partido Liberal, do qual eram ardorosos adeptos. Sobre liberais e conservadores no Segundo Reinado, e suas posições sobre a agricultura, ver a análise de LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T., op. cit; sobre a luta de conservadores e liberais, na Paraíba e em Campina Grande, ver SILVA, Eliete de Q. G. O poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação (1889-1945) – Dissertação de Mestrado, Campina Grande, mimeo., 1985

É nítida a perda do valor do escravo como bem hipotecável, apesar da grande subida de seus preços. Das 36 hipotecas da década de 60, 18 eram de escravos (50%), enquanto que de 1870 e 1876 encontramos apenas 2. (10%).¹²⁸

O primeiro Indicador Geral do Registro de Hipotecas de propriedades rurais, em Campina Grande, é de 30 de maio de 1876. Em 180 hipotecas registradas, a principal ocupação do hipotecante era a seguinte:

QUADRO 39 - PRINCIPAL OCUPAÇÃO DOS HIPOTECANTES -- MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE -- 1876-1900 (% SOBRE OS 180 CASOS ENCONTRADOS)

OCUPAÇÃO DO HIPOTECANTE	PORCENTAGEM
Criadores	48
Agricultores	26
Agricultores e criadores	10
Comerciantes	6
Domésticas (a)	4,5
Criadores e negociantes	1,5
Advogados	1
Empregados públicos	0,5
Carpinas	0,5
Serviços de agricultura	0,5
Sapateiro	0,5
Serviços de agulha	0,5
Negociante e artista (b)	0,5
TOTAL	100,0

(a) – No caso, tratava-se de viúvas que haviam entrado na posse dos bens do marido.
 (b) – nome dado, na época, aos que se dedicavam a atividades artesanais ou pequenas indústrias.

FONTE: indicador Geral do Registro de Hipotecas, Cartório do 1º Ofício de Campina Grande

A Inscrição Especial do Registro Geral de Hipotecas – apesar de só termos encontrado fragmentos dela – dá indicações mais completas. Além de apresentar a profissão ou principal atividade do credor e do hipotecante, apresenta algumas vezes os juros cobrados e o prazo do empréstimo hipotecado (ver anexo 3).

128 Somente Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque era credor de 26% das hipotecas.

OS PREÇOS

O grande aumento dos preços na região, na segunda metade do século passado, afetou principalmente o gado. Para os produtores de alimentação e instrumentos de trabalho o quadro que podemos montar é incompleto, porque os dados não são permanentes como os do gado. Quanto ao algodão, os dados confirmam a queda dos preços e sua difícil recuperação (anexo 1), a partir dos anos 70.

O preço do gado manteve-se estável nos primeiros 17 anos do período pesquisado (1839-1846). (Para a questão de preços examinamos inventários de 1839.) No final da década de 40 sofreu um grande aumento (56%), e de novo se manteve estável por mais 18 anos. A partir de 1865 os aumentos ocorreram em períodos de tempo mais curtos e o maior deles foi no início dos anos de 1880 (acreditamos que muito em resultado da grande seca de 1877-1879). Como o gado que havia em maior quantidade na região era o *vacum*, tomamos como base o preço de uma vaca parida, em 1939:

QUADRO 40 - ÍNDICE DE PREÇO DO GADO NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1839-1903 (1839-100)

ANOS	ÍNDICE	PREÇO
1839 - 1846	100	16\$0
1847 - 1864	156	25\$000
1865 - 1870	187	30\$000
1871 - 1881	219	35\$000
1882 - 1890	343	55\$000
1891 - 1903	469	75\$000

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

É de se notar que os dois maiores aumentos percentuais correspondem a grandes períodos de seca: 56,25% depois da grande seca de 1844-1845 e 57% depois da seca de 1889, se bem que não se perceba aumento desta proporção depois da seca de 1877. Em todo caso, como

destaca o professor **Ciro Flamarion Cardoso**, como são preços nominais, não refletem a desvalorização da moeda, muito violenta, em especial na época do Encilhamento.

Para os produtos de alimento, apesar dos dados encontrados serem muito dispersos, achei de utilidade montar o quadro XXIII:

QUADRO 41 - ÍNDICES DE PREÇOS DE ALGUNS PRODUTOS DE ALIMENTAÇÃO -
MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

PRODUTOS	ANO	ÍNDICES	PREÇO POR QUILO
	(O PRIMEIRO ANO = 100)		
CARNE VERDE	1856	100	0\$200
	1886	280	0\$560
	1895	400	0\$800
	1898	750	1\$500
BACALHAU	1856	100	0\$360
	1865	133	0\$480
	1886	133	0\$480
	1902	277	1\$000
FARINHA DE MANDIOCA	1884	100	(Por cuia) 0\$280
	1889	1.071	3\$000
ARROZ	1884	100	0\$200
	1889	215	0\$430
AÇÚCAR	1856	100	0\$130
	1884	177	0\$230
	1898	330	0\$430
CAFÉ	1856	100	0\$400
	1865	125	0\$500
	1884	150	0\$600
	1886	160	0\$640
	1898	200	0\$800
	1902	240	0\$960

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande ¹²⁹

129 Na província do Ceará, foi o seguinte o aumento porcentual dos preços dos cereais, no decênio 1847-1857: farinha de mandioca 117,6%

milho 40,9%
feijão 20,0%
arroz 93,9%

In. LUZ, Nícia Vilela, A luta pela Industrialização do Brasil, São Paulo. Alfa Omega, 1975, p. 31; sobre os preços na segunda metade do século passado, ver também LINHARES, Maria Yedda, e SILVA, op. cit.

Em 1878, o custo diário com a alimentação de um adulto abastado era arbitrado em 1\$000, enquanto que o de um escravo adulto, em 0\$100; em 1882, um juiz determinava, para a alimentação de um órfão remediado, a quantia de 0\$600 diários. Considerando que o adulto era dos fazendeiros mais ricos da região e que a quantia estabelecida em 1882 era para a alimentação de uma criança, podemos dizer que não diferem muito. Já o preço com a alimentação de escravos aumentou em maior proporção: passou de 0\$100 diários, em 1878, para 0\$300, em 1882, para um escravo adulto, e de 0\$100 para 0\$150, nos mesmos anos, para um ingênuo.

Encontrei apenas um dado que permitisse ter uma ideia de despesas relativas à seca. Apesar de ser uma indicação isolada, não deixa dúvidas sobre o alto preço que deviam pagar os que faziam frente às secas e, portanto, sobre a impossibilidade dos menores produtores fazerem face às mesmas. Em 1889, foram os seguintes os serviços contratados por um fazendeiro, e o preço que pagou por eles, durante 14 meses de seca:

85 cargas d'água, a 0\$320 cada uma	27\$200
472 cargas de capim, a 0\$500 cada	236\$000
Tratamento do cavalo usado no transporte de cargas	140\$000
Outras despesas com serviços diversos	26\$760
TOTAL	429\$960 ¹³⁰

Os instrumentos de trabalho, com exceção dos mais simples, sofreram aumentos sensíveis, como indica o quadro XXIV.

QUADRO 42 - PREÇOS DE ALGUNS INSTRUMENTOS DE TRABALHO INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE

OBJETOS	ANO	PREÇO
MACHADO	1842	0\$320
	1846	0\$640
	1880	1\$000
	1903	1\$000

130 Documento arquivado no Cartório do 3º ofício de Campina Grande.

OBJETOS	ANO	PREÇO
FERRO DE CAVAR	1843	0\$320
	1893	0\$400
FOICE	1846	0\$320
	1893	0\$500
MARCA DE FERRAR	1842	0\$320
	1843	0\$400
	1882	2\$000
ENXADA	1843	0\$500
	1850	0\$640
	1854	0\$800

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Não há dados que permitam calcular o lucro dos produtores de algodão como se têm, por exemplo, para o açúcar. Temos que nos contentar com os que nos são fornecidos nos inventários sobre bens e nível de vida dos grandes proprietários. Podemos acompanhar o crescimento de seus bens através de vários inventários de uma mesma família, das referências às propriedades anteriores ao inventário e, principalmente, através das transações de compra, venda e hipotecas. Outros dados importantes, além das dívidas ativas, são o montante de bens como ouro, prata, cobre, móveis, louças etc, do que tratamos no capítulo III.

A falta de capitais parece ter sido a principal dificuldade para um progresso mais rápido na adoção de inovações técnicas na região. Ou melhor, “Capitais temos, o que nos falta é dinheiro, pois semelhante capital não é facilmente convertido em moeda corrente.”¹³¹ Sabiam os produtores da importância da modernização, afirmando que “a introdução de aparelhos aperfeiçoados, só por si duplica o produto e dá 30 ou 40% de lucros diretos, além dos indiretos, resultantes do tempo tornado disponível pela divisão do trabalho.”¹³²

131 Discurso do Comendador Antonio Valentim da Silva Barroca no Congresso Agrícola do Recife, op. cit. p. 35.

132 Discussão sobre o parecer da Comissão, op. cit. P. 345.

A divisão entre “a cultura e o fabrico é urgente”¹³³, reconheciam. Este não é o discurso de homens de mentalidade “feudal” e atrasada, procurando manter privilégios decorrentes exclusivamente da posse improdutiva de grandes latifúndios. Ao mesmo tempo, as dificuldades para a aquisição de novas máquinas e a facilidade em aproveitar-se da mão-de-obra escrava (que já possuíam), e do trabalho praticamente gratuito de moradores, levou a que a modernização se desse no beneficiamento do açúcar e do algodão, enquanto que a lavoura seguiu a mesma rotina que antes.

Não havia transações bancárias, no município. A necessidade de dinheiro era suprida através de hipotecas, empréstimos (muitas vezes com garantia apenas verbal), feitos pelos homens mais ricos da região. Os pequenos comerciantes, assim como pequenos e médios produtores estavam, na maioria, endividados, ou aos grandes proprietários e comerciantes da região, ou a negociantes da Paraíba e do Recife.

A ESFERA POLÍTICO-ECONÔMICA - O ESTADO

As transformações ocorridas na segunda metade do século obrigavam o Governo Imperial a ampliar seus órgãos de direção. Esta necessidade era ainda maior pela política intervencionista do Estado na produção. Em 1860, foi criada a Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, da qual eram atribuições a administração da agricultura, do comércio, da indústria e mineração; o ensino profissional industrial e agrícola; a pesquisa industrial e agrícola; a divulgação de conhecimentos necessários a esse campo de atividades; a concessão de patentes de invenções, a incorporação de sociedades agrícolas, coloniais, etc; o registro, legitimação, medição e demarcação de terras; a venda de terras públicas e a colonização (exceto colônias militares); catequese, obras públicas, iluminação, correios e telégrafos e serviço de bombeiros.

133 Parecer da comissão... In. *Congresso Agrícola do Recife*, op. cit., p. 345.

A Secretaria de Estado do Negócio da Fazenda era encarregada, entre outras coisas, do tesouro Nacional, da Alfândega, da Comissão do Estado, das Mesas de Renda e do Consulado da Corte. “A Secretaria de Negócios da Fazenda tinha influência na formulação da política agrícola, na medida em que lhe competiam as iniciativas em matéria fiscal, de crédito, emissões, controle da moeda, dos orçamentos e alocação de recursos.”¹³⁴

A Receita Federal, em 1889, destinou 70% de seus recursos aos já então ministérios da Fazenda (40%) e Agricultura (30%). As grandes questões de política econômica que marcaram a segunda metade do século giravam principalmente em torno da abolição e maneiras de substituir o braço escravo, da questão da terra, do padrão-ouro, do código comercial e da política fiscal. A importância que tinha o comércio nas transformações econômicas por que passava o país fortaleceu uma burguesia comercial e uma embrionária burguesia industrial que, de modo geral, se posicionaram contra o trabalho escravo, lutaram pela Lei de Terras e, especialmente, pelo Código Comercial e a regulamentação das hipotecas, pois a antiga legislação portuguesa, que ainda vigorava, não dava maiores garantias aos credores, impedindo a execução das dívidas.

O Poder Executivo, por seu lado, adotava uma política de intervenção na economia nas áreas que considerava prioritárias, entre as quais figuravam: a política de imigração de mão-de-obra, a política de colonização, a aplicação da Lei de Terras, o ensino e divulgação da tecnologia, o crédito régio, a formação da empresa agrícola-industrial, envolvendo a especialização de funções da produção agrícola e da agroindústria e a introdução de máquinas, além da política de transportes.

Tentarei verificar se e como tais políticas, no Nordeste, beneficiaram a Paraíba.

Na promoção da agricultura, segundo as prioridades acima citadas, as verbas foram destinadas, principalmente, aos transportes e, mais

134 Toda a parte sobre política econômica e administração está baseada no livro da Professora Eulália Maria L. Lobo, op. cit. Sobre o assunto ver também LINHARES, M. Y. e Silva. F. C. T. da, op. cit.

tarde, à política de migração e colonização. A construção de estradas de ferro (com exceção de Pernambuco e Bahia) beneficiou quase que exclusivamente as áreas cafeeiras,¹³⁵ e a migração e colonização destas áreas exclusivamente.

O governo, a que faltavam capitais para levar adiante as políticas que se faziam necessárias, preocupou-se em atrair capital estrangeiro que financiasse a modernização da agricultura.

Os juros dos empréstimos à lavoura, que nas décadas de 20 e 30 atingiram 30%, passaram, na região do café, a partir da atuação do Banco do Brasil, a 17% ao ano (juros e amortizações) e o prazo de pagamento de pagamento expandiu-se de um para seis anos.¹³⁶

Nas outras áreas não houve modificações, com exceção dos juros garantidos aos que investissem em ferrovias e engenhos centrais.

O crédito rural, na segunda metade do século passado, era problema crucial, principalmente porque os três principais produtos agrícolas tinham grande necessidade dele. O café, por sua expansão e o açúcar e o algodão devido à queda dos preços no mercado internacional. Os comerciantes nacionais, que até então forneciam créditos aos plantadores tinham, com a queda dos lucros, dificuldades em continuar a fazê-lo na mesma proporção de antes.

A reforma hipotecária, em 1864, estabeleceu as bases para as sociedades de crédito real e estipulou o objeto das hipotecas:

Imóveis, acessórios dos imóveis (escravos, animais e outros especificados nos contratos); o domínio direto e útil dos

135 Ferrovias em tráfico - (1870-1871):

Pedro II	260,480 km
Santos-Jundiaí	139,600 km
Bahia-São Francisco	123,500 km
Recife-São Francisco	124,900 km

Fonte: Relatório do Ministério da Indústria, Comércio e Obras Públicas à Assembleia Legislativa, 3ª sessão da 14ª Legislatura. Ministro Theodoro Machado Freire Pereira da Silva. Rio, Tipografia Universal de E. & H. Laemert, p. 102. In: Lobo, Eulália, op. cit., p. 62.

136 Id. *Ibid*, p. 84.

bens enfiteúticos; os utensílios de lavoura e das fábricas respectivas, aderentes ao solo; ... Os imóveis que não podiam ser alheados também não podiam estar sujeitos à hipoteca.¹³⁷

O debate sobre o crédito rural, na década de 70, deveu-se em grande medida à crise agrícola que se desencadeou na ocasião. Era opinião dos Presidentes de Província que uma das mais graves causas para o declínio da agricultura fora a falta de capitais. Os agricultores estavam endividados, não havia quase bancos e os empréstimos feitos por negociantes eram limitados. Geralmente, os agricultores recorriam a particulares, recebendo empréstimos através de letras abonadas. As taxas de juros variaram: de 7 a 12% ao ano em algumas províncias, de 18 a 24% em outras, chegando, em algumas, de 48 a 72%. Os curtos prazos dos empréstimos representavam uma grande dificuldade para a amortização.

Algumas províncias – São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo – preferiam bancos de crédito agrícola, que emprestassem sobre a colheita, escravos, gado, letras e penhor. A Paraíba, juntamente com Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia, era favorável a bancos de crédito territorial, subsidiados pelo Governo. E foi esta a solução adotada, “para que fosse possível obter o capital necessário, sobretudo nas províncias mais pobres”¹³⁸

Os Congressos Agrícolas, do Rio e do Recife, em 1878, queixaram-se amplamente do crédito. O Banco do Brasil, principal prestador, exigia o pagamento de amortização de mais de 8% ao ano, juros de 9% ao ano e pagamento integral da dívida dentro de seis anos.¹³⁹

O único banco hipotecário de crédito real, no Nordeste, foi o de Pernambuco e assim mesmo, só se instalou em 1866, concedendo empréstimos a 8% ao ano, até 30 anos de prazo. Em outubro de 1885, foi

137 Id. *Ibid.*, p. 126.

138 “Parecer e projeto sobre a criação de bancos de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar, apresentado à Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas Comissões da Fazenda e Especial, nomeadas em 16 de dezembro de 1875, Rio de Janeiro.” Rio, Typographia Nacional, 1875, p. 35. Id. *Ibid.*, p. 127.

139 Id. *Ibid.*, p. 129.

aprovada a lei de execução de hipotecas, que dava maior garantia à execução de penhores. Entre outras coisas, ficou estabelecido que:

Os bancos e sociedades de crédito real, assim como qualquer capitalista, poderão fazer empréstimos aos agricultores, a curto prazo, sob penhor de colheitas pendentes, produtos agrícolas, animais, máquinas, instrumentos e quaisquer outros acessórios não compreendidos nas escrituras de hipotecas e quando o estejam, procedendo consentimento do credor hipotecário;¹⁴⁰

O penhor agrícola podia ser feito tanto pelos proprietários como pelo arrendatário ou colono, mas estes últimos deveriam apresentar a permissão do proprietário. Segundo a professora Eulália Lobo,

A evolução do crédito rural, no século XIX, permite observar a desintegração do regime escravista, a formulação da propriedade agrícola, o surgimento das companhias de colonização, de agricultura, dos bancos e sociedades de crédito real e da Carteira Agrícola do Banco do Brasil. Estas transformações, na transição para o capitalismo, revelam o declínio do poder dos fazendeiros da cana, do algodão, do tabaco e do café do Vale do Paraíba e a ascensão da burguesia comercial e financeira.¹⁴¹

Mas o que se observa em relação aos grandes fazendeiros da área estudada é que seu poder não declinou. Como já foi colocado, foram eles que se modernizaram, introduzindo máquinas de beneficiar (descaroçar, prensar e ensacar) o algodão, os que mantiveram a mão-de-obra escrava até o fim e, ao mesmo tempo, pela quantidade de terra que possuíam, puderam utilizar o trabalho de numerosos moradores e agregados, contratar mão-de-obra assalariada (mesmo que de início só temporariamente), aforar ou arrendar suas terras e, principalmente, ligar-se aos circuitos de comercialização do algodão. Foram também os fornecedores de crédito aos menores produtores locais, os únicos com

140 Id. Ibid., p. 131.

141 Id. Ibid.

pradores de sua produção, mantendo-os, por isso, ou sob sua dependência, ou fazendo-os desaparecer, por execução de hipotecas.

CONCLUSÃO

O processo de transformação da economia colonial escravista que ocorreu na segunda metade do século XIX, criando as bases para as relações de produção capitalistas, tem sido bastante discutido, se bem que, na maioria das vezes, a discussão trate da economia cafeeira paulista. E é normal que assim ocorra, uma que foi na economia agrária cafeeira de São Paulo que se deram as primeiras e mais importantes transformações no sentido capitalista. A discussão tem destacado, principalmente, o papel do capital comercial e das formas de trabalho surgidas na passagem do trabalho escravo ao trabalho livre.

O estudo da economia agrária no município de Campina Grande, nesse período de transição, apesar de se tratar de um estudo local, não pode ser isolado do que ocorria no resto do país, e foi dentro da situação geral do país que procurei ver as especificidades locais. Por isso mesmo, não posso deixar de ter as mesmas indagações que se colocam para quem estuda o período: que mudanças se processaram e em que sentido se desenvolveram?

Comecei a pesquisa em 1840, em pleno domínio das relações de produção escravistas, para entrar, na segunda metade do século, num período de reordenamento das estruturas produtivas, “para adequá-las às necessidades e à visão de mundo dos setores dinâmicos das classes dominantes (ou de uma fração delas), no complexo e difícil caminho de organizar a produção em grande escala dos produtos de exportação”.¹⁴² Nesse ordenamento, as relações de produção escravistas foram mantidas (apesar das dificuldades trazidas com a cessação do tráfico) enquanto a produção com a mão-de-obra escrava foi lucrativa.

142 CARDOSO, Ciro F.S. e BRIGNOLI, H. P., op. cit. p. 218

As melhores técnicas ocorrem quase que exclusivamente nos setores de beneficiamento dos produtos, enquanto que a lavoura continuava a usar extensivamente a terra e a mão-de-obra abundante, fatores estes que contribuíaam decisivamente para a utilização de formas incompletas de trabalho assalariado; se introduzirmos ainda a variante do alto crescimento demográfico na região, veremos porque se cristalizaram com tanta força formas de trabalho livre só parcialmente assalariado.

Quanto ao papel do capital comercial nas transformações ocorridas, houve, evidentemente, um certo grau de subordinação e dependência ao capital comercial estrangeiro; mas concordo com os autores que buscam, principalmente nos movimentos internos da economia brasileira, as transformações ocorridas.¹⁴³ A expansão do capitalismo na Europa e os processos internos ocorridos a partir de 1808, que levaram à Independência, mostram o crescimento de grupos brasileiros (não importando aqui a origem ou nacionalidade) ligados ao comércio, embrião do que se pode chamar, na segunda metade do século passado, de uma burguesia comercial brasileira. Mas indicam, principalmente, setores das classes dominantes que reorganizaram com êxito a produção, tanto voltada para o mercado externo como para o interno (incluída uma incipiente indústria – têxtil, vestuário, calçados, couros, olarias, etc.). São estes os grupos que dirigem as transformações ocorridas.

A desagregação das relações escravistas (1850-1888) e a consequente substituição da mão-de-obra escrava pela livre; a criação de uma infraestrutura (transporte, comunicações, eletricidade, etc.) necessária à produção para que esta se desenvolvesse, introduzindo elementos de racionalidade que aumentavam a produtividade representam, ao mesmo tempo, o processo de construção das premissas históricas para o surgimento do capitalismo. Este processo foi comandado, no século XIX,

143 Ver, em especial: Id.Ibid.; CARDOSO, Ciro F. S., "Sociólogos nos domínios de Clio", in *Tempo e Sociedade*, Revista da UFF, vol. 1 no. 1, janeiro-junho de 1982, Niterói; LAPA, José Roberto do Amaral, *O Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Brasiliense, 1982; LINHARES, M. Y. e Silva, F.T.C. da, op. cit.; Cardoso, Ciro F. S. "As concepções acerca do 'Sistema Econômico Mundial' e do 'Antigo Sistema Colonial': a preocupação obsessiva com a extração de excedente", in Lapa, J. R. Amaral, *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1980.

pelos grupos mais poderosos de senhores de terra, que buscavam justamente o reordenamento necessário às mudanças imprescindíveis à sua sobrevivência como classe dominante pós-colonial.

Esses grupos reorganizaram a produção em termos de mão-de-obra e melhorias técnicas e ligaram-se estreitamente ao comércio de seus produtos, seja incorporando às suas funções produtivas às comerciais – situação típica de um período de transição -, seja ligando-se a firmas comerciais nacionais ou estrangeiras.

Acho importante frisar, neste ponto, que inexistente base teórica para considerar o capital comercial determinante do processo das transformações ocorridas. Na época da transição do feudalismo ao capitalismo, na Europa, o capital comercial só formalmente pode ser considerado capital, uma vez que falta a ele a relação de produção de trabalho assalariado. Há uma apropriação do trabalho (excedente ou necessário) pelo capital mercantil, sem que ele penetre na esfera produtiva. É pela diferença de compra e venda que ele se apropria de parte do valor de cuja produção não participou. Na época colonial, o monopólio (dominação política das atividades produtivas e mercantis) viabilizava esta apropriação.

Ao se consubstanciar o modo de produção capitalista, o papel e o status do capital mercantil muda, e ele se integra no mecanismo funcional do capital industrial: os comerciantes se especializam na venda de matérias-primas (primeira fase do movimento do capital). No modo de produção capitalista, a função do capital mercantil é modelada e comandada pelas relações de produção capitalistas. A hegemonia do capital nasce nas fábricas.¹⁴⁴

No Brasil da segunda metade do século XIX, que vivia ainda um período de transição para o capitalismo, é preciso considerar dois fatores específicos: o primeiro, que o processo de acumulação, se dá a partir da venda de produtos para o exterior (da realização do produto fora do país), concentra-se nas mãos dos senhores de terra dirigentes da

144 PEÑA CASTRO, Ramón, notas de aula.

produção¹⁴⁵, esta sim, determinante dos processos ocorridos. Segundo, é o capital industrial que domina nas economias centrais europeias.

Por outro lado, não é correto considerar que, mesmo no período de transição, as relações entre senhor e escravos produzissem, por um lado, “um capitalismo específico” e, por outro, “um trabalhador específico”, cuja gênese era mediada pela desigualdade que derivava diretamente não só da renda capitalizada, mas também da troca desigual dos produtos agrários de exportação¹⁴⁶. Uma relação de produção entre senhor e escravo como a que se dava no Brasil, era escravista e, enquanto tal, o trabalho não estava submetido ao capital através da forma salário, relação mercantil-monetária de compra e venda da força de trabalho. Não eram capitalistas os grandes senhores de terra e escravos. Também as relações entre escravos e senhores não podem ser assimiladas às formas mercantis, já que eram uma relação de dominação direta, natural, transparente. José de Souza Martins considera o escravo como uma forma de renda capitalizada, de uma renda que reveste a forma de lucro, lucro este regulado pelo lucro médio. Se assim fosse, estaríamos em pleno domínio de relações capitalistas de produção.

Martins desenvolve a tese da subordinação pelo capitalismo, de relações de produção não-capitalistas, tese esta que considero do maior interesse (não só para o século XIX como para os dias atuais), desde que as relações escravistas não estejam incluídas nesta subordinação. O capitalismo não produz apenas mercadorias (como na chamada produção mercantil simples), mas produz, sobretudo, mais-valia. E o escravo não pode produzir uma mercadoria que contenha mais-valia porque ele mesmo é instrumento, e não sujeito de uma relação de valor (relação mercantil), é um instrumento e uma mercadoria¹⁴⁷, não é sujeito, mas objeto econômico. “Assim como a mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem, necessariamente, que en-

145 Não excluindo, evidentemente, setores ligados ao comércio, como foi, por exemplo, o caso dos capitais deslocados do tráfico dos escravos.

146 MARTINS, José de Souza, op. cit., p. 15/16.

147 MARX, Karl, *El Capital México-Buenos Aires*, Fondo de Cultura Económica 1996, T I, p. 121.

globalar as duas coisas - ser processo de produção de mercadorias e de criação de valor.”¹⁴⁸

O processo de produção capitalista engloba não só a produção de mercadorias e criação de valor, mas sobretudo o incremento do valor (mais-valia). Algumas vezes tem-se a impressão de que José de Souza Martins considerou o capital como simples dinheiro acumulado, e não como uma relação de produção.

Esta visão é extrapolada por João Manoel Cardoso de Mello, que considera a existência de um capital industrial sem a existência de forças produtivas capitalistas¹⁴⁹. O autor considera a existência de “economias capitalistas exportadoras” cuja dinâmica de sua reprodução ampliada é assegurada de fora¹⁵⁰. Isto, a meu ver, é não só antecipar o surgimento do capitalismo no país, como, ao fim e ao cabo, considerar a existência de um “capitalismo comercial”. Estou de acordo com que, no exame das forças produtivas,

É errôneo limitá-las às técnicas e instrumentos de produção apenas (sublinhado por mim – M.V.). Elas incluem também o homem e sua participação no processo de trabalho ou vê-las apenas (sublinhado por mim – M.V.) como nível quantitativo. ... afirmar, por exemplo, ... que o advento de um modo de produção não pode ocorrer sem que as forças produtivas hajam atingido determinado ‘nível’; ou ainda considerá-las independentemente do meio histórico em que se desenvolvem.¹⁵¹

Mas esta é outra maneira de abordar a questão, muito diferente das colocações de J. M. C. de Mello. As condições para o surgimento do capitalismo só se deram com o início da industrialização, no final do século XIX. O que ocorreu na segunda metade desse século foi a

148 Id. Ibid., p. 138.

149 MELLO, João Manoel Cardoso de, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1882, p. 108.

150 Id. Ibid., p. 96.

151 CARDOSO, Ciro F. S., *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 26.

preparação das condições para a industrialização; a libertação do trabalho escravo, a “libertação” do homem da terra, superabundância e baixo custo da mão-de-obra (fator primordial para a acumulação) e dinheiro acumulado (principalmente através da produção para exportar), que será empregado em compra de máquinas e de força de trabalho, ao mesmo tempo em que se desenvolve, pelos mesmos processos, o mercado interno. Esta preparação se dá dentro do domínio das relações escravistas de produção.

Uma outra questão pertinente à conclusão deste capítulo diz respeito à discussão sobre a “economia camponesa” no país. A existência da pequena economia agrária, que conviveu com a economia escravista e, mais tarde, com o capitalismo, fez com que alguns autores considerassem a existência de uma “economia camponesa”. Conforme a definição de Chayanov, esta economia seria “independente do sistema econômico no qual se inscreve”¹⁵² Chayanov declara expressamente que sua preocupação é estudar a dinâmica interna da organização familiar camponesa e que, portanto, “...não nos interessam as formas de seu desenvolvimento histórico (da unidade de exploração doméstica camponesa – M. V.), mas os mecanismos de seu processo organizativo,”¹⁵³ o que não deixa de ser uma abstração arbitrária e subjetivista.

Não encontrei qualquer base para a identificação de uma economia camponesa “independente”, na região estudada.

No que se refere à organização interna da economia familiar camponesa, Chayanov postula um determinismo do meio natural, considerando como lei que:

É o grau de atividade agrícola que determinará a composição da família. O camponês se provê de uma família de acordo com a sua segurança material. As taxas de nascimento e mortalidade dependem das condições naturais

152 CHAYANOV, A.V., *La Organizacion de La Unidad Campesina*; Buenos Aires, Nueva Vision, 1974, p. 34

153 Id. *Ibid.* p. 36.

de existência, e há uma nítida redução do crescimento da população nos setores mais carentes.¹⁵⁴

Exatamente o que ocorria aqui.

Do ponto de vista metodológico, para a discussão desse assunto, concordo inteiramente com Pierre Vilar¹⁵⁵ em questões básicas: primeiro, que não existe um “camponês”, em geral; segundo, que o conceito de “economia camponesa” considera inútil e ultrapassado o conceito marxista de modo de produção.

Ao contrário do conceito de modo de produção, a noção de economia camponesa não serve, em nenhum lugar e em nenhum país, para caracterizar relações sociais em torno da terra. Se nos situamos em quadros concretos de transição, vemos que o capitalismo vai destruindo o sistema anterior e, por isso mesmo, não se despoja logo de todos os traços dele. O que importa é a combinação de relações entre homens e bens (propriedade absoluta ou limitada), com as relações entre homens e homens (donos de escravos, senhores e servos, patrões e operários).¹⁵⁶

No Brasil, nos últimos anos, a discussão sobre o assunto ganhou força, havendo alguns autores que tentam ressuscitar a velha polêmica dos populistas russos¹⁵⁷. Não cabe, nesta conclusão, aprofundar o tema. Quero apenas marcar minha concordância com aqueles que, baseados em estudos concretos, numa época histórica concreta, têm rejeitado a noção de uma economia camponesa independente e intemporal.

É o caso de José Graziano da Silva¹⁵⁸, que rejeita o modelo de análise de uma agricultura camponesa, trabalhando com o da acumulação

154 Id. Ibid. p. 61.

155 VILAR, Pierre, “*Reflexiones sobre La nocion de ‘economia campesina’*”, In. *Iniciación al Vocabulario del Analisis Histórico*, Barcelona, Grijalbo, 1980, p. 174.

156 Id. IBID. p. 174-175.

157 Ver, por exemplo, FERNANDES, Ruben César (Org.), *Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

158 SILVA, J. Graziano da, *A Modernização Dolorosa – Estrutura agrária, fronteiras agrícolas e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, em especial a parte: “A pequena produção e as transformações da agricultura brasileira”, p. 126 a 141.

capitalista na agricultura. É o caso também de Sérgio Silva¹⁵⁹, que questiona a visão segundo a qual a estrutura agrária brasileira caracteriza-se fundamentalmente por uma massa de pequenos produtores, responsáveis pela maior parte da produção. Em boa parte do que é considerado unidade produtiva, diz o autor, não o é. Cerca de 50% dos considerados estabelecimentos agrícolas pelo censo de 1975, apresentam um valor de produção inferior ao mínimo de subsistência do trabalhador e seus familiares. A massa de tais “estabelecimentos” constitui a base geográfica de uma grande reserva de força de trabalhado subutilizada. Margarida Moura¹⁶⁰ afirma que

a existência do camponês não se determina mais diretamente por sua relação com a natureza, (mas) pelo conjunto das relações da sociedade capitalista. (A pequena produção) ... mesmo mantendo um perfil reprodutivo de pequena propriedade, ... por um mecanismo de exploração específico vê vinculada indissolivelmente sua produção ao empreendimento industrial.¹⁶¹

O trabalho destas unidades familiares está subordinado às exigências imputadas pelo sistema capitalista de produção. Não pretendo negar o fato de uma economia camponesa concreta, que tenha suas características peculiares e cuja subordinação a uma relação de produção dominante defina as relações sociais em torno da terra.

Para defini-la, do ponto de vista econômico, é preciso considerar:

1º - acesso estável à terra (em propriedade ou usufruto);

159 SILVA, Sergio Salomé, “Sobre a estrutura de produção no campo”, in: BELLUZO Luiz Gonzaga (org.) Desenvolvimento Capitalista do Brasil, Nº2, São Paulo, Brasiliense, 1983.

160 MOURA, Margarida Maria, “A questão da Pequena Produção”, in: NAKANO, Yoshiaki, (org.), *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*, Brasília, Binagri, 1979; ver também QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O Camponato Brasileiro*, Petrópolis, Vozes, USP, 1973.

161 MOURA, Margarida Maria, op. cit. p.73 a 75.

2º - trabalho predominantemente familiar (o que não exclui uma força adicional extra);

3º - uma economia fundamentalmente de subsistência (sem excluir eventuais ligações com o mercado);

4º - certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas: o que plantar, de que maneira e como dispor do excedente.¹⁶²

E ainda considerar que “tal autonomia estrutural pressupõe: segurança no acesso à parcela, um grau de relação direta com o mercado vertical e grau de gestão do camponês sobre sua parcela.¹⁶³”

Um ponto básico para a consideração de uma economia camponesa, o acesso estável à terra, não existia na região. Ao contrário, a partir da Lei de Terras e das formas assumidas nas relações de trabalho livre (permitidas, fundamentalmente, pelo monopólio da terra), a transição ao capitalismo tendeu a fazer desaparecer o pequeno proprietário. A grande maioria da população trabalhadora rural livre agregou-se como moradora nas grandes fazendas, sem qualquer estabilidade. Tal situação fechou o espaço para o surgimento de uma economia camponesa “independente” no município e tendeu a limitar o número dos que potencialmente poderiam vir a constituí-la sem, contudo, torná-los assalariados.

As transformações na economia agrária da região ocorreram e acarretaram mudanças. Para P. Eisenberg, “A modernização – tomada no sentido de avanço tecnológico e abolição do trabalho compulsório - não produziu transformações reais”. Houve modernização - capitalização, reorganização do trabalho, sem melhoria econômico-social¹⁶⁴.

Não acredito que a mudança seja medida pela melhoria do nível de vida do trabalhador, mas sim através das modificações ocorridas no

162 CARDOSO, Ciro F. S., Agricultura, Escravidão e capitalismo, Petrópolis, Vozes, 1979, p. 52.

163 Id Ibd.

164 EISENBERG, Peter, op. cit. P. 251.

modo de produção. Neste sentido, houve modernização e houve mudança. E a modernização, que criou as bases para o desenvolvimento capitalista, saído de uma transição que destruiu o sistema de relações escravistas, significou também, além de uma mudança, um avanço no sentido histórico.

ANEXO I

QUADRO 43 - PREÇO DO ALGODÃO EM CAMPINA GRANDE - 1840-1903
(PREÇO POR QUILO)

ANO	ALGODÃO EM CAROÇO (a)	ALGODÃO EM PLUMA (a)	ALGODÃO EM PLUMA (b)
1840	1\$000		
1842	0\$920		
1843	1\$000 / 0\$720		
1844	0\$640		
1845	0\$500		
1848	0\$640		
1849	0\$570		
1850	0\$640	0\$900	
1852	0\$800		
1855	1\$000		
1856	1\$200		
1857	1\$200		
1859	1\$200		
1860	1\$200		
1862	1\$200		
1864		6\$000	
1866	4\$000	14\$200	
1870			14\$400
1871			
1872		5\$800	
1873		6\$000	
1875			4\$995
1876			4\$500
1877		4\$800	5\$700
1891		3\$000	
1892	2\$500		
1894	2\$500	7\$000	
1901	2\$500		
1903	3\$500		

(a) - Dados dos Inventários

(b) - Dados dos R.P.P.

FONTE: Inventários post mortem, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande; Relatórios da Presidência da Província de 1870, 1871, 1875, 1876 e 1877.

ANEXO II

QUADRO 44- PRINCIPAIS EMPRESTADORES DE DINHEIRO AO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

(continua)

NOME DO EMPRESTADOR	PRINCIPAL OCUPAÇÃO	RESIDÊNCIA
DÉCADA DE 40		
Manoel Antônio Ribeiro	negociante	Paraíba
Casa Comercial Inglesa	negociante	Recife
Arcanjo Cavalcanti	grande proprietário	Campina Grande
Bento Alves Vianna	grande proprietário (algodão)	Campina Grande
José Alves Ferreira		Campina Grande
DÉCADA DE 50		
Joaquim Vieira coelho		
DÉCADA DE 60		
Arcanjo Cavalcanti de Albuquerque	negociante/grande propr. (alg.)	Campina Grande
Alexandrino Caval. de Albuquerque	negociante/grande propr. (alg.)	Campina Grande
Agostinho Lourenço Porto	negociante/grande propr. (gado)	Campina Grande
Gonçalo Gomes de Souza	negociante	Campina Grande
Soares & Irmãos	negociantes	Campina Grande
Joaquim J. Ferreira da Silva	negociante	Goiana
Manoel Vieira Bezerra	negociante	Goiana
Correia & Irmãos	negociantes	Paraíba
Antonio Vicente de Magalhães	negociante	Paraíba
Manoel Alves Barbosa	negociante	Recife
Manoel Ribeiro de Carvalho	negociante	Recife
Antônio Pedro & Cia.	negociantes	Recife
Manoel Ribeiro Bastos	negociante	Recife
Francisco Cavalc. de Albuquerque	negociante	Campina Grande
Vicente Ferreira Lira	médio proprietário (algodão)	Campina Grande
Vicente Pereira de Melo	negociante de algodão	Campina Grande
DÉCADA DE 70		
Luiz Antonio Vila Seca	negociante/grande proprietário	Campina Grande
Justiniano Caval. de Alb. E Bello	negociante	Campina Grande
Caetano de Albquer. Montenegro	negociante	Campina Grande
Alexandrino Caval. de Albuquerque	negociante/gde prop. (alg.)	Campina Grande
Bernardo Pinto de Abreu	negociante	Campina Grande
Pacheco Borges	negociante	Paraíba
Oliveira & Cia.	negociantes	Paraíba
Pedro Moacyr & Cia.	negociantes	Recife
João Correia de Araújo	grande negociante (algodão)	Campina Grande
(?) Rocha Porto	médio proprietário	Campina Grande

NOME DO EMPRESTADOR	PRINCIPAL OCUPAÇÃO	ESIDÊNCIA
José Gonçalves de Figueiredo	grande proprietário grande	C. Grande
José Francisco da Costa Agra	proprietário (algodão)	C. Grande
Galdino Francisco de Macedo	grande prop. negociante tecidos	C. Grande
Manoel J. Gomes Pereira	grande prop. Negociante	C. Grande
Eufrásio de Arruda Câmara	grande prop. (açúcar e algodão)	C. Grande
Antônio Luiz P. de Oliveira	grande proprietário	C. Grande

DÉCADA DE 80

Agostinho L. de Albuquerque	negociante/grande prop.	C. Grande
João da Silva Pimentel	negociante/grande prop.	C. Grande
Alexandrino Cav. de Albuquerque	negociante/grande prop. (alg.)	C. Grande
Oliveira, filho & Cia.	negociantes	Paraíba
Pires & Cia.	negociantes	Paraíba
Ivo Salerno & Cia.	negociantes	Goiana
José J. Alves & Cia.	negociantes	Recife
Silveira & Cia.	negocoante	Recife
(representado por Criatiano Lauritzen)	negociantes	C. Grande
Santino Maciel de Atayde	grande prop. (padre) (algodão)	C. Grande
Joaquim Camelo de A. Lima	grande proprietário	C. Grande
João Francisco Barbosa	negociante de secos e molh.	C. Grande
Francisco Gomes Pereira	médio proprietário	C. Grande

DÉCADA DE 90

Cristiano Lauritzen	negociantes	C. Grande
Joaquim Gonçalves & Cia.	negociantes	C. Grande
Silveria & Cia. (Cristiano Laurit)	negociantes	Recife
Casa Comercial Rodrigues Lima	negociantes	Recife
Francisco Xavier Seabra Andrade	negociantes	Recife
Narçiso Maia & Cia.	negociantes	Recife
A. Vieira & Cia.	negociantes	Recife
Benjamim G. de Alb. Maranhão	grande proprietário	C. Grande
José Leite de Farias	médio proprietário	C. Grande
Francisco Domingues da Cruz	grande prop./negociante (alg.)	C. Grande
(?) Gomes Pereira	médio proprietário	C. Grande
Alexandrino Caval. de Alb.	grande prop./negociante (alg.)	C. Grande
Lindolfo Caval. de Albuquerque	médio proprietário	C. Grande
Pacífico Lycarião Bezer Trindade	médio proprietário	C. Grande

1900 - 1905

Floripes da Silva Coutinho	negociante/grande proprietário	C. Grande
José Maria Maracajá	negociante/médio proprietário	C. Grande
Lemos & Cia.	negociantes	Paraíba
Galdino Coelho de Moura	médio proprietário	C. Grande
João Martins Torres Brasil	negociante de carne/gde. prop.	C. Grande

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

ANEXO III

QUADRO 45- INSCRIÇÃO ESPECIAL DO REGISTRO GERAL DE HIPOTECAS – MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1876-1877

(continua)

CREDOR	JUROS	HIPOTECAS
1. A Fazenda Pública da Paraíba	mora normal	225 ha. De terra, com casa, armazém, e máquina de beneficiar algodão, prensa e demais benfeitorias
2. Negociante	mora normal	Terras agrícolas
3. Alfândega Provincial	mora normal	Casa com bolandeira e máquina de beneficiar algodão; descaroadadeira.
4. A Justiça Pública		Terra com casa de morar e casa de fazer farinha
5. Agricultor, criador e negociante		Bolandeira com prensa e maquina de descarçar.
6. A Justiça Pública		Uma casa (agricultor e criador)
7. A Justiça Pública		Fazenda com casa e bolandeira
8. A Justiça Pública		Casa
9. A Justiça Pública		Casa
10. A Justiça Pública		Sítio com terras, casa e benfeitorias.
11. A Justiça Pública		Duas casas (negociante e criador)
12. A Fazenda Pública	mora	Propriedade rural com casa e bolandeira.
13. A Justiça Pública		Propriedade rural (agricultor)
14. Ivo & Sobrinhos, Vieira Jr. & Irmãos	1,5% ao ano	Parte de terá com casa (negociante)

CREDOR	JUROS	HIPOTECAS
15. Souza Martinho & Cia. (negociantes em Goiana)		Terras com fruteiras, casa de morar e casa de fazer farinha
16. Antonio Andrade Lima	1,5% ao ano	Sítio com fruteiras (agricultor e artista)
17. Irineo Joffily	2,0% ao mês	Propriedade com casa, açude, e uma légua para agricultura e criação (agricultor)
18. A Fazenda Pública da Paraíba		360 ha. de terra (agricultor)
19. Banco do Brasil		1.700 ha. de terras com bolandeira, máquina de descaroçar algodão com 24 serras e prensa. As terras são de Algodão e mata virgem (Grande proprietário, agricultor, criador e negociante de algodão Firmino Henriques da Silva).
20. Pereira Valente & Cia.	1% ao mês	Casa, uma padaria e um vapor de descaroçar (agricultor e negociante)
21. Banco Emerson de Pernambuco	1% ao mês e mais 0,5 de mora	Propriedade de criar gado, com 672 há de terra, casa e máquina 16 serras de descaroçar algodão.
22. Banco Emerson de Pernambuco		Fazenda de criar e plantar

FONTE: Inscrição Estadual do Registro Geral de Hipotecas (fragmentos) – Cartório do 1º Ofício de Campina Grande

CAPÍTULO III

AS RELAÇÕES SOCIAIS

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, as relações sociais que caracterizavam a sociedade campinense, e que estiveram solidamente estruturadas, desde o início da colonização, sobre relações escravistas, começaram a se modificar.

O trabalho escravo, que definira as relações sociais de produção em grande parte do período, entrou em franca desagregação a partir do início da década de 1870. A diminuição continuada do número de escravos e de sua importância econômica, o fato de se recorrer, cada vez mais, ao trabalho livre, e a busca – dentro de certos limites – de uma maior racionalidade nos métodos de trabalho foram transformando as relações de produção e as relações de classe que nelas se assentavam.

Numa sociedade em que os meios de produção e a força de trabalho estão atribuídos a grupos sociais diferenciados e opostos, as relações de classe são mais fáceis de identificar. Mas, “Quando esta separação é incompleta, isto é, quando a contradição fundamental entre propriedade de meios de produção e assalariamento primitivo se reproduz, mantendo múltiplas formas de sujeição pessoal”¹, a análise as relações de classe exige uma conceitualização mais complexa.

As formas de trabalho livre que encontrei não só conviviam com a escravidão, como carregavam vários traços do passado colonial: dependência colonial, cidadania restrita e deformada, recurso a formas de coerção extraeconômica, etc. A transição caracterizava-se por relações sociais não mais fundamentalmente escravistas, mas que ainda estavam longe de poderem ser definidas como capitalistas. A forma pela qual se deu a transição do trabalho escravo ao livre², o ritmo lento desta transição – determinou uma tendência à estagnação das relações sociais.

A vagarosa formação das relações capitalistas, decorrência do atraso econômico da região e de sua subordinação aos interesses dominantes do Sudeste fez com que as relações sociais continuassem indiferenciadas e ambíguas. A manutenção de relações de trabalho típicas do modo de produção colonial escravista era coerente com o nível técnico e organizativo da produção e se inscreviam “numa causação circular (causa e efeito ao mesmo tempo) que se traduziu no atraso da consolidação do capitalismo”³.

A dimensão demográfica, considerada a seguir, serviu de referencial para identificarmos, contra o pano de fundo do crescimento numérico da população em geral, a importância econômica e política cada vez maior da população livre, com a conseqüente diminuição da importância econômica do escravo. Serviu também para constatar a atitude de resistência dos grandes proprietários do município a se desfazerem deste tipo de mão-de-obra.

1 PEÑA CASTRO, Ramón

2 Sobre o assunto ver CARDOSO, Ciro F. S., *Agricultura, Escravidão*

3 PEÑA CASTRO, Ramón

DEMOGRAFIA

No estudo demográfico do período tomei como base o censo de 1872⁴, utilizando para comparação os dados estatísticos existentes a partir do início do século. Vale ressaltar que tais dados, inclusive os do censo, sofrem da precariedade das estatísticas da época. Os dados anteriores ao censo de 1872 referem-se exclusivamente ao número de habitantes livres e escravos do município e os posteriores (até 1888) falam somente do número de escravos.

QUADRO 46 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE -1850-1900

ANO	POPULAÇÃO LIVRE		POPULAÇÃO ESCRAVA		TOTAL
	Nº	%	Nº	%	
1850	14.449	81	3.446	19	17.895
1872	13.999	92,6	1.105	7,4	15.104
1890	21.475	100,0			21.475
1900	38.303	100,0			38.303

FONTE Para 1850 – R. P. P. Beaurapaire Rohan, 1857; para 1872 – Recenseamento Geral do Império do Brasil, BNRJ; para 1890 e 1900 – IBGE, Seção de Recenseamento.

Em 1798, a população do município era de 3.004 habitantes, mas o dado não nos permite calcular o número de escravos, pois a população foi dividida segundo a cor, apenas: 971 brancos, 692 pretos e 1.341 mulatos⁵. Foi bastante alto o aumento da população do município entre 1890 e 1900, o que não acredito ser devido apenas a um crescimento vegetativo. Penso que, com o final da escravidão e o desenvolvimento do município, Campina Grande passou a absorver grandes contingentes de mão-de-obra (em épocas de seca com maior intensidade, mas também em períodos normais), homens livres expulsos de suas terras ou ex-escravos que se agregavam às grandes fazendas como moradores.

4 *Recenseamento Geral do Império do Brasil*, de 1º de outubro de 1872, V. 6, 4ª parte. BNRJ, Seção de Livros Raros. Sobre a importância de estudos demográficos para a agricultura ver LINHARES, M.Y. . . . op. cit. e VILAR, Pierre, *Crescimento*

5 IN: Almeida, Elpidio, op. cit. p. 62

Além disso, Campina Grande oferecia, o que não é desprezível, maiores oportunidades tanto para o trabalho doméstico quanto para atividades urbanas: artesanato, incipientes indústrias, comércio e serviços, o que seguramente atraiu para a cidade muitos imigrantes da Paraíba e de estados vizinhos.

QUADRO 47 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1850-1900

ANOS	Nº. DE ANOS	TAXA MEDIA ANUAL DE CRESCIMENTO
1850 - 1872	22	- 0,8
1872 - 1890	18	+ 2,09
1890 - 1900	10	+ 6,64

FONTE: Para 1850 - R. P. P. Beaurapaire Rohan, 1857; para 1872 - Recenseamento Geral do Império do Brasil, BNRJ; para 1890 e 1900 - IBGE, Seção de Recenseamento.

De 1850 a 1887 há um decréscimo constante e quase homogêneo da população escrava (ver quadro III). De 1850 a 1872, Campina Grande perdeu 67,9% de seus escravos, e de 1850 a 1887, 84% deles. No entanto, nos últimos 10 anos da escravidão, aumentou a porcentagem dos escravos do município em relação aos existentes em toda a Província. Em 1872, a proporção estava em torno de 4,5%, passando a pouco mais de 6% em 1887. O fato indica, a meu ver, uma maior resistência dos proprietários campinenses à abolição. A brusca redução que aparece no quadro III, de 1850 a 1872 deve-se a que o período é de 22 anos, enquanto que, a partir de 1872, os intervalos de tempo são menores.

QUADRO 48 - POPULAÇÃO ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1850 - 1887 (continua)

ANOS	Nº. DE ESCRAVOS	ÍNDICE (1850 = 100)
1850	3.446	100
1872	1.105	32,1
1876	1.206	35
1880	1.130	32,8
1883	952	27,6
1884	913	26,6

ANOS	Nº. DE ESCRAVOS	ÍNDICE (1850 = 100)
1886	815	23,6
1887 ⁶	543	15,7

FONTE: Relatórios de Presidentes da Província do período

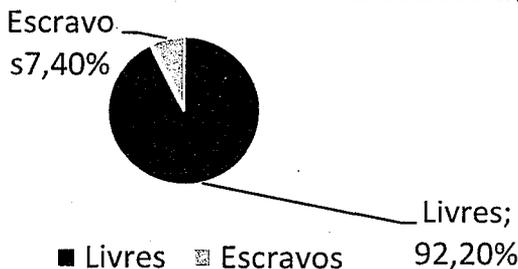
O CENSO DE 1872

A população do município de Campina Grande, em 1872, era de 15.104 pessoas, sendo que 92,6% delas já eram livres (ver gráfico 1)

ORIGEM E CONDIÇÃO

Os brancos de origem europeia eram pouco menos da metade da população (45%); os mestiços de brancos e índios (caboclos), eram 2%, sendo brancos e caboclos todos livres. Os mulatos formavam a maioria da população (46%) e os negros apenas 7% (gráfico 2). Só entre estes dois últimos grupos encontramos escravos. Os estrangeiros radicados em Campina Grande (25 ao todo) são porcentagem muito pequena: 0,1% da população total e 0,3% da população livre branca e, por isto, desprezamos o dado.

GRÁFICO 4 – POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1872(%)



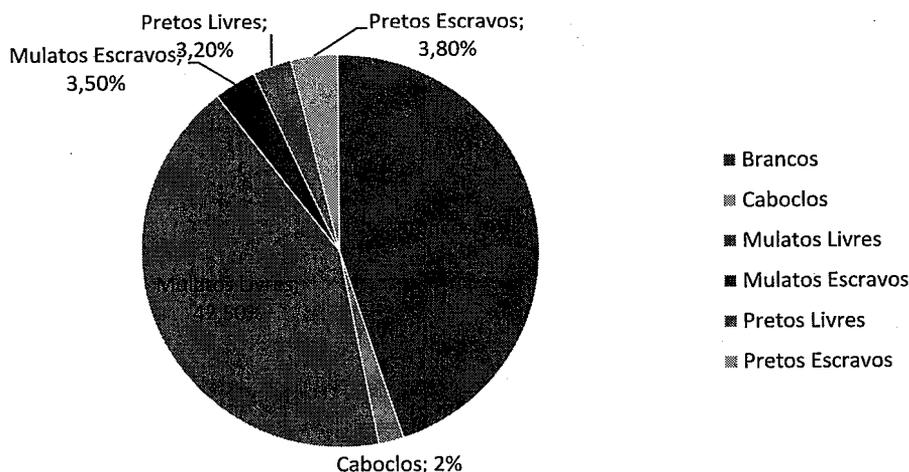
FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

6 Em 1887, última estatística sobre a escravidão em Campina Grande que aparece nos R.P.P., havia 248 escravos e 295 escravas. O valor dos mesmos, segundo a faixa etária, era o seguinte:

- dos menores de 30 anos	203.630\$000
- de 30 a 40 anos	73.200\$000
- de 40 a 50 anos	48.750\$000
- de 50 a 55 anos	7.300\$000
- de 55 a 60 anos	3.500\$000
Total:	338.380\$000

In: R.P.P. Geminiano Brasil de Oliveira Goes, 8/8/1887

GRÁFICO 5 - POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE – 1872(% SEGUNDO A COR)



FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

Estes dados confirmam o extermínio dos índios na região, pois nenhum deles foi contado no censo, e somente 2% dos habitantes, em 1872, eram mestiços de índios. Confirmam também a importância que a escravidão teve para o município. Os mulatos eram o maior grupo de cor (46%), e se os somamos aos negros, formam a maior parte da população (53%). Quanto aos estrangeiros, em número insignificante, ocorria em Campina Grande o mesmo que na maioria das cidades do interior do Nordeste, onde muito poucos estrangeiros se estabeleciam.

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO

Era bastante homogênea a distribuição da população quanto ao sexo, tanto da população geral quanto em relação aos diferentes grupos de cor ou condição. Diferentemente de outros municípios de Província, onde predominavam os escravos homens⁷, em Campina Grande o número de homens e mulheres escravos era quase igual.

7 GALIZA, Diana Soares, op. cit. P. 141

QUADRO 49 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO – MUNICÍPIO DE
CAMPINA GRANDE 1872

COR	HOMENS				TOTAL	%
	LIVRES	%	ESCRAVOS	%		
Branços	3.314	22	-		3.314	22
Caboclos	139	1	-		139	1
Mulatos	3.189	21,1	283	1,9	3.472	23
Pretos	265	1,7	276	1,8	541	3,5
TOTAL	6.907	45,8	559	3,7	7.466	49,5

COR	MULHERES				TOTAL	%
	LIVRES	%	ESGRAVAS	%		
Branços	3.496	23	-	-	22	23
Caboclos	140	1	-	-	1	1
Mulatos	3.226	21,3	259	1,7	23	23
Pretos	230	1,6	287	1,9	3,5	2,5
TOTAL	7.092	46,9	546	3,6	49,5	50,5

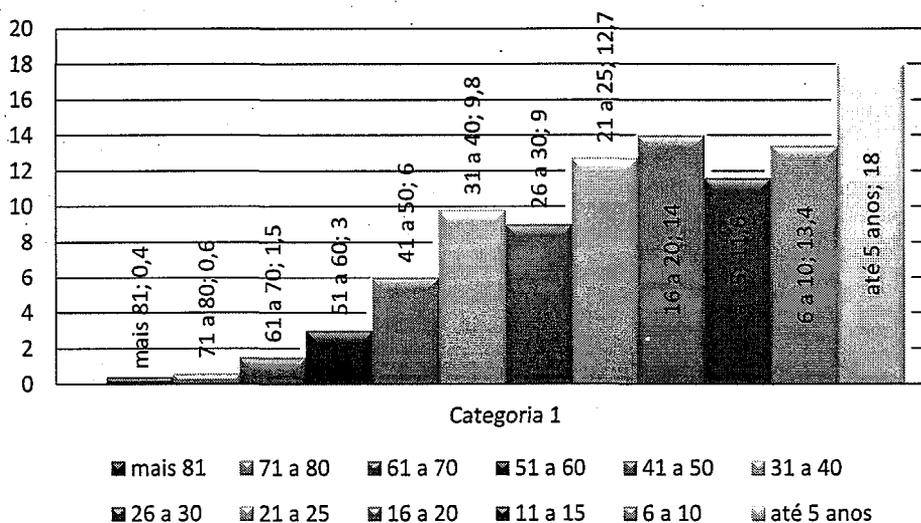
FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO POR IDADE

A população de Campina Grande era bastante jovem. 43% dela tinha menos de 15 anos e 70% menos de 25 (ver quadro 50). Apesar da população ser jovem, a média de vida no município, para a época, pareceu-me alta em relação ao resto do Brasil, uma vez que correspondia à mesma proporção assinalada para o país nos anos 50 deste século. 30,3% da população tinha mais de 25 anos, quando hoje é de cerca de 40% o número de brasileiro nesta faixa etária.⁸

8 - Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, 1982.

GRÁFICO 6 - POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA 1872



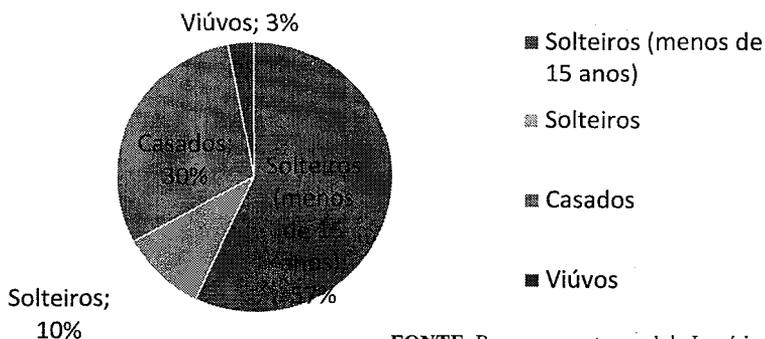
FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO

Em termos gerais, a distribuição da população quanto ao estado civil era equilibrada: 33% do total estavam ou estiveram casados. Dos 67% solteiros, 57% tinham menos de 15 anos, como mostra o gráfico 6. A proporção muda radicalmente ao compararmos o estado civil da população livre com o da escrava. Para a população escrava foi mínimo o número de casamentos (gráficos 7 e 8)

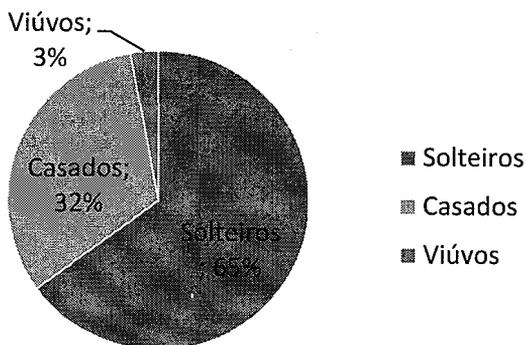
Sendo praticamente o mesmo o número de homens e mulheres escravos, a pequena proporção do casamento entre os cativos indica que, mesmo num período de escassez de mão-de-obra, não houve preocupação em incentivar o casamento entre escravos. Ainda levando em conta que a ausência do casamento oficial não impedia a existência de famílias escravas informais, é evidente que sua estabilidade familiar foi muito precária durante todo o período.

GRÁFICO 7 – ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO TOTAL (%)



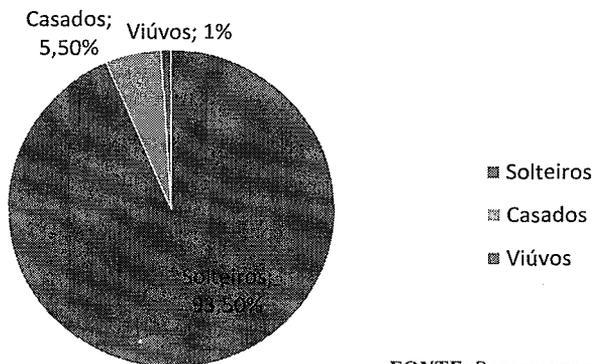
FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

GRÁFICO 8 – ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO LIVRE (%)



FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

GRÁFICO 9 – ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO ESCRAVA (%)



FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

É maior a porcentagem de mulheres solteiras entre a população livre (50,5%), e de homens solteiros entre os escravos – 51%, mas as diferenças são muito pequenas. A viuvez feminina foi maior que a masculina, tanto entre os livres quanto entre os escravos, o que sempre ocorre: entre a população livre, 27% dos homens eram viúvos e 73% das mulheres: entre os escravos viúvos, 33% eram homens e 67% mulheres.

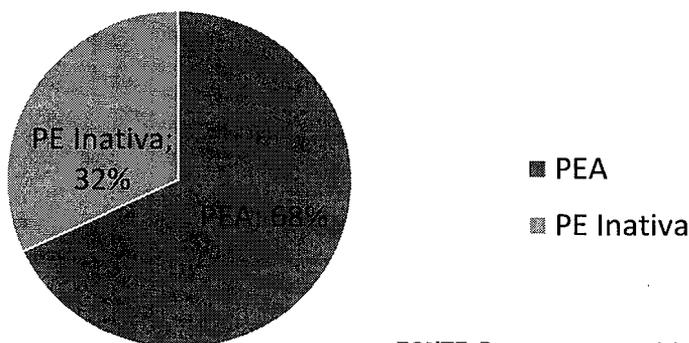
QUADRO 50 - ESTADO CIVIL DA POPULAÇÃO, EM NÚMEROS ABSOLUTOS

CONDIÇÃO	ESTADO CIVIL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
LIVRES	Solteiros	4.506	4.561	9.067
	Casados			4.512
	Viúvos	113	307	420
ESCRAVOS	Solteiros	529	506	1.035
	Casados			61
	Viúvos	3	6	9

A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

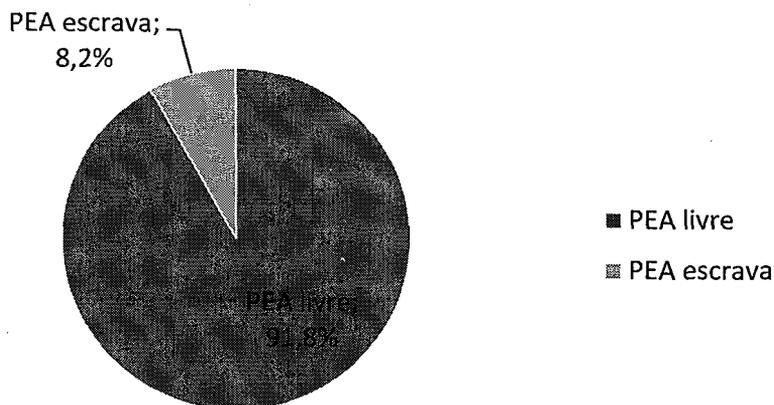
Considerando a população total, 68% dela estavam empregadas (gráfico 10). Da PEA, 91,8% eram livres e apenas 8,2% escravos (gráfico 11).

GRÁFICO 10 – PORCENTAGEM PEA SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL



FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

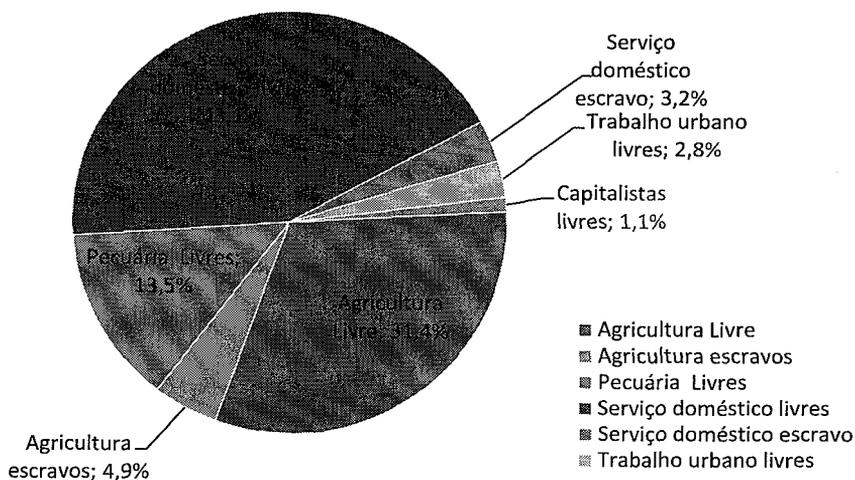
GRÁFICO 11 – PORCENTAGEM DA CONDIÇÃO DA PEA (LIVRE E ESCRAVA)



FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

Esta é uma clara indicação da perda de importância econômica da mão-de-obra escrava, já no início dos anos 70. Quando verificamos que dos 8,2% que compunham a mão-de-obra escrava, apenas 5% (509) estavam no trabalho produtivo e 3,2% (329) no trabalho doméstico, o peso da mão-de-obra escrava cai ainda mais (gráficos 12, quadros 51 e 52).

GRÁFICO 12 – PORCENTAGEM DA PEA POR SETOR DE ATIVIDADES



FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

Se analisarmos a população economicamente ativa do ponto de vista do trabalho produtivo o quadro muda bastante. Considerarei trabalho produtivo todo aquele ligado à agropecuária e beneficiamento de produtos agrícolas, o trabalho dos artesãos e dos “operários”; como improdutivo, o dos profissionais liberais, empregados no comércio, funcionários públicos, costureiras e empregadas domésticas. (ver gráfico 13).

QUADRO 51 - PORCENTAGEM DA PEA MASCULINA, POR SETOR DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
Agropecuária	88,2	7,2	95,4
Jornaleiros agrícolas	0,1	...	0,1
Empregados domésticos	0,4	0,1	0,5
Artesãos	0,9	0,1	1
Operários urbanos	0,8	...	0,8
Comerciários	1,4	...	1,4
Profissionais Liberais	0,6	...	0,6
“Capitalistas”	0,2	...	0,2
TOTAL	92,6	7,4	100,0

FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

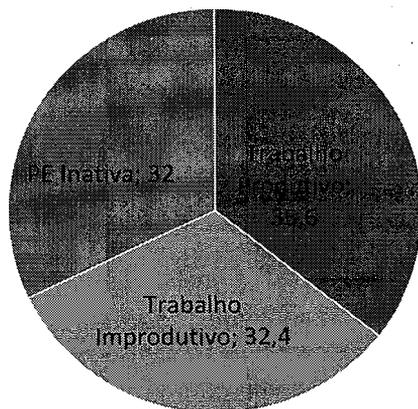
QUADRO 52- PORCENTAGEM DA PEA FEMININA, POR SETOR DE ATIVIDADES

ATIVIDADE	LIVRES	ESCRAVAS	TOTAL
Agropecuária	5,8	3	8,8
Domésticas	81,79	5,7	87,5 ⁹
Professoras	0,01	...	
Artesãs	0,3	...	0,3
Operárias urbanas	0,9	...	0,9
Costureiras	2,5	...	2,5
TOTAL	91,3	8,7	100,0

FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

⁹ Desprezamos, no total, uma mulher professora, por ser porcentagem muito pequena.

GRÁFICO 13 – PORCENTAGEM DA PEA SEGUNDO O TRABALHO PRODUTIVO OU IMPRODUTIVO



■ Trabalho Produtivo ■ Trabalho Improdutivo ■ PE Inativa

FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ESCRAVA

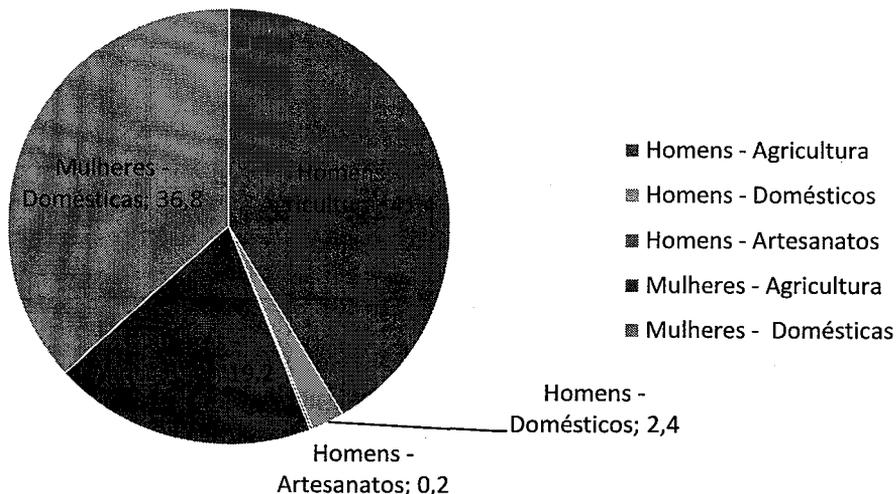
Considerando apenas a população escrava do município, a divisão em seu interior é bastante equilibrada, quanto ao sexo e a cor. (quadro VIII). 76% dos escravos trabalhavam (840) e apenas 24% (265) estavam inativos. O gráfico 14 mostra a distribuição da mão-de-obra escrava segundo sua ocupação e o quadro 54 a ocupação dos escravos tomados por sexo, separadamente.

QUADRO 53 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ESCRAVA SEGUNDO O SEXO E A COR (EM PORCENTAGEM)

COR	HOMENS	MULHERES	TOTAL	TOTAL EM N ^{os} ABSOLUTOS
Mulatos	25,6	23,4	49	542
Pretos	25	26	51	563

FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

GRÁFICO 14 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA, SEGUNDO A OCUPAÇÃO POR SEXO (%)



FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

QUADRO 54 - OCUPAÇÃO DOS ESCRAVOS HOMENS E MULHERES, SEPARADAMENTE (EM PORCENTAGEM)

ESCRAVOS HOMENS	Agricultura	94
	Domésticos	5,4
	Artesãos	0,6
ESCRAVAS MULHERES	Agricultura	34,5
	Domésticas	65,5

FONTE: Recenseamento geral do Império do Brasil - 1872

O único dado comparativo que temos para a PEA é de 1861, e incompleto. No Relatório do Presidente da Província deste ano, aparece o número de trabalhadores – livres e escravos - nas grandes e médias fazendas agropecuárias. Mesmo assim, fizemos a comparação entre estes dados: escravos ocupados na agropecuária, em 1861, e os ocupados na agricultura, em 1872. Os números de 1861 não levam em conta a pequena produção que, como vimos, ocupava à época, razoável número

de escravos, e falam de escravos empregados na agropecuária. O censo de 1872 mostra todos os escravos ocupados na agricultura, em qualquer tipo de produção ou tamanho de propriedade (não havia mais escravos na pecuária, segundo o censo). Apesar das diferenças de dados, a comparação é expressiva, no sentido de mostrar a redução da mão-de-obra escrava entre os anos de 1861 e 1872.

GRÁFICO 15 – TRABALHADORES LIVRES ESCRAVOS OCUPADOS NA AGROPECUÁRIA DAS GRANDES E MÉDIAS FAZENDAS – 1861.

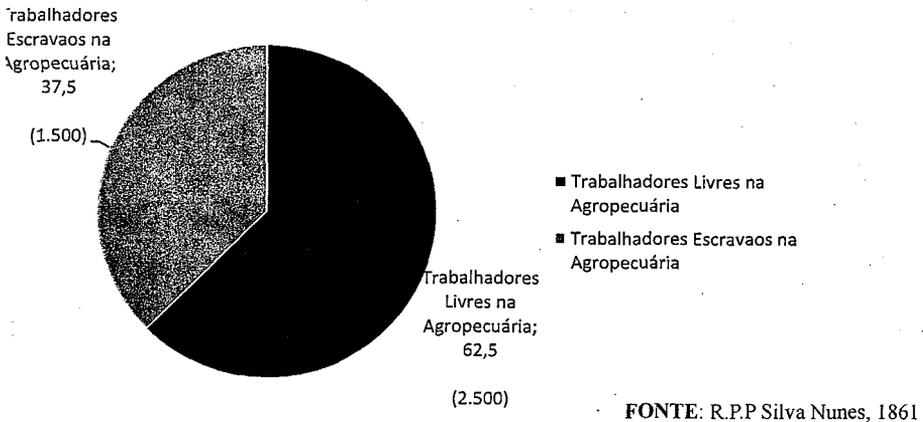
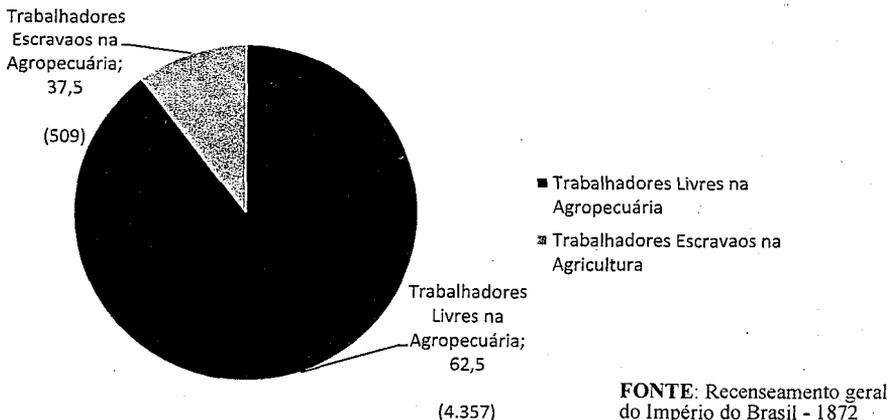


GRÁFICO 16 – TRABALHADORES LIVRES E ESCRAVOS OCUPADOS EM TODA AGROPECUÁRIA - 1872



Verifica-se, pelo crescimento geral da população e pelo número de herdeiros nos inventários, que a taxa de natalidade da população livre era alta. Não trabalhei com dados de mortalidade. Os dados sobre migração, sobre pessoas que se estabeleceram em Campina Grande ou que daqui saíram teriam que ser buscados, talvez através de fontes indiretas, o que demandaria esforço e tempo que, no âmbito deste trabalho, não foi possível realizar. Nas últimas décadas do século houve deslocamento da população do município para a Amazônia, mas sobre isso tem-se apenas as referências dos inventários. Pelo crescimento da população, acredito não ter havido no período grande movimento emigratório. Ao contrário, Campina Grande me pareceu muito mais um município que recebeu imigrantes.

O censo de 1872 indica a ausência de 32 pessoas (16 mulheres e 16 homens, todos livres), e fala de 55 pessoas (32 homens e 23 mulheres) que por aqui estavam de passagem. O censo contou apenas 57 pessoas com deficiências físicas (42 homens e 15 mulheres), 0,3% da população total, o que nos parece porcentagem muito baixa. Só foram consideradas as pessoas livres; nos inventários, aparecem com regularidade notícias de escravos doentes ou aleijados. Quanto à religião, toda a população, livre ou escrava, foi considerada católica.

Ao recensear os trabalhadores livres na agropecuária, o censo de 1872 englobou todos os que tinham atividades agrícolas, dos grandes proprietários aos moradores. O número de proprietários com terras no valor de até 500 mil réis reduziu-se bastante no período, principalmente no que concerne àqueles que tinham terras no valor de até 100\$000. O quadro X expressa bem esta situação.

A diminuição crescente do número dos proprietários de terras de menor valor, e a abolição gradual do trabalho escravo criaram grande contingente de mão-de-obra livre. A pequena oferta de trabalho urbano, a baixa remuneração monetária e a dificuldade de acesso à propriedade da terra não impediram este rápido crescimento. Sua ligação com a terra, especialmente como moradores das grandes propriedades, permitiu

apesar do baixo nível de suas rendas, não só a sobrevivência como um aumento, considerável, da taxa de crescimento da população.

QUADRO 55 - PORCENTAGEM, SOBRE O TOTAL DOS PROPRIETÁRIOS, DOS POSSUIDORES DE TERRAS NO VALOR DE ATÉ 500\$000 MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE. 1840-1905

VALOR DAS TERRAS	1840-1852	1854-1888	1889-1905
Até 100\$000	34,5	30,6	15,8
De 101\$000 a 500\$000	36,7	36,7	39,8
TOTAL	71,2	67,3	55,3

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

O fato da maior parte da remuneração desta força de trabalho ser feita através da permissão para morar e cultivar uma parte de terra nas grandes propriedades, sendo os trabalhadores responsáveis por sua própria subsistência, reduziu o impacto da alta dos preços no período, ao mesmo tempo em que manteve ocupada a mão-de-obra familiar feminina e infantil. O trabalho de mulheres e de menores fora do setor agrícola também permitiu atenuar o baixo nível da remuneração monetária recebida.

Em 1872, as mulheres eram 50,5% da população total do município e 52,6% da PEA. 70,5% do total da população feminina estavam empregados, contra 65,5% da masculina. O dado sobre a participação do trabalho feminino aparece bastante alto pela quantidade de mulheres ligadas ao trabalho doméstico. Não só este trabalho representava quase a metade da PEA como era, na quase totalidade, realizado por mulheres. Empregadas domésticas (livres ou escravas), escravas na lavoura e costureiras eram as ocupações femininas da época. Não há especificação, no censo de 1872, do trabalho familiar feminino no campo.

A população inativa do município era de 32%. Se descontarmos dela os 18% menores de cinco anos e os 2% maiores de 65, ficamos com uma porcentagem de 12%. Como a faixa etária entre seis e 10 anos

correspondia a 13,3% da população, podemos concluir que era quase total o número dos maiores de seis anos que trabalhavam.¹⁰

Não se sabe a idade da população ocupada e, evidentemente, não se pode supor que os menores de famílias abastadas trabalhassem. Da mesma forma, sabe-se que nem todos os maiores de 65 anos eram inativos. Como as famílias ricas eram em número pequeno, e também eram poucos os maiores de 65 anos, acho justa a conclusão de que, de modo geral, trabalhavam todas as crianças com mais de seis anos.. Neste caso, há que levar em conta, principalmente, a mão-de-obra familiar no campo, que utilizava o trabalho de menores, às vezes de quatro anos de idade, para pequenos trabalhos de agricultura e guarda de gado.

O baixo nível técnico da população, motivado pela abundância de mão-de-obra, e o tipo de remuneração recebida pelo trabalhador não só permitiu como obrigou a uma maior difusão da agricultura de subsistência, o que, de modo geral, tendeu a aumentar a parte destinada à comercialização no mercado interno. O crescimento demográfico, assim, funcionou, ao mesmo tempo, como condição e como efeito do aumento da produção e do consumo.¹¹ “O crescimento demográfico explica, em certo sentido, o econômico, mas o crescimento econômico implica no demográfico, pelo menos a longo prazo.”¹²

A proporção da PEA sobre a população total leva a crer que não tenha havido muito espaço para a mendicância. Este me parece ser também um indicador importante do desenvolvimento econômico do município, pois sabé-se que um nível muito baixo de desenvolvimento não só cria setores marginais consideráveis, como tais setores interessam às classes que comandam o processo econômico: “Se a produção

10 Embora não haja estatística sobre o assunto, é de se supor que o número de menores que trabalhavam fosse bastante alto, o que se percebe pelas tutelas com soldada, pelos escravos nascidos depois de 1871 que, alforriados pela Lei do Ventre Livre, eram obrigados a trabalhar para seus ex-senhores, a título de indenização pelos gastos com sua criação (ver anexo 1), e pelo próprio número da PEA, comparada com a faixa etária da população.

11 VILAR, Pierre, *Crecimiento y Desarrollo* p. 51

12 Id. *Ibid.*, p. 51

marginal do trabalhador é menor do que a diferença entre o consumo do trabalhador ativo e o consumo do trabalhador inativo, há interesse dos proprietários em manter parte da população inativa, e da própria pessoa em não trabalhar”.¹³ Não me pareceu que, à época, tal fenômeno ocorresse aqui.

O potencial humano do município, elemento essencial das forças produtivas da sociedade, era jovem e equitativamente dividido entre os sexos. A parcela da população escrava já estava, em 1872, bastante reduzida, mas não era desprezível enquanto força de trabalho para a lavoura, essencialmente a do algodão. Apesar das relações escravistas ainda caracterizarem o período, sua desagregação é nítida desde o final dos anos 1860. A queda, por exemplo, do imposto sobre os escravos saídos da Província, de 200\$000 para 25\$000, em 1861, já evidencia isto.

A população era essencialmente rural, o que, no caso, não significava isolamento entre a cidade e o campo. O relativamente intenso comércio da região, e a ligação dos grandes fazendeiros com o comércio, mantinham em permanente contato a população rural com a cidade e outros centros urbanos.

A porcentagem de mulheres e menores que trabalhavam era alta, grande parte da PEA estava ocupada em serviços domésticos e era muito baixo o nível cultural e de qualificação de mão-de-obra.

No que diz respeito ao nível de educação escolar e alfabetização, apenas 16,5% da população sabiam ler e escrever, sendo 83,5% completamente analfabetos (incluindo todos os escravos). Se tomarmos apenas a população livre, a porcentagem dos que sabiam ler e escrever sobre um pouco, para 17,8%. Foi muito comum encontrar, mesmo em grandes inventários, e em outros processos de famílias abastadas, pedidos de assinatura a rogo. Raríssimas mulheres sabiam ler e escreve o nome e mesmo a porcentagem de grandes proprietários analfabetos era muito alta. A população livre em idade escolar – de seis a 15 anos – era

13 Id.Ibid, p. 64

de 2.495 pessoas, por ocasião do censo, a apenas 7% delas estavam na escola. Destes 7%, 5,2% eram homens e 1,8% mulheres.

Quanto à qualificação da mão-de-obra, apesar dos dados demonstrarem ausência de atividades com preparação técnica especial, não considero o fato como absoluto, porque este conceito refere-se à especialização para o uso de máquinas, etc. Tal aspecto é, efetivamente, uma indicação importante, mas seria necessário também avaliar o nível de adestramento empírico, de criatividade, e a capacidade de adaptação às condições de trabalho, o uso de instrumentos sem similar europeu, a adaptação a usos locais (tradição, hábitos, etc) de engenhos e instrumentos de trabalho vindos de fora, para podermos avaliar melhor o nível técnico de preparação de mão-de-obra. A pesquisa realizada não me permite fazer tal análise que, entretanto, considero de relevância.

AS CLASSES SOCIAIS

Utilizei a noção de classes como base para o estudo das relações sociais no município. Para o conceito de classe adotei, por considerar a mais completa, a definição de Lênin:

As classes são grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção historicamente determinado, pelas relações em que se encontram no que diz respeito aos meios de produção (relações estas que as leis referendam e formulam na maioria das vezes), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e pela proporção em que recebem a parte da riqueza social disponível. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocuparem posições diferentes, num determinado regime da economia social.¹⁴

14 LENIN, V. I., *Uma Gran Iniciativa* (1919), IN: LENIN, *Obras Escogidas*, T.3., Moscou, Progresso, 1975, p. 228

As diferenças entre as classes, portanto, derivam da produção, distribuição e apropriação dos bens materiais de uma determinada sociedade.

As relações sociais no período de transição que estudo refletiam as alterações que ocorriam na produção. A produção de tipo colonial, baseada no trabalho escravo, criara uma relação de classes entre senhores de escravos e escravos. Mesmo havendo gradações entre os diversos grupos proprietários, esta relação dominava toda a sociedade.¹⁵

No início dos anos 1870, como vimos, os escravos já haviam diminuído muito em número e importância econômica, e tal situação refletiu-se, necessariamente, nas relações entre as classes. Se é verdade que temos ainda duas classes bem definidas e estruturadas - a dos senhores e a dos escravos - cresceu muito o número de trabalhadores livres e foram surgindo e se diversificando camadas intermediárias. Com o aparecimento dos trabalhadores livres com maior peso econômico, forma-se o embrião de uma futura classe operária (urbana e rural), e foi mudando também o caráter de classe dos grandes proprietários. As novas classes e camadas, no entanto, ainda constituem, durante todo o período, "formas inorgânicas" da sociedade.¹⁶

Para agrupar os proprietários de terra em pequenos, médios e grandes, adotei como principal critério o valor da terra, conjugado com o valor dos bens possuídos. O critério não é aleatório. Para os grandes proprietários, a margem de erro é mínima. Não só o valor de suas terras é muito grande, como também o número de seus escravos, de benfeitorias, de máquinas, estabelecimentos comerciais e gado. O número de casas que possuem na cidade e a qualidade delas, a quantidade de joias, móveis, etc, confirmam sua classificação como grandes proprietários. Além do mais, eram poucos e são bastante conhecidos na região, através de sua história ou de sua descendência, até os dias de hoje.

15 Para uma discussão sobre classes sociais em países colônias escravistas, ver CARDOSO, Ciro F. S., *La Guyane Française (1715-1817): aspects économiques et sociaux*, Tese de Doutorado, Paris, 1971, mimeo. Ver, em especial, a parte C-1 do Capítulo III: "*Société de castes ou société de classes?*"

16 Id. *Ibid*

Para os que classifiquei como pequenos proprietários, a margem de erro também me parece reduzida. Não só os dados completos que temos sobre a medição de suas terras indicam pequenas propriedades (em área), como também o tipo de suas lavouras (geralmente de subsistência), pouco gado, poucos escravos e o conjunto de seus bens confirmam a classificação.

O que considero conter certa margem de erro é a classificação de médio proprietário. Comparando o valor das terras deste grupo com o tipo de suas lavouras, número de escravos, benfeitorias e outros bens, classifiquei como médios proprietários os que possuíam entre 1:501\$000 e 5:000\$000 de bens totais. Como pequenos proprietários os que possuíam bens até 1:500\$000 e como grandes os que possuíam mais de 5:000\$000 de bens totais.

O problema desta classificação é que algumas pessoas poderiam possuir grandes extensões de terra de pouco valor - por serem de má qualidade ou localização - e aparecerem classificados como pequenos proprietários. Mas se algum caso destes ocorreu, foi desprezível. Quando a terra era muita media-se em léguas, não em braças, e fica evidente, mesmo que só tenhamos uma medida linear da terra, que se tratava de grandes extensões. Em todos estes casos, outros dados, como o número de propriedades possuídas, etc, evidenciam o grande proprietário.

Da mesma forma, pode ocorrer que uma menor área, por ser muito bem localizada e fértil, apareça com alto valor. Nos casos em que tive dúvida, incluí tais propriedades entre as médias, usando os critérios acima mencionados.

Depois de feita a classificação, comparei com ela os dados completos que tinha sobre valor/área. A relação foi, aproximadamente, a seguinte:

- Pequenos proprietários - os possuidores de uma área média em torno de 50 ha (chegando algumas vezes a 100 ou 110 ha);
- Médios proprietários - entre 100 e 300 ha (podendo chegar a 400 ou 500);
- Grandes proprietários - os possuidores de mais de 500 ha.

De qualquer forma, não é só a extensão da terra - e nem principalmente - que define a classificação de pequeno, médio e grande proprietário. É imprescindível levar em conta a localização e a fertilidade da terra, o tipo de produção, a quantidade de gado, o nível técnico, o número de trabalhadores, a comercialização e o valor da produção. Como trabalhei com o conjunto destes dados (menos com o valor da produção, que não é declarado), acredito que a imprecisão na demarcação das terras não invalida a classificação.

A classe dominante do período era composta dos grandes proprietários de terra, na maioria, criadores, agricultores e comerciantes. Clero e profissionais liberais - médicos, advogados, farmacêuticos e juizes - eram, na maioria esmagadora da vezes, a mesma pessoa física do grande proprietário e/ou comerciante, senhor de escravos até 1888, empregador na embrionária indústria do município e também o que possuía o maior número de moradores em suas fazendas. Esses dados mostram claramente a mudança do caráter de classe de parte dos grandes proprietários. Cerca de 50% deles configuravam, a partir de suas funções no comércio e na incipiente indústria local, o embrião de uma futura burguesia agrária, comercial e industrial. Os outros 50% formavam uma típica classe de proprietários rurais. O quadro 57 é bastante expressivo a este respeito.

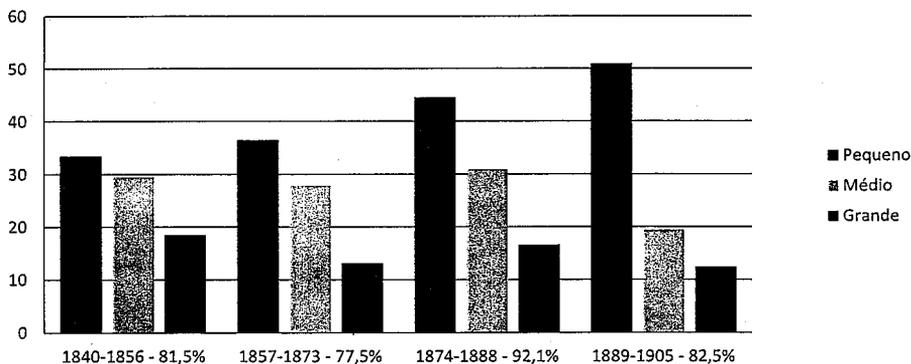
A porcentagem para cada grupo (pequeno, médio e grande) é de todos os que estavam ligados à agropecuária no período, em relação ao total dos inventariados da época. Lembro que considero pequeno proprietário o que possuía até 1:500\$000, de bens totais inventariados; médio o que possuía entre 1.501\$000, e 5:000\$000 e grande mais de 5:000\$000. A divisão por período foi feita para obter um número homogêneo de anos.

Geralmente o beneficiamento, em relação ao que considerei pequeno proprietário, dizia respeito à farinha, enquanto que no que concerne aos grandes, tratava-se principalmente do algodão. Os médios possuíam um e outro tipo de beneficiamento.

Um fator de concentração do poder econômico e político local foi o entrelaçamento as grandes famílias, desde o final do século XVII, início do XVIII, através do casamento entre elas.¹⁷

Dentro do grupo das classes dominantes incluem-se também quase todos os médios proprietários e comerciantes. Este grupo, até 1888, mantém uma proporção bastante estável, reduzindo-se muito depois da Abolição. Pelo crescimento dos pequenos proprietários no mesmo período, pode-se supor que boa parte dos médios – principalmente aqueles que só estavam ligados às atividades agropecuárias – foi engrossar suas fileiras. Os médios proprietários ligados ao comércio e beneficiamento dos produtos mantiveram a mesma proporção, sendo a redução de seu número à quase metade, de 1888 ao final do século, devida à diminuição dos que estavam ligados somente à lavoura ou à pecuária. A perda dos escravos deve ter enfraquecido bastante este grupo que, com menor quantidade de terras, tinha menos possibilidade de acolher moradores em suas propriedades, ressentindo-se assim da falta de mão-de-obra livre, pela qual não podiam pagar.

GRÁFICO 17 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS ATIVIDADES DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE.



FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

17. Por exemplo, a ligação entre as famílias Agra, Vaz Ribeiro, Alves Vianna, Lourenço Porto, Pereira de Araújo, Pereira Luna, Rodrigues de Souza Campos, etc.

O grande número de pequenos proprietários colocava-se como intermediário entre a massa dos trabalhadores sem terra e os maiores proprietários. Seu número aumentou constantemente no período e, muitas vezes, a diferença entre eles e os trabalhadores rurais sem terra era mínima, pois o que caracteriza as relações sociais é uma situação econômica e não jurídica.

Com o desenvolvimento urbano e a manutenção do monopólio da terra em mãos dos grandes proprietários, muitos acabaram por perder suas terras - ou engolidas pelo grande latifúndio, ou por divisão da herança, ou por necessidade econômica de vendê-las - e outros mantiveram-se numa economia de subsistência, como fornecedores de produtos agrícolas aos grandes proprietários, em especial de algodão, e de mão-de-obra sazonal.

Na cidade, a camada intermediária é constituída, em seu estrato superior, por oficiais de justiça, professores, funcionários públicos e, em posição econômica e social menos privilegiada, pelos artesãos, mascates, vendedores ambulantes, balconistas e costureiras. Da mesma forma que parte dos pequenos e médios proprietários rurais irá constituir mais tarde uma pequena burguesia no campo, destas camadas intermediárias urbanas alguns irão constituir uma pequena burguesia na cidade, enquanto outros entrarão para as fileiras da classe operária.

Os trabalhadores livres sem terra, assalariados urbanos e jornaleiros agrícolas, os moradores e grande parte dos empregados domésticos, constituíam as camadas mais baixas dos trabalhadores livres da sociedade. Os jornaleiros agrícolas eram, em 1872, em número insignificante: cinco, ao todo. Os classificados como operários urbanos eram 88: trabalhadores em metais, madeira, tecidos, vestuário e calçados.

A maior parte do trabalhadores livres era constituída por empregados domésticos, mas a principal categoria destes trabalhadores, por sua quantidade e importância econômica, era a dos moradores que constituíam, à época do censo de 1872, a maioria dos trabalhadores do campo, livres e sem terra. Impossível saber seu número, pois o censo

trabalhou com categorias profissionais, englobando como “lavradores e criadores”, grandes, médios e pequenos proprietários, arrendatários, foreiros, moradores e vaqueiros.

A relação entre moradores e senhores de terra, marcada por um alto grau de dependência (por ser a única opção de trabalho para o lavrador sem terra), diferia da relação escravista, inclusive pela importância político-social que os moradores foram adquirindo. Socialmente, possuir grande número de agregados substituiu o status social do possuir muitos escravos, mas o morador, como cidadão “livre” (cidadão de cartório, pseudo cidadão), constituiu, no final do período, o “currel” eleitoral, característico não só do Nordeste, as de toda a política nacional.

Embora só em pequena escala os moradores recebessem um salário monetário, o fato de todos (e eram muitos) receberem mesmo uma pequena parte em dinheiro, ampliou a circulação e aumentou o mercado interno. As áreas de produção de subsistência cresceram consideravelmente, e com isto aumentou também a parcela do produto comercializável. Este grande contingente de mão-de-obra livre, constantemente ampliado, trabalhava na produção de subsistência, funcionava como mão-de-obra assalariada temporária nos períodos de colheita, como assalariada parcial na realização de serviços (do tipo de abertura de caminhos, construção de açudes e poços, serviços nas fazendas - consertos, colocação de cercas, etc.),¹⁸ estando sempre disponível, também, para os trabalhos numa incipiente indústria de beneficiamento do algodão, em olarias, para a construção civil, etc. A este grupo juntavam-se muitos pequenos proprietários de terra, que trabalhavam nela para autoconsumo e que, em épocas de colheita, agregavam-se às grandes fazendas, num trabalho semiassalariado.

Em 1872, o capitalismo estava ainda longe de dominar na região (como, ademais, todo o país). O grupo configurado no censo como “operários” é reduzido e as “indústrias” eram pequenas manufaturas. Quanto aos que trabalhavam no campo, não podem, a meu ver, ser clas

¹⁸ É muito grande o aumento da construção civil em Campina, no final do século.

sificados nem como camponeses puros, nem como assalariados puros e nem como puramente agregados dependentes. Na maioria das vezes, a mesma pessoa assumia, ao mesmo tempo ou alternadamente, uma ou outra função na produção. Aspecto típico de um período de transição, tanto os trabalhadores livres quanto os proprietários (agropecuária/comerciante/industrial) dificilmente podem ser classificados dentro de formas estruturadas de classe. Seria necessário analisar, no caso, principalmente, em que direção se desenvolveu o processo de produção nas primeiras décadas deste século e que tipo de relações se estabeleceram, a partir da nova organização produtiva. Só a análise do censo de 1907 permitiria a comparação, o que alongaria muito este trabalho.

Constatar que a tendência foi no sentido da consolidação do modo de produção capitalista não basta para esclarecer a situação das classes no campo, uma vez que o capitalismo se utilizará de formas não caracteristicamente capitalistas de trabalho, assim como de formas mistas.¹⁹

Os escravos (até 1888, claro) constituíam a camada inferior dos trabalhadores. Estavam todos ocupados ou na lavoura ou em serviços domésticos. O censo de 1872 só contou dois escravos artesãos.

Não há quase notícias sobre o trabalho de libertos, antes de 1888. Os únicos dados que possuo são sobre um casal de ex-escravos inventariado, que vivia da venda de doces, como ambulantes, e de uma ex-escrava que em 1861 comprou a liberdade de seu filho por duas cargas de lã, duas éguas, um poldro e uma poldra. Acredito que a falta de notícias de trabalho de ex-escravos, até 1888, decorreu do reduzido número de alforrias concedidas no município. O pequeno número de escravos libertados antes de 1888 parece ter continuado a trabalhar nas fazendas, como camada inferior de moradores e/ou agregados. Os mais privilegiados fizeram-se vaqueiros e alguns devem ter se deslocado para a cidade, como mão-de-obra parcialmente ocupada ou mendicante. De

19 Já vimos que classificar como feudais as novas relações de produção é um simplismo que não encontra respaldo nem na realidade nem na teoria. A produção é feita cada vez mais para comercialização e não é realizada por camponeses – servos com acesso estável à terra.

qualquer forma, seu número foi muito pequeno. A tendência das mulheres alforriadas foi continuar no trabalho doméstico, até porque, muitas destas alforrias, condicionais, obrigavam-nas a continuar nele.

A partir de 1854 - época em que sobe muito o preço do escravo - parece ter sido comum alugá-los (os chamados escravos de ganho, a que já me referi no capítulo II).

Tentei fazer uma avaliação do nível de vida da população a partir do montante dos bens inventariados. Dividi a época em quatro períodos, com o critério de obter para cada período o mesmo número de anos, aproximadamente. O quadro 56 nos dá uma visão geral das fortunas da época.

O quadro 57 mostra que a esmagadora maioria dos bens da sociedade estava concentrada nas atividades agropecuárias (lavouras, criação e beneficiamento de produtos): cerca de 95%, em todo o período. Destes, aproximadamente 30% estavam dedicados ao beneficiamento e à comercialização. A porcentagem dos que eram exclusivamente negociantes é desprezível. Aumentou o número de pequenos proprietários e cresceu bastante a parcela dos que, dentre eles, trabalhavam com bolandeiras primitivas de descarregar algodão e instrumentos rústicos de fazer farinha. Os foreiros, geralmente pequenos e médios, aparecem em pequena proporção, sendo que os que possuíam mais de 5:000\$000 em bens eram em número muito reduzido.

QUADRO 56 - PORCENTAGEM DOS INVENTARIADOS SEGUNDO O MONTANTE DE SEUS BENS - MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905

VALOR DOS BENS	1840-	1857-	1874-	1889-	TOTAL DO PERÍODO
	1856	1873	1888	1905	
Até 500\$000	22,7	15,9	20	26	21
501\$000 a 1:500\$000	27,4	36,5	31	37,8	34
1:501\$000 a 3:000\$000	23,2	20,5	19,5	15,5	19
3:001\$000 a :000\$000	8,7	12	13	7	10

(continua)

VALOR DOS BENS	1840- 1856	1857- 1873	1874- 1888	1889- 1905	TOTAL DO PERÍODO
5:000\$000 a 10:000\$000	8,7	10	10,8	6,7	9
10:000\$000 a 30:000\$000	7	4,7	4,3	5	5
30:000\$000 a 50:000\$000	1,7	...	0,7	0,8	1
Mais de 50:000\$000	0,6	0,4	0,7	1,2	1
Total	100,0	100,0	100	100	100,0

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

QUADRO 57 - OCUPAÇÃO DOS INVENTARIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE - 1840-1905 (EM %)

ANOS	AGROPE- CUÁRIA	AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO, BENE- FICIAMENTO	FOREI- ROS	SÓ COMER- CIANTES	MASCATES AMBULAN- TES	TRABALHO URBANO SEM INDICAÇÃO	TOTAL
1840-1856	57	24,5	13	1	...	4,5	100
1857-1873	55	22,7	13,7	...	2,5	5,5	100
1874-1888	65,5	26,5	5	0,8	...	1,4	100
1889-1905	55	28	11	...	2,6	3,4	100

FONTE: inventários *post mortem*, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

Os grandes proprietários ligados somente à agropecuária, como vimos, mantêm seu número praticamente constante. Aqueles que exerciam, ao mesmo tempo, atividades comerciais e de beneficiamento reduzem-se à metade, indicando um processo de concentração.

Os inventários nos dão uma ideia do nível de vida de uma parcela da sociedade, geralmente a mais abastada. 45% dos inventariados possuíam mais de 1:500\$000 de bens e 16% mais de cinco contos de réis. No entanto, o próprio número de inventários encontrados 853 - mostra uma sociedade pobre, pois para ser inventariado era necessário possuir bens que merecessem ser arrolados. Do que tenho conhecimento, os inventários desaparecidos são todos de grandes proprietários.

Como encontrei inventários cujo total do bens não chegavam a 50\$000, podemos imaginar que a grande maioria da população, que não foi inventariada, praticamente não possuía bens.

Todos os viajantes que percorreram o Nordeste no século XIX falaram do baixo nível de vida da população da região e referiam-se, especialmente, aos maiores fazendeiros e à vida urbana ²⁰. Mas é preciso levar em conta o critério que tinham para considerar um nível de vida mais ou menos baixo. Viajantes europeus, não poderiam deixar de espantar-se com a simplicidade, e mesmo a com a rudeza de vida no interior nordestino.

Melhor será avaliar o nível de vida de uma sociedade segundo os critérios de suas necessidades, de seu sentido de conforto na vida diária, por exemplo. Um senhor de terras do Nordeste, relativamente abastado, que viajasse pela Europa, na mesma época, certamente acharia a mesa dos europeus extremamente parca. A alimentação excessivamente abundante era, no município, um dos indicadores de conforto e bom nível de vida. O hábito, por exemplo, de servir em cada uma das principais refeições, pelo menos três tipos de carne, só hoje vai desaparecendo. Evidentemente, falo do nível de vida da camada mais rica da população, mas é justamente ela que modela toda a mentalidade social.

Mesmo entre aqueles que possuíam muitos bens foi raro encontrar móveis de qualidade e boa louça (serviços completos de jantar, copos, baixelas). Pelo difundido uso da rede, praticamente não se encontram camas arroladas nos inventários. Os móveis que aparecem comumente são mesas, bancos, baús ou caixas de pregaria. As cômodas também eram poucas. Já os oratórios são bem mais comuns, de diversos tamanhos e qualidade de madeira. Nenhuma das grandes famílias deixava de ter o seu e foram os móveis mais caros que encontrei, chegando às vezes a 20:000\$000 e até a 40:000\$000, pois eram inventariados com suas imagens, muitas vezes de ouro ou prata.

Pouca louça foi arrolada nos inventários, o que mostra que, se a preocupação em comer bem (ou muito) era uma constante, o mesmo

20 Ver, sobre o assunto, GRAHAM, Maria, *Diário de uma Viagem ao Brasil*, S.P., CEN, 1956; KOSTER, Henry, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, SP, CEN, 1942; TOLLENARE, L.F. de, "Notas Dominicais", IN: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*. Recife, 1908

não ocorria com os serviços de mesa, talheres ou copos. Somente colherinhas de prata aparecem com maior frequência, e, assim mesmo, em pequena quantidade. Tachos de cobre, muito valiosos, aparecem em diferentes tamanhos (e valor) em quase todos os inventários maiores que um conto de réis.

Poucas roupas foram arroladas, mas os gastos com elas era grande. Boa parte das dívidas deixadas, menores de 500\$000, era de conta de armarinho, principalmente com fazendas de diferentes qualidades. Nas contas de tutoria, praticamente todas as despesas apresentadas diziam respeito ao gasto com roupas e calçados, incluídos luvas, chapéus, lenços de seda, xales, etc.

As joias também aparecem com frequência, desde pesados trançelins de ouro a simples brincos. Aquilo que era considerado pela sociedade como evidência de alto nível de vida, era possuído por todos que tinham fortuna, e buscado pela população em conjunto. Em contas de tutoria de inventários bem modestos não foi raro encontrar despesas com joias, que muitas vezes custavam boa parte da herança deixada ao menor.

Casas de tijolo e pedra na cidade, cavalos e número de escravos eram outros sinais de abundância. Além deles, o número de missas mandadas rezar pelo morto indicava uma posição na hierarquia social. Várias vezes encontramos, em testamentos de grandes proprietários, a exigência de que, depois de sua morte, fossem rezadas dez ou doze capelas de missas. Leve-se em conta que uma capela de missas significava uma série de cinquenta missas.

Raríssimos livros aparecem nos inventários, e quando aparecem são gramáticas, ou um livro de medicina, ou um outro de direito. Só encontrei referência a uma biblioteca, a do padre Santino Maciel de Atayde, falecido em 1882. Possuía 60 volumes e foi avaliada em 103\$200²¹.

21 Entre os livros, obras religiosas de Teologia, de Direito Eclesiástico, Manuais Eclesiásticos, Teatro e História Eclesiástica, Dogmática, dicionários latinos, gramáticas portuguesas e francesas, obras de Vieira, poesias, e uma obra de Kant, em seis volumes.

A classe dominante procurava o nível de vida que correspondia a seus valores, evidenciados principalmente na religiosidade (oratórios, imagens, enterros e missas) e na aparência (joias, roupas, escravos).

Entre a população inventariada que possuía bens de pequeno valor encontramos, às vezes, pedidos de revisão do inventário por um banco quebrado que foi escondido ou por algum gado que, em poder de herdeiro, não foi declarado. Mas as brigas por ocasião dos inventários aparecem em qualquer grupo (a única diferença é o montante dos bens pelos quais disputam). Nestes casos, ou se chegava à revisão do inventário, na justiça ou, amigavelmente, o inventariante voltava a declarar os bens que havia “esquecido” de arrolar.

O inventário do padre Santino, por exemplo, foi discutido por quase 20 anos, acumulando enorme volume (o padre deixara quatro herdeiras, filhas de duas mães diferentes).

URBANIZAÇÃO

A sociedade do antigo município de Campina Grande era essencialmente rural. O processo de urbanização começou a se desenvolver principalmente a partir de 1864, com a elevação da Vila a cidade e se acelerou muito nas últimas décadas do século. Não vemos, propriamente, um processo de separação campo-cidade, mas uma integração entre as duas áreas, na qual a urbana desempenha um papel de cada vez maior destaque.

Numa sociedade essencialmente rural como a que atravessara todo o período colonial, o processo de urbanização não poderia ocorrer, evidentemente, à margem da vida agrária²². Para perceber, em toda sua riqueza, o processo de transformação de uma sociedade essencialmente agrária numa sociedade capitalista, seria preciso aprofundar a pesquisa sobre, entre outras coisas, os possíveis lucros extraordinários obtidos

22 VILAR, Pierre, op. cit. p. 72

pelos comerciantes em épocas de auge das exportações do algodão, em épocas de seca, “o aparecimento, mais precoce do que se imagina, de verdadeiras ‘empresas’ que requeriam inversão de capital”²³ para obras de irrigação, construção de açudes, compra de máquinas, montagem de pequenas indústrias e toda uma infraestrutura necessária à produção para o mercado. Por outro lado, há que levar em conta o caráter comercial da cidade de Campina Grande e a não existência na região (ou a existência numa proporção ínfima) de uma classe de latifundiários ociosos, vivendo apenas de renda da terra. Não só a esmagadora maioria dos grandes proprietários estava presente fisicamente na direção de suas fazendas como, desde a década de 1840, pelo menos, 50% deles ligaram-se ao comércio e possuíam uma renda disponível para novas inversões, que faziam em máquinas de beneficiar o algodão e em pequenas indústrias.

Para Epaminondas Câmara, a elevação de Campina Grande a cidade (1864) marcou o declínio político e social da fazenda. Para o autor, Campina Grande fora, até então, uma sociedade estruturada ao redor da casa grande, das casas de engenho, das casas de farinha e das senzalas. Os protagonistas desta sociedade eram os fazendeiros, os senhores de engenho, os coronéis, os agricultores e os escravos. Teria sido o surgimento, nesta sociedade, do bacharel, do vigário, do comerciante, do farmacêutico que provocou a luta pela centralização municipal e o rápido processo de urbanização²⁴.

Não vejo tão clara essa separação campo-cidade. O desenvolvimento econômico (inclusive comercial) do período, em Campina Grande, que levou ao crescimento e desenvolvimento do núcleo urbano, não se deu em oposição aos grandes fazendeiros, e nem foram eles espectadores passivos deste processo. A elevação de Campina Grande a cidade, em 1864, não pode ser desvinculada do auge do algodão (1861-1865) na região, produto com excelente colocação, à época, no mercado externo. Como

23 Id.Ibid., p. 172

24 CÂMARA, Epaminondas, op. cit.

vimos, grandes fazendeiros, grandes comerciantes e bacheréis eram, quase sempre, as mesmas pessoas. E, o mais importante, seu predomínio social nascia das fazendas: da propriedade de terras, de gado e de gente.

Outro fator importante para a “abertura da sociedade agrária” a que se refere, com muita perspicácia no Nordeste, Epaminondas Câmara, foi a intensidade das lutas políticas no Nordeste, a partir de 1817, às quais Campina Grande não ficou indiferente. Por ocasião da Revolução Pernambucana, fez-se no município muita propaganda a favor dos rebeldes e da República. O vigário local parece ter sido um dos maiores propagandistas da Revolução, e um dos mais antigos dos grandes proprietários de terra, José Nunes Viana, chegou a “mandar ler e pregar no Pelourinho da Vila um edital do governo republicano, levantando, nesta ocasião, naquela Vila, a bandeira branca da democracia.”²⁵

Campina Grande participou ativamente da Confederação do Equador (1824), aderindo ao levante havido em Areia. Os grandes fazendeiros campinenses adotaram cedo as causas liberais, participando sempre das lutas políticas regionais e nacionais. A chegada das ideias liberais e maçônicas a Campina Grande, a luta pelo federalismo, que desse melhor posição econômica ao Nordeste, no quadro nacional, juntamente com o desenvolvimento econômico da região e seus contatos comerciais abriram espaço para a atuação do político, do bacharel e do juiz. Segundo o próprio Epaminondas Câmara, desde 1817 o patriarcalismo foi obrigado a “sair de seus esconderijos e buscar as massas humanas que já começavam a pensar.”²⁶

Grande atividade comercial e política marcou o município na segunda metade do século XIX, e alguns autores chegaram a comparar Campina Grande com Recife, por seu “espírito mercantil e ética dos grandes lucros”, enquanto que Areia permanecia “aristocrática e rural”²⁷ (alusão a Olinda).

25 PINTO, Irineu, op. cit. col. I p. 200

26 CÂMARA, Epaminondas, op. cit.

27 Id. Ibid.

Enquanto que os grandes fazendeiros, descendentes das maiores famílias de proprietários rurais, abraçaram, em sua maioria, o liberalismo, os que chegaram a Campina Grande em meados do século XIX, como comerciantes (que a partir do comércio tornaram-se também grandes senhores de terra e escravos) ligaram-se ao Partido Conservador. Seria preciso entrar nos aspectos das lutas políticas e interesses locais para entender melhor tais posições, o que foge ao meu tema. Para a adoção de posições políticas, muito mais que aspectos ideológicos, contava a diferença entre os grandes proprietários locais que se modernizavam (liberais), e os grandes comerciantes que, vindos geralmente de Recife, ligavam-se também à terra (conservadores).

A partir de 1864, os grandes fazendeiros começam a trocar o luxo da compra de patentes da Guarda Nacional pela construção de boas residências na cidade, ajudando, com isso, a impulsionar a urbanização. Muitos deles, como juizes municipais ou membros da Câmara, passaram a residir a maior parte do tempo na cidade.²⁸

Em 1864, ao ser elevada a cidade, Campina Grande tinha 300 casas, quatro ruas e oito becos. Em 1890, eram 713 casas, 18 ruas, duas praças e duas travessas²⁹. Por esta época, cerca de 25% da população do município residia na cidade³⁰.

A SOCIEDADE

O censo de 1872 mostrou que apenas 16,5% da população do município sabia ler e escrever. Nenhum escravo foi alfabetizado, e da população em idade escolar, apenas 7% frequentavam a escola.

28 Id. Ibid.

29 Em 1864, Campina Grande contava, além das casas, ruas e becos mencionados, com 2 igrejas católicas, 2 açudes, 2 casas de mercado, 1 cemitério, 1 cadeia, 2 casas da Câmara; em 1890, além das 713 casas e 18 ruas (Prof. Marly: a Sra. diz no texto acima que 713 casas e 18 ruas era em 1900. Marquei em negrito), tinha duas escolas, 1 tipografia, 2 mercados, 45 casas de comércio, 1 farmácia, 3 padarias e 1 máquina de vapor para descarçamento de algodão. IN: ALMEIDA, Elpidio, op. cit.

30 Relatório de Cristiano Lauritzen, de 7/X/1890, citado na íntegra por JOFFILY, José, *Entre a Monarquia e a República*, Rio Cosmos, 1982, apêndice.

A primeira escola de alfabetização em Campina Grande foi criada em 1835, para meninos. As escolas públicas das povoações de Pocinhos, Fagundes e Boa Vista foram criadas em 1858 e 1859, e em 1861 já haviam sido fechadas³¹. As escolas municipais datam de 1891. Em 1887, o número de crianças que frequentava a escola era sensivelmente menor do que o contado pelo censo de 1872 (em 1872 eram 429 alunos – 184 meninos e 65 meninas, enquanto que em 1887 apenas 64 crianças frequentavam efetivamente a escola³². Levei em conta a diferença de critérios. O censo contou crianças matriculadas, e a Comissão³³ falou das que realmente frequentavam a escola. Mesmo assim a diferença é grande. Em 1887, a Comissão não conseguiu saber, para os meninos, quantos estavam matriculados, mas em relação às meninas, havia 53 matrículas, para 35 frequências. Curiosamente, também o número de meninos era menor do que o de meninas: apenas 29 estavam frequentando a escola.

O ensino secundário só foi estabelecido em Campina Grande no final do século. Na Província, o Liceu Paraibano, criado em 1836, era o único estabelecimento de ensino secundário. Refletindo bem a mentalidade da época, o ginásio ensinava Latim, Retórica, Filosofia e Matemática, sendo logo depois criadas as cadeiras de Inglês, Geografia e Cronologia. Como se nota, o português não era ensinado. Os exames prestados no Liceu não eram reconhecidos para o ingresso nas Faculdades de Direito de Olinda e de Medicina na Bahia, o que, segundo Elpídio de Almeida, serviu para desestimular o ingresso naquele estabelecimento³⁴.

31 ALMEIDA, Elpídio, op. cit. p. 311

32 Id. *Ibid.*, p. 314

33 Comissão criada pela Câmara de Vereadores para averiguar o ensino na cidade. IN: ALMEIDA, Elpídio, op. cit., do Livro de Atas da Câmara Municipal que, à época em que o autor escreve, achava-se arquivado. Hoje está desaparecido. p. 315

34 A lei no. 3, da Primeira Assembleia da Paraíba criada pelo Ato Adicional realizada a 7/4/1835, criou a Escola de Primeiras Letras em Campina, e também uma cadeira de Latim. O professor, que deveria passar por concurso público, recebia um salário de 300\$000 anuais, desde que tivesse 20 alunos de primeiras letras. O de Latim receberia 400\$000 se tivesse 12 alunos, e mais 100\$000 de gratificação se conseguisse 6 alunos de francês. Id. *Ibid.*, p. 310

Tal situação do ensino indica uma sociedade que, apesar das transformações por que passava, ainda estava bastante presa a uma mentalidade escravocrata. Se existia uma preocupação em formar mão-de-obra (Escola de Aprendizes Artífices), em relação aos filhos das classes dominantes, qualquer ensino voltado para a produção era considerado vulgar. Ter um bacharel na família era muito apreciado, a meu ver não só pela importância dada ao bacharel pela “nobreza” de suas citações latinas, mas porque se tornava necessário, com o processo de urbanização, dominar, através do bacharel, os postos públicos e políticos do município e da Província. O bacharel era o representante letrado do grande proprietário. O sentido de cultura destes homens era extremamente utilitário. Fora o bacharel e o médico, em número que considerassem indispensável, desprezavam o ensino. Até mesmo ler e escrever era considerado supérfluo, sendo dada muito maior importância a conhecimentos práticos adquiridos no trabalho agrícola ou pecuário.

Fala-se muito da “ignorância” da sociedade da época, do ponto de vista cultural. Enquanto os grandes proprietários contaram com abundância de terra e mão-de-obra, além de mercados para seus produtos, não se colocava para eles a necessidade de melhorias técnicas e conhecimentos agrícolas que permitissem o aumento da produtividade, através de uma agricultura intensiva. Quando faltou a mão-de-obra escrava, continuaram a contar com abundância de terra e de mão-de-obra livre e barata. O desenvolvimento econômico foi impondo, embora lentamente, que melhorias técnicas passassem a se introduzidas, e os grandes proprietários não ficaram insensíveis a elas. No entanto, o ensino continuou a ser desprezado. Se observarmos o tipo de ensino que era ministrado, concluiremos que não foi por ignorância, mas por bom senso, que o ensino oficial continuasse tratado como superficialidade desnecessária.

A quantidade de servidores domésticos constituía sinal de “aristocracia”. É difícil calcular os gastos improdutivos com os serviços domésticos. Como vimos, o censo de 1872 indica que 46,3% da PEA

estava neste setor. De modo geral, os grandes gastos improdutivos são característicos de sociedades pré-capitalistas. “Quanto maior a diferenciação social, menor a incidência da ideia de inversão produtiva e mais importantes serão os gastos suntuários das minorias, entre eles os serviços”. No capitalismo, a burguesia renuncia às antigas formas de luxo³⁵.

Em relação à sociedade brasileira, alguns aspectos devem ser ressaltados. Numa sociedade que viveu quase quatro séculos à base do trabalho escravo, e em que o processo da abolição durou praticamente 40 anos, a utilização de empregados domésticos (que se mantém até hoje, em todo o país, com muita força) representou, além de uma manifestação de atraso econômico, a sobrevivência de formas de pensar que estavam assentadas na escravidão e que sobreviveram a ela. Ainda hoje é comum encontrar famílias de renda muito baixa que recorrem ao trabalho de empregadas domésticas, como forma de manter “status” social.

Por outro lado, devemos levar em conta que a oportunidade do trabalho doméstico foi uma forma de absorver grandes contingentes de população feminina sem outra alternativa de trabalho. Foi a forma mais comum de emprego para as ex-escravas, e uma maneira de complementar a baixa renda familiar. Evidentemente, se um grande contingente de mão-de-obra potencial coloca-se no trabalho doméstico, há um desaproveitamento das forças produtivas (que poderiam receber qualificação para outro tipo de trabalho) e, conseqüentemente, diminuição do ritmo potencial de desenvolvimento capitalista. Mas caberia analisar, em se tratando do trabalho doméstico, feminino na quase totalidade, até que ponto esta forma de emprego freou o desenvolvimento capitalista ou, ao contrário, como todo trabalho de mulheres e de menores, serviu como complemento e redução de salários pagos aos trabalhadores produtivos, facilitando, ao invés de dificultar, a acumulação. Até hoje, na região que estudo, o trabalho doméstico, apesar de baixa remuneração, alimenta não só a empregada, mas parte da família, que geralmente se agrega, como comensal constante, ao emprego da mãe ou da irmã.

35 VILAR, Pierre, op. cit. p. 101

Não foi só no ensino e em formas de trabalho que a escravidão deixou sua marca. Entre a massa pobre da população, a distinção entre a condição jurídica de livres e escravos foi tão importante que impediu qualquer solidariedade das massas camponesas, por mais miseráveis que fossem, com as lutas dos escravos. Do lado da classe dominante, ao contrário, a distinção não era tão grande. O trato secular com o trabalhador escravo fez com que também os trabalhadores livres fossem pouco considerados. A escravidão marcou o trabalho físico como pouco dignificante.

QUADRO 58 - TIPOS DE CARTAS DE ALFORRIA PARTICULARES, PASSADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE, DE 1858 A 1882

TIPO DE ALFORRIA	NÚMERO	PORCENTAGEM
Alforrias incondicionais (a)	39	41
Alforrias condicionais (b)	17	37
Compra de liberdade pelo escravo (liberdade total)	35	18
Compra de liberdade pelo escravo (parcial)	4	4
Total	95	100,0

(a) O número de alforrias incondicionais tornou-se maior pelo fato de uma só senhora, ao enviuar, ter alforriado, sem condições, de uma só vez, os 11 escravos que lhe couberam na meação.

(b) 15 destes escravos condicionavam à morte dos senhores, e 2 à morte dos senhores e de seus filhos.

FONTE Livros de Nota do Cartório do 1º. Ofício de Campina Grande

O processo abolicionista não contou, em Campina Grande, nem com a simpatia dos grandes senhores nem com a dos trabalhadores livres da cidade ou do campo. As cartas de alforria passadas e os escravos libertados pelo Fundo de Emancipação exemplificam esta situação. Em 18 anos, encontramos apenas 95 cartas de liberdade passadas por particulares³⁶. Os quadros de número 59 a 63 mostram as condições das alforrias, os escravos libertados quanto ao sexo, cor e idade, ano e número de escravos alforriados.

36 Livros de Nota do Cartório do 1º Ofício de Campina Grande; anos de 1858 (incompleto), 1859 a 1867; 1873 a 1877; 1879, 1880 e 1882

QUADRO 59 - ESCRAVOS ALFORRIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE,
SEGUNDO O SEXO 1858-1882

SEXO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Homens	38	40
Mulheres	57	60

FONTE Livros de Nota do Cartório do 1º. Ofício de Campina Grande

QUADRO 60 - ESCRAVOS ALFORRIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE,
SEGUNDO A COR 1858-1882

SEXO	NÚMERO	PORCENTAGEM
Pretos	45	47,5
Mulatos	26	27,5
Cabras	6	6
Sem especificação	18	19

FONTE Livros de Nota do Cartório do 1º. Ofício de Campina Grande

QUADRO 61 - ESCRAVOS ALFORRIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE,
SEGUNDO A IDADE 1858 - 1882

IDADE	NÚMERO	PORCENTAGEM
até 5 anos	6	6,3
de 6 a 10 anos	10	10,6
de 11 a 15 anos	5	5,3
de 16 a 20 anos	3	3,1
de 21 a 30 anos	13	13,7
de 31 a 40 anos	11	11,6
de 41 a 50 anos	16	16,9
de 51 a 60 anos	7	7,3
de 61 a 70 anos	7	7,3
de 71 a 80 anos	2	2,1
Sem indicação	15	15,8

FONTE Livros de Nota do Cartório do 1º. Ofício de Campina Grande

As cartas de liberdade são um exemplo da mentalidade escravista da época, e em anexo dou alguns exemplos delas.

QUADRO 62 - ESCRAVOS LIBERTADOS NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE,
SEGUNDO TIPO DE ALFORRIA E O AO DE SUA LIBERTAÇÃO

ANO	INCONDICIONAL	CONDICIONAL	COMPRA TOTAL	COMPRA PARCIAL	TOTAL
1858	2	-	-	-	2
1859	2	8	2	1	13
1860	1	-	-	-	1
1861	-	-	5	1	6
1862	2	1	2	1	6
1863	1	1	4	-	6
1864	2	-	-	-	2
1865	2	-	3	-	5
1866	1	1	2	1	5
1867	1	1	-	-	2
1873	-	-	4	-	4
1874	2	-	5	-	7
1875	2	2	3	-	7
1876	15	2	2	-	19
1877	3	1	-	-	4
1879	1	-	1	-	2
1880	-	-	2	-	2
1882	2	-	-	-	2
TOTAL	39	17	35	4	95

FONTE Livros de Nota do Cartório do 1.º. Ofício de Campina Grande

O quadro acima não indica qualquer período em que alguma forma de alforria tenha se destacado (exceção feita a 1859 e a 1876 – caso da viuva que libertou os 11 escravos que recebeu de herança), e os números são mais ou menos estáveis, em relação a cada ano. A maior quantidade de escravos alforriados, segundo a idade (16,9%), corresponde à faixa entre 41 e 50 anos, e por compra de liberdade. O número de escravas alforriadas é maior, e foram as mais beneficiadas com alforrias incondicionais.

Para a quantidade de escravos existente no município, o número de alforrias é bastante pequeno, numa média de cinco por ano. Se somarmos este número aos 63 escravos libertados pelo Fundo de Emancipação, temos que, grosso modo (pois nos faltam alguns anos), foram

emancipados, no total, 158 escravos, numa média de 7 cada ano. Campina Grande recebeu sete quotas do Fundo de Emancipação dos Municípios entre 1879 e 1886. Por este Fundo foram libertados 63 escravos. O Fundo contribuiu com 15:979\$189, e o pecúlio dos escravos com 3:230\$555 para as alforrias³⁷.

QUADRO 63 - ESCRAVOS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE LIBERTADOS PELO FUNDO DE EMANCIPAÇÃO

QUOTA	ANO	NO. DE ESCRAVOS LIBERTADOS
Primeira	1879	8
Segunda	?	?
Terceira	1882	5
Quarta	1883	9
Quinta	1884	7
Sexta	1885	?
Sétima	1886	15
TOTAL		63 (a)

(a) Sabemos do número total pelo R.P.P. Oliveira Goes. Isto significa que pelas segunda e sexta quotas foram libertados 19 escravos.

FONTE: R.P.P. de 1882, 1883, 1884, 1885, 1886 e 1887

Elpídio de Almeida afirma que em 1887 foram libertados apenas 11 escravos, o maior número de alforrias dado até então³⁸. De fato, na audiência de 25 de novembro de 1886, o Fundo de Emancipação libertou 11 escravos; mas, a 8 de abril do mesmo ano já havia libertado quatro³⁹: três escravas de Rita Cândida Vianna, duas de nome Catarina e uma, Maria, cuja senhora foi obrigada a continuar alimentando. E ainda outra escrava, de nome Maria, de Galdino José Pereira, que “alimenta-se por si mesma”.

Somente a partir de 1885, com a Lei do Sexagenário, época em que a escravidão já tinha seus dias contados, é que começamos a encon-

37 R.P.P. Germiniano Brasil de Oliveira Goes, 8/8/1887

38 ALMEIDA, Elpídio, op. cit. p. 208

39 Livro de Audiências da Casa da Câmara, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

trar reclamações de escravos em juízo que, geralmente, foram atendidas⁴⁰. Por exemplo, a 10 de fevereiro de 1885, Inácio Pereira da Silva, escravo de João da Silva Amorim Jr. e de seu filho Honório, morador no Surrão e casado com mulher livre,

Na forma do artigo 36, Decreto-Lei de 13 de novembro de 1872: Diz que tem direito a ser classificado, a fim de ser alforriado pela quota do Fundo de Emancipação destinada a este município, pois se acha em primeira classe, vem requerer ser atendido, alegando em seu favor o pecúlio de 300\$000, em poder de seu senhor...⁴¹

Preterido na classificação, o escravo reclamou, alegando que a classificação dizia obedecer aos critérios primeiros de condição familiar e indenização. Acrescentava ainda que o parágrafo primeiro do artigo sétimo dava preferência aos que fossem escravos de diferentes senhores e ele estava nestas condições. Irineo Jofily foi o defensor do escravo e o juiz Manoel do Rego Melo deu-lhe ganho de causa.

Também começam a ocorrer reclamações de escravas cujos filhos, nascidos de ventre livre, eram maltratados pelos senhores como se ainda continuassem escravos.⁴² Em quase todos os casos, apesar dos senhores oferecerem aumento de soldada para continuarem com os menores, o juiz despachou favoravelmente aos escravos. É também por esta ocasião (1885) que escravos entrados no Brasil clandestinamente – depois de 1850 – começam a fazer prova de sua entrada ilegal e a obter a liberdade. Encontramos o caso de um escravo que entrou no Brasil por Recife, em 1851, e que só em 1885 consegue reclamar sua liberdade.

Muitos dos senhores reagiram a estes movimentos do final da escravidão. Há, por exemplo, a petição de José Alves de Souza, em nome do escravo Miguel, angola, maior de 60 anos, e que estava “cativo e

40 Em fragmentos dos Livros de Escravos, Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

41 Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

42 Entre as alforrias incondicionais encontramos o caso de uma criança, em 1873, com um ano de idade, e que já havia, portanto, nascido de ventre-livre.

posto a ferros” por seu senhor, morador em Fagundes, por ter tentado ir a Campina Grande pedir sua liberdade. O capitão, seu dono, intimado a comparecer a juízo, diz que “para não litigar em juízo, passa-lhe carta de liberdade.”⁴³ Só também por esta ocasião aparecem notícias de escravos que possuíam bens, em gado, agricultura e mesmo terra.

Em 1886, Luiza, escrava de Justino Barbosa Camelo, mulata de 12 anos⁴⁴ filha de escrava já falecida, requereu sua liberdade. Luiza alegou possuir com seu senhor e o sogro do mesmo, Alexandre Barbosa Camelo, por doação deste último, sete cabeças de gado, produtos de uma novilha que lhe fora doada, e mais uma vaca e outra novilha.

Em 1887, a escrava Romana, preta de 45 a 50 anos, pertencente aos herdeiros de José Luiz Gonçalves de Freitas, morador em Fagundes, disse possuir terras férteis de agricultura “cobertas de macaxeira e que têm mais valor do que eu (sic), com 50 anos e doente.”⁴⁵ Romana havia recebido 100 por 240 braças de terra em Santana, Camararé (Fagundes), no valor de 200\$000, do Tenente Tomás Bezerra Cavalcanti, para que fizesse pecúlio para sua liberdade. A troca de sua liberdade pelas terras foi aceita pelos herdeiros de seu dono.

A sociedade escravista, ou recém-saída da escravidão, elaborou suas justificativas para as relações sociais existentes. Estas justificativas vão desde a proclamação da inferioridade dos negros, e por isso da justiça da escravidão, até posições que, lastimando a escravidão, consideravam inevitável o recurso à mão-de-obra escrava, propondo sua extinção gradual (pela morte dos mesmos), a fim de não desorganizar a produção.

Se a classe dominante avançava, no sentido da modernização e das mudanças que correspondiam ao aparecimento de premissas para o surgimento do capitalismo, estava ainda muito presa aos ideais de “nobreza” do passado. Não só os bacharéis expressam este aspecto cul-

43 Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

44 Tendo 12 anos em 1886, Luiza também era nascida de ventre livre

45 Documento arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande

tural das classes dominantes. É comum encontrar doações, das famílias mais abastadas, de uma quantia diária a filhos ou parentes próximos que sentavam praça, para que “sustentassem foros de nobreza, como cadetes.”⁴⁶

Para que se tenha uma ideia, mesmo que em rápidas pinceladas, do papel da mulher nesta sociedade, basta considerar apenas alguns aspectos gerais. E nestes, a discriminação feminina aparece como muito grande. Os casamentos eram arranjados pelos pais, como em toda a sociedade da época.⁴⁷ Já vimos como era fácil tirar das mães solteiras ou viúvas pobres seus filhos, para dá-los em soldada, sob pretexto de má conduta moral das mães. Mas também as viúvas ricas precisavam fazer a prova, com duas testemunhas, de que tinham “boa conduta moral”. No caso da viuvez feminina, na grande maioria das vezes a tutela ficava com o avô ou o tio dos órfãos. No caso de ficar a mãe responsável pelos filhos, se contraísse segundas núpcias perdia a guarda das crianças e a tutela era removida, muitas vezes, para o segundo marido.

Também o número de famílias e de filhos ilegítimos demonstrava o papel secundário que a sociedade atribuía à mulher. Se em vários aspectos a discriminação feminina era geral, evidentemente as mulheres que pertenciam às classe dominantes eram muito mais privilegiadas.

Numa sociedade escravista, a cor era sempre marca de distinção. “Apreciava-se muito a branquidade. Quem não fosse branco de quatro costados passava por cabra.”⁴⁸

Valentia e credence se combinavam, e eram valores e características sociais muito fortes. Valentia do poder, valentia matreira e de tocaia. Foi a violência geral da sociedade, o nenhum apreço pela vida alheira (e, conseqüentemente, pela própria) que gerou o mito da valentia. Ma-

46 Livros de Nota do Cartório do 1º Ofício

47 Os jovens casais apaixonados, quando vítimas da intransigência dos pais, que se opunham ao casamento, recorriam à fuga. Uma vez que esta se dava era raríssimo que o casamento não fosse permitido. Pitorescamente, este hábito mantêm-se até hoje.

48 ALMEIDA, Horácio, *História da Paraíba* . . . p. 185

tava-se muito e por qualquer coisa, e era considerado valente o matador, covarde quem deixava passar uma afronta: “Só homem covarde não se mata. Basta uma surra. Se morre da surra, a culpa é de sua própria fraqueza.”⁴⁹”

Hamilton de Matos Monteiro⁵⁰ coloca três problemas básicos como fundamentos para a violência no Nordeste do século XIX: a má distribuição de terras, a crise do setor exportador e as secas. Para mim, entretanto, as relações de produção escravistas foram a base primeira da violência social. No levantamento que Hamilton de Matos Monteiro fez sobre a violência no Nordeste do século passado, a Paraíba estava em segundo lugar, logo depois de Pernambuco. É a seguinte a classificação dos delitos levantados pelo autor:

QUADRO 64 - CONFLITOS NO NORDESTE BRASILEIRO - 1850-1888

ESPÉCIE	NÚMERO
Banditismo	200
Revolta	109
Coronelismo	71
Recrutamento	59
Eleições	42
Motins Urbanos	20
Escravos	6
Total	507

FONTE: MONTEIRO, Hamilton, *Crise Agrária e Luta de Classes*, Brasília, Horizonte, 1980, p. 24

Como banditismo estão consideradas as quadrilhas, comuns no Nordeste da época. Revoltas foram movimentos do tipo do “Ronco da Abelha” e do “Quebra-Quilo”. Por coronelismo são entendidos os conflitos provocados por grandes proprietários, com seu “exércitos” privados, na luta contra as autoridades centrais, provinciais ou municipais, ou entre eles mesmos. Também a resistência ao recrutamento e conflitos em dias de eleições ocorreram com frequência. Somente o número

49 Id.Ibdi, p. 85

50 MONTEIRO, Hamilton, *Crise Agrária e Luta de Classes*, Brasília, Horizonte, 1980, p. 24

de revoltas escravas registrado foi mínimo. Seus movimentos, quando ocorriam, eram isolados, ou se aproveitando de movimentos gerais, como foi o caso do “Ronco da Abelha” e do “Quebra-Quilo.”

Em 1874, por ocasião do “Quebra-Quilo”, juntaram-se mais de 400 escravos, procurando o cartório em busca dos livros que, segundo eles, poderiam torná-los livres. Prenderam o secretário do Conselho Municipal e outras autoridades, mas acabaram convencidos pelo vigário de que aqueles homens nada poderiam fazer para libertá-los. Os escravos permaneceram reunidos, mas sem ação, e à notícia de que alguns fazendeiros armados vinham contra eles os dispersou⁵¹.

Quanto aos moradores, “apesar da violência exercida por muitos proprietários, não há precedente de revolta de morador contra patrão. Ao revez, está sempre disposto, como instrumento cego, até ao mandato contra seu iguais⁵².”

Acomodações e contradições na sociedade manifestaram-se fortemente no paternalismo das relações cotidianas e na violência dos momentos de tensão (crises econômicas e lutas sociais), mas um e outro, paternalismo e violência, estão sempre presentes. Paternalismo dos senhores, humildade dos mais pobres, violência de todos.

A passividade e a humildade que demonstravam moradores ou outros empregados a seus patrões e a violência que sofriam deles e que exerciam contra seus iguais, mostra a impotência das populações rurais diante da situação de dominação e miséria em que viviam. A total impossibilidade de sequer vislumbrar uma saída para melhorar tal situação acabou por juntar, depois da Abolição, trabalhadores livres e ex-escravos numa única perspectiva, a do fanatismo messiânico⁵³. Não é a promessa cristã do paraíso terrestre que buscam, mas uma vida melhor aqui na terra.

51 ALMEIDA, Elpído, op. cit p. 147 a 158

52 ALMEIDA, José Américo, op. cit. p. 545

53 Existe vasta literatura sobre o assunto, entre ela o livro de Queiróz, Maria Isaura Pereira, de O Messianismo no Brasil e no Mundo, São Paulo, USP, 1965.

Todo o desespero e impotência destas populações voltou-se para buscar saída através de uma religiosidade primitiva. Na realidade, era o único a que podiam se apegar e tinham que se apegar a alguma coisa, a alguma esperança para continuar a sobreviver. São os reinos encantados, o Sertão que vai virar mar, representações fantásticas e que estes homens rudes se apegaram com desespero, pelas quais deram suas vidas, cometeram atos terríveis de sacrifícios humanos e também atos de nobreza e bravura inauditos.

As credices acabaram por dominar os mais favorecidos da sorte. Em 1894, por exemplo, Belarmino Barbosa Camelo foi dado como demente. No processo aberto para tirar-lhe o controle de seus bens, as testemunhas afirmaram em juízo que seu filho já o havia levado a um beato em Serra Bonita, Cabaceiras, mas que de nada adiantou. Todos repetiram que “o mal vinha de feitiços que lhe foram aplicados⁵⁴.”

Transcrevo a seguir, na íntegra, o interrogatório feito a um médio proprietário, no processo para colocá-lo sob custódia, por alienação. As repostas do demente são um exemplo bastante ilustrativo da situação de médios proprietários que se arruinavam com o fim da escravidão e de como a situação econômica em que se achavam refletia-se numa mistura de desespero, saudosismo e fantasia. O processo é de agosto de 1903. Antonio Pedro de Souza requereu exame em sal pai, Francisco Pedro de Souza, que vinha demonstrando claros sinais de loucura. As testemunhas do processo afirmaram que há mais de dez anos o senhor Pedro Francisco era tido e havido por doido, já o tendo seus filhos enviado a Joazeiro, ao Padre Cícero, para ser curado. Pedro Francisco, além de desfazer-se sem critério de seus bens, juntava pedras que, afirmava, se transformariam em ouro e prata, e dizia que, ao nascer, trouxera uma sina. Assustava os vizinhos, incomodava-os à noite com pancadas na porta e toques de viola.

Havia pouco tempo, contou uma testemunha, Pedro Francisco entrara-lhe pela casa adentro, decentemente vestido e com um chapéu

54 Processo arquivado junto ao inventário de Belarmino Barbosa Camelo, Cartório do 3º Ofício de C. Grande.

velho na cabeça, convidando-o para irem visitar o Imperador D. Pedro II. Como muita gente se juntara para espiar, mandou servir vinho a todos, generosamente. Às vezes Pedro Francisco tomava de uma viola e saía a convidar o povo para um próximo casamento seu. De outra feita, chegara nu à casa de um vizinho.

O Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo foi o médico encarregado de fazer os exames, demorando bastante tempo em suas observações. Em novembro de 1903 foi feito o interrogatório ao doente:

Interrogatório feio ao interditando Pedro Francisco de Souza.

Aos nove dias do mês de novembro de 1903, nesta cidade de Campina Grande, em casa das audiências, presentes ... foram feitas as perguntas seguintes:

- Perguntado o seu nome.
- Respondeu chamar-se Pedro Francisco de Souza
- Que idade tem?
- Que tem 63 anos.
- Qual o seu estado?
- Ser viuvo.
- Onde mora?
- Em Cachoeira Grande.
- Onde nasceu?
- Que mesmo em Cachoeira Grande.
- Com quem foi casado?
- Com Vitória Maria da Conceição.
- Como se chamavam seus pais?
- Leandro Borges de Souza e Maria Ferreira da Conceição.
- Se tem filhos.
- Que tem seis e são: Antônio, João, Manoel, José Maria e Josefa.
- Se sabe ler e escrever.
- Que não.
- Se sabe do paradeiro de seu filho José.

- Que tendo enlouquecido, seguiu para o asilo em Recife, ignorando porém se ainda existe.
- Se sofre de algum incômodo de saúde.
- Que não.
- Se já havia sofrido algum incômodo sério de saúde.
- Que sofrera a cólera, febres e maleitas.
- Se tem bens.
- Que tem gados e terras
- Se mandou vender alguns gados e terras.
- Que não.
- Se não sabe se tem vendido alguns gados e terras.
- Que sabe por ouvir dizer.
- Se recebeu o produto destas vendas.
- Que não.
- Quem administra seus bens.
- Que eram administrados por si!
- Se se recorda do tempo em que morreu sua mulher.
- Que não, parecendo-lhe que há uns 30 anos.
- Se tinha feito alguma viagem a Joazeiro e com que fim.
- Afirmativamente, com o fim de obter do Padre Mestre Cícero um remédio para fazer desaparecer a indisposição de espírito.
- Se o remédio produziu o efeito desejado.
- Que sim.
- Se não procurava tomar os bens vendidos sem sua ordem e com quem contava.
- Afirmativamente, contando com o juiz, Professor Clementino, Dr. Chateaubriand e mais pessoas presentes.
- Se era verdade ter reunido em sua casa grande quantidade de pedras brancas, pretas e vermelhas, para desmanchá-las em ouro e prata.
- Se essas pedras têm crescido.
- Afirmativamente.
- Se é verdade que tem uma viagem projetada para Angola e com que fim.

- Pela afirmativa, a fim de estudar uma compra de moleques, trazendo-os para o lugar onde mora.
- Com que recursos conta fazer esta viagem?
- Que com as pedras que falou.
- Se nesta viagem tem alguma visita a fazer.
- Que pretendia entender-se com D. Pedro II.
- Se sabia que Pedro II já havia falecido.
- Que tem ouvido dizer que sim, porém que ele não tem certeza.
- Qual a sina que havia trazido ao nascer?
- Que a de atravessar as ondas do mar.
- Se se recorda de algum fato da infância.
- Que quando era criancinha de peito, fora carregado para o lado que tem um braço de mar em São Francisco, e ali chegando, em uma velha casa, de telha, duas moças o carregaram, rodearam uma casa, deram três palmadinhas, deitando-o depois sobre um carro velho; algum tempo depois um velho o conduziu para o interior da casa, onde, chegando, disse-lhe o velho: 'Meu filho, quando te vires em quebradeira, olha para este telhado, que aqui tem dinheiro para formar uma guerra.' Que ao chegar na casa a que se refere deram vivas a D. Pedro II e em seguida uns tiros; que lá na Cachoeira, onde mora, existe um reino encantado no meio dos ares, já tendo sido por ele observadas as telhas.
- Se desejava ser rico.
- Que sim, contando para isso com o produto da venda dos moleques de Angola e com o desencantamento do reino de que falou.

E por nada mais lhe ter sido perguntado, assina a rogo do interrogado o cidadão Manoel Joaquim Pequeno, o curador, ... que em tempo compareceu, o Dr. Curador Geral e as testemunhas Mabilon Bonavides Fernandes Pimenta e Silvino José Colaço. E para constar, mandou o juiz lavrar este termo, em que assinou-se. Eu, João Leocádio Alves Vianna, Escrivão, o escreveu.”

Seguem-se as assinaturas. O Dr. Chateaubriand, em suas conclusões, escreveu:

Recomenda a observação, dia 21 do corrente mês (lua nova), interroguei-o, na presença do Cel. João da Silva Pimentel, Dr. Afonso Campos, Américo Porto, estudante de Direito, e outras pessoas. Respondeu com acerto certo gênero de ideias, delirando, entretanto, no sentido da transformação de sua personalidade; e bem assim que continuava a juntar pedras pretas, brancas e amarelas, que continham ouro de igual cor; preparava-se para ir a Angola buscar duas a três barcas de negros, contratando vendas antecipadas; antes desta viagem tinha um reino a desencantar. E reportava fatos de sua primeira infância para comprovar que tudo isso obedecia sua sina que devia ser a de 'atravessar as ondas do mar', interrompendo estas narrativas com gostosas gargalhadas. Demorei alguns dias em observação, acentuando-se a perturbação psíquica. Concluo que: o fato de juntar pedras, a compra de escravos, a descoberta reino encantado, o crescimento de suas pedras indicam o desejo manifesto de melhorar seus haveres e comprovam o desarranjo mental, que diagnostico loucura parcial.⁵⁵

55 Processo anexado ao inventário de Francisco Pedro de Souza (1904), arquivado no Cartório do 3º Ofício de Campina Grande.

CONCLUSÃO

A escravidão, que durante tantos séculos dominara a sociedade, cunhou uma mentalidade pré-capitalista - e em alguns aspectos “anti-capitalistas” – muito mais difícil de remover do que as relações econômicas e sociais sobre as quais se assentava. Esta mentalidade marcava fortemente toda a sociedade. Maria Graham notara, além da amabilidade de todos, a apatia dos caixeiros de lojas, até mesmo no Rio de Janeiro: “Se estão empenhados, como atualmente não é raro, em falar de política ou a ler jornais, ou simplesmente a gozar fresco no fundo da loja, preferirão dizer, na maior parte das vezes, que não têm a mercadoria pedida do que se levantar para procurá-la.”⁵⁶

É interessante também observar a visão que as classes dominantes tinham de sua própria posição na sociedade. A 15 de novembro de 1824, no juramento da Constituição, na Câmara da Vila Nova da Rainha, lê-se: “...na Igreja Matriz, ..onde se achavam presentes em veriação o Juiz Ordinário, Presidente Francisco Gomes Barbosa, Vereadores e o Procurador desta Comarca, abaixo assinados, e mais CLERO, NOBREZA e POVO...”⁵⁷

Na segunda metade do século XIX, esta divisão em estados desapareceu completamente e deu lugar a novas conceituações, como a de “capitalistas”⁵⁸ por exemplo, apesar dos novos conceitos conviverem com os coronéis de velhas patentes e com preocupações de serem mantidos “foros de nobreza”.

A própria forma de apropriação, pelas classes dominantes pré-capitalistas, do produto social global, principalmente através do consumo do luxo, de serviços e instituições coletivas⁵⁹ gerou, apesar das modi-

56 Citado por AQUINO, Aécio, Nordeste, Século XIX, João Pessoa, Ed. Universitária, 1980, p. 139

57 In PINTO, Irineo, op. cit., vol. 2 p. 91

58 Leve-se em conta que a designação de “capitalista”, à época, significava, principalmente, aquele que vivia de empréstimos a juros.

59 VILLAR, Pierre, op. cit. p. 101

ficações ocorridas, uma tendência à estagnação das relações sociais. Tollenare observou: "...um mestre de obras, um marceneiro, um carpinteiro, um ferreiro, um pedreiro, um chefe, enfim, de qualquer destas profissões, em lugar de assalariar operários livres, compra negros e os instrui."⁶⁰ E, acrescenta, se tiver que ir a qualquer casa prestar serviços, apresenta-se todo enfarpelado e acompanhado de seus negros⁶¹.

Se, na penúltima década do século passado, já podemos falar na superação do modo de produção escravista, em seu aspecto econômico, as relações sociais que se haviam cristalizado levaram mais tempo para serem superadas. Quanto à mentalidade, plasmada por séculos de escravidão, seria arriscado afirmar que, mesmo hoje, tenha sido já superada. E, nisto, Campina Grande, como todo o Nordeste, não difere do resto do país.

60 AQUINO, Aécio, op. Cit. P. 151

61 Id. Ibid. P. 152

ANEXO I

LEI DO VENTRE LIVRE

Lei Nº 3.040, de 28 de setembro de 1871

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia Geral decretou e Ela Sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º. – Os filhos de mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

§ 1º. - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade com a presente lei.

§ 2º. - Qualquer destes menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante prévia indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se à avaliação dos serviços pelo tempo que lhe resta a preencher, se não houver acordo sobre o quantum da mesma indenização...

Fonte: LEI DO VENTRE LIVRE, registrada à folhas do Livro I do Registro de Leis e Direitos relativos à emancipação do elemento servil. Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas, em 29 de setembro de 1871. IN: BONAVIDES, Paulo e Vieira, AMARAL R. A., *Textos Políticos da História do Brasil – Independência – Império (I)*, Imprensa Universitária, Biblioteca da Cultura, Série A Documentário. s/d

ANEXO II

Digo eu, ... que entre outros bens que possuo encontra-se a crioula Antonia, de 50 anos, ... a qual me foi doada por ... e avaliada em 400\$000, que em atendimento aos bons serviços que me tem prestado, e como recompensa, fica forra, como se de ventre-livre tivesse nascido, com a condição de acompanhar-me até o fim de minha vida... (10/12/1858)

... Libertamos a escrava Luiza, e para maior segurança da escrava passamos esta carta ... o que fizemos por amor à caridade, à humanidade e por amor a Deus ... para que goze de liberdade como se de ventre livres nascesse ... e por que nos pagou a quantia de 700\$000 em que foi avaliada ... (26/2/1859)

Entre os bens que possuímos, de bom e justo título, possuímos a crioula Eufraziana, de 66 anos, avaliada em 300\$000 ... A liberto por me ter servido desde a infância e me ter dado 14 crias ... mas deve servir-nos enquanto nos convier ... (29/8/1862)

Liberto a preta Tereza, de 40 anos, que deu 7 crias, todas vivas, em condição da preta, enquanto vivo eu for, prestar-me todos os serviços necessários ... (3/3/1866)

Maria do Rozário, crioula de 43 anos, avaliada em 650\$000, por nos ter entregue 325\$000, fica libertada de uma banda e por isso passará a gozar plena liberdade desta banda ... (28/10/1869)

Libertamos a José e a Estevão, filhos de Josefa, já livre ... com a condição de nos servirem até nossa morte e a de nossos filhos ... (21/1/1876)

ANEXO III

Ilustríssimo Sr. Dr. Juiz de Órfãos

Nos autos, diga o Dr. Curador Geral

Instrução de Órfãos

Campina Grande, 17 de janeiro de 1888

Alfredo Espínola

Diz André Pereira de Oliveira, morador no lugar Malhadinha, subdelegacia de Boa Vista, neste termo, que tendo seu cunhado órfão João Cândido de Araújo, idade de 15 anos, abandonado a casa de seu tutor Francisco Assis, conhecido por Tito, morador no mesmo distrito, queixando-se do tratamento que recebeu, pelo que protesta não voltar mais para a companhia de seu tutor; vem por isso requerer o suplicante a V. Senhoria que se digne remover a tutela do mesmo órfão, obrigando-se ele a dar a educação merecida, doméstica e de primeiras letras.

O suplicante alega que somente pelos laços de sangue que o ligam ao dito órfão e por declarar estes que não deixará a sua companhia mais, é que requer a sua tutela, e pelo ônus que ela acarreta requer que lhe seja dada sem soldada.

Pede V. S. Deferimento.

Campina Grande, 17 de janeiro de 1888

(ass.) André Pereira de Oliveira

Auto de perguntas feitas ao menor João

- Perguntado qual o seu nome, idade, estado, filiação, naturalidade, residência e se sabia ler e escrever.

- Respondeu chamar-se João Cândido de Araújo, idade 15 anos, solteiro, filho do falecido João Cândido de Araújo e sua mulher; natural de Boa Vista e ali morador e não saber ler nem escrever.

- Perguntado: quem era seu tutor e por que razão saiu de sua companhia?

- Era seu tutor Francisco de Assis, conhecido por Tito, e que saiu de sua companhia porque o mesmo dava-lhe mau trato.

- Qual era o mau trato que ele lhe dava?

- Era que lhe dava muito de ligeira (sic), tendo em uma dessas ocasiões agarrado pelas guelas, como que o queria enforcar, a ponto de ter ferido pelo rosto com as unhas, que ainda existem os vestígios, e isso foi visto por muitas pessoas da Boa Vista; que no dia 12 do corrente, tendo vindo à feira desta cidade mais seu tutor, de volta ainda sofreu uma surra, e por isso entendeu deixar a sua companhia e procurar a sua irmã, casada com André Pereira de Oliveira, em cuja companhia está e não deseja mais sair.

- Em que tempo sofreu a surra em que diz ter os sinais no rosto provenientes dela e como se chamam as pessoas que presenciaram e porque motivo ele assim procedeu.

- Esse fato se dera no mês de novembro e que isto foi visto por José Soares de Araújo, Lindolfo Soares de Araújo, Faustino Pereira e Anselmo Maria Pereira de Araújo; e que ele fez-lhe isso porque mandou espalhar cardeiro para os bezerros comerem e ele espalhou demais.

- Seu tutor trava-lhe regularmente quanto à roupa e comida?

- Seu tutor tratava bem de comida e que tinha roupa suficiente para seu uso e trabalho, assim como dormia em cama, agasalhado com lençol.

CONCLUSÃO GERAL

A estrutura de distribuição de terras na região evidenciou o predomínio econômico dos grandes proprietários, quer seja através do monopólio da terra, da propriedade da mão-de-obra escrava ou do controle sobre o trabalho livre, quer seja pelo domínio da produção para exportação e controle do mercado interno.

As grandes unidades produtivas não se mostraram essencialmente pecuaristas. Se bem que a pecuária estivesse presente, em toda a economia agrária da região, o número dos que se dedicavam exclusivamente a ela era pequeno. A grande maioria dos grandes proprietários estava ligada também à agricultura do algodão (cultivado com mão-de-obra escrava), que não era apenas uma economia complementar à pecuária, mas pelo menos, tão importante quanto ela.

Suponho que o fato de muitos autores considerarem a economia algodoeira do município principalmente em mãos de pequenos proprietários e, nas grandes fazendas, complementar à pecuária, esteja bastante ligado à extrapolação da situação da cultura algodoeira paulista para outras regiões. E bem possível que nas áreas sertanejas da Paraíba o algodão tenha sido um complemento aos grandes latifúndios pecuaristas, mas não em Campina Grande.

Ao lado das grandes propriedades encontramos uma imensa quantidade de pequenas e médias (mesmo no auge da escravidão), que não eram um mero “acompanhamento” do grande latifúndio, produzindo apenas para autoconsumo, ou uma mínima economia de subsistência. A parte da produção comercializada, destas pequenas e médias propriedades, teve crescente importância, não só para o abastecimento do município, como para áreas do Sertão e do litoral paraibano. Isto significa a existência de uma economia voltada também para o mercado interno que, embora em modestas proporções, tendeu a se desenvolver com o fim da escravidão. Os grandes proprietários não se dedicavam exclusivamente à exportação, estando também ligados à produção para

o mercado interno, além de, por diferentes maneiras, apropriarem-se dos lucros dos pequenos produtores.

Muitos dos grandes proprietários possuíam inúmeras casas de farinha, controlavam o abastecimento dos pousos de tropa e comercializavam o gado no mercado interno. Além disso, dominavam a pequena produção através de vários mecanismos: compra de produtos que eram os únicos a ter condições de beneficiar; compra, por atacado, da produção destinada às feiras, para revendê-las; ou através da infinidade de impostos dos quais eram os arrematadores.

Uma parte considerável dos grandes proprietários modernizou-se. Não tanto no que diz respeito à lavoura propriamente dita, onde a abundância de terras e de mão-de-obra barata não exigiu maiores transformações, mas no setor de beneficiamento dos produtos. A compra de máquinas para descaroçar e ensacar o algodão, a ligação com o comércio e o papel que desempenhavam como “bancos” de crédito municipais gerou, em nível das grandes famílias (as maiores fortunas), uma estreita solidariedade entre agricultura, comércio e incipiente industrialização.

Com a perda da mão-de-obra escrava reforçaram-se, na região, as formas de trabalho livre praticamente não assalariado, como o de moradores de parceria ou de condição. Os trabalhadores livres, convivendo com o trabalho escravo até 1888, e formando sempre um grande contingente populacional sem terra ou com pouca terra, e sem outras opções de trabalho, submeteram-se a formas de trabalho livre não assalariado que se cristalizaram solidamente na região. O fim da escravidão e a transformação das estruturas coloniais criou e baseou-se em formas de trabalho livre *sui-generis*, que até hoje se reproduzem.

A superexploração do trabalho, permitida pela utilização do trabalho escravo e pelas diversas formas de trabalho livre não assalariado, ao lado do domínio direto ou indireto da produção e do controle do comércio, com o crescente desenvolvimento da comercialização possibilitou o surgimento de pequenas indústrias.

No decorrer da segunda metade do século XIX, as transformações operadas nas estruturas coloniais, sua adaptação às novas realidades internas e internacionais, conduziram, por formas não clássicas, a um capitalismo atrasado e dependente. Neste longo processo, é nas modificações internas, e não no comando de um “capital comercial” de fora que devemos buscar as bases profundas e primeiras das transformações.

O Nordeste, com suas especificidades, participou solidariamente das mudanças ocorridas na estrutura econômica do país. De forma subordinada, é verdade, mas integrada no conjunto das transformações. O que vamos ver configurada no final do século XIX, não é a existência de “dois brasis”, mas o surgimento do capitalismo no país, que se aproveita das diferenças regionais e se reforça, subordinando áreas que mantêm atrasadas pela própria lógica intrínseca do desenvolvimento capitalista.

As sobrevivências, muito grandes no Nordeste, de formas de produção não capitalistas, reforçam uma estrutura social que mantém uma permanente contradição entre este funcionamento e as novas exigências da economia, freando permanentemente o desenvolvimento da região.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS MANUSCRITAS

CARTÓRIO DO 3º OFÍCIO - FÓRUM DE CAMPINA GRANDE

- Inventários *post mortem* – 1840-1905: 853 inventários (todos os existentes).
- Contas de Tutoria - 1840–1905: anexas aos inventários.
- Cartas Precatórias – 1840–1905: 30 (todas as existentes).
- Processos de Tutela com Soldada - 1861-1902: 371 (todos os existentes).
- Livros de Audiência da Casa da Câmara – 1880-1886.
- Livro de Escravos – 1885.

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CAMPINA GRANDE

- Livros de Notas - 1858–1905.
- Indicador Real do Registro Geral de Hipotecas - 1876–1905.
- Inscrição Especial do Registro Geral de Hipotecas - 1876–1890.
- Livro de Transcrição de Imóveis da Freguesia de Campina Grande - 5/IV/1878 a 13/VIII/1903.
- Livro de Inscrição Especial - 1898.
- Livro de Notas para Escritura de Compra, Venda e Troca de Escravos 3/X/1866 a 9/IX/1879.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Relatórios, Falas, Mensagens e Exposições de Presidentes da Província da Paraíba – 1842–1889. Seção de Microfilmagem, rolos: VI-233 (1); N-PR/SPR 113 (1) a N-PR/SPR 113 (5):

1. RPP Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, 1842.
2. RPP Ricardo José Gomes Jardim, 1843.
3. RPP Agostinho da Silva Neves, 1844.
4. RPP Frederico Carneiro de Campos, 1845.

5. RPP Frederico Carneiro de Campos, 1846.
6. RPP Frederico Carneiro de Campos, 1847.
7. Memória que em cumprimento da Ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Frederico Carneiro de Campos, Tenente Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, Presidente desta Província, fez o 2º Tenente Francisco Pereira da Silva, desta cidade até o Município de São João, em 1847. Anexo ao RPP de 1847.
8. R. Vice-PP João Albuquerque Maranhão, 11/5/1848.
9. RPP João Antonio de Vasconcelos, 1º/8/1848.
10. RPP João Antonio de Vasconcelos, 1º/8/1849.
11. RPP João Antonio de Vasconcelos, 21/1/1850.
12. RPP José Vicente de Amorim Bezerra, 24/2/1850.
13. RPP José Vicente de Amorim Bezerra, 2/8/1850.
14. RPP José Vicente de Amorim Bezerra, 30/9/1850.
15. RPP Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, 8/5/1851.
16. RPP Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, 3/7/1851.
17. RPP Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, 2/8/1851.
18. RPP Flávio Clementino da Silva Freire, 1853.
19. RPP João Capistrano Bandeira de Mello, 5/5/1854.
20. RPP João Capistrano Bandeira de Mello, 7/6/1854.
21. R. Vice-PP Flávio Clementino da Silva Freire, 25/9/184.
22. RPP Francisco Xavier Paes Barreto, 16/4/1855.
23. R. Vice-PP Flavio Clementino da Silva Freire, 2/10/1855.
24. R. Vice-PP Flavio Clementino da Silva Freire, 26/11/1855.
25. RPP Antonio da Costa Pinto Silva, 5/8/1856.
26. RPP Antonio da Costa Pinto Silva, 1857.
27. RPP Manoel Clementino Carneiro da Cunha, 1857.
28. RPP Manoel Clementino Carneiro da Cunha, 9/12/1857.
29. RPP Henrique de Beaurapaire Rohan, 20/9/1859.
30. RPP Henrique de Beaurapaire Rohan, 4/6/1859.
31. RPP Ambrósio Leitão da Cunha, 2/8/1859.
32. RPP Ambrósio Leitão da Cunha, 13/4/1860.
33. RPP Luiz Antonio da Silva Nunes, 17/3/1861.
34. Exposição do Barão de Mamanguape, 18/5/1861.

35. RPP Francisco de Araújo Lima, 1/8/1861.
36. RPP Francisco de Araújo Lima, 31/5/1862.
37. RPP Francisco de Araújo Lima, 1/10/1863.
38. RPP Francisco de Araújo Lima, 20/2/1864.
39. R Vice-PP Felizardo Toscano de Brito, 18/5/1864.
40. RPR Sinval Odorico de Moura, 1/10/1864.
41. RPP Sinval Odorico de Moura, 29/7/1865.
42. RPP Felizardo Toscano de Brito, 4/8/1865.
43. RPP Felizardo Toscano de Brito, 3/8/1868.
44. R2°Vice-PP João José Inocêncio Paggi, 5/11/1866.
45. RPP Américo Brasiliense de Almeida Mello, 22/4/1867.
46. RPP Barão de Macau, 5/8/1867.
47. RPP Barão de Macau, 4/11/1867.
48. RPP Inocêncio Seráfico de Assis Carvalho, 29/7/1868.
49. RPP Inocêncio Pinto Pessoa, 16/8/1868.
50. RPP Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, 1/11/1868.
51. R2°Vice-PP Padre Inocêncio Francisco Pinto Pessoa, 9/4/1869.
52. R2°Vice-PP Padre Inocêncio Francisco Pinto Pessoa, 16/4/1869.
53. R4°Vice-PP Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 11/6/1869.
54. RPP Venâncio José de Oliveira Lisboa, 2/10/1869.
55. RPP Venâncio José de Oliveira Lisboa, 1/2/1870.
56. RPP Venâncio José de Oliveira Lisboa, 17/2/1870.
57. RPP Venâncio José de Oliveira Lisboa, 24/10/1870.
58. RPP Frederico de Almeida e Albuquerque, 7/12/1870.
59. RPP Frederico de Almeida e Albuquerque, 13/4/1871.
60. R3°Vice-PP José Evaristo da Cruz Gouveia, 13/10/1871.
61. RPP Frederico Almeida e Albuquerque, 23/4/1872.
62. Fala do 3° Vice-PP José Evaristo da Cruz Gouveia, 7/6/1872.
63. Fala do 3° Vice-PP José Evaristo da Cruz Gouveia, 25/6/1872.
64. RPP Francisco Teixeira de Sá, 6/9/1873.
65. RPP Silvino Elgídio Carneiro da Cunha, 7/8/1874.
66. RPP Silvino Elgídio Carneiro da Cunha, 9/10/1875.
67. RPP Flavio Clementino da Silva Freire, 21/5/1876.

68. RPP Flavio Clementino da Silva Freire, 9/1/1877.
69. R1°Vice-PP José Paulino de Figueiredo, 24/4/1877.
70. RPP Esmerino Gomes Parente, 12/8/1877.
71. RPP Esmerino Gomes Parente, 1/3/1878.
72. R.1°Vice-PP José Paulino de Figueiredo, 11/3/1878.
73. RPP Ulysses Machado Pereira Vianna, 1/1/1879.
74. R2°Vice-PP Felício Benício da Fonseca Galvão, 12/6/1879.
75. RPP José Rodrigues Pereira Junior, 30/4/1880.
76. R2°Vice-PP Felício Benício da Fonseca Galvão, 15/5/1880.
77. RPP Antonio Alfredo da Gama e Mello, 10/6/1880.
78. RPP Gregório José de Oliveira da Costa Junior, 3/9/1880.
79. RPP Antonio Alfredo da Gama e Mello, 8/10/1880.
80. RPP Justino Ferreira Carneiro, 21/9/1881.
81. RPP Antonio Alfredo da Gama e Mello, 21/5/1882.
82. RPP Manoel Ventura Barros Leite Sampaio, 4/10/1882.
83. Exposição do PP José Basson de Miranda Osório, 15/2/1883.
84. RPP José Basson de Miranda Osório, 17/4/1883.
85. RPP José Ayres do Nascimento, 4/10/1883.
86. RPP José Ayres do Nascimento, 1/8/1884.
87. RPP Herculano de Souza Bandeira, 1/8/1886.
88. RPP Germiniano Brasil de Oliveira Goes, 8/8/1887.
89. RPP Francisco de Paula Oliveira Goes, 9/8/1888.

RELATÓRIOS DE MINISTROS DA AGRICULTURA

1680 – 1870 Rolos No. PR-SPR 123 (1) a 123 (10) NIP.

1. 1861 - Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello
2. 1862 - Ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello
3. 1862 - Ministro Pedro de Alcântara Bellegarde
4. 1863 - Ministro Pedro de Alcântara Bellegarde
5. 1863 - Ministro Domiciano Leite Ribeiro
6. 1865 - Ministro Antonio Francisco de Paula Souza
7. 1866 - Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas

8. 1867 - Ministro Manoel Pinto de Souza Dantas
9. 1868 - inistro Joaquim Antão Fernandes Leão
10. 1869 - Ministro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque
11. 1870 - Ministro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – ARQUIVO MENSAGENS DE PRESIDENTES DO ESTADO DA PARAÍBA

1. 25/06/1891 - Venâncio Neiva
2. 29/10/1894 - Álvaro Lopes Machado
3. 24/11/1894 - Álvaro Lopes Machado
4. 15/02/1896 - Álvaro Lopes Machado
5. 02/09/1898 - Antônio Alfredo da Gama e Mello
6. 09/06/1899 - Antônio Alfredo da Gama e Mello
7. 01/05/1900 - Antônio Alfredo da Gama e Mello
8. 01/10/1901 - José Peregrino de Araújo
9. 01/10/1903 - José Peregrino de Araújo
10. 01/09/1904 - José Peregrino de Araújo
11. 20/10/1905 - Álvaro Lopes Machado

LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL

- LEI DE TERRAS de 18 de setembro de 1850. IN: *Coleção das Leis do Império do Brasil* – .1850. T.XI, Parte I, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1851

- LEI DO VENTRE LIVRE – de 29 de setembro de 1871. IN: BONAVIDES, P. e VIEIRA, A., *Textos Políticos da História do Brasil - Independência-Império (I)*, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, s/d.

FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

- ANTONIL, João André, *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, prefácio de Orlando Valverde, edição facsimilar da edição original de 1711, Saparata do Boletim Geográfico nos. 166 a 171, Rio de Janeiro, IBGE/Conselho Nacional de Geografia, 1963.

- CÂMARA, Manoel Arruda da, Memória sobre a *Cultura dos Algodoeiros, oferecida ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Negócios de Ultramar*, em 1797. IN: id., *Obras Reunidas, 1752-1811*. Coligidas e com estudo biográfico de José Antonio Gonçalves de Mello, Recife, Fundação da Cultura da Cidade do Recife, 1982, os. 106 a 159.
- DANIEL, João, *Tesouro Descoberto no Amazonas*, 1787, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1976. Separata dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 2 vol.
- FORAL de Duarte Coelho, de 24 de setembro de 1534, IN: FONSECA, Célia F. de A., *A Economia Europeia e a Colonização do Brasil – A Experiência de Duarte Coelho*. Rio de Janeiro, IHGB, 1978.
- JOFFILY, Irineu, *Synopsis das Sesmarias da Capitania da Parayba, compreendendo todo o Estado do mesmo nome e parte do Rio Grande do Norte*, Parayba, Typografia e Lythografia a vapor de Manoel Henriques, 1983.
- RIBEYROLLES, Charles, *Brasil Pitoresco*, 1857. São Paulo, Martins, 1941, 2 vol.
- SOUZA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil, 1587*. 4ª ed. São Paulo, CEN/USP, 1971.
- TAVARES, João Lira, *Apontamentos para a História Territorial da Parayba*, Parayba, Imprensa Oficial, 1911, vol. 2.
- *TRABALHOS do Congresso Agrícola do Recife – Outubro de 1878*. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Recife, Typografia da Agricultura de Pernambuco, Recife, Typografia de Manoel Figueroa Faria e Filhos, 1879. Edição facsimilar, Prefácio e Notas de Gadiel Perruci, Recife, Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978.

FONTES ESTATÍSTICAS

- . *Mapa da População Livre e Escrava, por Municípios e Freguesias de conformidade com o Aviso Imperial de 17 de janeiro de 1850*. In: RPP Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, 1851.
- . *Recenseamento Geral do Império do Brasil – 1872*, v. 6, 4ª parte, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Livros Raros.
- . FUNDAÇÃO IBGE, *Censo Geral de 1890*, Rio de Janeiro, IBGE, Serviço de Recenseamento, parte sobre Campina Grande.
- . FUNDAÇÃO IBGE, *Censo Geral de 1900*, Rio de Janeiro, IBGE, Serviço de Recenseamento, parte sobre Campina Grande.

- FUNDAÇÃO IBGE, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. XVII, Rio de Janeiro, 1960.
- FUNDAÇÃO IBGE, *IX Recenseamento Geral do Brasil - 1980*. Censo Demográfico, Dados Distritais – Paraíba, v. 1, T.3, nº. 9. Rio de Janeiro, 1980.
- FIPLAN, *Estado da Paraíba, Anuário Estatístico, 1980*. João Pessoa, 1980.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR/SUDENE, *Indicadores Sociais do Nordeste, 1970-1980*. Recife, 1983.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- AGUIAR, DUQUÉ, et. Alii. *O Processo de Mudança Sócio-Econômica da Paraíba – O Cariri Paraibano*, Campina Grande, UFPB/CNPq, 1983, mimeo.
- ALBUQUERQUE, Rui H. P. L., *Capital Comercial, Indústria Têxtil e Produção Agrícola – As Relações de Produção na Conicultura Paulista - 1920 -1950*. São Paulo: HUCITEC/Brasília: CNPq, 1983.
- ALMEIDA, Elpídio, *História de Campina Grande*, 2ª edição, João Pessoa, UFPB, 1979.
- ALMEIDA, Horácio, Brejo de Areia – *Memórias de um Município*, 2ª edição, João Pessoa, UFPB, 1980
- , *História da Paraíba*, João Pessoa, UFPB, 1978, 2 v.
- ALMEIDA, José Américo, *A Paraíba e seus Problemas*, 3ª edição, João Pessoa, A União, 1980.
- AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas, *A Questão Agrária e o Capitalismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ANDRADE, Manoel Correia de, *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Brasiliense, 1963.
- , *Agricultura e Capitalismo*, São Paulo, LECH, 1979.
- , *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- , *Geografia, Região e Desenvolvimento*, Recife, *Cadernos do Instituto de Ciências Políticas e Sociais*, nº. 7, 1967.
- AQUINO, Aécio Villar, *Nordeste, Século XIX*, João Pessoa, UFPB, 1980.
- BARROS, Henrique de, *Os Grandes Sistemas de Organização da Economia Agrícola*, Lisboa, Sá da Costa, 1982.

BARTRA, Roger, *Estructura Agraria y Clases Sociales en México*, México, Instituto de Investigaciones Sociales/UNAM, 1978.

BELLUZZO, Luis Gonzaga, (org.) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, nº2. São Paulo, Brasiliense, 1983

BLOCH, Marc, *Les Caracteres Originaux de L'Histoire Rurale Francaise*, Paris, Armand Colin, 1976, v. 1.

-----, *Introducción a la Historia*, 2ª edição, México/Buenos Aires, Breviarios del Fondo de Cultura Económica, 1957.

BOSERUP, Ester, *Las Condiciones del Desarrollo en la Agricultura – La Economia del cambio agrario bajo la presión Demográfica*. Madrid, Tecnos, 1967.

BOUVIER, Jean, *História Social e História Econômica*, In NORA, P. e LE GOFF, J., *História Social: Problemas, Fontes e Métodos*, Lisboa, Cosmos, 1967.

-----, *A Economia: As Crises Econômicas: a problemática das crises econômicas no século XIX e análise histórica: o caso da França*, In NORA, P. e LE GOFF, J., *História: Novas Abordagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

BRUSONE, Julio Le Riverend, *Problemas del Régimen de Apropiación de la tierra*, In *Historia y Sociedad en el Mundo de Habla Española*, México, Garcia Martines Bernardo et. Alii, El Colegio del México, 1970.

CÂMARA, Epaminondas, *Os Alicerces de Campina Grande, Esboço Histórico Social do Povoado e da Vila (1697-1864)*, Campina Grande, Livraria Moderna, 1943.

CANABRAVA, Alice, "A grande propriedade rural" In HOLNDA, S. Buarque de (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, DIFEL, 1960, T.I, Livro 2

-----, "A grande lavoura" IN: HOLANDA, S. Buarque de, *História da Civilização Brasileira*, São Paulo, DIFEL, 1974, T. II, Livro 4.

CARDOSO, Ciro Flamarion, S., *Uma Introdução à História*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

-----, *Introducción al Trabajo de La Investigación Histórica*, Barcelona, Grijalbo, 1982.

-----, *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, Petrópolis, Vozes, 1979.

-----, *La Guyane Française (1715-1917): Aspects économiques et Sociaux – Contribution à l'Etude des Sociétés esclavagistes d'Amérique*, Paris, Tese de Doutorado, 1971, mimeo.

-----, "Sociólogos nos Domínios de Clio", In : *Tempo e Sociedade*, Niterói, UFF, 1982, v. 1, nº. 1.

-----, "As Concepções Acerca do 'Sistema Econômico Mundial' e do 'Antigo Sistema Colonial': A Preocupação Obsessiva com a 'Extração de Excedentes'" In:

LAPA, José R. do Amaral (org.), *Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1980.

-----, "Sobre os Modos de Produção Coloniais da América", In: SANTIAGO, Théo Araújo, *América Colonial*, Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

-----, "The Problem of land in the transition to capitalism in Latin America and the Carabean (nineteenth century)", In: *Agrarian Reforms: comparative studies*, Budapest, Eighth International Economic History Congress, 1982.

-----, e Brignoli, H. Pérez, *Los Métodos de la Historia – Introducción a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social*. Barcelona, Grijalbo, 1976

-----, *História Econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.

CARVALHO, Maria Gelza R. F. de, *Estado da Paraíba, Classificação Geomorfológica*, João Pessoa, UFPB/FUNAP, 1982

CASTRO, Antonio Barros de, *7 Ensaio sobre a Economia Brasileira*, Rio de Janeiro/São Paulo, Forense, 1972, 2 v.

CHALOULB, Yves. *Estado, acumulação e colonialismo interno*. Petrópolis, Vozes, 1978

CHAYANOV, A. V., *La Organización de La Unidad Económica Campesina*, Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

COELHO, Modesto Siebra (coord.) *Geographie et Ecologie de la Paraíba (Brésil)*, Paris. C.N.R.S./Brasília: CNPq, 1979.

CORREIA, FILHO, Virgílio, *Evolução dos Processos de Aquisição de Terras no Brasil*, Rio de Janeiro, Separata da *Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de Geografia e História*, Rio de Janeiro, s/d.

COSTA, Emilia Viotti da, *Da Senzala à Colônia*, 2ª edição, São Paulo, LECH, 1982

-----, Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos, In: *Da Monarquia à República* (capítulo IV), 2ª edição, São Paulo, LECH, 1979.

CUNHA, Euclides da, *Contrastes e Confrontos*, Rio de Janeiro, Record, 1975

DEAN, Warren, *Rio Claro, um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura -1820-1920*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

EISENBERG, Peter, *Modernização sem Mudança - A Indústria açucareira em Pernambuco - 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FERNANDES, Florestan, *Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil*, In: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O. *Vida Rural e Mudança Social*, São Paulo, CEN, 1979.

-----, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975

FIGUEIREDO, Vilma, *Desenvolvimento Dependente Brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

FLICHMAN, Guilherme, *La renta Del suelo y El desarrollo agrário argentino*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1977.

FRANCO, Maria Sylvia de C. , *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo, Ática, 1974

FREITAS, Décio, *O Capitalismo Pastoril*, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Bundes, 1980.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, CEN, 1968.

GALLIZA, Diana Soares de, *O Declínio da Escravidão na Paraíba – 1850-1888*. João Pessoa, UFPB, 1979.

GORENDEER, Jacob, *O Escravismo Colonial*, São Paulo, Ática, 1978.

GOULART, José Alípio, *O Ciclo do Couro no Nordeste*, Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1966.

HOLANDA, Sergio Buarque de, *Caminhos e Fronteiras*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1957

JOFFILY, Geraldo Irineu, *O Quebra-Quilo, a revolta dos matutos contra os doutores, 1874*. Brasília, Thesaurus, 1977

JOFFILY, Irineu, *Notas sobre a Paraíba*, Brasília, Theraurus, 1977, v. 2.

JOFFILY, José, *Entre a Monarquia e a República – Ideias e Lutas de Irineu Joffily*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1982

KAUTSKI, Karl, *A Questão Agrária*, São Paulo, Flama, s/d.

KULA, Witold, *Problemas y métodos de La Historia Económica*, Barcelona, Península, 1977.

-----, *Teoria Econômica do Sistema Feudal*, Lisboa, Presença, 1962.

LAPA, José Roberto do Amaral, *O Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

LEAL, José, *Este Pedaco do Nordeste*, João Pessoa, A União, 1943.

LENIN, V. I., *El Desarrollo Del Capitalismo en Rusia, Obras Completas*. Buenos Aires, Cartago, 1957, T. III.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco C. Teixeira da, *História da Agricultura Brasileira, combates e controvérsias*. São Paulo, Brasiliense, 1981

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira – 1808-1889*, Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, FGV, SS.

LUZ, Nícia Vilela, *A Luta pela Industrialização do Brasil*, 2ª edição, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

MACHADO, Maximiniano Lopes, *História da Província da Paraíba*, João Pessoa, UFPB, 1977, 2 v. (1ª edição de 1912).

MARANHÃO, Silvio, (coord.) *A Questão Nordeste – Estudos sobre a Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

MARIZ, Celso, *Apanhados Históricos da Paraíba*, 2ª edição, João Pessoa, UFPB, 1980.

MARTINS, José de Souza, *O Cativo da Terra*, 2ª edição, São Paulo, LECH, 1981.

-----, *Capitalismo e Tradicionalismo, Estudo sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil*, São Paulo, Pioneira, 1975.

-----, *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, no. 22.

MARX, Karl, *El Capital*, Traducción de Wenceslao Roces, 4ª edição, México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1966, 3 v.

-----, *Contribución a la critica de la Economía Política*, La Habana, Política, 1966.

MELO, Evaldo Cabral de, *O Norte Agrário e o Império, 1871-1889*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

MELLO, João M. C. de, *O Capitalismo Tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

MELLO, C. de e SLENES, R. W. "Análise Econômica da Escravidão no Brasil", In: NEUHAUS, Paulo (coord.), *Economia Brasileira: uma visão Histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1982

MONTEIRO, Hamilton de Mattos, *Crise Agrária e Luta de Classes, O Nordeste Brasileiro entre 1850-1889*. Brasília, Horizonte, 1980.

NAKANO, Yoshiaki, (coord.) *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*, Brasília, Binagri, 1979.

OTÁVIO, José (org.), *A Paraíba, das origens à urbanização*, João Pessoa, UFPB/FUNAP/Fundação Casa de José Américo, 1983.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.), *Trabalho Escravo, Economia e Sociedade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

84. PINTO, Irineu Ferreira, *Datas e Notas para a História da Paraíba (1501-1820)*, Parayba do Norte, Imprensa Oficial, 1908 2 v.

PINTO, Luiz, *Synthese Histórica da Paraíba, 1501-1938*. João Pessoa, Imprensa Oficial, 1938.

- PORTO, Costa, *O Pastoreio na Formação do Nordeste*, Rio de Janeiro, MEC, 1959
- , *O Sistema Sesmarial do Brasil*, Brasília, UB, s/d.
- PROST, Gérard, “*O Cariri Semiárido Transformado pelo Agave*”, In : IBGE, *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, UBGE, 1968, No. 2. Ano 30, N^os. 21 a 55.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, *O Campesinato Brasileiro*, São Paulo: USP/Petrópolis: Vozes, 1973.
- , *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, São Paulo, USP, 1965.
- RAU, Virgínia, *Sesmarias Medievais Portuguesas*, Lisboa, Presença, 1982.
- SEREJO, T. C. Leal de, *Coronéis sem Patente: a modernização conservadora no sertão de Pernambuco*, Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1979, mimeo.
- RIOS, José Artur, (coord), *Campina Grande, um centro comercial do Nordeste*, Campina Grande, SESC, s/d, mimeo.
- SERENI, ZANGHERI et. alii. *Agricultura y Desarrollo Del Capitalismo*, Madrid, Alberto Corazon, 1974.
- SERVOLIN, Claude, *Aspects économiques de l'absorption de l'a agriculture Dans le mode de production capitaliste, - L'Univers Politique des Paysans dans la France Contemporaine*, In: *Caheirs de la Fondation Nationale de Sciences Politiques*, Paris, Armand Colin, 1972.
- SILVA, Eliete de Q. Gurjão, *O Poder Oligárquico na Paraíba: Descontinuidade e Recriação (1889-1945)*, Campina Grande, UFPB, Dissertação de Mestrado, mimeo.
- SILVA, José Graziano da, *A Modernização Dolorosa. Estrutura Agrária, Fronteiras Agrícolas e Trabalhadores Rurais no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982
- , *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira*, São Paulo, HUCITEC, 1981.
- , *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, São Paulo, HUCITEC, 1980.
- SILVA, Sérgio S., *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- SILVA, Waldomiro, C. da e SÁ, Maria B. *As bases econômicas da circulação mercantil na cidade de Campina Grande*. Campina Grande, UFPB, 1983, mimeo.
- SIQUIERA, Baptista, *Os Cariris do Nordeste*, Rio de Janeiro, Cátedra, 1978,
- SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- SORJ, Bernardo, *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

SPINDEL, Cheywa R., *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

STEIN, Stánley, *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

VALVERDE, Orlando, et. alii. *Estudo Regional do Seridó, Curimataú e Agreste de Esperança*, Campina grande, UFPB, 1981, mimeo.

VILAR, Pierre, *Iniciación al vocabulario del análisis histórico*, Barcelona, Grijalbo, 1980.

-----, *Crecimiento y Desarrollo*, Barcelona, Ariel, 1964

WANDERLEY, Maria Nazareth B. et. alii, *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

TIRAGEM: 500 EXEMPLARES
TIPOGRAFIA : TIMES NEW ROMAN
PAPEL DO MIOLO: OFFSET 75 G/M²
PAPEL DA CAPA: CARTÃO SUPREMO 250 G/M²
LAMINAÇÃO DA CAPA: BRILHO
NÚMERO DE PÁGINAS: 264
ACABAMENTO: LOMBADA QUADRADA COLA HOT MELT

RG EDITORA

RUA MANOEL FREITAS RAMOS, 201, JARDIM PAULISTANO - CAMPINA GRANDE - PB

FONE: (83)3335-5108

RGEDITORA@YAHOO.COM.BR

IMPRESSO EM AGOSTO DE 2013